

A Memória do Lugar

REABILITAR A HERDADE DO RIO SECO [VILA NOVA DA BARONIA]

ANA FILIPA SOARES NUNES
[LICENCIADA EM ESTUDOS ARQUITECTÓNICOS]

PROJECTO FINAL DE MESTRADO ELABORADO PARA OBTENÇÃO DE GRAU MESTRE EM
ARQUITECTURA

ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA:

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ DUARTE GORJÃO JORGE
ARQTA. LUCINDA FONSECA CORREIA

JÚRI:

PRESIDENTE PROF. DOUTOR JOSÉ MANUEL AGUIAR PORTELA DA COSTA
VOGAL PROF. DOUTOR DANIEL MAURÍCIO SANTOS DE JESUS

DOCUMENTO DEFINITIVO

LISBOA, SETEMBRO DE 2020

TÍTULO: A Memória do Lugar

SUB-TÍTULO: Reabilitar a Herdade do Rio Seco [Vila Nova da Baronia]

NOME: Ana Filipa Soares Nunes

ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA:

Prof. Doutor José Duarte Centeno Gorjão Jorge | Arqta. Maria Lucinda Fonseca Correia

JÚRI:

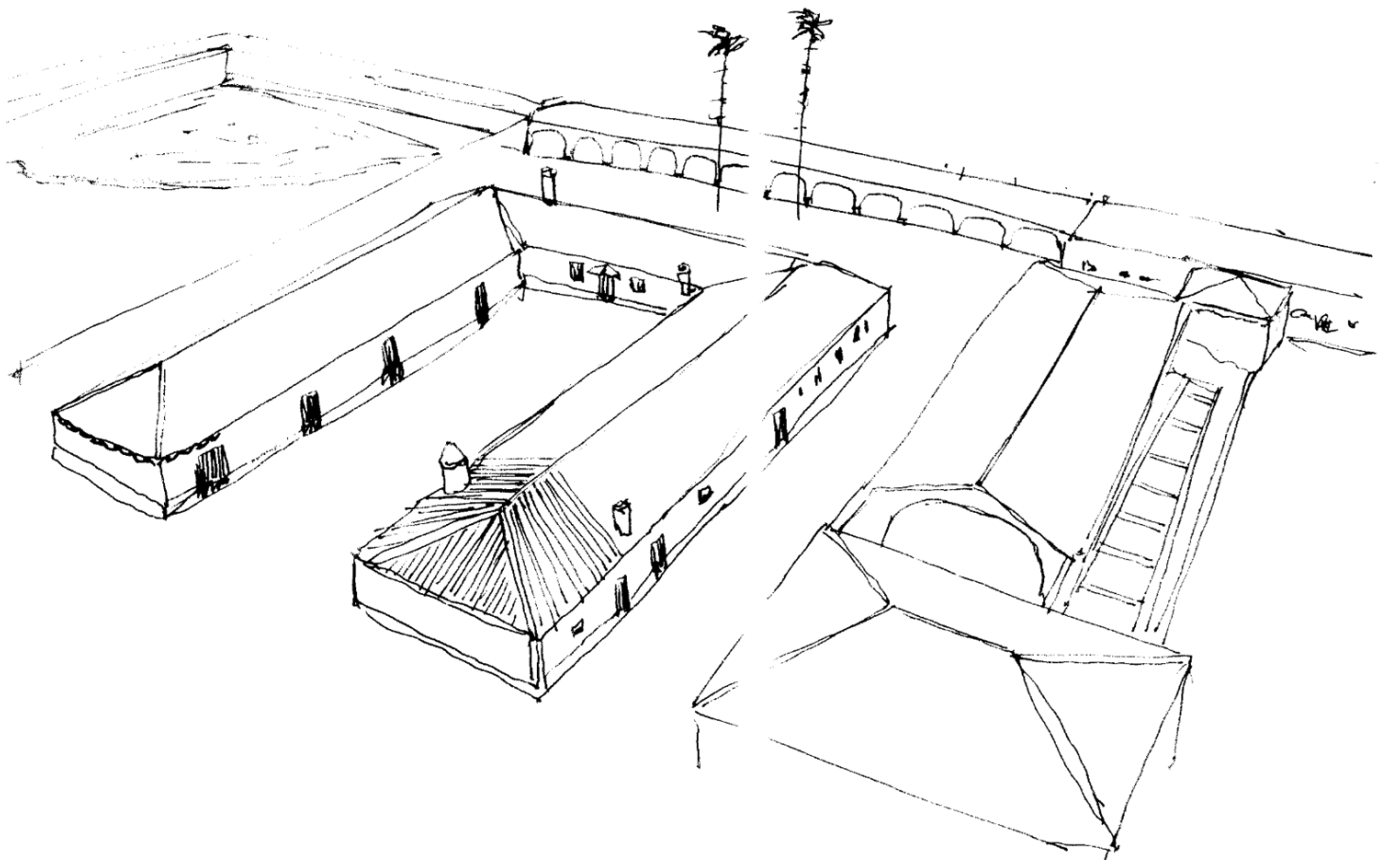
Presidente Prof. Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa

Vogal Prof. Doutor Daniel Maurício Santos de Jesus

Projecto Final de Mestrado elaborado para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura

Documento Definitivo

Lisboa, Setembro de 2020



*"Construir num sítio excessivamente belo é um desafio tremendo para um arquitecto:
Há sempre o perigo de o destruir."*

| RESUMO

Este Projecto propõe uma reabilitação do Monte do Rio Seco [Vila Nova da Baronia, Alvito, Alentejo], onde são abordados os temas Ruralidade, Herdade e Latifúndio relacionados com o caso particular do Monte Alentejano.

As premissas deste projecto assentam no estudo do Lugar, de maneira a compreender o seu passado e a sua história, preservando a sua Memória e respeitando a sua Paisagem.

São apresentadas soluções integradas que resultam numa proposta arquitectónica o mais adequada possível às características culturais, geográficas, físicas e biológicas de forma a seguir uma ética ecológica de não “ferir” o meio e o edificado existente.

Propõe-se alcançar uma mediação cultural que permita recuperar profissões e ofícios autóctones da região (maioritariamente relacionados com o sector primário), no sentido de as transmitir às gerações vindouras e, assim, garantir a gestão integrada do património que compõe este Lugar.

CONCEITOS-CHAVE

RURALIDADE | **MONTE ALENTEJANO** | PAISAGEM | **MEMÓRIA** | REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL

| ABSTRACT

This project proposes a rehabilitation of Monte do Rio Seco [Vila Nova da Baronia, Alvito, Alentejo], where the themes of Rurality, Herdade (Estate) and Latifúndio (Latifundium) are addressed in relation to the particular case of Monte Alentejano.

The premises of this project are based on the study of the Place, in order to understand its past and history, preserving its Memory and respecting its Landscape.

The presented solutions are integrated within an architectural proposal appropriate to the cultural, geographic, physical, and biological characteristics as to not "hurt" the existing environment and buildings.

We propose to achieve a cultural mediation that allows the recovery of the native professions and trades of the region (mostly related to the primary sector), to pass them on to future generations and, thus, guarantee the integrated management of the Place's heritage.

KEY-WORDS

RURALITY | **MONTE ALENTEJANO** | LANDSCAPE | **MEMORY** | SUSTAINABLE REHABILITATION

| AGRADECIMENTOS

Este trabalho é reflexo de uma grande caminhada de cinco anos pela Faculdade de Arquitectura de Lisboa e cheio de contaminações da grande caminhada a que chamamos vida.

Agradeço,

Em especial aos meus orientadores, Professor José Duarte Gorjão Jorge e Professora e Lucinda Fonseca, pela empatia, pelo conhecimento, pela partilha. A todos os professores que fizeram parte do meu percurso académico, em especial ao Professor Paulo Pereira, que tanto me auxiliou nesta aventura do Projecto Final de Mestrado, que ao fim ao cabo é um grande trabalho de equipa, de partilhas e de alegria.

À equipa e família Sustenta, ao Ricardo pela paciência, pelo profissionalismo, pelas lições, ao Eduardo pela amizade, pela partilha de conhecimento, pela ajuda preciosa nos modelos tridimensionais.

A todos os meus colegas que tanto me ensinaram.

A todos os meus amigos, eles sabem exactamente quem são.

À minha família, em especial, aos meus pais- sem eles nada disto seria possível.

Ao João e, a toda a família Frieza pela ajuda nas maquetes e (...) porque nada é por acaso:

O meu muito Obrigada,

a todos os que não me deixaram desistir e tornaram tudo isto, realidade.

Minha terra, Meu encanto,
Quem me desterrou de ti,
Meu jardim, de eternas flores
Com saudades te perdi.
Campos que eu andei um dia
Distâncias e arvoredos,
No vermelho do sol posto,
Partilhando os meus segredos.

Meu Amor,
Deixa-me sonhar contigo,
De Odemira a Portalegre,
Na imensidão do trigo,
Minha Terra,
Meu Alentejo.

Das Papoilas em Flor,
Campinas ao Sul do Tejo.

Um Sobreiro Retorcido,
Tão Rugoso e Tatuado,
Uma Azinheira Velhinha,
Senhora do descampado.
Oíço canto aos camponeses,
De foíçe em punho a trabalhar,
Quem lhes ensinou a música,
Nessa ânsia de cantar.

Meu Amor, (...)

"Grupo Banzo"

| ÍNDICE

RESUMO	vii
CONCEITOS-CHAVE	vii
ABSTRACT	viii
KEY-WORDS	viii
ÍNDICE	xiii
ÍNDICE DE FIGURAS	xvi
INTRODUÇÃO	1
ENQUADRAMENTO E OBJECTIVOS.....	2
METODOLOGIA	2
ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	2
ESTADO DO CONHECIMENTO	5
MEMÓRIA PATRIMÓNIO IDENTIDADE 	5
A PAISAGEM 	7
REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL 	8
A CASA SENHORIAL 	11
01 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
01.01 RURALIDADE	13
01.02 A HERDADE E O LATIFÚNDIO	16
01.03 O MONTE ALENTEJANO	17
01.04 O PASSADO DO RIO SECO	19
01.05 O RIO SECO NO PRESENTE.....	27
01.06 CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA	34
01.06.01 CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA PAISAGEM DE ALVITO E HERDADE DE RIO SECO ...	34
01.06.02 OCUPAÇÃO E USO DO SOLO DO RIO SECO NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE ALVITO	34
01.06.03 MORFOLOGIA DO TERRENO- SISTEMA HÚMIDO E SISTEMA SECO	36

01.06.04 PERMEABILIDADE DO (SUB)SOLO	37
01.06.05 VALOR ECOLÓGICO DO SOLO	38
01.06.06 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	39
02 CASOS DE REFERÊNCIA	45
02.01 PROGRAMA E ESCALA	46
02.02 DIMENSÃO TECTÓNICA.....	55
02.03 DIMENSÃO CULTURAL	63
02.04 PROGRAMA E ABORDAGEM DA ENVOLVENTE	68
03 COMO REABILITAR O LUGAR (O LOCUS) DO MONTE DO RIO SECO	74
03.01 COMO INTERVIR NA “PAISAGEM”? – ABORDAGEM GLOBAL	74
03.02 O LOCUS (O LUGAR)	76
03.03 A MEDIAÇÃO CULTURAL NO MONTE DO RIO SECO	86
03.03.01 AGRICULTURA + HABITAÇÃO + CULTURA	86
03.03.02 RECUPERAR OS OFÍCIOS AUTÓCTONES.....	90
04 REABILITAR "SEM FERIR"	105
04.01 A INTERVENÇÃO	105
04.02 O PROJECTO - INTERVENÇÃO NO MONTE DO RIO SECO	108
04.02.01 O PROGRAMA.....	108
04.03 MEMÓRIA DESCRITIVA	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
BIBLIOGRAFIA	115
ANEXOS	118
DOCUMENTOS HISTÓRICOS	
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO	
ESBOÇOS E MAQUETES	
PAINÉIS FINAIS	

| ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Fotografia de Artur Pastor- Alentejo anos 40-50. Ilustração da Ruralidade.....	14
Fonte: https://arturpastor.tumblr.com/post/187625260720/s%C3%A9rie-momentos-de-artur-pastor-alentejo consultado a 02.04.2020	
Figura 2: Alentejo, retratos do mundo agrícola. Artur Pastor. Arquitetura, Motivos do Sul. Décadas de 40 a 60. Ermida da Herdade da Coroadá, Moura.....	16
Fonte: https://arturpastor.tumblr.com/post/109126089187/alentejo-retratos-do-mundo-agr%C3%ADcola consultado a : 02.04.2020	
Figura 3: Artur Pastor. Arquitetura, Motivos do Sul. Décadas de 40 a 60. Ermida da Herdade da Coroadá, Moura.....	17
Fonte: https://arturpastor.tumblr.com/post/126268691410/artur-pastor-arquitetura-motivos-do-sul-d%C3%A9cadas Consultado a: 02.04.2020	
Figura 4: Últimos habitantes do Monte do Rio Seco , autoria de Luís Pavão [edição- Câmara Municipal de Alvíto]	19
Figura 5: Retirado de Carta Militar de Portugal- Instituto Geográfico do Exército 1944 [ver anexo 25]	21
Figura 6: Fotografia do Monte das Aldeias Pequenas em Pedrogão- Vidigueira	23
Fonte: PINTO, J. C. (2007). <i>Arquitectura da planície - cinco situações de montes no Alentejo</i> . Lisboa: ACD+FAUTL.	
Figura 7: Fotografia do Monte das Aldeias Pequenas.....	24
Fonte: PINTO, J. C. (2007). <i>Arquitectura da planície - cinco situações de montes no Alentejo</i> . Lisboa: ACD+FAUTL.	
Figura 8: Fotografia do Monte das Aldeias Pequenas.....	24
Fonte: PINTO, J. C. (2007). <i>Arquitectura da planície - cinco situações de montes no Alentejo</i> . Lisboa: ACD+FAUTL.	
Figura 9: Fotografia do Monte do Rio Seco- Entrada Principal	25
Autor: Maria Jesus Paiva (2019)	
Figura 10: Fotografia de antigos trabalhadores e moradores do Monte do Rio Seco,1971. Fornecida pelos actuais donos	26
Autor: Desconhecido	
Figura 11: Limites da Herdade do Rio Seco	27
Elaborado pela Autora (âmbito investigação SUSTENTA- gabinete de investigação CIUD)	
Figura 12: Vista do Miradouro.....	27
Fotografia da Autora (2019)	
Figura 13: Escadas de acesso ao Miradouro.....	27
Fotografia da Autora (2019)	
Figura 14: Fotografia capturada por drone da entrada nobre do monte.....	28
Fotografia disponibilizada pelos proprietários da Herdade	

Figura 15: Um dos bancos dispostos para o Portão Nobre	28
Fotografia da Autora (2019)	
Figura 16: Arcadas do Monte.....	29
Fotografia da Autora (2019)	
Figura 17: Lagar.....	29
Fotografia da Autora (2019)	
Figura 18: Entrada da casa nobre	30
Fotografia da Autora (2019)	
Figura 19: Vista capturada por drone do edificado do Monte	30
Fotografia disponibilizada pelos proprietários da Herdade	
Figura 20: Ortofotomapa - Casa do Pastor	31
Figura 21: Fotografia das Malhadas	31
Fotografia da Autora (2019)	
Figura 22: Casa da Horta	32
Fotografia da Autora (2019)	
Figura 23: Galinheiro da Casa da Horta	32
Fotografia da Autora (2019)	
Figura 24: Tanque atrás do Galinheiro da Casa da Horta	33
Fotografia da Autora (2019)	
Figura 25: Ortofotomapa - Localização dos quatro núcleos da Herdade:	33
Figura 26: Localização do Concelho de Alvito e Retrato no Campo (autora: Maria Jesus Paiva, 2019) ...	34
Figura 27: Cartografia de Altitudes do Concelho de Alvito- Herdade do Rio Seco.....	35
Elaborado pela Autora (âmbito investigação SUSTENTA- gabinete de investigação CIUD)	
Figura 28: Cartografia de Declives do Concelho de Alvito-Herdade do Rio Seco	36
Elaborado pela Autora (âmbito investigação SUSTENTA- gabinete de investigação CIUD)	
Figura 29: Cartografia de Morfologia do Terreno do Concelho de Alvito-Herdade do Rio Seco.....	37
Elaborado pela Autora (âmbito investigação SUSTENTA- gabinete de investigação CIUD)	
Figura 30: Cartografia de Permeabilidade do (sub)solo do Concelho de Alvito-Herdade do Rio Seco	37
Elaborado pela Autora (âmbito investigação SUSTENTA- gabinete de investigação CIUD)	
Figura 31: Cartografia do Valor Ecológico do Solo do Concelho de Alvito- Herdade do Rio Seco.....	38
Elaborado pela Autora (âmbito investigação SUSTENTA- gabinete de investigação CIUD)	
Figura 32: Cartografia referente ao Uso e Ocupação do Solo do Concelho de Alvito-Herdade do Rio	

Seco- ano de 2007	39
Elaborado pela Autora (âmbito investigação SUSTENTA- gabinete de investigação CIUD)	
Figura 33: Cartografia referente ao Uso e Ocupação do Solo do Concelho de Alvito-Herdade do Rio	
Seco- ano de 2018.....	40
Elaborado pela Autora (âmbito investigação SUSTENTA- gabinete de investigação CIUD)	
Figura 34: Gráfico de Classes de Uso e Ocupação do Solo do ano de 2007 gerado através dos dados disponibilizados pela Direcção Geral do Território (DGT)	40
Elaborado pela Autora (âmbito investigação SUSTENTA- gabinete de investigação CIUD)	
Figura 35: Gráfico de Classes de Uso e Ocupação do Solo do ano de 2018 gerado através dos dados disponibilizados pela Direcção Geral do Território (DGT)	41
Elaborado pela Autora (âmbito investigação SUSTENTA- gabinete de investigação CIUD)	
Figura 36: Cartografia referente ao Uso e Ocupação do Solo do Concelho de Alvito-Herdade do Rio	
Seco- ano de 2018.....	42
Elaborado pela Autora (âmbito investigação SUSTENTA- gabinete de investigação CIUD)	
Figura 37: Cartografia referente ao Uso e Ocupação do Solo do Concelho de Alvito-Herdade do Rio	
Seco- ano de 2007	42
Elaborado pela Autora (âmbito investigação SUSTENTA- gabinete de investigação CIUD)	
Figura 38: Mapa de Localização do Concelho de Reguengos Monsaraz onde se insere o Caso de Referência	46
Elaborado pela Autora	
Figura 39: Fotografia aérea S. Lourenço do Barrocal	46
Fonte: https://barrocal.pt/pt/estate/about/ Consultado no dia 24/05/2020	
Figura 40: Reabilitação do Monte S. Lourenço do Barrocal- Monsaraz.....	48
https://www.dezeen.com/2017/04/29/eduardo-souto-de-moura-sao-lourenco-do-barrocal-estate-luxury-hotel-alentejo-portugal/ Consultado no dia 28/05/2020	
Figura 41: Planta de Implantação do Projecto do Complexo Turístico S. Lourenço do Barrocal (sem escala)	49
Fonte: https://espacodearquitetura.com/projetos/sao-lourenco-do-barrocal/ Consultado no dia: 26/05/2020	
Figura 42: Planta do Projecto do Complexo Turístico S. Lourenço do Barrocal (sem escala)	49
Fonte: https://espacodearquitetura.com/projetos/sao-lourenco-do-barrocal/ Consultado no dia: 26/05/2020	
Figura 43: Nave com manjedouras do Monte S. Lourenço do Barrocal- Monsaraz.....	50
https://www.facebook.com/saolourencodobarrocal/photos/a.281133138577236/1361454710545068 Consultado a 26/05/2020	

Figura 44: Nave com manjedouras do Monte do Rio Seco- Vila Nova da Baronia Alvito.....	50
Fotografia da Autora (2019)	
Figura 45: Arcadas após a Reabilitação S. Lourenço do Barrocal.....	51
https://www.facebook.com/saolourencodobarrocal/photos/a.281133138577236/3226676654022855/ Consultado em: 26/05/2020	
Figura 46: Arcadas do Monte do Rio Seco	51
Fotografia da Autora (2019)	
Figura 47: Nave com manjedouras do Monte S. Lourenço do Barrocal antes da intervenção.....	52
https://www.facebook.com/saolourencodobarrocal/photos/a.1574906599199877/3146581255365729/ Consultado em: 26/05/2020	
Figura 48: Fotografia relativa às obras da reabilitação do S. Lourenço do Barrocal (s/ data)	52
https://www.facebook.com/saolourencodobarrocal/photos/a.1574906599199877/3146581255365729/ Consultado em 26/05/2020	
Figura 49: Nave com manjedouras do Monte S. Lourenço do Barrocal depois da intervenção	52
https://www.facebook.com/saolourencodobarrocal/photos/a.1574906599199877/3146581138699074/ Consultada em 26/05/2020	
Figura 50: Fotografia relativa às obras da reabilitação do S. Lourenço do Barrocal (s/ data)	53
https://www.facebook.com/saolourencodobarrocal/photos/a.281133138577236/868978439792700/ Consultado em 26/05/2020	
Figura 51: Maquete S. Lourenço do Barrocal- Projecto de Reabilitação Souto Moura- Fonte (Neves, 2017)	
.....	54
Figura 52: Fotografia relativa às obras da reabilitação do S. Lourenço do Barrocal (s/ data)	54
https://www.facebook.com/saolourencodobarrocal/photos/a.281133138577236/961673930523150/ Consultado em 26/05/2020	
Figura 53: Maquete do Projecto de Intervenção doo Arquitecto Souto Moura no S. Lourenço do Barrocal	
.....	55
https://www.facebook.com/saolourencodobarrocal/photos/a.249141701776380/249141908443026/ Consultado em 26/05/2020	
Figura 54: Maquete do Projecto de Intervenção doo Arquitecto Souto Moura no S. Lourenço do Barrocal	
.....	55
https://www.facebook.com/saolourencodobarrocal/photos/a.249141701776380/249141951776355/ Consultado em 26/05/2020	
Figura 55: Interior da Casa Rural, Villalba de los Barros, Badajoz	56
https://www.archdaily.com.br/br/920361/casa-rural-vb-lucas-y-hernandez-gil/5cd24f95284dd17d31000363-vb-rural-house-lucas-y-hernandez-gil-photo Consultado em 30/05/2020	
Figura 56: Interior da Casa Rural, Villalba de los Barros, Badajoz	57
https://www.archdaily.com.br/br/920361/casa-rural-vb-lucas-y-hernandez-gil/5cd24f95284dd17d31000363-vb-rural-house-lucas-y-hernandez-gil-photo Consultado em 30/05/2020	
Figura 57: Axonometria Casa Rural, Villalba de los Barros, Badajoz s/ escala.....	57
https://www.archdaily.com.br/br/920361/casa-rural-vb-lucas-y-hernandez-gil/5cd24862284dd12d1e000a09-vb-rural-	

house-lucas-y-hernandez-gil-axonometric-view?next_project=no Consultado em 30/05/2020

Figura 58: Plantas da Casa Rural, Villalba de los Barros, Badajoz (s/ escala) 58

https://www.archdaily.com.br/br/920361/casa-rural-vb-lucas-y-hernandez-gil/5cd2487b284dd17d31000353-vb-rural-house-lucas-y-hernandez-gil-floor-plans?next_project=no Consultado em 30/05/2020

Figura 59: Interior da Casa Rural, Villalba de los Barros, Badajoz 58

<https://www.archdaily.com.br/br/920361/casa-rural-vb-lucas-y-hernandez-gil/5cd25235284dd17d3100036d-vb-rural-house-lucas-y-hernandez-gil-photo> Consultado em 30/05/2020

Figura 60: Corte e Alçado Casa Rural, Villalba de los Barros s/ escala 59

https://www.archdaily.com.br/br/920361/casa-rural-vb-lucas-y-hernandez-gil/5cd24897284dd12d1e000a0a-vb-rural-house-lucas-y-hernandez-gil-section-and-elevation?next_project=no Consultado em 30/05/2020

Figura 61: Interior (Quarto) Casa Rural, Villalba de los Barros 59

<https://lahermandadvillalba.com/> Consultado em 30/05/2020

Figura 62: Foto-montagem do Interior da Casa Rural, Villalba de los Barros 60

https://www.archdaily.com.br/br/920361/casa-rural-vb-lucas-y-hernandez-gil/5cd24bff284dd17d3100035a-vb-rural-house-lucas-y-hernandez-gil-image?next_project=no Consultado em 30/05/2020

Figura 63: Pátio da Casa Rural, Villalba de los Barros 61

<https://lahermandadvillalba.com/> Consultado em 30/05/2020

Figura 64: Foto-montagem do Interior da Casa Rural, Villalba de los Barros 61

https://www.archdaily.com.br/br/920361/casa-rural-vb-lucas-y-hernandez-gil/5cd24a0f284dd12d1e000a0c-vb-rural-house-lucas-y-hernandez-gil-image?next_project=no Consultado em 30/05/2020

Figura 65: Foto-montagem do Interior da Casa Rural, Villalba de los Barros 62

https://www.archdaily.com.br/br/920361/casa-rural-vb-lucas-y-hernandez-gil/5cd24d6e284dd12d1e000a14-vb-rural-house-lucas-y-hernandez-gil-image?next_project=no Consultado em 30/05/2020

Figura 66: Observatório da Paisagem da Charneca 63

<https://www.archdaily.com.br/br/935422/observatorio-da-paisagem-da-charneca-joao-morais> Consultado em : 02/06/2020

Figura 67: Edificado do Observatório da Paisagem da Charneca 64

<https://www.archdaily.com.br/br/935422/observatorio-da-paisagem-da-charneca-joao-morais> Consultado em : 02/06/2020

Figura 68: Interior do Observatório da Paisagem da Charneca 65

<https://www.archdaily.com.br/br/935422/observatorio-da-paisagem-da-charneca-joao-morais> Consultado em : 02/06/2020

Figura 69: Plantas e Cortes do Observatório da Paisagem da Charneca 66

<https://www.archdaily.com.br/br/935422/observatorio-da-paisagem-da-charneca-joao-morais> Consultado em : 02/06/2020

Figura 70: Interior da Sala Polivalente (Open-Space) do Observatório da Paisagem da Charneca 67

<https://www.archdaily.com.br/br/935422/observatorio-da-paisagem-da-charneca-joao-morais> Consultado em : 02/06/2020

Figura 71: Imagem Tridimensional (Render) Projecto para a Reabilitação da Torre Vã 68

<http://www.herdadetorreva.com/> Consultado em: 06/06/2020

Figura 72: Monte da Torre Vã, Ourique 69

http://www.herdadetorreva.com/ Consultado em: 06/06/2020	
Figura 73: Pátio do Projecto de Reabilitação da Torre Vã (Render)	69
http://www.herdadetorreva.com/ Consultado em: 06/06/2020	
Figura 74: Restaurante da Reabilitação do Projecto de Reabilitação da Torre Vã	70
http://www.herdadetorreva.com/ Consultado em: 06/06/2020	
Figura 75: Adega do Projecto de Reabilitação da Torre Vã	70
http://www.herdadetorreva.com/ Consultado em: 06/06/2020	
Figura 76: Sala Polivalente - "Innovation Hub" do Projecto de Reabilitação da Torre Vã	71
http://www.herdadetorreva.com/ Consultado em: 06/06/2020	
Figura 77: Sala Polivalente - "Innovation Hub" do Projecto de Reabilitação da Torre Vã	71
http://www.herdadetorreva.com/ Consultado em: 06/06/2020	
Figura 78: Sala Polivalente - "Innovation Hub" do Projecto de Reabilitação da Torre Vã	71
http://www.herdadetorreva.com/ Consultado em: 06/06/2020	
Figura 79: Conjunto de Moradias espalhadas pela Herdade do Projecto de Reabilitação da Torre Vã..	72
http://www.herdadetorreva.com/ Consultado em: 06/06/2020	
Figura 80: Zona Exterior do Projecto de Reabilitação da Torre Vã.....	72
http://www.herdadetorreva.com/ Consultado em: 06/06/2020	
Figura 81: Picadeiro do Projecto de Reabilitação da Torre Vã	72
http://www.herdadetorreva.com/ Consultado em: 06/06/2020	
Figura 82: Fotografia da Herdade do Rio Seco.....	75
Fotografia da Autora (2019)	
Figura 83: Esquema retirado do livro Amílcar G. Pires, Quintas e Solares de concepção renascentista e maneirista. Évora, Sintra, Azeitão, Lisboa Caleidoscópio, 2019, (EV. 01)	77
Figura 84:Esquema retirado do livro Amílcar G. Pires, Quintas e Solares de concepção renascentista e maneirista. Évora, Sintra, Azeitão, Lisboa Caleidoscópio, 2019, (EV. 01)	78
Figura 85: Esquema retirado do livro Amílcar G. Pires, Quintas e Solares de concepção renascentista e maneirista. Évora, Sintra, Azeitão, Lisboa Caleidoscópio, 2019, (EV. 01)	80
Figura 86: Ficha Solar de Água de Peixes in Amílcar G. Pires, Quintas e Solares de concepção renascentista e maneirista. Évora, Sintra, Azeitão, Lisboa Caleidoscópio, 2019, (EV. 01)	81
Figura 87: Ficha Solar de Água de Peixes in Amílcar G. Pires, Quintas e Solares de concepção renascentista e maneirista. Évora, Sintra, Azeitão, Lisboa Caleidoscópio, 2019, (EV. 01)	82
Figura 88: Esquema de "Hierarquia Espacial" do Monte do Rio Seco.....	83

Elaborado pela Autora (2019)

Figura 89: Esquema de "Hierarquia Espacial" do Monte do Rio Seco.....	84
---	----

Elaborado pela autora

Figura 90: Esquema de "Hierarquia Espacial" do Monte do Rio Seco.....	84
---	----

Elaborado pela autora

Figura 91: Imagem aérea captada por drone.....	85
--	----

Imagem cedida pelos proprietários da Herdade

Figura 92: Esquema de Ocupação e Exploração do Solo da Herdade do Rio Seco	87
--	----

Elaborado pela autora

Figura 93: O Montado - Herdade do Rio Seco	87
--	----

Fotografia registada pela autora (2020)

Figura 94: O Olival- Herdade do Rio Seco	88
--	----

Fotografia registada pela autora (2020)

Figura 95: Montado de Azinho- Herdade do Rio Seco	89
---	----

Fotografia registada pela autora (2020)

Figura 96: Prados Permanentes- Herdade do Rio Seco.....	89
---	----

Fotografia registada pela autora (2020)

Figura 97: Série sobre a cortiça. Preparação da cortiça 1950 (Artur Pastor)	90
---	----

Fonte : <https://arturpastor.tumblr.com/post/143747856253/s%C3%A9rie-profiss%C3%B5es-extra%C3%A7%C3%A3o-da-corti%C3%A7a-alentejo> consultado em 06/07/2020

Figura 98: Alentejo. Olaria, décadas de 40/50- Artur Pastor	91
---	----

Fonte: <https://dotempodaoutrasenhora.blogspot.com/2019/11/lembranca-da-olaria.html> consultado em 06/07/2020

Figura 99: Ofício- trabalhar com o barro (olaria- acabamento e pintura).....	91
--	----

Fonte : (Fragoso & Fragoso, 2008)

Figura 100: Ofício- trabalhar com barro (olaria)	91
--	----

Fonte : (Fragoso & Fragoso, 2008)

Figura 101: A arte de fazer chocalhos	92
---	----

Fonte : (Fragoso & Fragoso, 2008)

Figura 102: Ofício- Chocalheiro	92
---------------------------------------	----

Fonte : (Fragoso & Fragoso, 2008)

Figura 103: Série Profissões. Évora, década de 40 - Artur Pastor	92
--	----

Fonte: <https://arturpastor.tumblr.com/post/179489839375/s%C3%A9rie-profiss%C3%B5es-%C3%A9vora-d%C3%A9cada-de-40> consultado em 06/07/2020

Figura 104: Ofício- Pastor; Retratos de um Alentejo das décadas de 40 e 50- Artur Pastor.....	93
Fonte: https://onossoser.blogspot.com/2015/12/ Consultado em 06/07/2020	
Figura 105: Ofício- Pastor (Produção Animal).....	93
Fotografia capturada pela autora (2020)	
Figura 106: Ofício- Produção de queijo- Série Profissões. Cooperativa de Lacticínios, décadas de 50/60- Artur Pastor	94
Fonte: https://arturpastor.tumblr.com/post/145463217640/s%C3%A9rie-profiss%C3%B5es-cooperativa-de-lactic%C3%ADnios Consultado em 06/07/2020	
Figura 107: Ofício- Trabalhar o Couro (proveniente da produção animal) - Artes e Ofícios, décadas de 40_50 VII- Artur Pastor	95
Fonte: https://arturpastor.tumblr.com/post/100440482319/s%C3%A9rie-profiss%C3%B5esart%C3%A3os-d%C3%A9cadas-de-4050 Consultado em 06/07/2020	
Figura 108: Figura 104: Ofício- Trabalhar o Couro (proveniente da produção animal)- Artes e Ofícios, décadas de 40_50 VII- Artur Pastor	96
Fonte: https://arturpastor.tumblr.com/post/100440482319/s%C3%A9rie-profiss%C3%B5esart%C3%A3os-d%C3%A9cadas-de-4050 Consultado em 06/07/2020	
Figura 109: Ofício- Trabalhar com Vime, Buinho e Madeira (Mobiliário)- Série Profissões. Évora, década de 40- Artur Pastor	97
Figura 110: Ofício- Trabalhar o Buinho	97
Fonte : (Fragoso & Fragoso, 2008)	
Figura 111: Ofício- Trabalhar o Vime.....	97
Fonte : (Fragoso & Fragoso, 2008)	
Figura 112: Báculos em relevo de megálitos portugueses (seg. Mário V. Gomes)	98
Fonte: https://www.researchgate.net/publication/321496403_O_sitio_prehistorico_do_Sobral_do_Martim_Afonso_S_alvaterra_de_Magos_Portugal_um_curioso_contexto_do_Neolitico_FinalCalolitico_na_margem_esquerda_do_Baixo_Tejo consultado em 17/07/2020	
Figura 113: Báculo em relevo de menir do cromeleque dos Almendres (Évora)	99
Figura 114: Menir do Monte Da Ribeira (Monsaraz).....	100
Figura 115: Menir da Bulhoa (Monsaraz)	100
Figura 116: Pormenor do báculo do menir do Monte da Ribeira	100
Figura 117: Báculos dos espólios de antas e contextos megalíticos do território português	100
Figura 118: Báculo de dorso serrilhado da Herdade de das Antas, Montemor—o-Novo (MNA)	101
Figura 119: Imagem relativa ao cajado.....	102
Figura 120: Imagem relativa ao Cajado.....	102

Figura 121: Esquema dos Núcleos da Herdade.....	105
Elaborado pela autora	
Figura 122: Fotografia da Herdade do Rio Seco	107
Fotografia registada pela autora (2020)	
Figura 123: Planta da Estrutura Antes da Intervenção - Monte do Rio Seco	109
Elaborado pela autora	
Figura 124: Esquema da Intervenção no Monte do Rio Seco.....	110
Elaborado pela autora	
Figura 125: Modelo Tridimensional da Proposta de Reabilitação - Monte do Rio Seco .	Erro! Marcador não definido.
Elaborado pela autora	

| INTRODUÇÃO

O tema do projecto final de mestrado- *Memória do Lugar- Reabilitar a Herdade do Rio Seco* (Vila Nova da Baronia), assenta numa motivação pessoal: desde criança, devido às minhas origens, que surgiu a inquietação de saber por que razão um monte de beleza sem igual estava derradeira e comprometedoramente abandonado. De forma inconsciente, a motivação de recuperar o monte sempre teve presente e a oportunidade surgiu finalmente após abraçar o Mestrado Integrado em Arquitectura da FA-ULisboa.

A extensa herdade do Rio Seco situa-se em Vila Nova da Baronia e faz parte do concelho de Alvito, distrito de Beja, Baixo Alentejo e, de acordo com o seu Registo Predial na Conservatória de Alvito é formada por 1179,112 hectares. É uma propriedade privada que apresenta todo o edificado devoluto (monte e outras construções de habitação e apoio agrícola, dispersas pela herdade), desde a revolução de Abril de 1974.

O edificado do monte está registado no SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico). Porém, a informação disponível é bastante reduzida: apenas estima a época de construção, segundo o referido documento, no princípio do século XX.

A intervenção aqui proposta não se restringiu, todavia, à reabilitação das pré-existências e do edificado do monte propriamente dito, pretendendo, antes, alargar a intervenção de modo a considerar o *locus* como um todo, nas suas várias dimensões e amplitudes.

Partiu-se sempre do global para o particular para contextualizar o caso de estudo: reflectir e compreender o que é a ruralidade, posteriormente entender a herdade e o latifúndio, para depois analisar o monte alentejano, a sua génese, singularidade, morfologia, materialidade e até mesmo a sua tectónica. Antes de mais, é importante perceber de onde se veio para saber aonde se quer ir. Foi, assim, reconstruído o passado da Herdade do Rio Seco, a sua história com base em documentação disponibilizada pelos actuais proprietários. Também descodificámos o estado actual da herdade- particularmente, das suas funções- assim como o estado do seu edificado- ou melhor, do que ainda resta deste. Ainda dentro da contextualização, foi realizada a análise biofísica do município em comparação e relacionando-a com a herdade do Rio Seco.

O próximo passo implicou uma reflexão profunda sobre como intervir adequadamente em comunhão com o lugar e levando em linha de conta sua conexão com a “paisagem”, considerando-a nas suas amplas e, simultâneas e variadas dimensões: sustentabilidade, ecologia, património e também sociais, como seja, o respeito pela memória da população que estima aquele lugar.

Pelo que se percebe, as antigas funções do edificado não foram suficientes para o manter “vivo” e funcional, apesar de haver outras justificações subjacentes que o levaram à ruptura, entre as quais a expropriação das terras aos proprietários após a Revolução de 1974- a chamada Reforma Agrária. Mas seguindo esta linha de pensamento, partimos desde logo com a noção de que as antigas funções das edificações eram essencialmente a habitação e a produção agrícola, do que resultou, naturalmente, que o trabalho tenha incidido sobre esta incontornável realidade. Esta foi determinante e, neste caso, exequível, no quadro particular de um processo de reabilitação e restauro: a retoma das antigas funções, ainda que parcial, devida à mudança no quadro económico local e global. Surgiu, entretanto, e por isso, a ideia de somar à equação o papel cultural de todo o complexo. Ora, de que forma poderia este segmento de actividade, que se afirma pela produção e encadeamento de factos culturais, revitalizar aquele lugar?

Com esse objectivo, foi seguidamente elaborado um levantamento de artes e ofícios autóctones da região com particular incidência no município de Alvito e no Alentejo em geral, de modo a, por um lado, reaproveitar as matérias-primas disponíveis na propriedade e no seu entorno para a reabilitação do seu edificado, assumindo, por outro, a necessidade de adaptar o edificado às novas funções propostas. Procedemos ainda a uma selecção de casos de referência que permitiram, a cada escala, auxiliar no exercício de projecto. Após este levantamento foi formulado o programa de reabilitação do edificado da herdade, assim como o seu reajuste morfológico, tipológico e espacial.

Por fim, foi realizada e descrita a intervenção: o acto de projecto que terá sido elaborado sempre em sintonia com os avanços da pesquisa e investigação, não assumindo assim uma parte teórica e outra prática, mas sim um projecto global que resulta da conjugação de ambas as frentes de trabalho e que foi maturando e evoluindo de acordo com a informação recolhida, sempre em circunspecção e atendendo aos naturais avanços e recuos que lhe são característicos.

| ENQUADRAMENTO E OBJECTIVOS

Compreender antes de intervir foi o lema e o grande objectivo deste trabalho; como diz o velho ditado popular “para bem responder, melhor terá de se ouvir” , tendo sido essencialmente por aqui que se deu a resposta ao desafio de reabilitar o Monte do Rico Seco, apurando todos os outros sentidos e indo à origem do problema.

Os objectivos deste trabalho foram, portanto:

- 1) Estudar o tema- Montes Alentejanos, Ruralidade e Herdade/Latifúndio;
- 2) Descrever e registar a história do Monte e a Herdade do Rio Seco, assim como apresentar o seu estado à actualidade.
- 3) Compreender qual a abordagem da paisagem e para isso analisar os modos de ocupação e uso do solo nos últimos anos, tendo em conta as características do contexto biofísico da Herdade do Rio Seco em comparação com a sua envolvente- Município de Alvito, com o objectivo de intervir de forma responsável e consciente sobre o território.
- 4) Traçar e estudar uma forma de intervir de forma global- da grande herdade do Rio Seco- no seu edificado para que estes façam sentido entre si e em conjunto.

| METODOLOGIA

A Metodologia utilizada para desenvolver este Projecto Final de Mestrado passou primeiramente por uma fase de análise e recolha de dados- através de visitas ao local, conversas com os proprietários e ex-trabalhadores da herdade, recolha e levantamento de dados (Cartografia, desenhos técnicos, fotografias, documentos, bibliografia).

A metodologia utilizada para estudar a herdade e o município onde se insere- Alvito- está assente no “Sistema-Paisagem” (Magalhães et al., 2019).

Depois desta fase (desenvolvida de forma simultânea com a parte prática do projecto) procurou-se delinear uma estratégia para o lugar na sua globalidade e a partir daí, seleccionaram-se e investigaram-se diversos casos de estudo e de referência, segundo diferentes aspectos projectuais ou contextuais que pudessem ser reinterpretados e/ou readaptados no contexto do nosso caso de estudo- Monte da Herdade do Rio Seco.

Em simultâneo com a parte de investigação, traçaram-se ideias e prospecções para o lugar [com a construção de diferentes cenários e hipóteses] - apenas seguindo um desenvolvimento mais aprofundado da investigação foi possível estabelecer-se um programa em consonância com as reconhecidas qualidades e fragilidades do edificado e, por fim, desenvolver o projecto de reabilitação das pré-existências.

Por fim, em síntese de todo o processo, foram elaboradas as peças finais de representação do projecto, assim como a memória descritiva e as considerações finais da investigação.

| ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Este trabalho está estruturado em quatro partes:

1 | Contextualização

Este Capítulo vai evoluindo do geral para o particular:

Primeiro aborda-se a grande temática- A Ruralidade- que explora o que é o Rural, como é que é entendido o Rural em Portugal e, mais precisamente, no Alentejo.

Seguidamente, A Herdade e o Latifúndio- qual a origem da Herdade e do Latifúndio Alentejano e como se definem.

O terceiro subcapítulo foca-se no Monte Alentejano- procura definir e entender a origem e as tipologias formais e tectónicas.

O subcapítulo “O Passado do Rio Seco”, através de documentos antigos tenta, de certa forma, reconstituir o passado da Herdade, quais os seus proprietários, os seus rendeiros -quem aluga e explora as terras-, de que forma uma herdade com tantos trabalhadores e moradores acabou com o seu edificado todo devoluto.

O Rio Seco no Presente é o subcapítulo que apresenta o estado da herdade e do seu edificado na

actualidade, assim como o que ainda resta do seu edificado.

O último subcapítulo- Caracterização Biofísica - analisa à escala do concelho e à escala da herdade as suas condições biofísicas e compara-as, entre si e no espaço temporal de 11 anos, entre 2007 e 2018.

2| Casos de Referência

Neste capítulo são apresentados quatro casos de referência que foram seleccionados pela sua relação com o lugar de intervenção de acordo com quatro critérios: Programa e Escala; Dimensão Tectónica; Dimensão Cultural; Programa e Abordagem da Envolvente.

3| Como Reabilitar o Lugar (Locus) do Rio Seco?

Este Capítulo é constituído por três subcapítulos:

O primeiro lança uma proposta geral para a herdade de acordo com as suas apetências e em sintonia com o programa do edificado.

O segundo- Produção Agrícola + Habitação + Cultura- propõe implementar um novo uso ao edificado existente, já que os anteriores usos não foram suficientes para o manter activo. Os antigos usos de Produção e Habitação serão mantidos, porém, actualizando-os à contemporaneidade, será adicionado um terceiro- A Cultura. De que forma é que a Cultura pode, por assim dizer, ser revelada? É a esta pergunta que este subcapítulo procura responder.

O último subcapítulo -Recuperar os Ofícios Autóctones- procura revelar a resposta à pergunta do subcapítulo anterior; como aliar duas coisas que estão a cair em ruína- os ofícios tradicionais desta região e este edificado.

4| Reabilitar “Sem Ferir”

Neste capítulo é descrita a intervenção patente no projecto prático, assim como o programa definido e os distintos procedimentos e fases:

- I. Ajustamento do programa adequado ao edificado
- II. Alinhamento de um Programa Preliminar
- III. Estudo em maquetes, desenhos rigorosos e desenhos livres da composição e espacialidade
- IV. Estudo Prévio
- V. Definição do Programa Final
- VI. Projecto Base
- VII. Projecto de Execução

Para a adopção de uma reabilitação sustentável, como defende Serrão em *Filosofia e Arquitectura da Paisagem: Estudos* (2013), no quarto capítulo “Para uma ética na Paisagem”, o mundo natural tem por si- só um valor que está presente em todas as suas dimensões.

| ESTADO DO CONHECIMENTO

| MEMÓRIA | PATRIMÓNIO | IDENTIDADE |

“É verdade que herdamos coisas. Herdamos essas coisas de alguém, seu precedente proprietário e/ou seu produtor. Conservar essas coisas é, de certa maneira, a possibilidade de perpetuar quem no-las deixou, porque as coisas deixadas acabam por assumir o lugar daqueles a quem pertenciam. Por exemplo, o relógio do avô supre a falta do avô, pelo menos parcialmente. Ocupando o seu lugar, substitui-se-lhe, parcialmente pelo menos. Essas coisas são, por isso, representações. De quem? Daqueles que estão ausentes. Elas funcionam como testemunhas e é através delas que nós elaboramos e argumentamos uma memória dos outros. E se são representações – porque representar é, de facto, tornar presente aquilo que está ausente –, então, desde este ponto de vista, essas coisas ficam no lugar de outras coisas” (Janeiro, 2009, pág. 269).

O mesmo acontece com a arquitectura: conservar a arquitectura do passado é eternizar aqueles que nos deixaram mas, ainda mais que isso: a arquitectura não é um relógio, não é um mero objecto- a arquitectura é o palco da vida humana, é o lugar onde se nasce, cresce, vive e morre, que acolhe as nossas vivências e experiências, onde se criam e constroem as nossas memórias, memórias essas que são preservadas ou esquecidas consoante o valor que lhe atribuímos.

No entanto, a única forma de conservar e preservar a arquitectura é habitá-la, é concretizá-la naquilo que tem de mais legítimo e antropológicamente óbvio, porque caso contrário – exceptuando os casos monumentais, ou elevados a essa condição -, não existe uma necessidade de manutenção e acaba por cair na ruína. Gaston Bachelard na sua obra *A Poética do Espaço* (1957), aborda o tema da memória associando-a à “lembrança”, tendo como pano de fundo o espaço doméstico da casa. A “lembrança” é uma competência humana relacionada com a nossa intimidade, concede-nos o sentido de valorização do espaço, materializando-se em imagens, identidades e signos, relacionados com determinada sociedade em que nos inserimos ou até mesmo com as histórias íntimas e individuais de cada um.

É neste instante que a memória se cruza com o património. O Património é o que não queremos que seja apagado ou esquecido, ou melhor, é aquilo que tanto prezamos e queremos ver conservado.

Para Françoise Choay, o “património tem com a identidade inúmeras e variadas relações como atributo colectivo, o património é um elemento fundamental na construção da identidade social/cultural e, simultaneamente, é a própria materialização da identidade de um grupo/sociedade” (CHOAY, 2006).

A Identidade é uma característica que faz com que algo seja reconhecido -e é por isso que património também está relacionado com a necessidade do ser humano atribuir valor às coisas, classificando-as ou, por outras palavras: é aquilo que faz com algo seja único e diferenciado, como se de um ADN se tratasse.

Christian Norberg Schulz interpreta como *Genius Loci*, “este espírito que dá vida às pessoas e aos lugares, acompanha-os do nascimento até à morte, e determina o seu carácter ou essência” (NORBERG-SCHULZ, 1980). - A essência de que fala Schulz é a “identidade”.

A “identidade” de um lugar é revelada pela apropriação do Homem desse mesmo lugar, física ou simbolicamente, pressupondo uma sucessão de vivências e relações. Esta vivência por sua vez é entendida como habitar, perante uma relação do homem com o lugar.

Gorjão Jorge, em *Lugares em Teoria* (2007) leva em consideração o “acto de habitar” e relaciona-o com o cumprimento de determinadas funções associadas a cada espaço da habitação.

Lança uma pergunta: “a partir de quando é que o espaço deixa de ser encarado como uma mera extensão(...)para se tornar uma forma significativa?”- Posto isto, verificou que “significar” remete para um conteúdo fora de si, partindo de exemplos simples - as palavras ou mesmo um sinal de trânsito, para fazer uma analogia com o processo de significação na Arquitetura (que sabemos ser algo bastante mais complexo). Analisa exemplos pragmáticos, explicando que o uso repetido acaba por ser o “significado” de um dispositivo espacial, conferindo um valor fenomenológico ao espaço e à relação do homem com o espaço.

Ilustra a sua teoria com dois casos específicos: o Arco de Triunfo- passar lá por ele é activar a memória da primeira passagem em consagração do heroísmo do passante; e das peças de roupa, mais especificamente um chapéu do século XVIII, fazendo uma anáfora com um edifício da mesma época ilustrando o quão estranho e ridículo seria usar actualmente esse mesmo chapéu; ou habitar o mesmo edifício hoje em dia, sem qualquer tipo de adaptação (electricidade, rede de esgotos e todas as infraestruturas que dão o conforto mínimo a que estamos habituados presentemente).

Passando ao ponto focal- o “sentido do rito” - a recriação do primeiro acto, que deu origem a todos os outros, “a casa: templo representação da memória da primeira domesticidade”, ou seja, a tradição e a cultura, são reflectidas obrigatoriamente no habitar. Ou, posto de outra maneira: o habitar é o reflexo da tradição e da cultura. Por exemplo, nos diferentes pontos do mundo, existem diferentes formas das pessoas tomarem as suas refeições, com utensílios diferentes, na mesa alta, na mesa baixa ou no chão – e até acostados ou deitados; eis algo que se reflete na forma como se habita, como se dispõe e organiza o espaço. Daí o autor afirmar “somos aquilo que somos nalgum lugar”, o que refresca a necessidade de manter a nossa memória viva, mesmo que intuitivamente não nos apercebamos disso.

É aí que a Arquitectura entra como agente de cultura, entregando a “terrível responsabilidade” do seu sucesso passar a ser, frontalmente, o triunfo da cultura; ora, o seu fracasso é a derrota da cultura.

Sendo a Arquitectura entregue a Arquitectos, é sobre eles que recai essa grande responsabilidade, pois a Arquitectura é aquilo que qualifica o espaço e dignifica a cultura.

| A MEMÓRIA COLECTIVA |

Segundo o clássico de Maurice Halbwachs, em *A Memória Colectiva* (publicado postumamente, em 1950) é descrita a memória de cada individuo como um reflexo das memórias dos grupos que o rodeiam- das memórias colectivas. Um individuo que não mantenha contacto com um grupo social não consegue estabelecer qualquer contacto com o passado. Por isso a memória torna-se uma espécie de forma activa de reconstrução do passado criada através dos dados do presente, mas que de certa forma são produzidos por uma época anterior.

“Se um homem, para evocar o próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros.” (HALBWACHS, 1990, pág. 54) Maurice Halbwachs acrescenta ainda que o homem se liga a referências externas a ele, mas que fazem parte da sociedade e que até certo ponto se fixas na sociedade.

Este peso da memória colectiva sobrepõe-se à memória individual e completa-a.

| A PAISAGEM |

Adriana Veríssimo Serrão na obra *Filosofia e Arquitectura da Paisagem: Estudos* (2013) relaciona os termos “Paisagem” e “Ambiente”. São ambas concepções humanas criadas pela necessidade de “nos reencontrarmos com a natureza” (pág. XX). Mas não pode deixar de distinguir que, num dos termos, é conferido um especial enfoque ao ordenamento do território através de um pressuposto relacionado com questões eminentemente éticas. Esclarece, por isso, que é necessário fazer a distinção entre Paisagem e Ambiente.

A paisagem não é, nada mais nada menos, do que um fenómeno perceptivo, por parte de um observador, de uma porção da superfície terrestre que se representa em imagens. Aí, a paisagem é integrada na forma como se apresenta esse território, um processo que se insere de certa forma no âmbito das experiências estéticas; enquanto isso, o ambiente é um conceito físico, objectivo e genérico, que pode ser descrito cientificamente, do latim *ambiens/ambientis* - no sentido do envolvimento, ou seja, é aquilo que nos envolve a partir de cada perspectiva disciplinar. A paisagem pode ser considerada de certa forma, um pouco ousada e, certamente, uma abstracção do meio ambiente, ou melhor uma conceptualização do mesmo.

São abordagens distintas, portanto: “Paisagem” e “Ambiente” no sentido em que o “Ambiente” segue uma estratégia de acção humana através de uma compreensão sectorizada de vários factores, enquanto que a “Paisagem” decorre de uma interpretação integrada e complexa. Ou seja, a Paisagem assume-se como uma relação identitária com a componente ético-estética integrada e integrante, enquanto o Ambiente é um conceito sectorizado que simplifica, divide e organiza os seus constituintes com vista a um objectivo materialmente actuante. Para compreender melhor esta noção complexa de paisagem, em *Estrutura Ecológica da Paisagem, conceitos e delimitação - escalas regional e municipal* da autoria da coordenadora geral de Maria Manuela Magalhães (2007), é adoptada a metodologia “Sistema- Paisagem”, a qual é considerada um sistema de subsistemas de carácter tanto ecológico como cultural. Aplica o conceito de Desenvolvimento Sustentável ao Ordenamento do Território, pelo qual distingue o essencial do acessório relativamente ao funcionamento ecológico, como todas as outras funções da Paisagem - quer de uso, quer simbólicas (isto é, relativamente à apropriação “simbólica” do lugar pelo do homem). Os elementos indispensáveis a essas funções, podem ser analisados através de estruturas (características intrínsecas essenciais /biofísicas) e das Áreas Complementares (influência exterior) pelas quais constituem um sistema – O SISTEMA-PAISAGEM. As estruturas são forma de espacializar tais factores, passíveis de serem analisadas separadamente, mas tendo em conta os factores de que dependem.

Dentro dos sistemas existem subsistemas, entre os quais o subsistema natural (ou Paisagem Natural) e o subsistema cultural (ou Paisagem Cultural). Esta

metodologia foi aplicada para analisar a Paisagem em estudo, a nível das condições biofísicas e circunstâncias ecológicas.

Cremos ser esta, aliás, uma abordagem necessária para este contexto de análise e proposta de Reabilitação de um Monte Alentejano, visto este ser também, de certa forma, um sistema complexo constituído por um conjunto de subsistemas - funcional, tipológico, tectónico.

| REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL |

Para a adopção de uma reabilitação sustentável, como defende a autora de *Filosofia da Paisagem- Estudos*, no quarto capítulo “Para uma ética na Paisagem”, o mundo natural tem inerente em si, um valor que está presente em todas as suas dimensões e isto, por si só, já é o bastante para o ser humano agir em conformidade com este valor.

Segundo a dissertação de Mestrado- *Reabilitação Sustentável em Edifícios de Habitação*- (Lopes, 2010)- que aprofunda bastante este tema, afirma que a reabilitação maximiza a reutilização e assim diminui o emprego e produção de novos materiais e ainda reduz a quantidade de resíduos provenientes de demolições e resíduos de construção. Contudo a reabilitação de edifícios encontra algumas lacunas. A fonte adianta ainda que a forma de habitar tem sofrido ao longo dos tempos significativas alterações, especialmente nos últimos anos (devido às evoluções tecnológicas), que vão, de certa forma e, inevitavelmente reflectir-se nas características das habitações. A reabilitação, enfrenta assim um maior desafio, pois de responder a estas necessidades, respeitando os níveis de conforto e de qualidade de vida e ajustar-se a nível funcional a estas novas exigências. Os grandes objectivos da acção de reabilitação é sem dúvida aumentar o tempo de vida útil do edificado, resolvendo assim problemas construtivos, patologias que levam a uma perda de eficiência e desempenho associados ao desgaste do tempo e, sobretudo introduzir e adaptar de acordo com as necessidades dos utilizadores e da função a que se destina.

| O MONTE ALENTEJANO |

Maria da Conceição Reis na sua obra em *O Monte Alentejano- a transformação no século XX*, afirma que o monte alentejano é a representação da paisagem rural do Alentejo e, que como o nome indica, situa-se (quase) sempre, num lugar de onde se avista a extensa área que o rodeia. Recolhe, assim, um quadro de referências vasto, de que iremos fazer uso.

Começa por José Leite de Vasconcelos (1858-1941) [em *Etnografia Portuguesa*, publ. a partir de 1933 et seq.]] para o qual um monte é a casa de uma herdade e que é construída num lugar estratégico para que os seus proprietários vigiem as suas terras. O autor adianta ainda que o fenómeno do monte é antigo e relaciona-o com documentos do século XIII para o justificar. Vasconcelos admite que um monte pode ser mais do que uma casa, quando se trata de uma herdade com alguma dimensão- pois destinam-se aos donos, aos serviços, ao armazenamento dos materiais de “lavoura” [trabalho agrícola]. Aquele autor avança ainda que há montes com vários tipos populações, algumas mais abastadas que outras.

Por sua vez, José da Silva Picão (1859-1922), lavrador e etnógrafo nascido em Elvas, deixou o seu legado na obra *Através dos Campos* (s/data) que, à semelhança da primeira referência, aponta os montes como casas de residência nas herdades. No entanto distingue-os em dois grupos: os que são as “sedes das lavouras” (REIS, 2000, pág. 23), que exploram a mesma propriedade e que acondicionam todos os instrumentos e produtos agrícolas e outros mais modestos,

habitados por guardas ou trabalhadores agrícolas [principalmente ganadeiros]. Adianta ainda que existem herdades “sem” monte e, que existem montes que não acomodam a parte agrícola, distinguindo-se estes tanto em relação à sua capacidade como ao tipo de construção, estabelecendo e hierarquizando assim cinco classes. Segundo Reis, esta hierarquia vai deste o solar com aparência “acastelada” aos “montarecos” que seriam habitados pelos caseiros, trabalhadores e guardas. Conceição Reis dá conta que João Manuel Cortes Figueiredo, anos mais tarde, coloca em causa esta classificação no âmbito de um trabalho académico. Para ele, nessa altura, que o conceito de monte é claramente suscetível de confusões, propondo uma classificação segundo a sua função de como agregado humano: montes de herdades completamente direcionadas ao trabalho agrícola; e montes que servem apenas como “moradas de casas” – isto é, habitação. João Figueiredo escreveu sete capítulos sobre “a herdade”, mas apenas um dedicado ao monte alentejano, no qual descreve a casa de habitação, as dependências agrícolas e as acomodações do gado; o historiador Albert Silbert (1915-1996) em *Le Portugal Méditerranéen à la Fin de L’Ancient Régime* divulga uma ideia semelhante e acrescenta que a dimensão da herdade não é a unidade de produção, a unidade de produção, sendo a unidade de produção a “lavoura” – ou seja: a herdade pode ser grande e não ser rentável para a agricultura e, assim sendo, o valor não está na sua dimensão, mas sim na sua qualidade.

Em 1922, o Dr. Luís da Cunha Gonçalves, escreve *A Vida Rural do Alentejo- Breve Estudo Léxico-Etnográfico*: segundo o seu ponto de vista, o monte é o edifício de cada herdade, pelo que contemplava a habitação do proprietário e/ou feitor ou guarda, bem como zonas de armazenamento e de apoio agrícola. Segundo a autora, que nos oferece a síntese preciosa em que nos baseamos, o Dr. L. C. Gonçalves denomina como herdades as propriedades rústicas no Alentejo cuja dimensão pode conter entre 20 a 500 hectares.

Raul Proença (1884-1941), outra referência da autora, descreve a região alentejana integrando o monte e a herdade, é ainda susceptível de incluir dependências agrícolas, adegas, oficinas de fabricação rural, palheiros, malhadas para porcos, casas para o caseiro e “criados de lavoura”. Acrescenta ainda que o monte é um modelo de hospitalidade e de asseio.

Já Paul Descamps (1872-1946) menciona a variedade de terrenos no Alentejo que dão origem a uma região social caracterizada por um modo de exploração agrícola em que o monte ou grande quinta são os pilares deste lugar. Acrescenta que cada “lavoura” corresponde a pelo menos um monte principal, pois podem existir outras de carácter mais secundário, existindo ainda, a seu ver, herdades de montado e herdades de campos, em que as primeiras pertenciam apenas aos mais abastados que, normalmente, viviam nas grandes cidades, porque o campo tinha poucos recursos no domínio da sociabilidade (designadamente, actividades lúdicas). Para o autor, os montes devem ser autossuficientes; por isso alguns possuem as infraestruturas necessárias para o dia-a-dia dos seus habitantes, geralmente trabalhadores rurais afectos à lida e, inclusivamente dispondo-as com largueza. Distingue ainda do ponto de vista social “os grandes exploradores” – os lavradores, proprietários que, efectivamente, exploram a sua própria terra – dos “rendeiros” que arrendam a propriedade aos donos. Vêm depois os “pequenos cultivadores” em situações precárias e que normalmente não exploram a parte componente pecuária; por último, refere o pessoal “assalariado”.

Mário Nunes Vacas (1910-1997) [*Aspectos Antrogeográficos do Alentejo*] referencia a herdade como uma “*unidade territorial por excelência*” (REIS, 2000, pág. 27) e afirma que alguns montes detêm tanta importância quanto as aldeias. Mariano Feio (1914-2001), por seu lado, acompanhou as teses pioneiras do autor Leite de Vasconcelos e lembra-nos da grande dispersão espacial que estes montes, em diferentes herdades, apresentam entre si.

O incontornável Orlando Ribeiro (1911-1997), também mencionado pela autora, tem uma opinião contrária à de Mariano Feio e de Leite Vasconcelos, admitindo que os montes são pura e simplesmente um povoamento de carácter concentrado inerente às herdades e estas são, a seu entender, “(...) restos de *latifúndio* que se constituíram na Reconquista em enormes áreas desertas. (...) cada herdade tem o seu monte como os cortijos da Andaluzia ou as vilas romanas (...)” ; outro autor mencionado por Maria da Conceição Reis é Afonso de Barros. Na sua tese sobre agricultura latifundiária [*Do Latifundismo à Reforma Agrária. O caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo* (1986)], aborda o tema do monte, inserindo-o num tipo de povoamento concentrado, a par das aldeias de dimensões e importância mais elevadas, que é similar em todas as zonas/regiões de latifúndios da Península Ibérica. Esta referência classifica ainda os montes da freguesia que estudou [Albernoa (1974)] de acordo com dois critérios relacionados com a dimensão: o primeiro, referente à grande agricultura patronal; e o segundo, à pequena agricultura familiar. Segundo o estudo deste autor, o primeiro caso (montes de herdades- sendo a herdade um referente como à propriedade de grande dimensão) é o que predomina em termos de quantidade e, também em termos populacionais: comportam mais famílias, mais trabalhadores, mais habitantes. Quando o monte alentejano entrou em declínio e os habitantes regressaram às aldeias, vilas e até cidades, também foi o monte alentejano o primeiro a sofrer, enfrentando o maior impacto desta migração.

Maria da Conceição Reis confessa que, quer quando contactou com entidades autárquicas, quer quando entrevistou a população [do seu caso de estudo- Monte da Amoreira de Cima, distrito de Évora] - constatou que a opinião acerca dos montes era a de que estavam condenados, ou melhor, verdadeiramente fracassados: não tinham futuro.

Neste capítulo em que a autora procedeu ao levantamento das referências que mencionam o monte alentejano, verificou que todas têm em comum a ligação estreita com a “*lavoura alentejana*” - o trabalho agrícola, a exploração da terra. Albert Silbert, segundo a autora, ao analisar a sociedade alentejana no Antigo Regime, afirma que o cultivador-tipo do Alentejo é desde sempre o lavrador rendeiro: possui alguns meios e animais de todo o tipo, tanto em género como em número. Adianta ainda que os lavradores são a categoria de exploradores agrícolas mais importante da economia Alentejana. Estes distinguem-se dos “seareiros” porque dirigem uma grande extensão, enquanto os segundos apenas exploram parte das herdades.

Oliver Balabanian, outra das referências da autora, estudou o sul da Península Ibérica e observou então que no Alto Alentejo existe uma classe de grandes proprietários, contudo menos ricos que nos bairros de Beja e na Andaluzia. Existem também diferenças sociais, mas não existe detectou uma classe social dedicada ao ócio. A mecanização do trabalho agrícola e a melhoria das condições de nível de vida das pessoas, tornaria assim a grande exploração privada- o latifúndio- num bom mecanismo para responder às exigências de produção: isto é, as estruturas agrárias não são o verdadeiro problema, mas

antes sim o subdesenvolvimento destas zonas até à década de 60, algo que veio a afectar grandemente o mercado da rentabilidade da agricultura.

Para além do trabalho da lavoura, associado à herdade e ao monte assim como à sua componente social e económica, o monte alentejano tem a si associada uma outra componente, e esta deveras muito importante: a arquitectura. Conceição Reis, reinterpreta assim o grande sociólogo Marcel Mauss (1872-1950): vendo bem, o monte é como que um “*fenómeno social total*” (REIS, 2000, pág. 33) produzindo um conjunto constituído pelas partes anteriormente mencionadas.

| A CASA SENHORIAL |

Segundo Leite & Feliciano, em *A Casa Senhorial- Como Matriz para a territorialidade* (2016), as casas senhoriais exprimem uma sensação de hierarquização do território, expressam todo um modo de vida.

As condições socioculturais determinam a apropriação de um território, provocadas por uma vivência que emerge de uma analogia originada simbioticamente pelas suas condições físicas e climáticas.

É, por isso, crucial compreender um território em todas as suas dimensões: clima, orografia, solos, recursos minerais e recursos biológicos, pois estas aptidões limitam e potenciam diferentes apropriações, sobretudo quando se procura interpretar a génese de um território em termos matriciais e identitários.

Segundo os autores, é importante compreender que a matriz do “senhor” traz subentendida uma noção de um amplo domínio territorial, ou seja, uma noção de domínio sobre um território que, na sua raiz feudal tende a implicar uma relação directa entre a terra e os homens que nela habitam.

Para o entendimento da disposição territorial deste período em Portugal é fundamental, por consequência, compreender o simbolismo implícito nesta noção de “senhor” que se identifica com um nome, e que se cristaliza ao avançar de um tempo tardo-medieval para a Idade Moderna, fazendo com que fiquem indissociavelmente ligados, o nome do senhor à ideia simbólica do “senhor” enquanto categoria sociocultural e a Casa matricial de uma linhagem, casa essa progressivamente entendida como solar. Acrescentamos: um processo de memória e um instrumento ideológico.



01 | CONTEXTUALIZAÇÃO

01.01 | RURALIDADE

“O conceito de rural é complexo, com significados que variam em função de correntes de pensamento e dos quadros espaço-temporais em que é aplicado.” (Saraiva, Ana 2017, pág. 21). Segundo a autora, a noção do rural, até à década de 70, estava de certa forma ligada à vida no campo e era entendida como uma antítese à vida da cidade; porém nas décadas de 80 e 90 e hoje, em pleno século XXI, o conceito tornou-se mais ambíguo devido a razões políticas, económicas, sociais e talvez até tecnológicas. O conceito – Rural- passou a ser visto como uma “representação social do espaço e o acento na função produtiva dos campos tem vindo a ser substituído pelo acento na função de consumo de bens e serviços, ajudando a esbater a dicotomia entre o rural e o urbano” (Saraiva, Ana 2017, pág. 21). Ana Saraiva atenta ainda que o conceito pode estar a ser contaminado pela urgência de uma mudança social que passa pela ruralidade- o novo rural, o neo-rural, ou o rural contemporâneo e até o chamado pós-rural.

Tal como Covas & Covas afirmam, parece impor-se a urgência de uma “2ª ruralidade”, onde para a qual propõem uma espécie de fusão entre a cidade/urbani(ci)dade (neologismo nosso) e o campo/ruralidade, a natureza e a cultura, a economia e o ambiente, o sector e o território, o moderno e o tradicional, a economia e o meio ambiente, assim como a fusão, neste caso instrumental, de dois sectores científicos; entre as ciências naturais e as ciências sociais. Ou seja, os autores propõem um equilíbrio, porque a cidade estará esgotada, e ecologicamente os recursos estão a escassear. Será esta a altura de mudar, e a fonte acredita que a nova era tecnológica se torna mais acessível este caminho para esta segunda e urgente ruralidade, que é em si mesma uma “mudança de paradigma” como comumente se diz. (COVAS & COVAS, 2012).

Ana Saraiva alerta ainda para um grande marco histórico na ruralidade em Portugal – o 25 de Abril de 1974- e identifica-o como uma mudança profunda nos campos, e no termo em si mesmo. Existe um conceito do “rural” antes de 74 e um “pós-rural” depois de 74, que terá sido estudado por vários autores referidos na sua obra.

Como Michael Vester refere no seu artigo *Reforma Agrária Portuguesa Como Processo Social*, aponta a “Reforma Agrária” como foi um movimento reivindicativo social dos próprios trabalhadores do campo que, podem ter tido tiveram algum apoio do Partido Comunista Português, mas que, de acordo com este autor, em bom rigor, foi um movimento livre de partidos. Essencialmente Portugal encontrava-se a viver o ambiente após o movimento revolucionário do 25 de Abril (Revolução dos Cravos), que renunciou e depôs o regime ditatorial do Estado Novo. Assim sendo o clima estava propício a grandes transformações sociais, como a Reforma Agrária, enquanto manifestação protagonizada pelos trabalhadores agrícolas que exigiam a extinção do latifúndio- as grandes terras do grande senhor- e impunham que a terra fosse entregue a quem a trabalhava. Os trabalhadores organizaram-se em Cooperativas de pequenos e médios agricultores e exploravam as grandes herdades entre si. Mais tarde estas cooperativas foram institucionalizadas pelo Estado, com uma série de regras, e algumas acabaram por se extinguir. As terras foram devolvidas aos antigos proprietários ou até mesmo abandonadas.

De acordo com a fonte *(Re)pensando o Conceito do Rural* (Furini, 2004), o Rural (que, como se percebe, elevamos neste estudo ao patamar de “categoria”, filosófica, antropológica e fenomenológica, isto é, dotada de uma ampla dimensão ontológica e vivencial) deve ser entendido de acordo com diferentes contextos: o contexto temporal, que em cada período da história, sofre mutações; e o contexto geográfico ou local- cada sítio tem as sua realidade e condições biológicas, sociais, económicas, políticas pelo que se torna extremamente complicado e complexo definir um conceito tão amplo e abrangente de forma simplificada.

A autora aponta o conceito como dinâmico e em transformação. Até ao século XVIII, no que diz respeito à densidade populacional, o meio rural, predominava em relação ao

meio urbano já que a produção agrícola tinha um enorme peso na economia. Com a evolução da sociedade e com a Revolução Industrial, o panorama altera-se significativamente e o urbano começa a ganhar destaque em relação ao rural. O Rural passou a ser visto como periférico e pouco desenvolvido -ou mesmo subdesenvolvido-, e o urbano passou a ter uma reputação de elevado prestígio social, pois era sinónimo de modernização e progresso.

Com efeito, a dicotomia entre Rural e Urbano ganharia uma nova dimensão com a industrialização.

Contudo para entender o conceito de Rural, a terra é um elemento crucial em todas as relações, quer sejam económicas, sociais, políticas, como a autora afirma, uma vez que é o seu “elemento definidor” (Furini, 2004, pág. 26). A autora vai ainda mais longe e aponta o facto das relações sociais no contexto rural estarem ligadas a um sentimento de colectividade e cooperação com fortes dimensões simbólicas e culturais, predominantemente ligadas à terra e ao trabalho agrícola, algo que tem vindo a dissipar-se ou a desaparecer em prol de razões económicas e financeiras. A autora assume que compreender actualmente o conceito do Rural é, assim, extremamente necessário para reflectir e reconsiderar as políticas de desenvolvimento rural, que deveriam contemplar esta dicotomia Urbano-Rural de forma a encontrar um equilíbrio entre ambas, tendo em vista as suas peculiaridades, fraquezas e vantagens.

No artigo *Urbano e Rural: a convergência de dois conceitos ou outros modos de “olhar” o território?* (Cravidão & Fernandes, 2003) fortifica-se esta ideia de que a Revolução Industrial veio transformar os conceitos Rural-Urbano, visto que a população portuguesa aquando da transição demográfica nas décadas de 50 e 60 (século XX) e a ao procurar por melhores condições de vida, gerou um êxodo rural e agrícola que se repercutiu em migrações para as zonas urbanas dentro do país e até mesmo emigrações para fora do



Figura 1: Fotografia de Artur Pastor- Alentejo anos 40-50. Ilustração da Ruralidade

país. “O despovoamento dos territórios rurais portugueses fez-se em áreas onde a presença humana foi uma constante histórica. Esses territórios são por isso um reservatório de património material e imaterial” (Cravidão & Fernandes, 2003, pág. 443).

Não podemos deixar de referir, aliás, que o último grande retrato que nos ficou do país rural ficou fixado nas páginas exemplares do exemplar Inquérito à Arquitectura Popular, passado a livro em *A Arquitectura Popular em Portugal*, edição de 1961 de um processo indicado em 1955. Os levantamentos que aí vemos, e em especial as fotografias que ilustram os volumes, são eloquentes: o país encontrava-se deprimido à data, e o sector agrícola revelava sinais de profundo desgaste. Esta depressão promoveu a migração interna e mesmo emigração para o estrangeiro, - agora o destino iria ser a Europa, em especial França e Alemanha- e o início da Guerra Colonial acelerou de forma dramática este processo:

“A Guerra de África e o fenómeno de emigração criaram um sistema de fluxo e refluxo que conduziu, por um lado e numa primeira fase, à desertificação das povoações e, depois, numa segunda fase, à aplicação das poupanças dos emigrados nessas mesmas aldeias, onde se fizeram construir casas reproduzindo um modelo de conforto que se afirmava pela diferença relativamente à arquitectura tradicional. O 25 de Abril de 1974 e a consequente democratização do país vieram acelerar um processo que se encontrava já em curso. O ambiente das aldeias e dos centros históricos das vilas mudou drasticamente. O acesso aos fundos da Comunidade Europeia e a queda das fronteiras constituíram, por fim, os episódios mais recentes dessa alteração, associada à industrialização do país, com a inevitável desafecção das actividades agrícolas que o facto acarretou: a paisagem captada pelo Inquérito modificara-se radicalmente. E com ela o contexto patrimonial” (Pereira, 2005, pág. XX).

Retomamos as palavras deste autor:

“O catálogo da exposição *O Voo do Arado* (Museu Nacional de Etnologia, 1997) demonstra a modificação do tecido rural português durante o século XX, com especial incidência para o ciclo 1960-1990. A percepção do país no que respeita às actividades produtivas e à sua ligação com a terra alterou-se a um ritmo acelerado, com consequências evidentes para o património edificado. É, aliás, hoje impossível ajuizar das condições objectivas de intervenção patrimonial sem se estudar a estrutura fundiária e produtiva da agricultura, a sua relação com os núcleos urbanos, as novas afectações de recursos e a consequente modificação da paisagem.” (op. cit., pág. XX).

Com efeito, o sector primário, passou de um contributo de cerca de 60% do PIB nacional por volta de 1960, para uns remanescentes 15% em 1990.

01.02 | A HERDADE E O LATIFÚNDIO

Segundo Mariana Sá, a representação ideológica do território Alentejano está intimamente ligada ao latifúndio, uma área agrícola de grande extensão que está sob posse de um proprietário [individualmente, família ou entidade], que se destina, habitualmente à agricultura e pecuária. (Sá, 2004)

A autora Maria da Conceição Reis, para analisar o concelho do seu caso de estudo- A Herdade da Amoreira de Cima- considerou a forma como a propriedade está registada nas Finanças, com a designação de herdade. A fonte adianta ainda que a herdade é o nome da maior parte das propriedades do Alentejo e que está relacionada com a sua vasta dimensão: daí a designação também aplicada de latifúndio- que vem da origem da palavra *lato*- significando amplo, extenso.

Quanto à sua dimensão, as referências compiladas pela autora defendem opiniões divergentes. Silva Picão considera que as herdades vão de pouco menos de 70 hectares até 1000 hectares, mas que o mais comum é de 600 a 900 ha; o Dr. Luís da Cunha Gonçalves defende que a maioria das herdades no Alentejo são de dimensão inferior a 300 hectares, podendo ir no entanto de 20 a 500 ha; Mário Nunes Vacas, segundo a autora, considera a herdade a unidade territorial por excelência e afirma que a sua dimensão varia entre os 200 e os 900 ha, com algumas excepções em que atinge os 1000 ha. Para este autor, as herdades com 60 ou 70 ha resultaram de parcelamentos de antigas herdades maiores e denomina-as de *courelas*. Já para Jaime Cortesão, segundo Reis, as herdades alentejanas atingem os milhares de hectares; o que confirmava José Leite de Vasconcelos na sua obra *Etnografia Portuguesa*, quando este afirmava ter visto, em livros de outros autores, que os latifúndios atingiam os 1000, 3000, 5000, 10000 e 20000 hectares (ou até mais) (REIS, 2000).



Figura 2: Alentejo, retratos do mundo agrícola. Artur Pastor. Arquitetura, Motivos do Sul. Décadas de 40 a 60. Ermida da Herdade da Coroadá, Moura.



Figura 3: Artur Pastor. Arquitetura, Motivos do Sul. Décadas de 40 a 60. Ermida da Herdade da Coroadá, Moura.

01.03 | O MONTE ALENTEJANO

O monte é uma edificação ou um conjunto de edificações associadas a uma exploração agrícola, geralmente afastadas espacialmente de um aglomerado populacional.

Orlando Ribeiro, em *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico* (2011), estabelece uma correlação entre a herdade alentejana com o seu monte e a *villa* rústica romana devido às particularidades das suas construções, em alguns casos à imponência das casas senhoriais e à exploração do mesmo tipo culturas da antiguidade (seara, olival, vinha e pasto).

O autor ainda acrescenta que a presença muçulmana deixou testemunhos que se sobrepuseram aos vestígios da ocupação romana. No entanto, por vezes, a brevidade relativa do domínio árabe deixou marcas menos profundas do que as de Roma. Ou, pelo menos - alertamos nós -, porque o domínio territorial islâmico/árabe assentava em pressupostos de teor tendencialmente urbano com o *k'aalas* (povoados fortificados) ou *zawia* (as *azóias*), isto é, aldeias estratégicas destinadas ao povoamento e exploração da terra, eventualmente com menor dispersão territorial. Algo que, no entanto, não impediu, obviamente, o reaproveitamento de algumas *villae* romanas como

propriedade senhorial árabe – o caso da *villa romana de Milreu* (Faro) é um caso exemplar a este respeito.

O monte alentejano foi-se transformando ao longo dos séculos, adquirindo frequentemente uma hierarquização social e arquitectónica ao longo do tempo.

Este edificado ou conjunto edificado, não se formaliza apenas no lugar onde se habita ou armazena produtos agrícolas na herdade: antes sim, este contém toda uma carga cultural e visa aspectos sociais únicos e exclusivos desta região.

Segundo Mariana Sá, em *Rusticidade e recreio na Arquitectura das Quintas do concelho de Elvas* (2004), considera-se a *villa romana* como a antecessora do monte alentejano. No entanto, a *villa* tem um peso maior do que apenas o carácter do edificado que suporta e auxilia a agricultura, pecuária e habitação. A *villa romana*, para além de ser criada e concebida em volta da exploração da terra, tem mais um componente- o ócio (*otium*). Continha um lugar dedicado ao repouso e lazer, normalmente as termas; à Cultura, onde se praticavam recitais de poesia, peças de teatro; e ainda ao Luxo, com a utilização de materiais de maior qualidade e valor, decoração, escultura e ajardinamento, aplicações de estucadas e pintura, mosaicos importados, etc.

Sá adianta que o Monte é composto por edificado simples, que na maioria dos casos está dividido em duas partes. A primeira- a habitação dos trabalhadores e/ou proprietários- e, a segunda, que apoia e recebe o material da actividade agrícola. A autora diz ainda que, a grande maioria das vezes não existe distinção entre o interior e exterior do edificado, ou seja, não são habituais os muros divisórios ou barreiras para o exterior costuma ter muros e têm acesso livre.

Ora esta é uma das características, por fugir à norma, que confere ao Monte do Rio Seco um carácter excepcional.

Segundo a fonte anteriormente referida, a linguagem arquitectónica é bastante pragmática e apenas cumpre a sua função prática- isto é, assume-se como suporte de todas as questões funcionais.

Uma grande parte das edificações dos montes mais antigos está associada às mudanças que sucederam após a implantação do Liberalismo (em meados do século XIX), assim como outros edificados que estavam sob a posse da nobreza e do clero (Gaspar, 2017, pág. 177). Um grande número de montes foi construído também durante o decorrer do século XX, para apoiar a actividade agrícola, nomeadamente durante o Estado Novo, decorrente dos incentivos do estado e da “campanha do trigo”.

Segundo o *VIII Congresso Português de Sociologia- 40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas- O monte alentejano na encruzilhada do tempo* (Mascarenhas, Barata, & Capelo, n.d.), o monte alentejano emergiu como resultado do bom valor da exploração da cortiça nos mercados internacionais, articulado com as culturas de cereais de sequeiro e produção de gado, não fosse o montado o *ex-libris* da paisagem no Alentejo. Outras culturas encontravam-se também associadas ao monte: frutícola, vinha, oliveira e até leguminosas. O Monte era o reflexo da propriedade, ou seja, o edificado destinava-se às funções e ao tipo de habitantes que o apropriavam- se eram ou não trabalhadores sazonais (o programa necessário altera-se, neste caso), que tipo de culturas se produz na propriedade... O monte *evolui* e isso transparece na estrutura que está subjacente à dimensão da exploração da terra.



Figura 4: Últimos habitantes do Monte do Rio Seco, autoria de Luís Pavão [edição- Câmara Municipal de Alvito]

01.04 | O PASSADO DO RIO SECO

Analisar o passado deste lugar seria uma tarefa quase impossível com a informação que há disponível publicamente. Felizmente, os actuais proprietários tiveram a generosidade de fornecer alguns documentos antigos que auxiliaram de certa forma a reconstituir o passado da Herdade do Rio Seco.

O primeiro documento, o mais antigo [anexo 01], data de 1789 e o seu conteúdo é uma “Escritura de Aforamento da Herdade do Rio Seco que pertencia ao Convento de S. Francisco de Viana a António Joaquim de Santa Bárbara morador em Alvito”.

Indo por partes: o Convento de S. Francisco em Viana do Alentejo dista 14,4 km do Monte do Rio Seco. Segundo a “Implantação e Arquitectura de Conventos Franciscanos e seu Enquadramento Paisagístico no Distrito de Évora (Portugal)” o Convento de S. Francisco ou Convento de Nossa Senhora da Piedade situa-se na malha urbana da vila [Viana do Alentejo] mas, tal como se verifica em outros Conventos da Ordem de S. Francisco, localizara-se fora dos muros das vilas, e com a evolução dos tecidos acabara por ficar com uma proximidade maior ao restante edificado. A origem do Convento remonta a 1528, quando um casal nobre, filho da terra, ordenou por caridade a criação de um beatério feminino, que tinha como objectivo acolher mulheres idosas e sem rendimentos. De acordo com a informação do SIPA [Sistema de Informação para o Património Arquitectónico] os nobres vianenses chamavam-se Isabel Cardoso e Manuel Fernandes Rodovalho e em 1544 afirma que a criadora se recolhe no beatério após a viuvez. Ainda de acordo com outra fonte, as idosas foram transferidas entre os anos de 1578 e 1580 para o mosteiro do Bom Jesus [fundado entre 1548-1553] na vila de Viana. Por volta de 1580, a casa religiosa recebeu frades da Terceira Ordem Regular de São Francisco e, surgiu então o nome que é conhecido o convento até aos dias de hoje. Esta edificação tornou-se, portanto reduzida e, com a ajuda de esmolas e donativos de particulares

sobretudo de D. Luísa Cabral de Quadros, executaram-se algumas obras de ampliação. O patrocínio de D. Luísa leva-a a receber o padroado da capela-mor em 1590.

Mais tarde em 1834, no seguimento da extinção das ordens religiosas em Portugal, o convento apenas albergava sete frades, tendo sido encerrado e depois vendido em hasta pública, acabando por ficar uns anos ao abandono. Em 1859, um médico, António José de Sousa, e a sua esposa, D. Maria José Guimarães de Sousa, tornaram o imóvel num “asilo provisório da infância desvalida” para receber e acolher crianças órfãs e uma creche para receber e alimentar crianças pobres. A fonte revela que o médico assegurava que seria uma das primeiras creches criadas em Portugal [regida pelas irmãs hospitaleiras das Trinas de Mocambo, de Lisboa]. Em 1960 o edifício, sobretudo a Igreja, encontrava-se em remodelação e sofreu uma descaracterização de índole arquitectónica- arrancaram quatro altares de talha dourada e marmoreada, barrocos e rococó dos séc. XVII e XVIII e ainda o campanário que existia na face Norte do templo. A igreja reabre em 1967 ao culto. O corpo da igreja data do séc. XVII e apresenta uma planta rectangular com abóbada de meio canhão, com portadas que apontam ser do séc. XVIII, e com um janelão contemporâneo às portadas sobre o pórtico. Hoje em dia, ainda assume as funções de creche para todo o tipo de crianças.

O segundo documento data de 1793 [anexo 02] e tem como conteúdo- “Carta de Firme Venda da Posse da Herdade do Rio Seco, sita no termo da Vila Nova da Baronia, que faz António Joaquim de Santa Bárbara ao Capitão António José Joaquim lavrador na Herdade da Abobada termo desta Cidade de Évora”- que prova que a Herdade do Rio Seco estava sob a posse dos Frades Franciscanos do Convento de S. Francisco de Viana do Alentejo e que “venderam a posse”- ou seja arrendaram ao dito Sr. António Sta. Bárbara de Évora.

Outro documento [anexo 03] deste mesmo ano trata – “Pagamento de rendado foro do Rio Seco à comunidade de S. Francisco de Viana” - que prova que, pelas palavras do Escrivão da Comunidade Franciscana do Convento de Viana- Frade Joaquim Carneiro- no 1º de Novembro de 1973 receberam 12 moedas de ouro por conta do Sr. António Joaquim Lavrador da Herdade da Sobreda e da “nossa herdade”- da comunidade de S. Francisco, a Herdade do Rio Seco.

Do ano seguinte, 1794 existe um documento que reporta ao “Laudémio da Compra do Rio Seco” [anexo 04] que devido à caligrafia pouco perceptível, não se consegue deduzir quem são os intervenientes, apenas a data -16 de Fevereiro de 1974- e a assinatura - António da Esperança Varela – Ministro do Conselho.

Continuando a linha cronológica, existe mais um documento [anexo 05] que reporta ao ano de 1800, mais precisamente a 20 de Agosto desse ano, que se trata da “Declaração de Agostinho da Cunha da Venda do Monte da Sobreda” e, no mesmo ano, da “Procuração de Augusto da Cunha” [anexo 06]. A ligação destes documentos à Herdade do Rio Seco não está completamente confirmada, mas talvez estejam relacionados com a junção destas duas herdades ou de parte destas. Na carta militar mais antiga [1944] observa-se a referência a Rio Seco e Vale Sobreiro - poderá ser uma derivação de “Erdade da Sobrêda”; esta informação serve-nos como fonte de especulação, para reconstituir a história do lugar e entender de certa forma esta ligação, ainda que não comprovada.

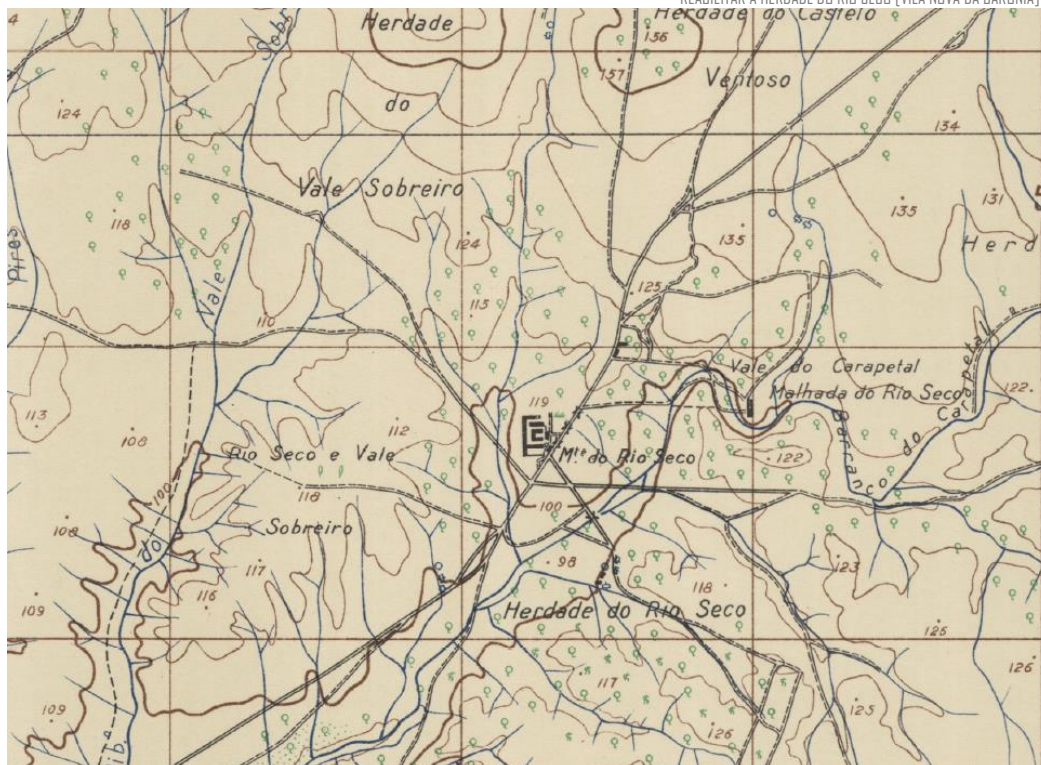


Figura 5: Retirado de Carta Militar de Portugal- Instituto Geográfico do Exército 1944 [ver anexo 25]

De 1841, existe um documento [anexo 08] que se refere à Herdade do Rio Seco - o “Código de Posturas Municipais para a Freguesia de Vila Nova da Baronia, Concelho de Alvito” [Lisboa: Na Imprensa Lusitana]. Este documento é uma espécie de Regulamento que dita as regras/leis da freguesia, onde é mencionada a Herdade do Rio Seco, assim como muitas outras que estão dentro dos limites desta freguesia. Mais precisamente no capítulo “Auto de Tombamento do termo desta Villa” onde se pode ler

arcdá

Existe um outro documento, de 1844 [anexo 07], que tem como conteúdo “A Escritura de compra e venda de 9 Alqueires de Trigo de renda na Herdade do Rio Seco. Vende Luiza Joaquina de Vila Nova da Baronia ao capitão José Augusto Fernandes”. Ainda do mesmo ano, de 16 de Março: “Matias José Fernandes toma posse do foro de 67 Alqueires de Trigo e 28 de Cevada remido ao Tesouro perante o Tribunal” [anexo 10]; e de 25 de Junho: “Auto de Prova da Remissão do Foro que pertenceu ao Convento de S. Francisco à Fazenda Nacional” [anexo 09].

Do ano de 1862, temos um arquivo [anexo 11] cujo conteúdo menciona: “Matias José Fernandes senhorio e possuidor do Rio Seco compra quinhão de nove Alqueires de Trigo no Rio Seco ao Reverendo Padre Fernando Sobrinho, Prior da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Vila Nova da Baronia”.

Em 1871, José Maria de Lima escrivão redige o testamento de Matias José Fernandes que foi aprovado a 5 de Abril desse ano. Matias Fernandes ficou viúvo, segundo o testamento, e estava casado em segundas núpcias com a segunda mulher Dona Rosa Eleutheria de Gusmão Mexia Fernandes, que até à data em que escreveu o testamento não tinham filhos. Deixava assim os seus bens a sobrinhos, amigos e à esposa. [anexo 12] Dois anos depois, em 1873 [anexo 13] surge mais um documento onde o Barão de Mesquita nomeia um procurador para passar o Rio Seco (da Estrada como era denominada a Herdade nesta altura) e Vale Sobreiro que lhe está incorporada e outras

propriedades pertencentes à esposa, Rosa Eleutheria de Gusmão Mexia Fernandes (que se depreende que seja a viúva de Matias José Fernandes).

Este indivíduo- Barão de Mesquita- segundo o documento: “Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal- 1885 [documento parcial em anexo 24]- chamar-se-ia Miguel Corrêa de Mesquita Pimentel, e segundo Barão de Mesquita, havia nascido a 27 de Dezembro de 1827 e teria casado com D. Rosa Eleutheria de Gusmão Mexia Fernandes Lobo Corte Real em 1872, viúva de primeiras núpcias. Este casal não deixara, à semelhança do primeiro casamento de D. Rosa, herdeiros directos.

Anos mais tarde, em 1891, surge um novo documento [anexo 14] que trata da “Escritura de arrendamento da Herdade do Rio Seco que faz a Baronesa de Mesquita a José Gião por seis anos”, a Excelentíssima Baronesa de Mesquita, a que se refere encontra-se viúva e residente em Lisboa, o que sugere que o Barão de Mesquita, D. Miguel Corrêa havia falecido e, assim, D. Rosa tornara-se Baronesa depois de viúva do segundo marido. Os rendeiros referidos no manuscrito- José Augusto Gião morador no Monte do Castelo e Joaquim Gião, proprietário do Monte do Zambujal, eram ambos casados. No documento é ainda referido o nome das herdades que fazem extrema com a Herdade do Rio Seco, assim como uma série de condicionantes a que os rendeiros se submetem com o arrendamento da propriedade.

De 1907, existe outro manuscrito que consiste na “Escritura de Doação ou Partilha entre D. Maria Rosado Caeiro Correia, lavradora, viúva e o Dr. Joaquim Rojão e esposa Augusta Caeiro Correia Rojão, Francisco Sales Fernandes Gião e esposa D. Mariana Caeiro Correia Gião e ainda Joaquim António Caeiro Correia solteiro e maior de idade, proprietários e residentes na Vila de Reguengos”; a caligrafia é muito pouco perceptível e não se conseguem tirar muitas conclusões deste documento em relação à propriedade, deduzindo-se, no entanto, que se refira à herdade do Rio Seco, mais precisamente ao seu arrendamento, visto que, à semelhança dos antigos rendeiros, as pessoas que foram nomeadas partilham o apelido “Gião”. [Anexo 15]

De um ano mais tarde data um documento- “Contribuição Predial em nome da Baronesa de Mesquita” - [Anexo 16]; visto que a Baronesa nascera a 11 de Fevereiro de 1826, em 1908 estaria com 82 anos.

Em 1938, o Presidente da Câmara de Alvito comunica à Baronesa de Mesquita [anexo 17] que não teria comparecido na reunião de Câmara; se todos estes dados recolhidos estiverem correctos, a Baronesa encontrar-se-ia neste ano com 112 anos, ou até poderia já não estar viva, podendo a Câmara de Alvito não ter tido conhecimento desta circunstância.

Existe ainda um registo de “Declaração de Venda de Colmeias a Joaquim Caeiro Correia” que data de 1950 [Anexo 18].

Os donos da propriedade cederam ainda mais alguns documentos sem data: as notas de Guilherme Gião com a descrição da Herdade do Rio Seco; nomes de algumas pessoas de Vila Nova da Baronia que conhecem as extremas da propriedade; uma Planta do Monte antiga feita à mão; confrontações do Monte do Rio Seco; e ainda uma tabela com a data e assunto de cada anexo que forneceram [do anexo 1 ao 23- do anexo 24, não foi fornecida informação suplementar].

É um pouco confuso reconstituir o passado e a história desta herdade, que passou durante épocas por diferentes mãos, pertencendo actualmente ao antigo Reitor da Universidade de Lisboa- o Exmo. Senhor José Manuel Gião Toscano Rico.

Sendo assim, a Herdade do Rio Seco, como se dispõe actualmente, resulta de uma junção entre a antiga Herdade do Rio Seco da Estrada e a Herdade da Sobreda que pertenceu a Matias Fernandes, referido anteriormente, que deixa de herança a propriedade à sua segunda esposa, que por sua vez, vem a herdar o título do segundo marido: Barão de

Mesquita. A verdade é que falta documentação para reconstituir a história completa da herdade, mas pelo que se entende o Sr. Joaquim Caeiro Correia que terá sido um dos rendeiros da propriedade, adquire mais tarde a mesma e deixa de herança a Guilherme Gião (filho de Francisco de Salles Rosado Silva Gião- mencionado no anexo 15).

Por sua vez, Guilherme Gião é sobrinho de Armando Augusto Fernandes Gião (irmão do pai), e primo-irmão de Maria Christina Potes Gião (mãe do actual proprietário).

Guilherme Gião tinha também em sua posse uma herdade com um monte de características arquitectónicas e formais similares ao Monte do Rio Seco, que também herdou do tio Joaquim Correia, mas que acabou por vender. Este monte chama-se Monte das Aldeias Pequenas e situa-se em Pedrogão [Alentejo], pertencendo ao município da Vidigueira, a 60 km do Monte do Rio Seco.

Segundo o proprietário actual, foi o tio do primo Guilherme, Joaquim Caeiro Correia, que mandou edificar o Monte do Rio Seco assim como os outros núcleos edificados espalhados pela herdade (como as malhadas e habitações de apoio). Foi, de certa forma, o “construtor” da história da herdade. E poderemos realçar o gosto muito refinado, que não se verifica no edificado simples que mandou construir, mas antes nos detalhes requintados que o povoam.

O Monte da Herdade das Aldeias Pequenas em Pedrogão também foi mandado construir por Joaquim Correia, verificando-se assim diversas semelhanças formais arquitectónicas entre ambos.



Figura 6: Fotografia do Monte das Aldeias Pequenas em Pedrogão- Vidigueira



Figura 8: Fotografia do Monte das Aldeias Pequenas

Jorge Cruz Pinto, em *“Arquitectura da planície - cinco situações de montes no Alentejo”* (2007) analisou o Monte das Aldeias Pequenas e caracteriza-o pelo seu carácter marcante no cabeço que domina a paisagem- a planície alentejana. Afirma que este lugar em específico, foi um factor determinante na escolha da implantação do edificado. À semelhança do Monte do Rio Seco, este Monte das Aleias Pequenas, tal como descrito pelo autor, tem um muro que antecede a casa principal e é marcado pelas chaminés e pelas palmeiras- plantadas estrategicamente- que geram um cenário de enquadramento simétrico e equilibrado do edificado, como se de uma moldura se tratasse.

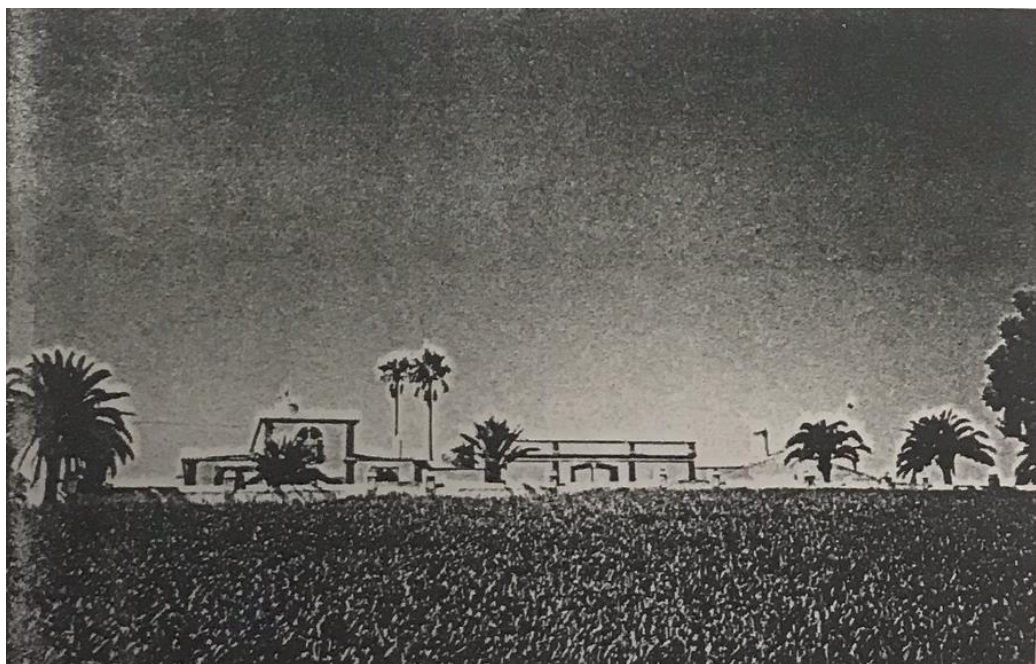


Figura 7: Fotografia do Monte das Aldeias Pequenas

Cruz Pinto descreve o conjunto edificado com uma forte relação entre a trilogia- “edifício”, “caminho” e “paisagem”: “[“A relação entre o lugar e o caminho cria uma tensão entre a centralização e a longitudinalidade”¹ (Pinto, 2007, pág. XX) entre as permanências e os percursos que temporizam a vivência no espaço]”- mais uma semelhança com o caso de estudo, que concentra um carácter central do edificado, mas que se estende no território no sentido deste eixo paralelo à terra. Para além disso, os dois Montes têm esta diferença entre o interior e exterior- através do muro e dos portões em ferro gradeado- que tal como o autor refere, antecipa de certa forma o que está no interior, desvendando-o, mas da mesma forma protege e cria uma barreira com o exterior. A casa senhorial nas Aldeias Pequenas eleva-se e acentua o desnível com um muro e um pequeno “terraço” que pode indicar discretamente e de forma pouco pretensiosa a diferença entre classes (entre a casa do senhor e as casas dos trabalhadores) - o mesmo se verifica no Monte do Rio Seco.



Figura 9: Fotografia do Monte do Rio Seco- Entrada Principal

Muitas pessoas desta terra (Vila Nova da Baronia-Alvito) trabalharam na agricultura e na pecuária nesta propriedade, mas alguns dos trabalhadores vinham de Reguengos de Monsaraz e de pequenos aglomerados (aldeias) perto de Reguengos de Monsaraz, terra de onde Joaquim Caeiro Correia era natural, tal como o feitor da herdade o Sr. Martinho. Viveram e trabalharam nesta propriedade muitas famílias, havendo inclusive professoras que se deslocavam para dar aulas às crianças filhas dos trabalhadores do Rio Seco. É importante salientar que a Herdade, aquando da Revolução de 25 de Abril de 1974, foi ocupada e explorada durante 30 anos pelos Pequenos e Médios Agricultores, durante a Reforma Agrária.

¹ Longitudinalidade- relativo a longitude; no sentido do eixo principal

Segundo o autor Fernando Oliveira Batista, na publicação *“Trabalhadores Agrícolas e Trabalhadores Familiares- Dez Anos de Factos, Debates e Projectos”* (1986), após a Revolução dos Cravos de 1974, foram ocupados mais de um milhão e cem mil hectares no sul de Portugal pelos trabalhadores agrícolas, que reivindicavam assim a sua luta por melhores condições socioeconómicas. Os Pequenos e Médios Agricultores eram colectivos eleitos pelos trabalhadores que passaram a explorar as terras latifundiárias ocupadas. Os donos (familiares de Guilherme Gião) recuperaram a sua posse em 2005. O Monte esteve devoluto por 30 anos, estando assim em muito mau estado de conservação, tendo inclusivamente sofrido diversas pilhagens e roubos.



Figura 10: Fotografia de antigos trabalhadores e moradores do Monte do Rio Seco, 1971. Fornecida pelos actuais donos

01.05 | O RIO SECO NO PRESENTE

Segundo o documento da Conservatória do Registo Predial de Alvito, a Herdade do Rio Seco -anteriormente denominada de Rio Seco da Estrada- é constituída por uma parte rústica com cultura arvense: azinhal, olival, eucaliptal, pomar de laranjeiras e sobral. A norte, é confrutada com a Herdade das Sesmarias e com Herdade das Soberanas; a Sul, com a Herdade com Gamoad e Herdade de Santa Águeda; a Nascente, com a Herdade dos Lanças e com a Herdade do Castelo-Ventoso; e a Poente, com a Herdade de Maria Pires- 1179,1125 ha- e por uma parte urbana: doze compartimentos com uma área de 1000 m².

A Herdade tem quatro núcleos de edificado dispersos pela sua extensão. O Monte do Rio Seco é o edificado principal e encontra-se situado junto à estrada que liga Vila Nova da Baronia a Odivelas.

É constituído por uma casa de habitação que está num estado muito avançado de ruína e se encontra fora do muro que encerra as edificações do monte, levando a crer que foi construída anteriormente ao resto do edificado do monte, pela sua implantação estar discordante com o desenho simétrico e uno do restante conjunto.

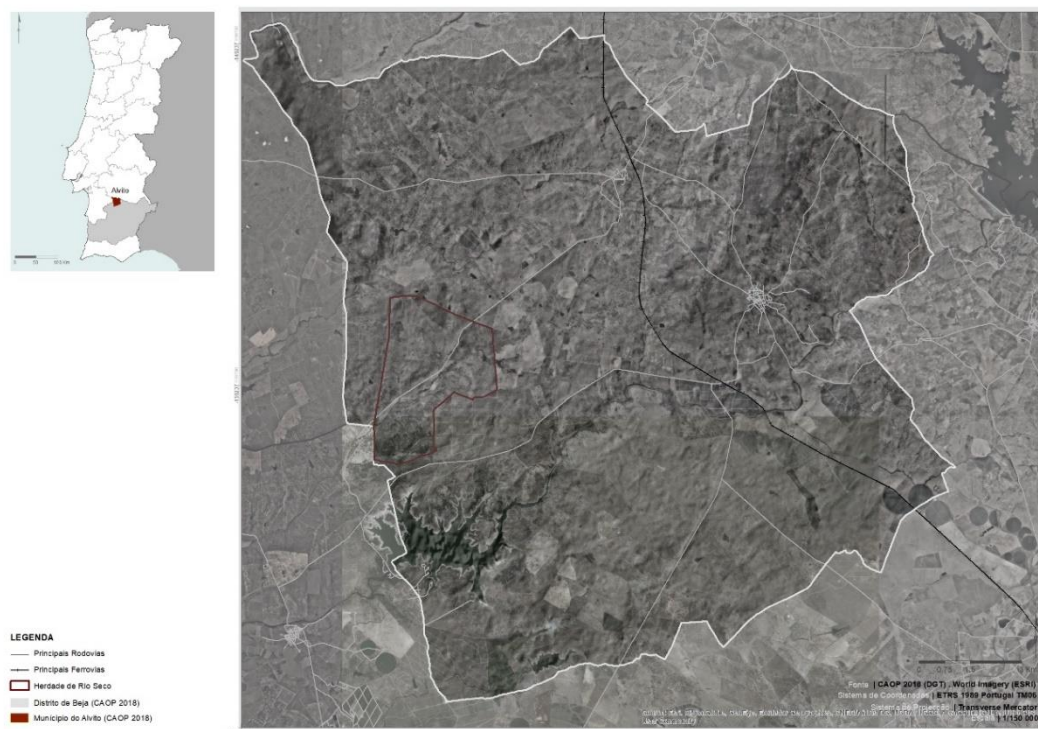


Figura 11: Limites da Herdade do Rio Seco

O monte, como foi dito, está contido numa linha que o encerra [o muro], tendo como entrada principal um portão nobre ladeado por duas ligações verticais [escadas] que dão acesso a um miradouro com vista sobre as extensas terras da Baronía.



Figura 13: Escadas de acesso ao Miradouro



Figura 12: Vista do Miradouro



Figura 14: Fotografia capturada por drone da entrada nobre do monte

Em frente a esse portão nobre, existem dois pequenos assentos gentilmente centrados com os vãos desta entrada. De frente para a entrada encontra-se a habitação nobre (humildemente disfarçada entre o edificado), que encerra um pequeno largo, juntamente com a casa dos trabalhadores - ou a casa da “malta”-, o lagar, a casa dos arreios e as oficinas. Atrás da casa senhorial existe um pequeno jardim sobrelevado, com vista para as arcadas, a Poente. A Sul, ficam as vacarias, pocilga, palheiros e edificado de apoio agrícola com balança e cais para exportação de animais vivos. A Norte da casa senhorial, existem mais apoios agrícolas e armazéns, assim como o lagar, pombal e algumas habitações para trabalhadores com uma entrada secundária, própria.



Figura 15: Um dos bancos dispostos para o Portão Nobre



Figura 16: Arcadas do Monte

O monte é composto por vários edifícios, isolados mas interligados entre si, que criam ruas, à semelhança do que poderemos ver numa pequena aldeia. Apesar de todas a sua simplicidade e pouco arrojo formal e construtivo, podemos verificar a presença de detalhes bastante sofisticados, que demonstram um cuidado e subtilidade na sua construção e conferem ao conjunto um carácter bastante próprio, de valor único.



Figura 17: Lagar



Figura 19: Entrada da casa nobre



Figura 18: Vista capturada por drone do edifício do Monte

Nesta mesma estrada de ligação entre Vila Nova da Baronia e Odivelas, encontra-se localizado o segundo núcleo da propriedade, que tem um curral construído em alvenaria, assim como um armazém agrícola e a habitação para o pastor e sua respectiva família.



Figura 20: Ortofotomapa - Casa do Pastor

O terceiro núcleo são as denominadas Malhadas, que possui as pocilgas, divididas e numeradas, de modo a que cada porca estivesse com as suas crias em cada parcela, tendo para além disso habitação para o guardador de porcos e a sua família.



Figura 21: Fotografia das Malhadas

Já o quarto núcleo do conjunto é a Casa da Horta, que engloba uma pequena habitação, um galinheiro e uma horta, com laranjal e um sistema de rega por gravidade que se acabaria por degradar pela passagem do tempo. Ainda tem um pequeno tanque que abastecia a rega deste hortejo.



Figura 22: Casa da Horta



Figura 23: Galinheiro da Casa da Horta



Figura 24: Tanque atrás do Galinheiro da Casa da Horta



Figura 25: Ortofotomapa - Localização dos quatro núcleos da Herdade:

1. Monte do Rio Seco;
2. Curral, armazém agrícola e habitação para o pastor;
3. Malhadas;
4. Casa da Horta

01.06 | CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

01.06.01 | CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA PAISAGEM DE ALVITO E HERDADE DE RIO SECO

Para estudar a paisagem, como meio onde os vários agentes se relacionam complexamente entre si, foi seleccionada a metodologia “Sistema-Paisagem” de Magalhães (2007), a qual admite factores ecológicos e factores culturais - entenda-se, humanos - e através da qual é possível propor usos e ocupações do solo que não comprometam a estabilidade do seu funcionamento biofísico.

Segundo esta metodologia, a Paisagem é composta por diversos subsistemas, tais como: a morfologia do terreno, a geomorfologia, o solo, a vegetação, o clima e a acção humana no seu devido percurso temporal. Em termos práticos, Magalhães procura representar esses subsistemas por meio de estruturas constituídas de polígonos, pontos e linhas, sendo os subsistemas mais importantes, isto é, determinantes para o equilíbrio do funcionamento biofísico da paisagem, identificados na referida Estrutura, podendo existir Áreas Complementares, que não sendo tão importantes, têm um papel complementar à sua manutenção. Neste caso de estudo- Herdade do Rio Seco, determinou-se que os subsistemas mais importantes de se analisar seriam a Morfologia do Terreno, os Declives, a Permeabilidade e o Valor Ecológico do (sub)solo. Todas elas foram cartograficamente representadas à escala do Município e da Herdade, para estabelecer uma relação e comparação entre as mesmas.

As bases cartográficas retiradas da plataforma EPIC WebSIG de Magalhães (2013) e reinterpretadas com auxílio de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), através do software ArcGis 10.6 da ESRI, com a colaboração da equipa do grupo de investigação Sustenta – Laboratório de Investigação Sustentável (CIAUD). Toda a cartografia produzida encontra-se no sistema europeu ETRS89-PT-TM06.



Figura 26: Localização do Concelho de Alvito e Retrato no Campo (autora: Maria Jesus Paiva, 2019)

01.06.02 | OCUPAÇÃO E USO DO SOLO DO RIO SECO NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE ALVITO

Segundo a obra “Tradição por Terras Dentro” (Fragoso & Fragoso, 2008), o município de Alvito situa-se a Noroeste da região do Baixo Alentejo e fica a 38 km de Beja (capital de Distrito). O seu território tem uma área administrativa de 260,93 km² e em 2004 contava com 2708 habitantes no concelho (o que não se alterou significativamente até agora). É constituído por duas freguesias -Alvito e Vila Nova da Baronia- cujos povoados distam sensivelmente 6 km entr si. O município é um dos mais pequenos do Baixo Alentejo e tem uma densidade populacional baixa -cerca de 9,9hab/Km²- segundo a fonte. A zona do município situa-se entre os 100 e os 315 metros de altitude, e a direcção a Poente dissimula-se suavemente rumo ao Vale do Sado (Figura 27).

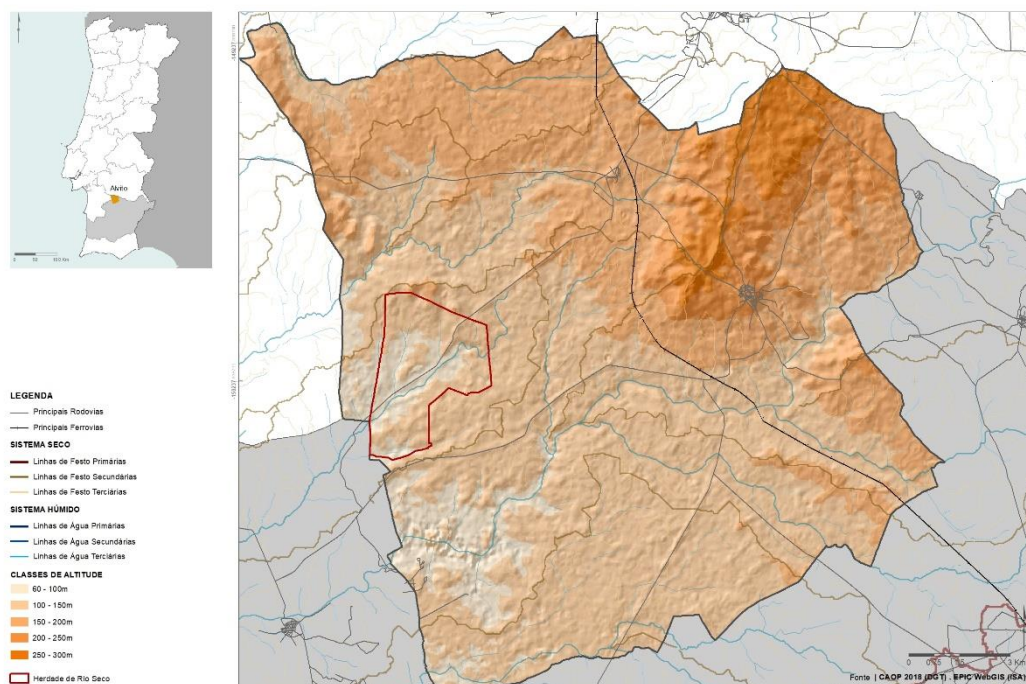


Figura 27: Cartografia de Altitudes do Concelho de Alvito- Herdade do Rio Seco

O relevo apresenta-se maioritariamente aplanado, com declives que variam entre os 0 e os 5%, sendo apenas acidentado na zona Nordeste, em direcção à Serra de Portel (Figura 28).

Ainda segundo Fragoso & Fragoso (2008), a linha de água com mais relevância no Concelho é a Ribeira de Odivelas e a bacia hidrográfica situa-se praticamente toda contida no município. O clima apresenta-se próprio do interior e Sul do país- clima mediterrânico: precipitação baixa mas concentrada durante o período do Inverno, temperaturas médias mas bastante altas durante o período do Verão, amplitudes térmicas elevadas sobretudo durante as estações intermédias – Primavera e Outono; a nebulosidade é relativamente baixa, com insolação e radiações bastante intensas durante o período mais quente - Verão.

Os declives constituem um dos critérios de caracterização do relevo, que se tornam uma peça chave no ordenamento do território. A inclinação das superfícies está relacionada com a sua origem geológica, particularmente com as suas características litológicas e processos erosivos que sofreram anteriormente. Este também é um factor importante na apropriação pelo homem do território, tanto em relação à exploração agro-florestal como também na edificação e infra-estruturas [mobilidade].

A média do município situa-se entre 3 a 5% de declive, o que significa que são consideradas áreas pouco declivosas; no entanto, o escoamento de águas superficiais começa a ter algum impacto.

No concelho de Alvito, a média populacional é bastante baixa comparada com a NUTE do Baixo Alentejo, com uma população bastante envelhecida e a maior parte dos residentes com baixa escolaridade. Os equipamentos de apoio à população são limitados nas áreas da saúde, educação, protecção social e emprego.

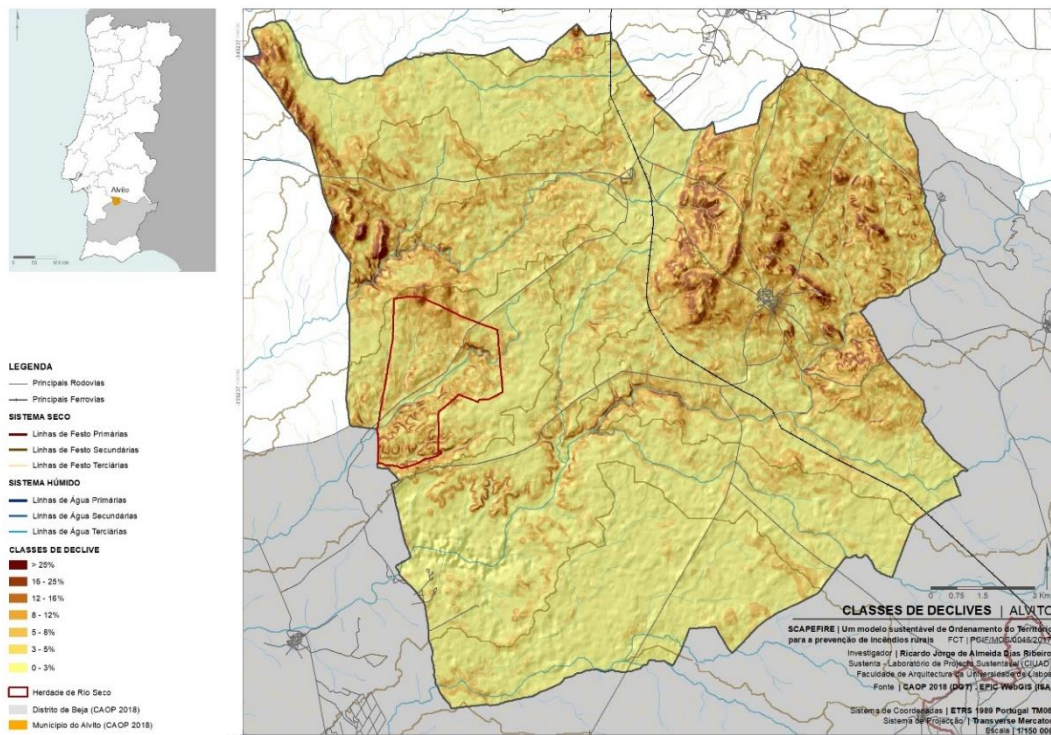


Figura 28: Cartografia de Declives do Concelho de Alvito-Herdade do Rio Seco

01.06.03 | MORFOLOGIA DO TERRENO- SISTEMA HÚMIDO E SISTEMA SECO

A Morfologia do Terreno é um instrumento de análise e representação da paisagem que nos mostra a forma global do terreno, ou seja, como é que a paisagem se nos apresenta fisiograficamente, servindo como um indicador (bio)físico primário da forma como o solo é usado e ocupado pelo Homem.

A Morfologia do Terreno é composta por dois subsistemas: o Sistema Húmido e o Sistema Seco. Estes dois subsistemas não só expressam a forma do terreno, como determinam o comportamento relacional dos restantes subsistemas, relativas, nomeadamente, às situações de erosão, da água (escoamento ou acumulação), dos microclimas e da vegetação. O Sistema Seco encontra-se nas situações de morfologia convexa, sendo constituído pelos designados cabeços e pelas vertentes; o Sistema Húmido, nas situações côncavas, pelas linhas de águas e pelas suas áreas adjacentes, sendo estas últimas de maior expressão quando em situações aplanadas (de declives menores, como é o caso do presente caso de estudo).

No caso da Herdade do Rio Seco, como se pode verificar na Figura 29 fica entre duas linhas de fecho, portanto está inserida numa bacia hidrográfica [bacia de recepção].

A principal linha de água do município [Sistema Húmido] é a Ribeira de Odivelas que está a alimentar a Barragem de Odivelas. As barragens normalmente seguem uma estratégia: constroem-se em grandes bacias hidrográficas, que abrangem águas de grandes áreas. A vila de Alvito está numa zona mais elevada que é o chamado promontório, assim como o Monte edificado na Herdade está numa situação de cabeço aplanado. A zona de montado da herdade é um pouco mais acidentada- que fica a Sudoeste de Alvito.

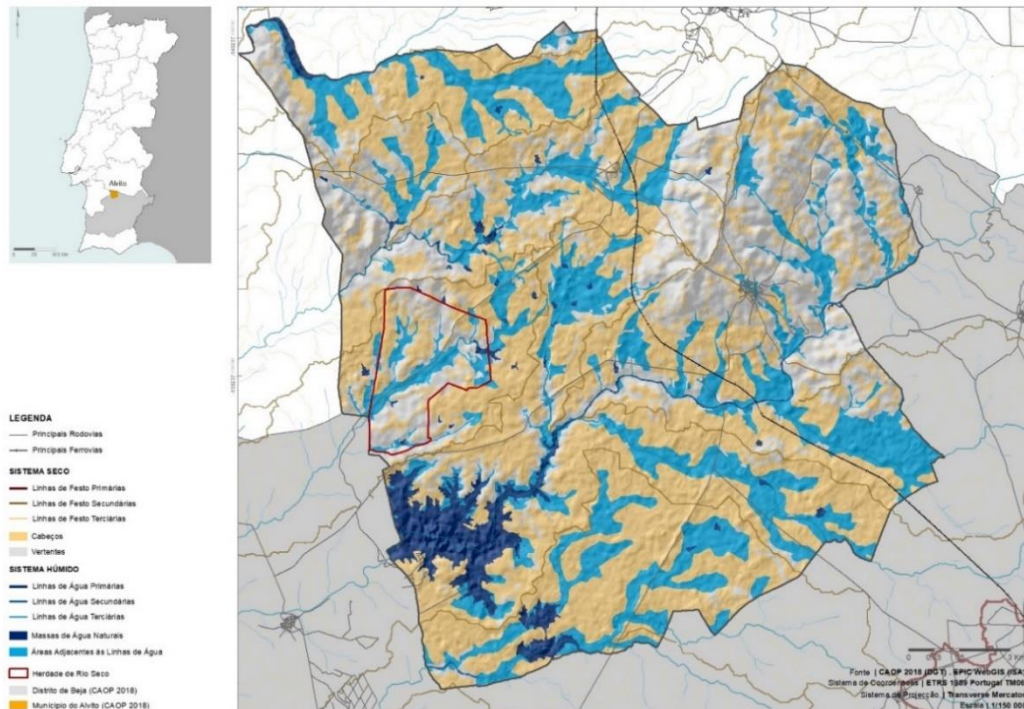


Figura 29: Cartografia de Morfologia do Terreno do Concelho de Alvito-Herdade do Rio Seco

01.06.04 | PERMEABILIDADE DO (SUB)SOLO

Um outro subsistema em análise, resultante, em parte, das características morfológicas do terreno, é a permeabilidade. A classificação do grau de permeabilidade potencial, isto é, da capacidade de infiltrar águas das chuvas (sem contar com a ocupação humana e uso do solo actual), depende das características do (sub)solo e da morfologia do terreno.

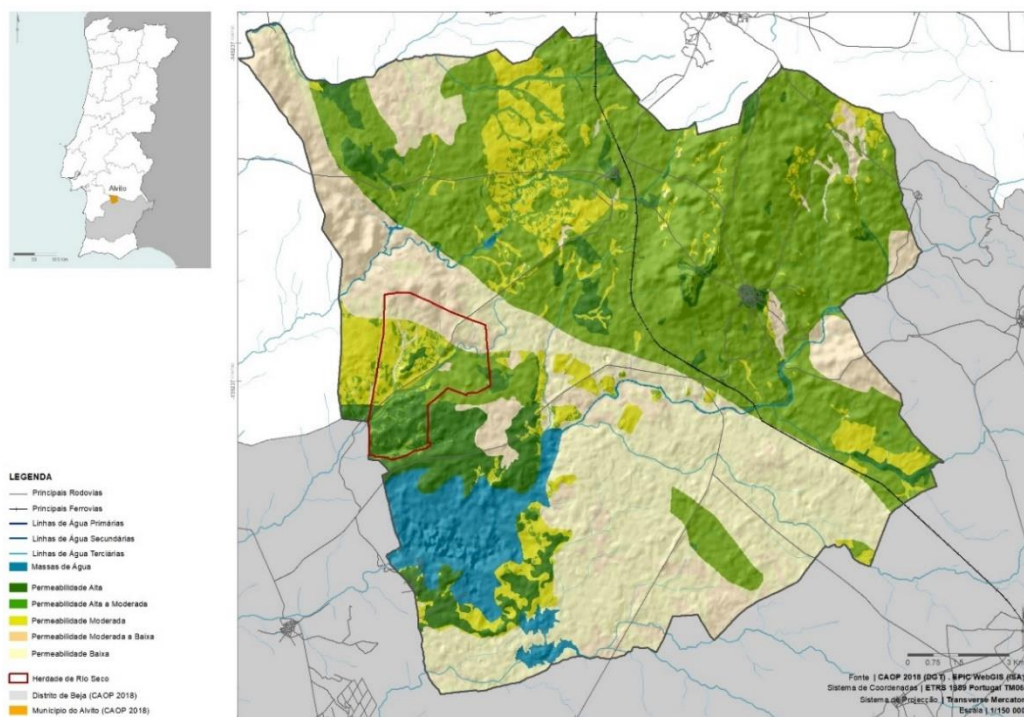


Figura 30: Cartografia de Permeabilidade do (sub)solo do Concelho de Alvito-Herdade do Rio Seco

A situação mais favorável à infiltração, ou seja, de maior permeabilidade, será a de declives baixos (aplanado) e com solo altamente permeável.

Como podemos observar na Figura 30, na herdade de Rio Seco, tal como acontece no resto no município, existem zonas de Permeabilidade Alta a Moderada, com outras zonas onde a permeabilidade é baixa e sendo na sua maioria aplanado, estando sobretudo dependente da sua formação litológica: formações de xistos e alguns aglomerados de Gabros, Dioritos, em outras zonas formações de Argilitos e ainda Granitos.

A Herdade tem na sua maioria permeabilidade alta a moderada, só a Norte tendo permeabilidade mais baixa.

01.06.05 | VALOR ECOLÓGICO DO SOLO

Um outro subsistema em análise é o valor ecológico do solo, isto é, tendo em conta as suas características físicas e químicas, constituição, nomeadamente em termos de quantidade de nutrientes e carga de matéria-prima, cruzadas com informação retida na análise da morfologia do terreno e permeabilidade do subsolo.

O Município de Alvito apresenta na sua maioria Solos de Elevado Valor Ecológico; a Herdade do Rio Seco tem aproximadamente 50% de Solos de Elevado Valor Ecológico e a outra metade compõem-se de Solos de Reduzido Valor Ecológico, o que está relacionado com todos os outros factores mencionados anteriormente.

A Herdade, à semelhança do Município, tem áreas adjacentes às linhas de água, onde se depositam os nutrientes, que se denominam Aluviossolos. Estes têm Elevado Valor Ecológico.

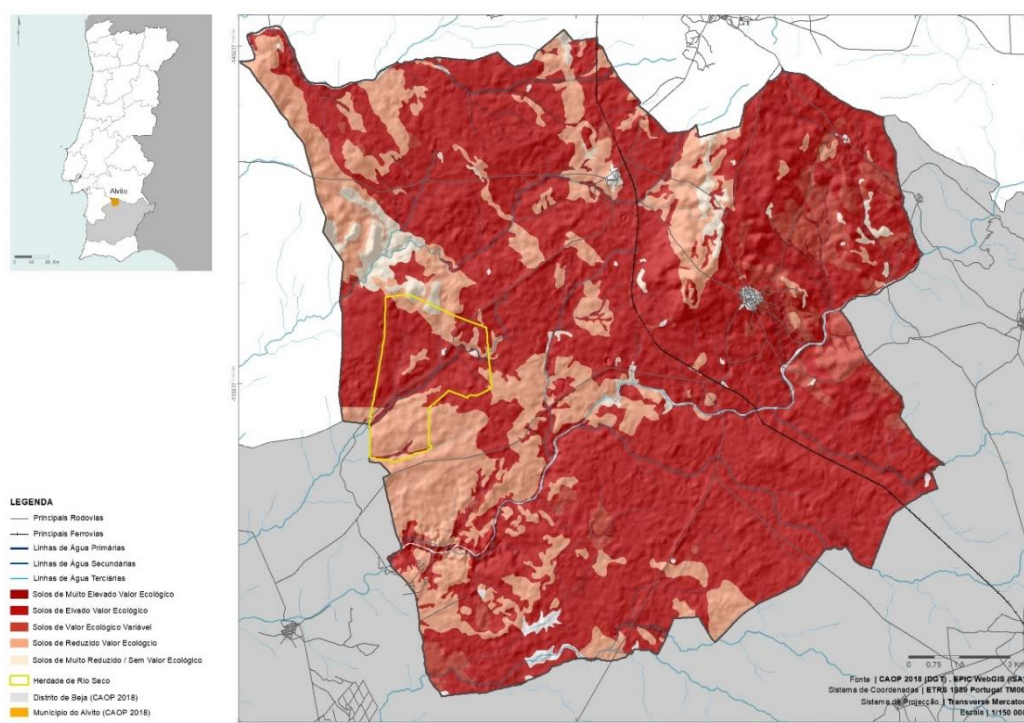


Figura 31: Cartografia do Valor Ecológico do Solo do Concelho de Alvito- Herdade do Rio Seco

01.06.06 | USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A análise dos dados de uso e ocupação do solo nível 2 disponibilizados pela Direcção Geral do Território (DGT), mais especificamente correspondentes aos anos de 2007 e 2018, juntamente com o Sistema de Informação Geográfica (SIG), permitiram analisar à escala do Concelho de Alvito e à escala da Herdade do Rio Seco.

Com base na observação da Figura 32, a classe de uso com mais expressão, tanto a nível do município, como da Herdade, é as Áreas Agrícolas Heterogéneas, seguindo-se das Pastagens Permanentes e, em terceiro lugar a nível do município, as Culturas Permanentes, sendo que neste último caso, verifica-se especificamente na herdade a prevalência de ocupação com Florestas.

Onze anos mais tarde, à escala do município as classes com maior representatividade mantêm-se; porém, a classe das Culturas Permanentes aumenta quase o dobro da sua percentagem em relação a 2007; assim como se verifica o mesmo fenómeno com as Florestas, no contexto da herdade.

Comparativamente, em termos de percentagem, o Município tem mais Planos e Cursos de Água que na Herdade do Rio Seco, onde não abunda este bem tão escasso e necessário pelo calor que se faz sentir nos Verões mais quentes.

Segundo a fonte [Fragoso & Fragoso (2008)], o concelho de Alvito, no que toca à capacidade do solo (Valor Ecológico), apresenta uma área com Elevada Aptidão Ecológica ao uso agrícola, comparativamente com a média distrital dos concelhos vizinhos, sendo as culturas dominantes de sequeiro- trigo mole girassol, aveia, cevada. Contudo, o que se verifica através da nossa observação directa, é que actualmente as plataneiras intensivas de olival e, agora, amendoeiras estão a transformar o que era esta realidade. No montado, segundo aos autores [Fragoso & Fragoso (2008)], encontram-se sobreiros, azinheiras, oliveiras e citrinos. Existem ainda Pastagens Permanentes destinadas à produção pecuária- a ovelha é o animal com mais representatividade neste concelho, seguindo-se as vacas, e depois, com menos expressão, cabras e porcos. Os autores afirmam ainda que nas áreas não cultivadas tem inúmeras espécies espontâneas, onde dominam as cistáceas.

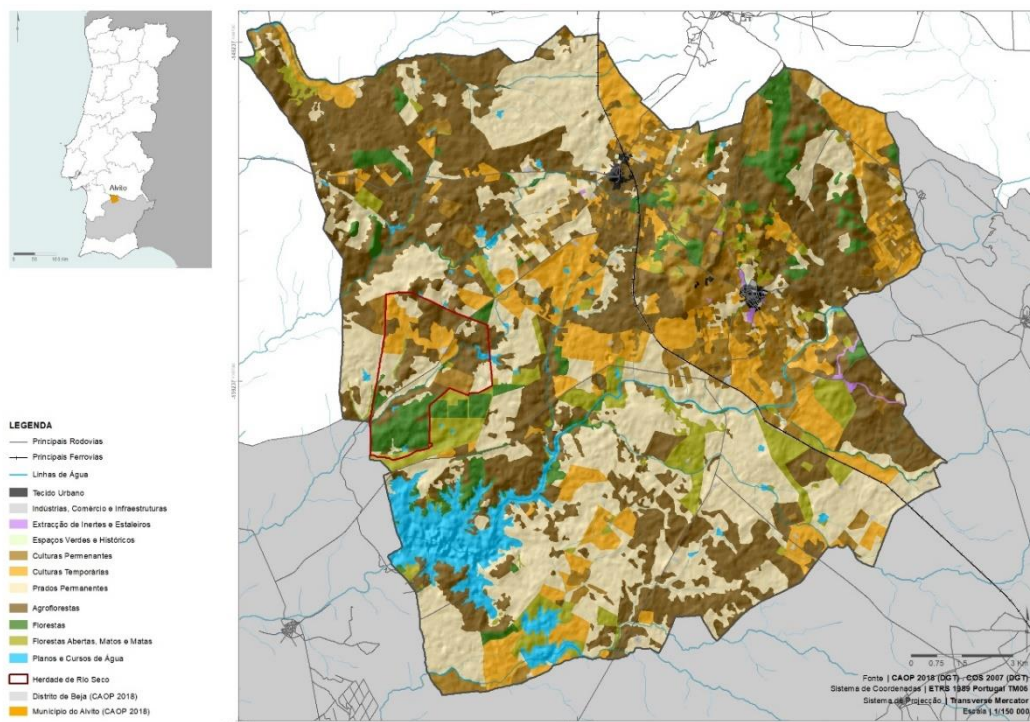


Figura 32: Cartografia referente ao Uso e Ocupação do Solo do Concelho de Alvito-Herdade do Rio Seco-ano de 2007

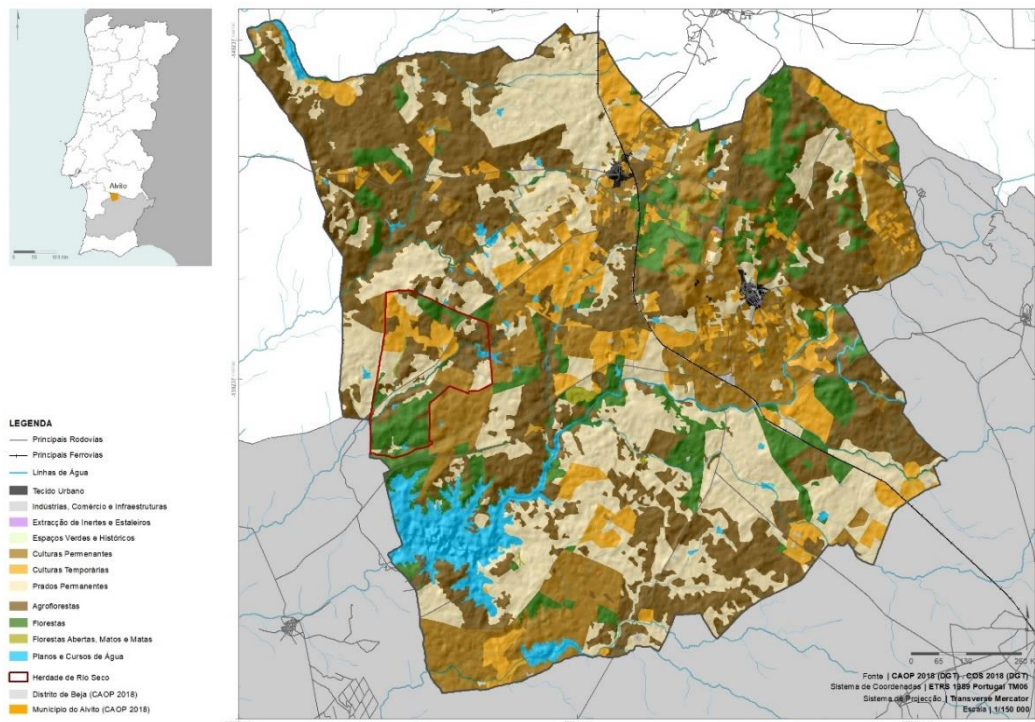


Figura 33: Cartografia referente ao Uso e Ocupação do Solo do Concelho de Alvito-Herdade do Rio Seco-ano de 2018

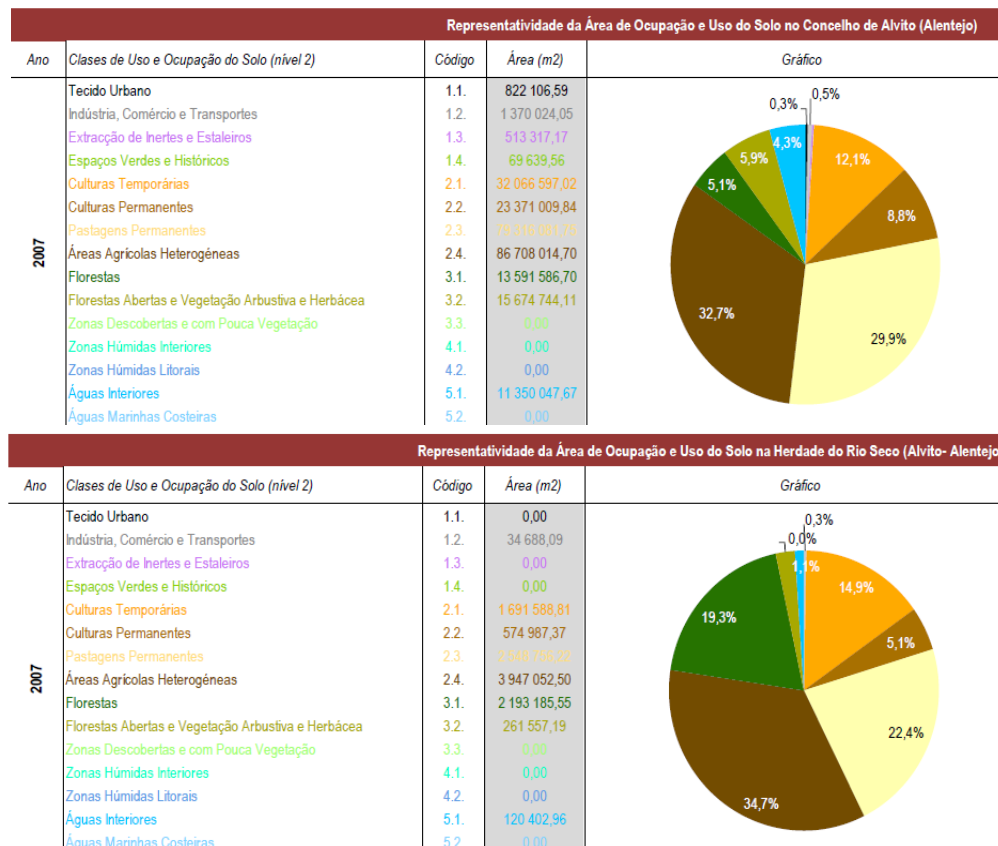


Figura 34: Gráfico de Classes de Uso e Ocupação do Solo do ano de 2007 gerado através dos dados disponibilizados pela Direcção Geral do Território (DGT)

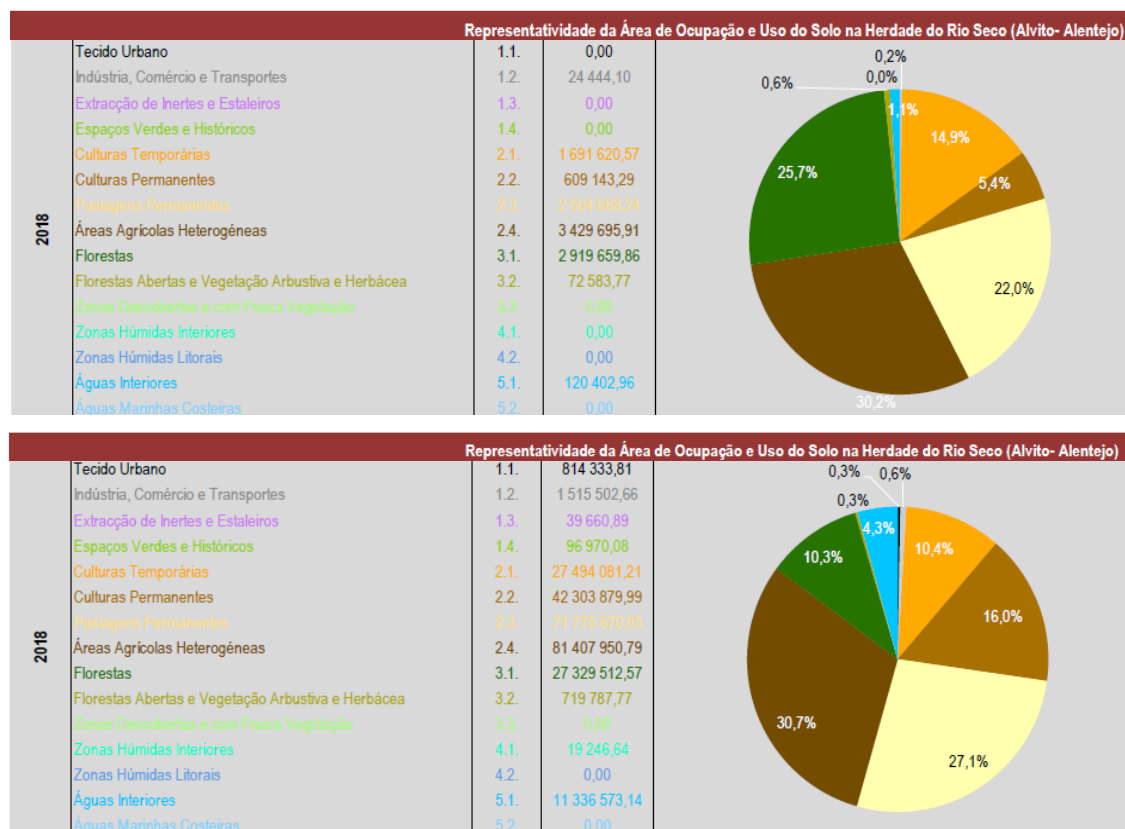


Figura 35: Gráfico de Classes de Uso e Ocupação do Solo do ano de 2018 gerado através dos dados disponibilizados pela Direcção Geral do Território (DGT)

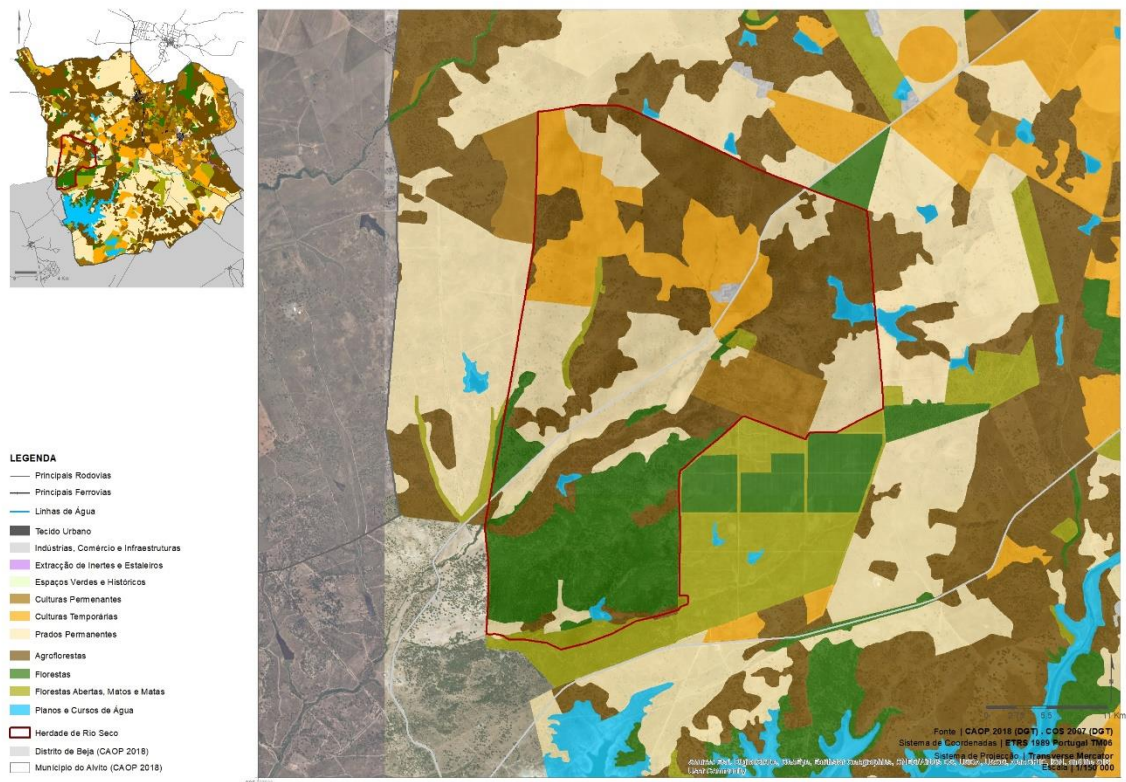


Figura 37: Cartografia referente ao Uso e Ocupação do Solo do Concelho de Alvito-Herdade do Rio Seco- ano de 2007



Figura 36: Cartografia referente ao Uso e Ocupação do Solo do Concelho de Alvito-Herdade do Rio Seco- ano de 2018



02 | CASOS DE REFERÊNCIA

Entre os casos de referência escolhidos encontram-se estratégias distintas, atendendo quer aos programas, quer às tipologias, quer ainda quanto à extensão das intervenções. No quadro de um processo de reabilitação, as variáveis a ter em consideração no que respeita ao nosso projecto, exigiam, porém, um entendimento de propostas convergentes ou -talvez em algum dos casos- divergentes. Mas também considerámos entre as “contantes” ou invariáveis, o edifício base ou pré-existente, que deveria inserir-se na categoria de “monte”.

A categoria, no entanto, não obrigou a que os casos de estudo se cingissem a “montes” com uma cronologia aproximada ou coincidente com a do Monte de Rio Seco.

Sabemos, mesmo assim, que a organização do monte alentejano, pelas suas características e sem prejuízo da existência de um núcleo inicial eventualmente mais antigo, obedecia a um conjunto de prática agrárias e de habitação, dos homens (e do gado), que levava a uma coincidência de áreas de uso, a uma hierarquia interna, e consoante as dimensões, a uma maior ou menos largueza de implantação.

As linguagens arquitectónicas patentes, por outro lado, acertam com as nossas referências, que jogam entre a reabilitação pura e simples, a refuncionalização de alguns espaços agora inertes, mas também pela criação de novas estruturas com uma ponderada avaliação de propostas contemporâneas, se calhar até necessárias para marcar, precisamente, o carácter próprio da intervenção actual.

Não nos esqueçamos de lições quanto ao uso dos materiais tradicionais e até quanto à recriação de uma arquitectura alentejana contemporânea mas remetendo para o passado, mediante um conhecimento profundo dos aspectos construtivos e das respectivas técnicas tradicionais, como acontece, por exemplo, nas várias propostas de José Baganha, que bem se pode considerar “tradicionalista” sem revivalismos: apenas tradicionalista na perseguição de um equilíbrio funcional e ecológico, e de respeito pela paisagem pretérita.

Mas querendo ir um pouco mais longe em termos criativos, houve que perscrutar as propostas que em alguns casos, entram em “corte”, ainda que não radical, com premissas de um passado ou de uma tradição. Essa estará presente na reabilitação; dará lugar a reinvenções nos casos em que novas funcionalidades imperam. E são legados que inspiram as intervenções de absoluta “obra nova”, que prolongam a vida útil e respeitam o *genius* do lugar sem deixar de exibir a sua formalização absolutamente contemporânea, optando então por abordar, entre os exemplos, aqueles que melhor se oferecem a uma avaliação da “escala” em termos programáticos; dos problemas “tectónicos”, em termos de manipulação do pré-existente; e finalmente, em termos culturais, em termos de extensão comunitária e transformadora aliada ao conhecimento.

02.01 | PROGRAMA E ESCALA

S. LOURENÇO DO BARROCAL- SOUTO MOURA



Localização: Monsaraz, Alentejo, Portugal

Fundação da propriedade: 1820
Local Agrícola

Área- 780 hectares

Área bruta de construção- 13.524,5 m²

Área do lote- 13.019 m²

Aldeia agrícola (Monte) área total- 37.175 m²

Arquiteto(s): Eduardo Souto de Moura

Interiores- *Anahory Almeida*

Paisagismo- João Gomes da Silva

Figura 38: Mapa de Localização do Concelho de Reguengos Monsaraz onde se insere o Caso de Referência



Figura 39: Fotografia aérea S. Lourenço do Barrocal

Este primeiro Caso de Referência é, ao momento deste trabalho, um Alojamento Local que se localiza em Reguengos de Monsaraz e se trata de uma Reabilitação de um Monte Alentejano com cerca de 200 anos de existência, da autoria de Eduardo Souto de Moura.

Segundo o site *Espaço de Arquitectura* (<https://espacodearquitetura.com/projetos/sao-lourenco-do-barrocal/>), o Monte do S. Lourenço do Barrocal é composto por um núcleo com sete edifícios divididos por uma via central, formando assim dois grupos localizados a Norte e Sul. Os dois edifícios que ficam a Norte dessa via contemplam uma área de 4144 m² e as suas antigas funções seriam um antigo edifício industrial e armazém de ferramentas agrícolas. Os restantes cinco edifícios a Sul -casa principal, casões agrícolas, pombal, canil e pocilga- contemplam uma área inferior, de 3810 m². Além de tudo isto, existe ainda uma área verde com 20333 m², onde se localiza a casa do jardineiro de 34 m².

O autor do projecto, de acordo com a nossa fonte, quando lhe foi apresentado o lugar, ficou surpreendido com a “dimensão urbana” do monte- o edificado não se comportava apenas como um só, ou algo isolado- mas sim como um sistema complexo de ligações entre edificados- ruas, dependências, claustros, como se de uma aldeia se tratasse. O que vai de encontro com a natureza “urbana” do Monte do Rio Seco.

Souto de Moura (segundo a fonte), acrescenta que a reabilitação do património é um tema sensível e aliciante, porém perigoso. Viver e habitar o património é a única forma de o manter, de forma natural sem que este se converta num museu- o que de alguma forma o condena a se transformar ou adaptar para um novo uso, para que se torne funcional e utilitário. Souto de Moura confessa o sentimento fascinante de como a arquitectura responde a problemas de mudanças de uso, tais como- dependências agrícolas transformarem-se em habitação ou um curral converter-se em restaurante, quase sem intervenções nenhuma.

Interessa-se-nos reter neste caso a relação da arquitectura nova com as pré-existências. A intervenção do arquitecto levou à apropriação do conjunto e na sua transformação funcional, tendo como objectivo materializar um projecto turístico.

De facto, no Monte de São Lourenço do Barrocal, encontramos-nos perante um monte de grandes dimensões e com uma hierarquia funcional pré-estabelecida, em função da actividade agro-pecuária.

Porém, à primeira vista a sensação que temos é que quase nada foi alterado. Analisando em pormenor e atendendo ao projecto em si, notamos que afinal a intervenção foi vasta.

O arquitecto aderiu à forma da pré-existência (ou às formas e gramática) e mesmo aos materiais. O projecto oferece 22 quartos e 2 suítes, aos quais acrescem 16 “cabanas” (casas rurais) autónomas. As pocilgas foram transformadas numa aproximação a um “jardim de inverno” de ar livre, com uma piscina discreta na sua configuração, rematada por um grande afloramento de granito, uma das marcas da paisagem do Alentejo. A antiga vacaria foi recuperada; dada a sua dimensão e escala, foi aqui que se instalou o restaurante. O exterior respeita em absoluto os volumes e a disposição geral do edifício pré-existente, com algumas modificações de escala menor para acessos e circulação.

“Os volumes são exactamente os mesmos, as volumetrias não foram alteradas. A simplicidade é tal que é muito difícil perceber quais são os vãos que forma abertos e aqueles que lá estavam, quais os alçados originais e aqueles que tiveram de ser reabilitados. Isso é o que foi fascinante nesta obra toda.” (UVA, José António, 2018, Entrevista ao Público sobre o Hotel São Lourenço do Barrocal. Acessível online 30/12/2019 <https://www.publico.pt/2018/05/27/culturaipsilon/noticia/sao-lourenco-do-barrocal-esta-tudo-diferente-esta-tudo-igual-1832347>)

Por fim, todo o conjunto funciona como se fosse uma pequena vila, podendo os que aqui se encontram hospedados e os próprios trabalhadores percorrer as “ruas” e realizar actividades quotidianas num processo de constituição de uma nova sociabilidade, tendo sobretudo em conta

a necessidade de obedecer a um plano que aproximasse o uso e reuso turístico de hospedagem de um conforto quase “urbano” ou mesmo “proto-urbano”; algo que este monte, aliás, solicitava dada a sua enorme dimensão e a sua organização, espraiando-se como uma autêntica aldeia no território.

Interessa-nos, por isso, também acentuar o quadro minimalista da intervenção - no sentido de “intervenção mínima” e não no sentido estético ou artístico. Aparentemente pouco muda, e ao mesmo tempo tudo muda.

Os ajustamentos introduzidos produzem um efeito de reutilização e fazem desta uma intervenção cirúrgica, um somatório de que “pousou” levemente no monte sem a mínima descaracterização, antes reforçando a sua imagem no perfil paisagístico e suscitando um uso quase permanente, como se o monte ainda estivesse ainda habitado, mesmo que com a redução evidente da actividade agrária ou pecuária.



Figura 40: Reabilitação do Monte S. Lourenço do Barrocal- Monsaraz

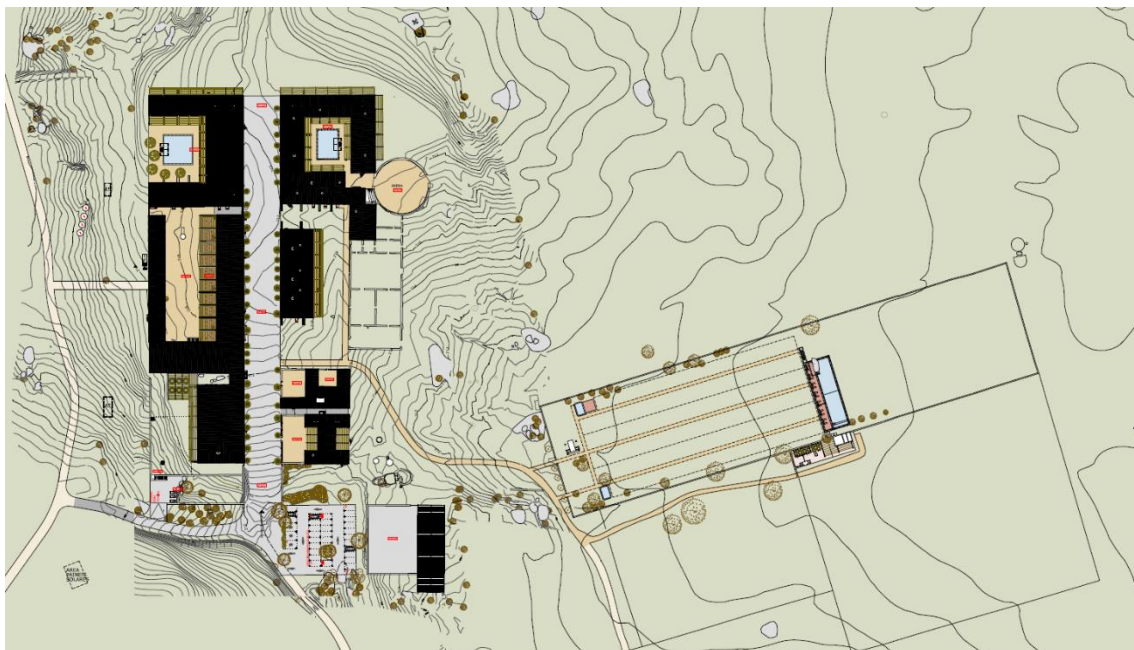


Figura 41: Planta de Implantação do Projecto do Complexo Turístico S. Lourenço do Barrocal (sem escala)

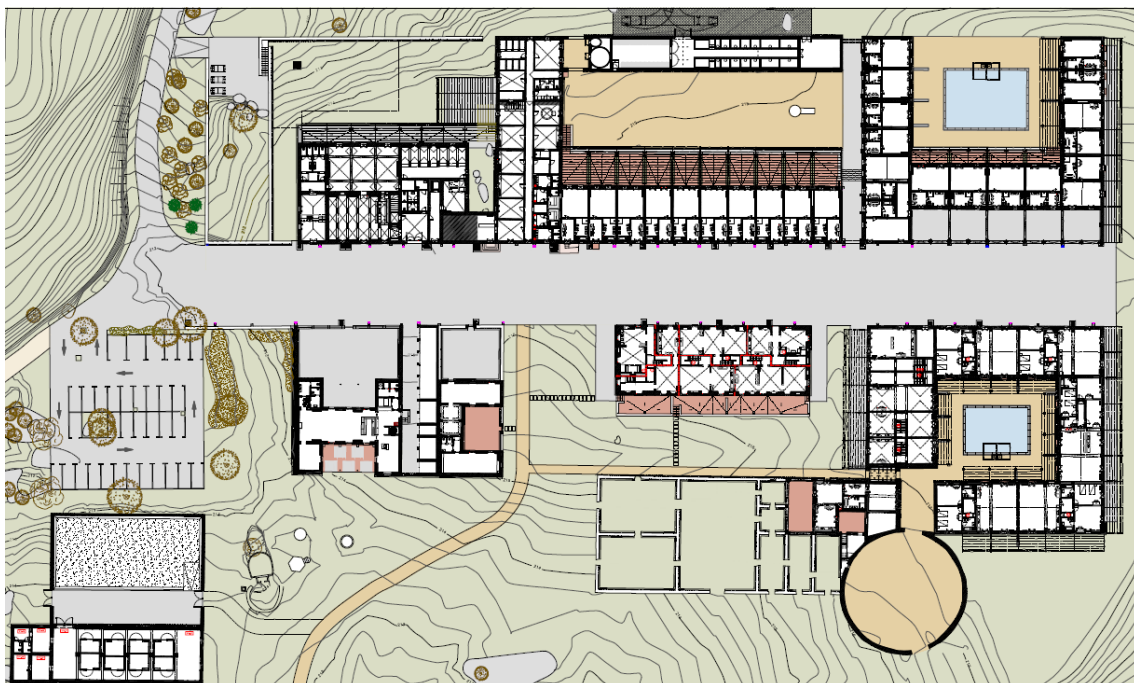


Figura 42: Planta do Projecto do Complexo Turístico S. Lourenço do Barrocal (sem escala)
<https://espacodearquitetura.com/projetos/sao-lourenco-do-barrocal/>

As semelhanças entre a linguagem do S. Lourenço do Barrocal e o Monte do Rio Seco são evidentes, como se pode observar nas imagens e, o estado de degradação em que o edificado se encontrava antes da intervenção também era bastante avançado.

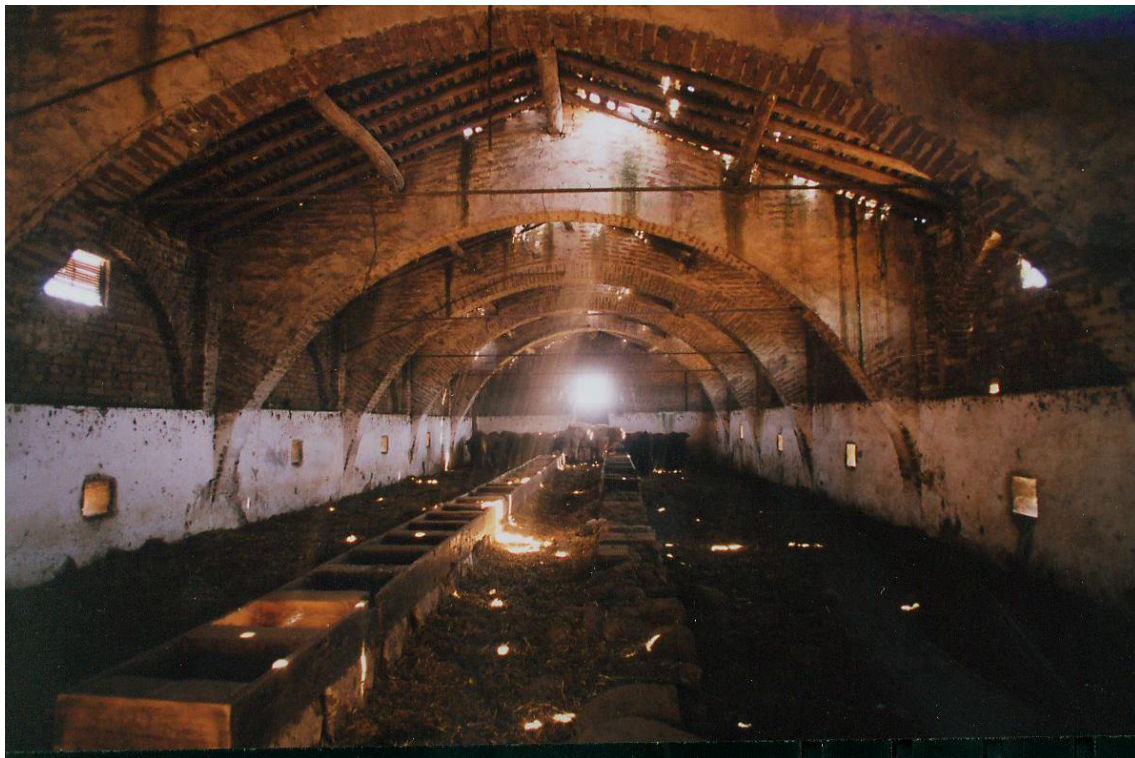


Figura 43: Nave com manjedouras do Monte S. Lourenço do Barrocal- Monsaraz



Figura 44: Nave com manjedouras do Monte do Rio Seco- Vila Nova da Baronia | Alvito



Figura 45: Arcadas após a Reabilitação S. Lourenço do Barrocal



Figura 46: Arcadas do Monte do Rio Seco



Figura 47: Nave com manjedouras do Monte S. Lourenço do Barrocal antes da intervenção



Figura 49: Nave com manjedouras do Monte S. Lourenço do Barrocal depois da intervenção



Figura 48: Fotografia relativa às obras da reabilitação do S. Lourenço do Barrocal (s/ data)



Figura 50: Fotografia relativa às obras da reabilitação do S. Lourenço do Barrocal (s/ data)

Segundo Catarina Neves (2017) *“Reabilitação em contexto rural da arquitectura popular portuguesa e sua adaptação”*, o edificado do S. Lourenço do Barrocal era composto por materiais locais, originados no Barrocal- as madeiras do eucaliptal da herdade, as telha, ladrilhos e tijolos do barro que eram cozidos no forno da herdade e a calçada e outros pavimentos que se encontram no monte, de pedra de granito proveniente dos afloramentos e terrenos da herdade. Sendo que os materiais usados na reabilitação foram restaurados e reaproveitados, segundo os dados recolhidos pela autora, foram recuperadas 250.000 telhas e 70.000 tijolos das pré-existências, com os novos tijolos necessários a serem produzidos artesanalmente. A estrada foi reabilitada com as pedras que já lá se encontravam.



Figura 52: Fotografia relativa às obras da reabilitação do S. Lourenço do Barrocal (s/ data)

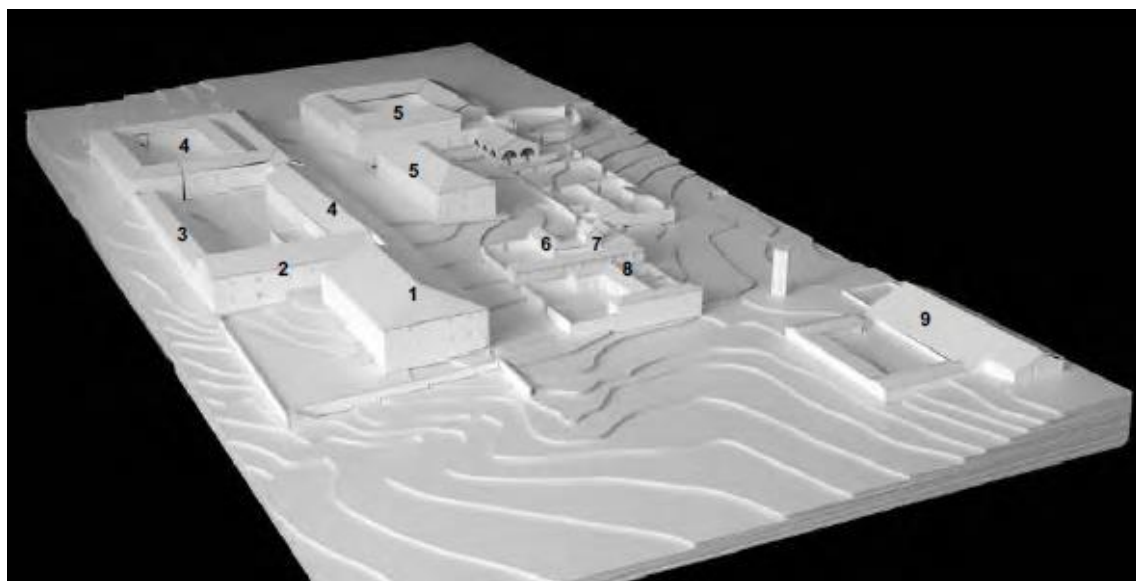


Figura 51: Maquete S. Lourenço do Barrocal- Projecto de Reabilitação Souto Moura- Fonte (Neves, 2017)
1. Recepção + Serviços administrativos + Bar + Sala de eventos; 2. Spa; 3. Adega; 4. Quartos; 5. Casa; 6. Sala dos brinquedos; 7. Loja; 8. Restaurante; 9. Cavalariças

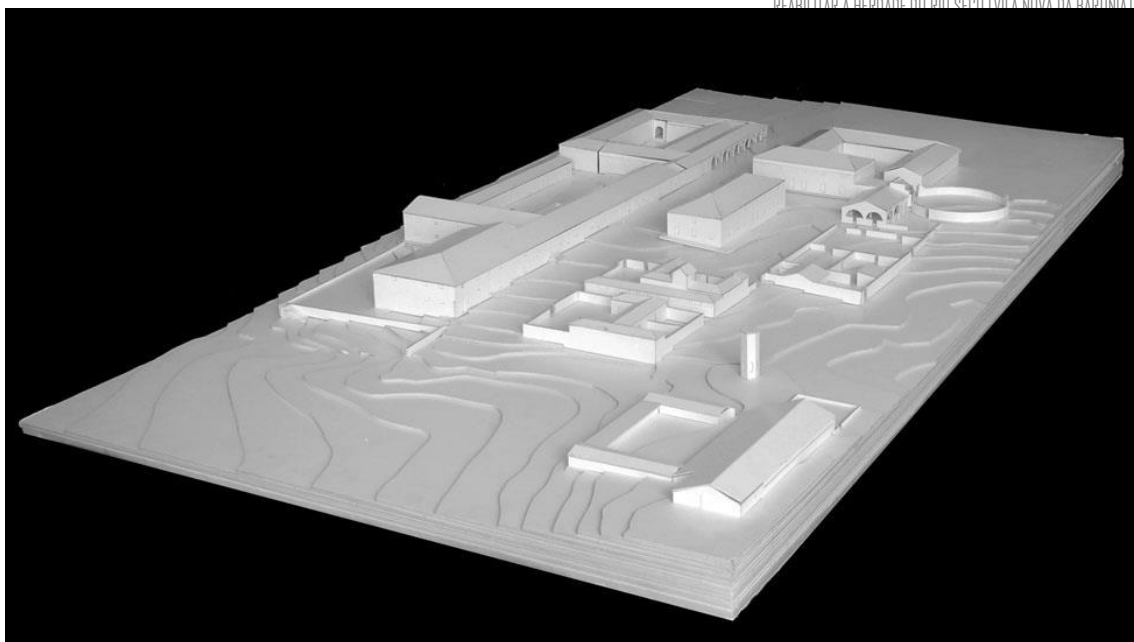


Figura 53: Maquete do Projecto de Intervenção doo Arquitecto Souto Moura no S. Lourenço do Barrocal

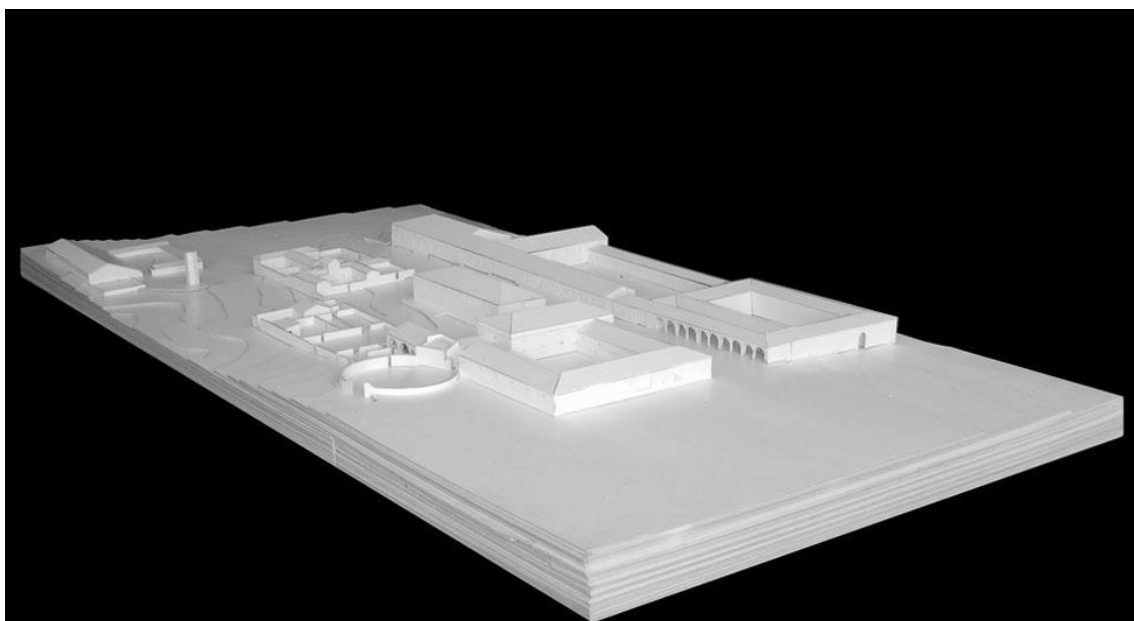


Figura 54: Maquete do Projecto de Intervenção doo Arquitecto Souto Moura no S. Lourenço do Barrocal

CASA RURAL- LUCAS Y HERNANDEZ



Localização: Villalba de los Barros, Badajoz, Estremadura, Espanha

Fundação da propriedade
1820

Área:
380.0 m²

Arquitectos:
Lucas y Hernandez-Gil

Cliente:
La Hermandad de Villalba

Nesta pequena casa da aldeia, datada do último quartel do século XVIII e situada perto de Badajoz, na pequena vila de Villabala de los Barros, certamente mais do que uma casa simples e antes um modesto “palacete” de família pouco abastada, os arquitectos do atelier Lucas-Hernández-Gil (Cristina Domínguez Lucas y Fernando Hernández-Gil) promoveram uma reabilitação integral do edificado, que se encontrava em bom estado mas com as marcas do tempo. Daqui resultou muito menos do que uma “obra nova” ou de obediência a um programa mais ambicioso mesmo que limitado pelo lote, e antes um trabalho de restauro. Pelo menos é assim que se deve encarar o cuidado posto pelos arquitectos na refuncionalização da casa. Possui uma fachada franca, -na realidade meia-fachada- com remate em frontão redondo. É constituída por um piso térreo subdividido e um piso superior. No piso térreo, as dependências eram e continuam a ser cobertas por tecto em abóbada -em rigor uma abobadilha- e o pavimento já desgastado



Figura 55: Interior da Casa Rural, Villalba de los Barros, Badajoz

era em ladrilho de cor de barro. Pelo menos é assim que se deve encarar o cuidado posto pelos arquitectos na refuncionalização da casa. Possui uma fachada franca, -na realidade meia-fachada- com remate em frontão redondo. É constituída por um piso térreo subdividido e um piso superior. No piso térreo, as dependências eram e continuam a ser cobertas por tecto em abóbada - em rigor uma abobadilha - e o pavimento já desgastado era em ladrilho de cor de barro.

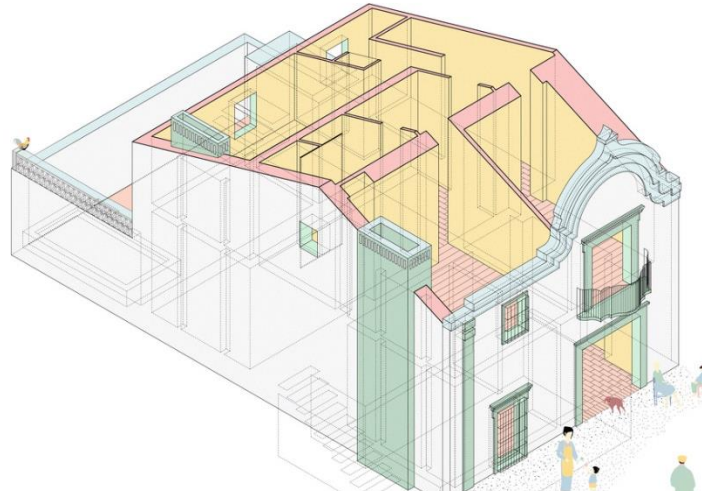


Figura 57: Axonometria Casa Rural, Villalba de los Barros, Badajoz s/ escala



Figura 56: Plantas da Casa Rural, Villalba de los Barros, Badajoz (s/ escala)



Figura 58: Interior da Casa Rural, Villalba de los Barros, Badajoz



Figura 59: Interior da Casa Rural, Villalba de los Barros, Badajoz

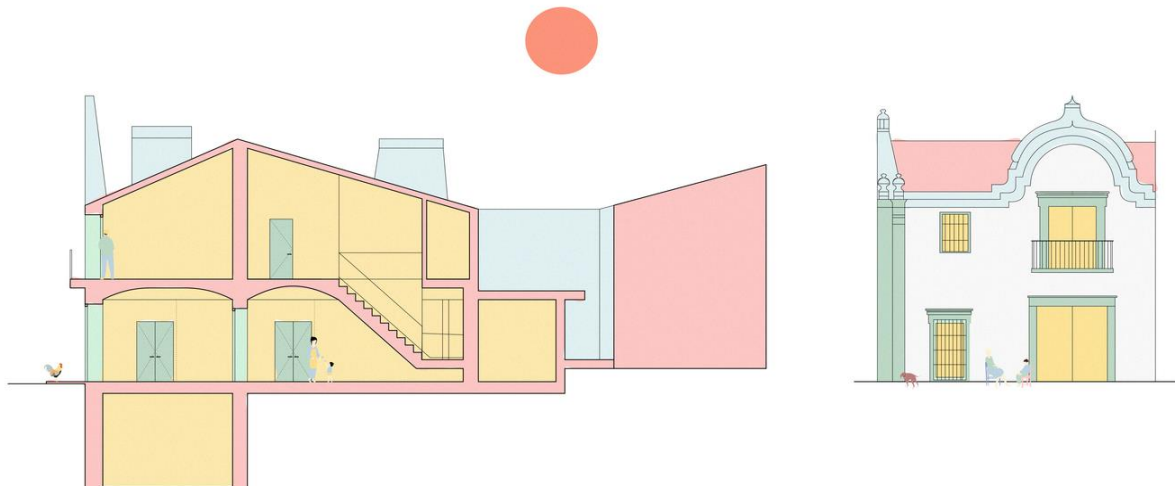


Figura 60: Corte e Alçado Casa Rural, Villalba de los Barros s/ escala

A opção foi criar uma hospedaria. Para tal houve que reconsiderar a distribuição das áreas funcionais e assim, apenas o piso superior foi dedicado aos quartos: e, para acentuar a modéstia da arquitectura - que expressa, a nosso ver, uma sensibilidade à escala do edificado - existem só quatro quartos, três deles dotados de Instalações Sanitárias. A alteração decorreu neste piso uma vez que todo ele era lugar de armazenamento e de cura, pelo que houve que manejar a planta superior e dotá-la de paredes portantes. No piso inferior, mantendo-se a vocação dos espaços da planta baixa, encontra-se uma sala de estar, um salão, cozinha e pátio interior, assim como um saguão e um espaço de refeição.

Manteve-se - ou melhor, reforçou-se- a estrutura global, com um cuidado no uso dos materiais originais mesmo quando tiveram que ser restaurados ou renovados, escolhendo a dupla de arquitectos os artífices locais para o fabrico das lajetas do pavimento, por exemplo. As abóbadas foram revestidas a cal e o uso do barro nas tijoleira e lajes é importante, atendendo até á própria geologia esta região barrenta.



Figura 61: Interior (Quarto) Casa Rural, Villalba de los Barros

O processo de restauro foi igualmente seguido com disciplina nas super-estruturas de madeira, que mantiveram a sua configuração original, devidamente tratadas, bem como as portadas, mantendo cores e almofadas tal qual as originais.

Nos compartimentos e nos quartos fez-se uma escolha em termos de critérios de mobiliário, escolhendo *designers* consagrados, expressando todas as opções um registo moderno, mas sensível à rusticidade que o conjunto exigia. As correcções estruturais efectuadas, para além da sua consolidação, passaram pelo rasgamento dos vãos que servem os quartos e o piso inferior, para melhoria da iluminação nesses espaços.



Figura 62: Foto-montagem do Interior da Casa Rural, Villalba de los Barros



Figura 63: Pátio da Casa Rural, Villalba de los Barros



Figura 64: Foto-montagem do Interior da Casa Rural, Villalba de los Barros



Figura 65: Foto-montagem do Interior da Casa Rural, Villalba de los Barros

02.03 | DIMENSÃO CULTURAL

OBSERVATÓRIO DA PAISAGEM DA CHARNECA- JOÃO NERY MORAIS



Localização: Chamusca, Santarém, Portugal

2018

Área: 183 m²

Arquitecto: João Morais

Clientes:

Observatório da Paisagem da Charneca

Nota: O OPC é uma Associação, ou seja é uma pessoa coletiva privada sem fins lucrativos, constituída em agosto de 2018, contribuinte fiscal e pessoa coletiva n.º 515 032 999. Tem a sua sede no Observatório da Charneca, no Casal do Gavião, Gaviãozinho, 2140-255 Chouto, concelho da Chamusca, União das Freguesias de Parreira e Chouto



Figura 66: Observatório da Paisagem da Charneca

Este trata-se de um caso de estudo que oferece uma dimensão cultural e formativa do mais alto valor para a região ribatejana em que se insere. Poder-se-á perguntar se existe uma relação entre esta paisagem ribatejana e o Alentejo, onde a nossa intervenção se situa. A resposta é sim, dado que as condições topográficas e, especialmente, o programa em jogo, constituem termos de referência para o que a nossa proposta, do Rio Seco, pretende concretizar. Mais a mais, pode constatar-se uma semelhança, não no que respeita à cultura e ao ecossistema da Charneca, mas antes à relação com uma paisagem plana, que se estende até o horizonte e, curiosamente -ou não, tendo em conta o perfil agrário da região-, um campo de sobreiros. Por isso mesmo se construiu aqui um Observatório de Paisagem (OP) na sequência da valorização destas tipologias tendo em conta as directivas mais recentes para a valorização destes postos de interpretação com componente educativas e de conhecimento, algo que se almejamos também para o Rio Seco, embora partindo de distintos pressupostos quanto ao Sistema Ecológico em que se insere.

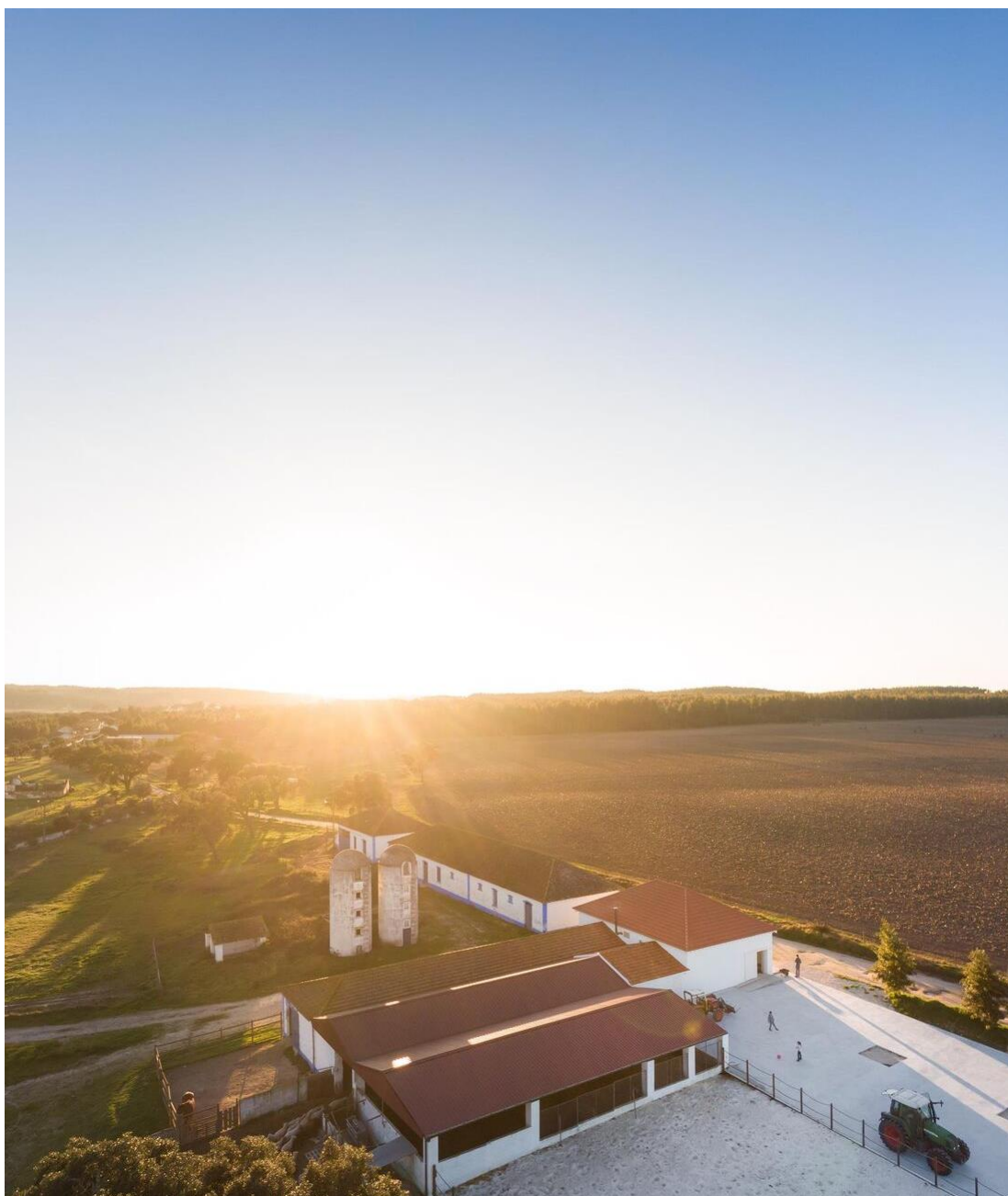


Figura 67: Edificado do Observatório da Paisagem da Charneca

A ideia do arquitecto João Morais neste caso partiu do reaproveitamento de um conjunto rural - de uma parte de uma herdade, mas não propriamente de toda- de modo a refuncionalizar um antigo armazém.

“O local identificado para o efeito foi um armazém rural situado na extremidade de um conjunto agrícola, ladeado a Sul pelos restantes edifícios do casal, a Poente por uma estrada e um milheiroal, e a Norte pela paisagem aberta do sobreiro que caracteriza toda a herdade.

Assim, com 3 alçados disponíveis, trabalhou-se numa primeira fase a relação do edifício com a sua envolvente de forma a conciliar essa relação com a funcionalidade do espaço interior.”

O programa inclui a necessidade de integrar espaço viáveis para a realização de exposições, workshops, almoços, reuniões ou apresentações.



Figura 68: Interior do Observatório da Paisagem da Charneca

O edifício principal corresponde ao referido armazém, definido por um espaço aberto com planta rectangular e uma cobertura em telha de duas águas suportada por asnas e madeiramento, que foi, por sua vez, restaurado e recriado.

Esta super-estrutura é suportada em oito pilares perimetrais, instalando-se em pequenas unidades edificadas no exterior, oferecendo as necessárias funcionalidades de instalação sanitária e copa. No dizer da memória descritiva “A ideia foi destacar dois tempos, o da construção inicial e o da intervenção actual.”

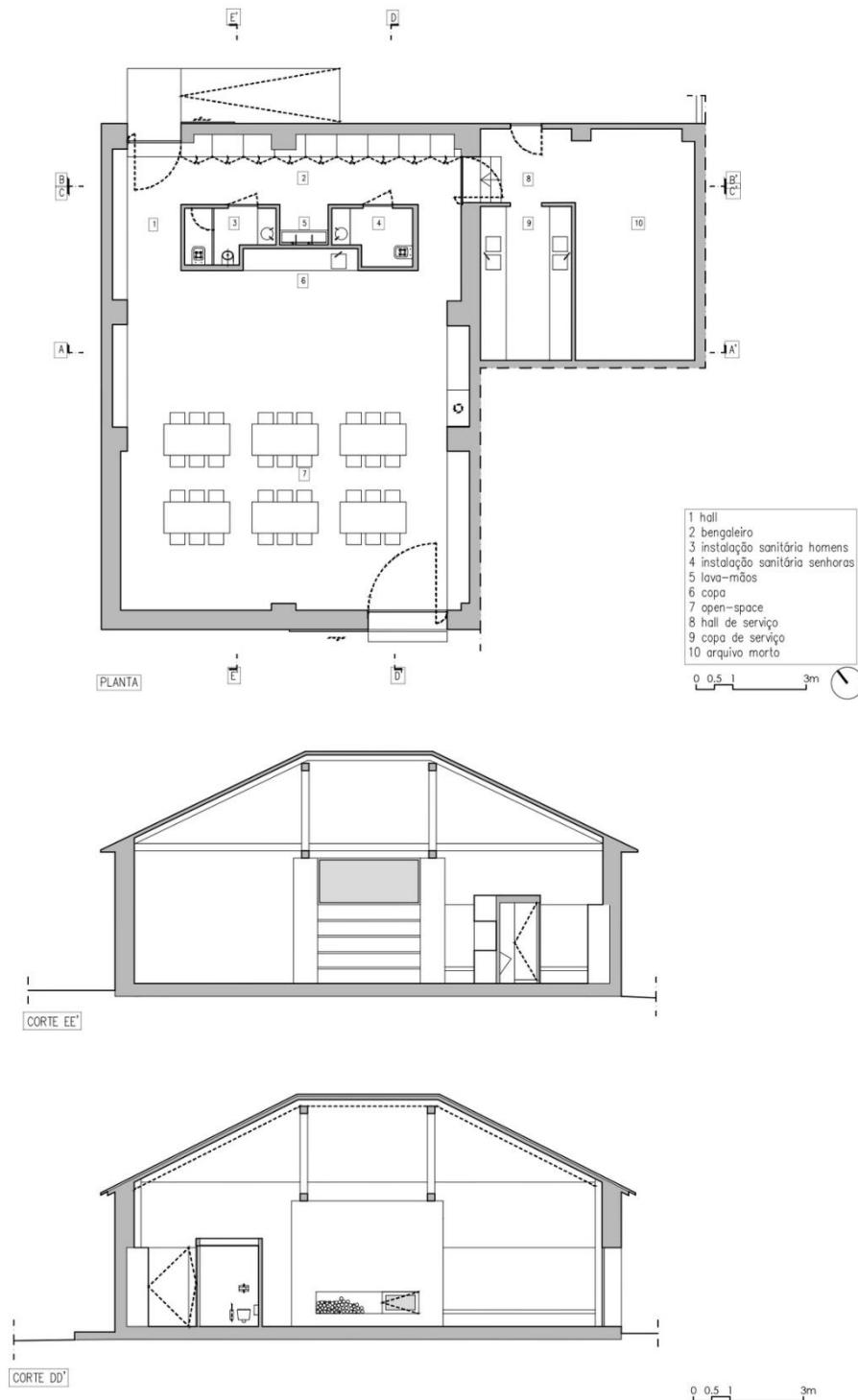


Figura 69: Plantas e Cortes do Observatório da Paisagem da Charneca

E, com efeito, a peça de “obra nova” é a única renovação, criando-se aqui um volume com

revestimento de cortiça, “mas escavado nas zonas de bancadas, tais como o lado da copa e o lado do lava-mãos, fazendo a ponte entre a paisagem natural circundante do sobreiro, protagonista em todos os temas do observatório, e o espaço interior. A utilização de materiais naturais tais como a cortiça ou de fabrico manual, tais como o azulejo artesanal aplicado na copa, conferem não só conforto visual, como humanizam o edifício, trazendo para o interior o meio natural.”

A intervenção pauta-se assim por uma grande simplicidade. Nada do que aqui foi edificado de novo é gritante na sua presença, antes parecendo que já esteve ali desde a construção inicial, de inícios do século XX. Porém, se antes existia apenas um palheiro/armazém, não propriamente desqualificado mas sem utilização, foi precisamente aqui que recaiu a escolha para instalar o observatório, sem interferir na leitura paisagística, de grande beleza aliás, e sem contender com valores inerentes à própria via agro-pecuária que aqui se desenrolou e desenrola de novo, incluindo a presença da cavalaria para gado equino.

O resultado, de uma grande sobriedade, resulta mais uma vez numa intervenção “mínima” para resultados máximos do ponto de vista funcional. Pelo menos nestes aspectos, a filosofia de intervenção que preconizamos foi aplicada.



Figura 70: Interior da Sala Polivalente (Open-Space) do Observatório da Paisagem da Charneca

02.04 | PROGRAMA E ABORDAGEM DA ENVOLVENTE

TORRE VÃ- JOÃO MENDES RIBEIRO E ANDRÉ TAVARES (PROJECTO- NÃO EXECUTADO)



Localização: Ourique, Baixo-Alentejo

Projecto- Não Construído

Arquitetos:

João Mendes Ribeiro

André Tavares

Clientes:

Herdade da Torre Vã



Figura 71: Imagem Tridimensional (Render) Projecto para a Reabilitação da Torre Vã

A Herdade da Torre Vã tem um projecto produzido pelos arquitectos João Mendes Ribeiro e André Tavares de unidade hoteleira.

O conjunto encontrava-se em estado de conservação razoável e oferecia uma casa rural, datada sensivelmente de finais do século XVIII e inícios do século XIX que servia de residência aos proprietários terratenentes. O restante conjunto organiza-se numa plataforma que vence um ligeiro desnível, possuindo por isso uma diferença de cotas entre um extremo e outro do rectângulo regular que serve de base à distribuição das diversas edificações do “monte” original.



Figura 72: Monte da Torre Vã, Ourique

O projecto denuncia o respeito pela topografia do terreno e pela reinterpretação do lugar e das construções mais antigas, com a excepção das que possuíam uma evidente “fraqueza de traço”, contrastando de resto com a qualidade do edificado em geral.

Foi efectuada o restauro da residência principal do monte que manteve a mesma apresentação estrutural, pese embora ser refuncionalizada com uma recepção e com uma subdivisão interna que permitiu a criação de um conjunto de quartos e hospedagem. Já uma construção adjacente foi substituída, de modo a criar um pátio com uma abertura ampla para a peneplanície alentejana.



Figura 73: Pátio do Projecto de Reabilitação da Torre Vã (Render)

Assim, em vez dessa edificação dispensada e delimitando o pátio, foram edificadas dois volumes de um e dois pisos (mas com um piso apenas para o pátio sobrelevado), com linguagem contemporânea, mas em relação interpretativa com a arquitectura do monte, apresenta embora um jogo de vãos alternados que animam as fachadas. Aqui se instalaram quartos de hóspedes. O desnível nos terrenos e as instalações desta plataforma foram modificados para receberem o spa e um wellness center, bem como áreas de lazer. Mas a configuração dos edifícios da herdade manteve-se, e o jogo volumétrico apenas foi reforçado e não modificado. Pelo contrário, criou-se um processo de harmonização e a recuperação da imagem exterior dos edifícios antigos, o que resultou num benefício evidente para o conjunto.

Manteve-se a adega, modernizada e visitável pelos hóspedes, de grande extensão; um dos edifícios de armazém foi transformado num discreto mas amplo restaurante, e outro numa sala polivalente que dá lugar a um espaço designado de *Innovation Hub* que se destina a acolher actividades de carácter cultural, reuniões, palestras, entre outros.

É de realçar, neste caso, a belíssima solução que consiste na reinterpretação do edificado e a sua posição no entorno paisagístico. Dir-se-ia que algum do fechamento natural deste tipo de unidades produtivas oitocentistas deu lugar a um conjunto com uma percepção das linhas de vista sobre a paisagem, nas suas diversas frentes. Não foi, por isso, sacrificado o perfil do edificado, e resultou daqui uma acentuação daquilo a que podemos chamar -com rigor, - o *genius* do lugar, sem concessões a uma modernização excessiva: antes sim, demonstrando um respeito pelas texturas do pré-existente – um conhecido “branco” da caiação alentejana.

Na imediação do “monte” situam-se várias moradias de arquitectura moderna chã, que permitem um seu uso autónomo, e que se distribuem na paisagem tendo em conta a topografia, no caso da sua implantação, bem como os eixos de vistas e de intervisibilidade. É, pois, pela proximidade do tipo de programa e pela relação com o contexto da paisagem que este caso de estudo foi seleccionado.



Figura 74: Restaurante da Reabilitação do Projecto de Reabilitação da Torre Vã



Figura 75: Adega do Projecto de Reabilitação da Torre Vã



Figura 77: Sala Polivalente - "Innovation Hub" do Projecto de Reabilitação da Torre Vã

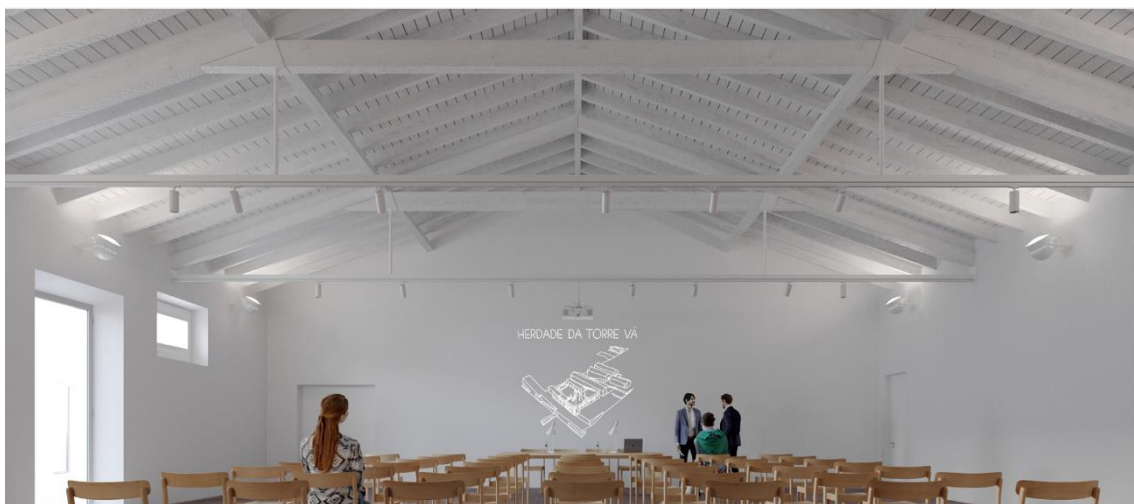


Figura 78: Sala Polivalente - "Innovation Hub" do Projecto de Reabilitação da Torre Vã



Figura 76: Sala Polivalente - "Innovation Hub" do Projecto de Reabilitação da Torre Vã



Figura 80: Zona Exterior do Projecto de Reabilitação da Torre Vã

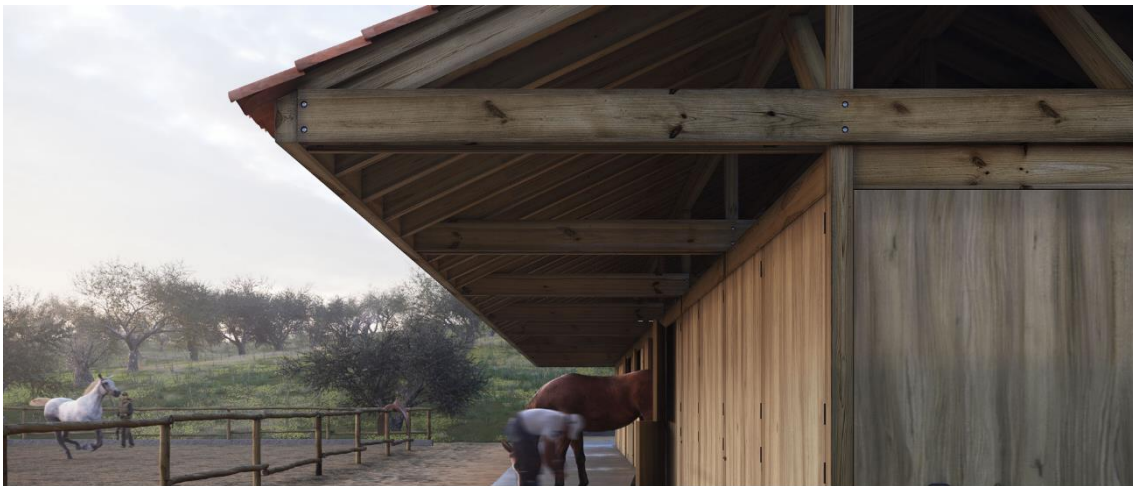


Figura 81: Picadeiro do Projecto de Reabilitação da Torre Vã



Figura 79: Conjunto de Moradias espalhadas pela Herdade do Projecto de Reabilitação da Torre Vã



03 | COMO REABILITAR O LUGAR (O LOCUS) DO MONTE DO RIO SECO

03.01 | COMO INTERVIR NA “PAISAGEM”? – ABORDAGEM GLOBAL

“A intervenção no construído (...), abrange múltiplos domínios como a arqueologia e a história, passando pelo planeamento territorial e pela gestão, mas também pela sociabilidade, a circulação de informação e a pesquisa laboratorial e projetiva nos domínios da engenharia e até no campo jurídico. Quer isto dizer, em suma, que para mim, a intervenção no património edificado não é só acerca da arquitetura, mas é também “acerca da arquitetura” (PEREIRA, 2019)

O conhecimento de uma paisagem implica um verdadeiro conhecimento das inúmeras camadas que o Tempo e os Homens depositaram num território que, muito ou pouco, se foi modificando por isso mesmo.

O registo nunca é completo quando pretendemos estender a nossa verificação aos terrenos da história e, é ainda mais incompleto quando estendemos, para trás no tempo, até à pré-história. Dir-se-á que para uma intervenção num núcleo tão bem caracterizado como um monte alentejano e face à documentação e bibliografia nada haverá mais a fazer. Mas não quando é a paisagem também a protagonista de uma História longa de séculos -e por isso abrangendo o período mais antigo e remotos em que não havia escrita.

Um livro que resulta desta tentativa de apreensão cultural das paisagens é o que o britânico Simon Schama publicou em 1995 com o título original *Landscape and Memory* (Simon Schama, *Landscape and Memory*, Londres, Vintage, 1995 (*Paisagem e Memória*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996)). Na realidade é uma obra-prima narrativa, que se preocupa em dar a conhecer a Europa e o que caracteriza algumas nações (mais do que países), enfim *“uma digressão brilhante que parte das memórias pessoais de Schama (...) para interrogar o lugar das paisagens –reais ou simbólicas, físicas ou poéticas- na tradição europeia e, até, na construção das nações e das ideologias que as foram servindo, manifestadas na memória, entendida, esta, como uma memória dinâmica e transformadora”*.

É evidente que o Alentejo, a este respeito, é talvez das regiões mais bem caracterizadas no registo etnográfico, antropológico e arqueológico, o mesmo sucedendo quanto à História. Mas o projeto de intervenção, a necessidade de ancorarmos ideias para um desenvolvimento coerente de uma proposta deste teor, obriga, pelo menos, a uma pequeníssima síntese, já que não nos cabe aqui desenvolver o que já se sabe, nem haveria espaço (e tempo) para tanto.

Começando pela peneplanície alentejana, a tendência atual, por questões geológicas e hidrográficas, é a divisão do Alentejo em Alentejo Central, Norte Alentejano (em rigor, o Nordeste) e Baixo Alentejo. As bacia dos rios contam muito, também nesta divisão como se percebeu já mais acima neste documento: o Nordeste Alentejano começando a sua marcação pelo rio Sor e pela ribeira de Seda o Alentejo Central, marcado pelas bacias dos rios Divor e Degebe, a que se acrescenta um “Alentejo interior” esse definitivamente marcado na paisagem pelo Guadiana. Já o Baixo Alentejo carecendo de rios de maior porte vai ser sempre entendido como um conjunto em que os rios e ribeiras jogam um papel de grande capilaridade, através de afluentes do rio Mira e especialmente do rio Sado. A ocupação humana dá-se sempre nas margens destes cursos de água outrora muito mais abundantes, e nas confluências das respetivas fozes onde desaguam as ribeiras.

Registamos em primeiro lugar a sensação de uma planura, mais do que de uma planície, criada pela peneplanície alentejana que se desenvolve em ondulações muito suaves na região de Ferreira, Cuba, Alvito e Vila Nova da Baronia.

Seria oportuno aproveitar este percurso patrimonial que dê a conhecer o património edificado. E o Monte de Rio Seco, sem qualquer transtorno em termos de distâncias e caminhos pode constituir um centro para o conhecimento da região -deixamos a cidade de Beja de fora, uma vez que se impõe por si própria enquanto casco antigo.

O objectivo é ler, interpretar e abordar a Herdade como um todo que irá, por sua vez contaminar e influenciar o edificado e, vice-versa. Tal como o Sistema-Paisagem (anteriormente referido (Magalhães et al., 2019) a ideia é tratar a Herdade como um todo, com relações de interdependência entre o meio biofísico e os conjuntos edificados, que se completam e condicionam/influenciam de forma complexa e dinâmica que vai evoluindo ao longo do tempo. Segundo Ricardo Ribeiro (*in* Fidalgo et al., n.d.) a compreensão da paisagem, segundo a sua condição ecológica, requer um estudo profundo da sua essência e particularidades intrínsecas e, não apenas das suas características biofísicas, como também (de forma interdependente) da forma de ocupação humana relacionada com os modos de reconhecimento cultural.

Compreende-se assim, que este compromisso da Arquitectura com a Arquitectura Paisagista tenha sido por nós assumido como uma questão de princípio, que de certa maneira alarga as preocupações de uma abordagem projectual que, não recusa os efeitos culturais da sua aplicação.



Figura 82: Fotografia da Herdade do Rio Seco

03.02 | O LOCUS (O LUGAR)

*“Para que a história da arquitectura e do urbanismo venha a existir é necessário tomar nota de que os curricula e métodos das escolas de história da arte não bastam. É preciso ser-se arquitecto ou ter uma sólida aprendizagem na análise dos métodos de representação arquitectónica actuais e passados, bem como no entendimento da relação entre programa, forma e função. Mas nas escolas de arquitectura, onde seria mais lógico que se formassem os historiadores da disciplina, em vez de se apostar na especificidade disciplinar, vigora um singular desprezo por quaisquer formas de escrita ou pesquisa rigorosa, e a ideia - errada - de que um arquitecto não deve especializar-se noutra coisa que não generalidades.”¹ (Paulo Varela Gomes, “Editorial: Murphy, à procura de história e de teoria da arquitectura” in *Murphy*, nº 1, p. 14.)*

Para uma aproximação consequente ao “lugar”, entendido numa perspectiva fenomenológica e não apenas empírica, é necessário munirmo-nos de um quadro conceptual que tem sido largamente pensado e aperfeiçoado, desde a filosofia o “enraizamento” de Martin Heidegger, passando pelas reflexões de Gaston Bachelard, e culminando em livro considerados essenciais para estas matérias, desde então e quase que constantemente, objecto de questionamento por todos os arquitectos, através da definição e consolidação do conceito de “*genius loci*” que Christian Norberg-Schulz desenvolveu.

Há que ter em conta o que, entretanto, foi sendo escrito, nomeadamente em Portugal, sobre estas questões. De entre os muitos contributos podemos isolar algumas reflexões que nos ajudam nesta necessidade em encontrar uma forma de captação das dimensões – ou das várias dimensões- e um objecto arquitectónico, da sua envolvente e da paisagem próxima e/ou distante. Afirmou Paulo Pereira:

“A consideração de qualidade de um objeto arquitetónico, remete para uma fenomenologia e para uma estética, parâmetros que regem a escolha ou a eleição (e a classificação) de um determinado objeto construído, facto que resulta de um ato de interpretação, de uma hermenêutica, de uma desocultação ontológica. Esta desocultação ontológica resulta da capacidade em projetar uma compreensão dinâmica face a um objeto construído. Conferindo-lhe sentido e significado, ou seja, uma dimensão cultural, inscrevendo-o no mapa dos interesses das comunidades. (...) Em termos muito generalistas, a faculdade (ou “qualidade”) de um objeto arquitetónico verte da sua capacidade excepcional de ser. Edificar é, assim “fazer espaço”. Toda a arquitetura é “arché”, ou seja, lugar originário. (...) Como se define este lugar originário, arquitetónico? Define-se pelo facto de implicar uma relação de corporeidade e de relação específica entre as partes.” (Pereira, 2019, p. 8)

Os livros publicados por Pires são a este respeito de grande utilidade visto que ligação forte as ciências humanas e à fenomenologia, mas também à linguística. O livro de referência deste Autor, é aquele em que explica de forma habilitada e longa o processo de estudo e reflexão a que se entregou, intitulado *Quintas de Recreio em Portugal. Vilegiatura, Lugar e Arquitectura*, de 2010. Neste demonstra o processo de reflexão através de dois quadros esquemáticos que resumem a atitude do arquitecto (ou até o historiador de arquitectura) perante o objecto de estudo ou de intervenção.

A metodologia é aliás fácil de apreender -no entanto não tão fácil quanto à sua aplicação, já que isso está também relacionado com a complexidade do próprio objecto e, também da sua história. É composta por pelo menos três disciplinas que se complementam de maneira eficaz: a Tipologia- isto é, em traços gerais, o tipo do edifício e a sua função, a Fenomenologia- o valor do sentidos e de percepção que o objecto implica; e a Semiótica- as linguagens em presença no objecto, desde a linguagem arquitectónica, quanto a linguagem imposta por uma determinada condicionante paisagística. Segundo Amílcar Pires cada objecto arquitectónico possuirá “um conjunto de características que este autor desenvolve nos descritores que usa para definir o edifício:

- i) Localização;
- ii) Estado do edifício;
- iii) Estado dos jardins;
- iv) Protecção;
- v) Propriedade;

¹ - Idem, ibidem.

- vi) *Época de construção;*
- vii) *Fases construtivas.*

A isto associa, naturalmente uma componente analítica que pode estar relacionada directamente com a cultura arquitectónica e com as características do edificado. Refirmo-nos aos restantes descritores que Amílcar Pires contempla em fichas para cada objecto estudado: *“História do Lugar; História do Edifício; Características particulares; Implantação e acessos; Relação com o Terrenos e orientação dominante; Estruturação espacial e geometrias; Acesso principal e chegadas; Relação espaços-circulação, vistas, hierarquias; Enquadramento no lugar; Jardins; Intervenções realizadas; Bibliografia específica”*.

São, ao todo “dezassete descritores, todos eles ancorados na realidade física do edificado, do conjunto e do seu entorno paisagístico” (Paulo Pereira, 2019, p. 7).

Já no que respeita aos esquemas, são particularmente explícitos.

- LUGAR

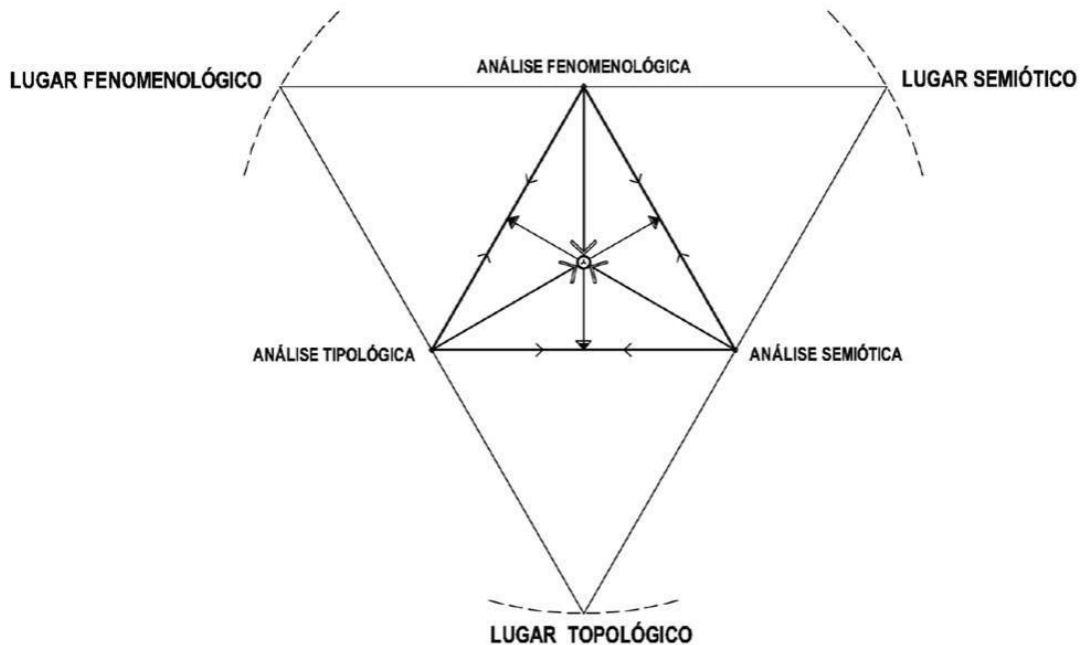


Figura 83: Esquema da Análise Fenomenológica retirado do livro Amílcar G. Pires, *Quintas e Solares de concepção renascentista e maneirista. Évora, Sintra, Azeitão, Lisboa Caleidoscópio, 2019, (EV. 01)*

O primeiro conduz-nos ao posicionamento disciplinar de cada uma de três abordagens ao Lugar: O segundo esquema é apenas o desdobramento ou pormenorização do núcleo central da apreciação e avaliação do edificado, tendo na mesma três variáveis.

O processo e a análise tipológica permitem assim um estabelecimento de diferentes expressões do edificado, nas dimensões de representação: em planta e em alçado. No caso dos paços e solares renascentistas e maneiristas (sec. XVI-XVII/XVIII), as modalidades dizem respeito a edifícios com carácter nobiliárquico e embora sejam também estruturas de produção, possuem um grau e sofisticação elevado no que respeita à linguagem arquitectónica.

- OBJETO ARQUITETÓNICO

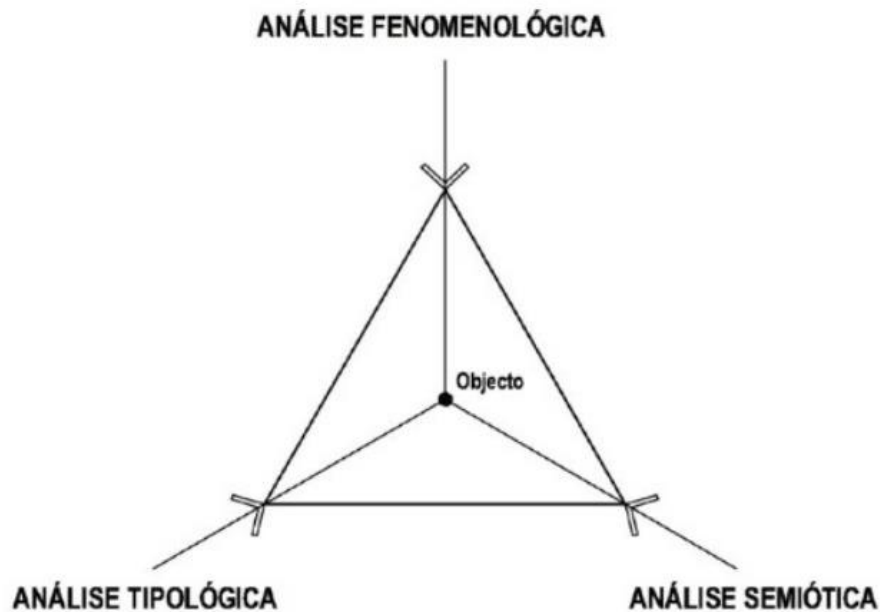
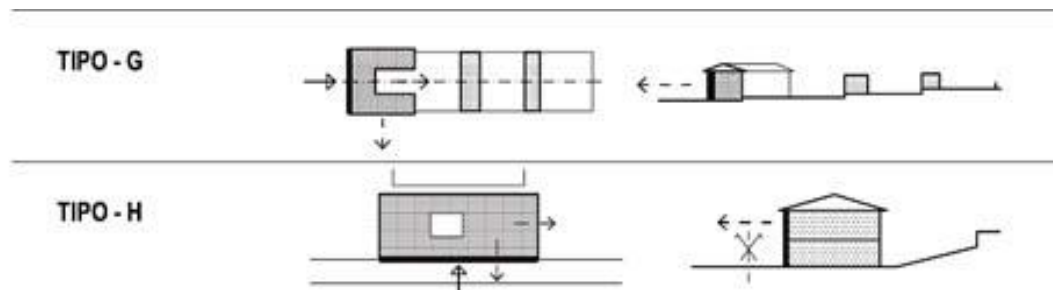


Figura 84: Esquema dos tipos de Análise a que pode ser submetido o objecto Arquitectónico retirado do livro Amílcar G. Pires, Quintas e Solares de concepção renascentista e maneirista. Évora, Sintra, Azeitão, Lisboa Caleidoscópio, 2019, (EV. 01)

Porém, esse mesmo indicador, pode ajudar a definir, um conjunto de características identitárias que existem, igualmente, nos montes alentejanos, e muito em especial os mais recentes, já que também eles partilham de uma determinada sofisticação ou, melhor, de um apuramento de formas que pretendem afirmar-se no que diz respeito à sua personalidade, sem assim lhe podemos chamar. Já sabemos das plantas que possuem determinantes funcionais muito rígidas, mas não impede que mesmo entro destas especificações existam variantes e que a análise tipológica deva ser tida em conta.

Analisando e avaliando as tabelas acima, permitimo-nos avançar com uma inscrição tipológica – na realidade duas – que correspondem à disposição as dependências principais do núcleo do Monte de Rio Seco. Não que se pretenda criar qualquer tipo de paralelismo com as tipologias palacianas ou solarengas. Pretendemos apenas destacar os pontos de semelhança e de organização espacial, predominantemente ortogonais e com similitudes planimétricas – mais do que de alçados.

Assim, elegemos os tipos G e H, que curiosamente correspondem aos exemplos, digamos, mais correntes e eventualmente mais “pobres”, isto é, menos adjectivados arquitectonicamente de entre os muitos exemplos estudados pelo professor Amílcar Pires.



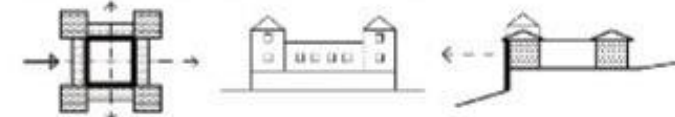
TIPO - A



TIPO - A1



TIPO - B



TIPO - B1



TIPO - C



TIPO - C1



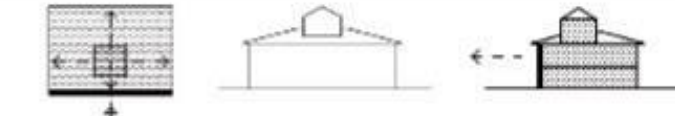
TIPO - D



TIPO - D1



TIPO - E



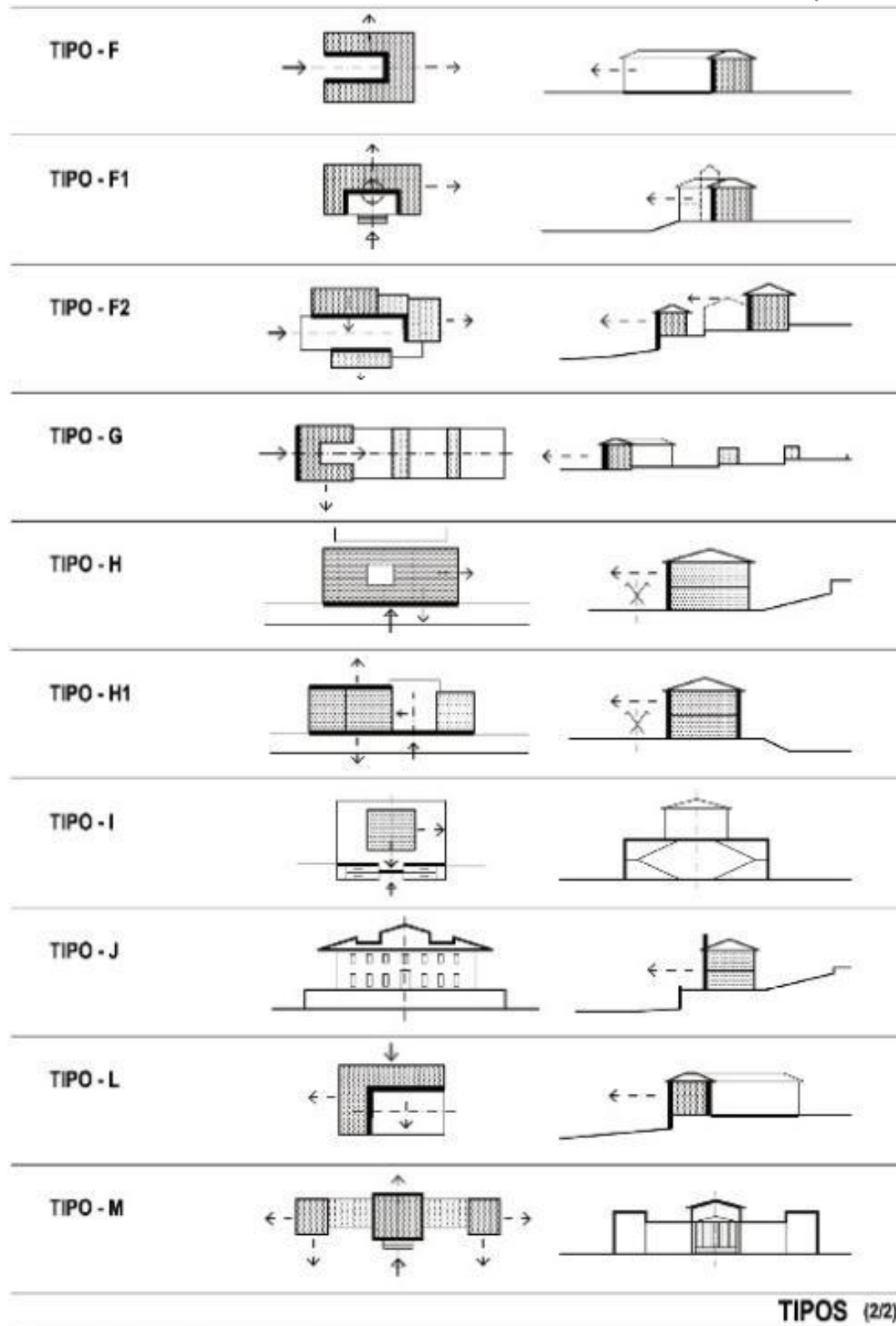
TIPO - E1



TIPO - F



TIPOS (1/2)



TIPOS (2/2)

Figura 85: Esquema retirado do livro Amílcar G. Pires, *Quintas e Solares de concepção renascentista e maneirista*. Évora, Sintra, Azeitão, Lisboa Caleidoscópio, 2019, (EV. 01)

Mesmo assim, destaca-se outra tipologia, mais simples ainda, e com um grau de correspondência com Rio Seco, a tipo F. Pode ser como que uma espécie de protótipo quase universal para uma estrutura residencial, com uma importante componente produtiva, de carácter agro-pecuário, como acontece nos montes alentejanos.

Denota-se a planta em “U” que se torna comum na arquitectura solarenga campestre portuguesa a partir do século XVII (mas que, como se percebeu, já existia desde o tempo dos romanos), e a planta do Monte de Rio Seco, que se organiza numa residência com uma fachada que deita, no seu eixo principal, para uma quadra com dois braços. Acompanhando as propostas do professor Amílcar Pires, prosseguimos a análise usando os mesmos critérios, que se ajustam perfeitamente ao estudo do “lugar” e até motivam a relação que se estabelece a partir dele com a paisagem envolvente. Note-se que o Autor, reporta diversos casos: um deles, o Solar de Água de Peixes (em Alvito), curiosamente, muito perto de Rio Seco (mas que nada tem a ver com o “monte”, obviamente), e que se classifica no tipo B, é assim analisado.

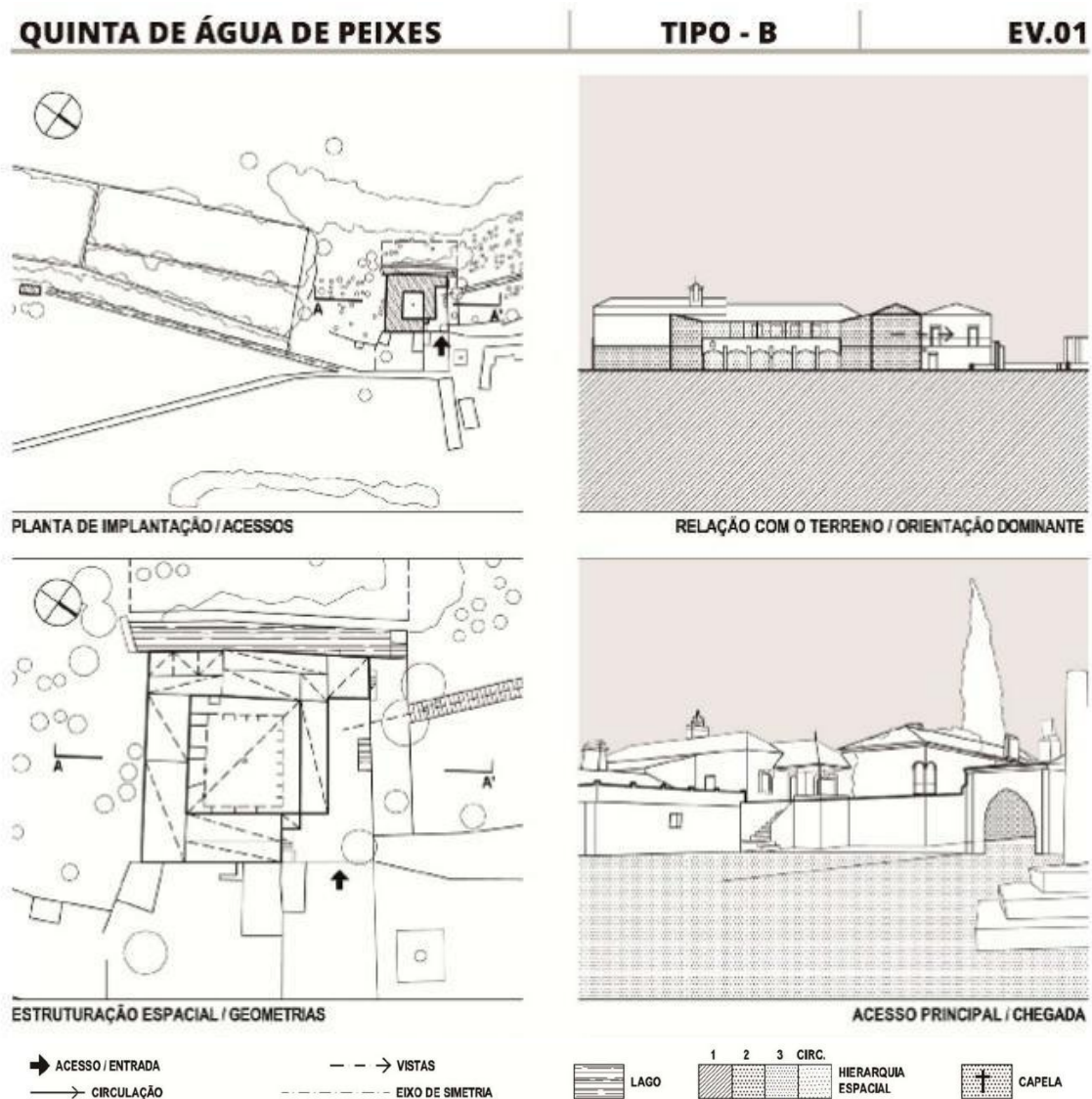


Figura 86: Ficha Solar de Água de Peixes in Amílcar G. Pires, Quintas e Solares de concepção renascentista e maneirista. Évora, Sintra, Azeitão, Lisboa Caleidoscópio, 2019, (EV. 01)

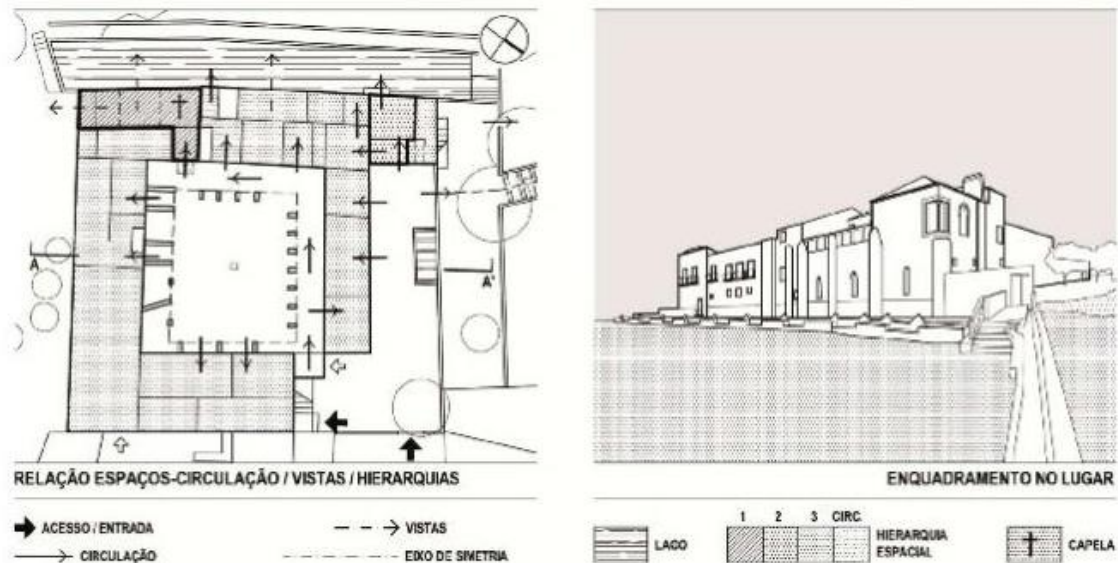


Figura 87: Ficha Solar de Água de Peixes in Amílcar G. Pires, Quintas e Solares de concepção renascentista e maneirista. Évora, Sintra, Azeitão, Lisboa Caleidoscópio, 2019, (EV. 01)

Trata-se apenas de um exemplo do método, uma vez que aplicámos este tipo de análise para o monte do Rio Seco, tendo em conta os diagramas que servem de legenda às indicações fornecidas pelo professor Amílcar Pires, e que se situam no fundo das páginas de cada ficha.

Percebe-se que a análise tipológica se funde com a análise funcional como seria de esperar, ao mesmo tempo determina zonas para um ou outro fim, mas também com um determinado valor arquitectónico que não é apenas funcional, já que também se pode assumir com carácter cenográfico. Relembramos, outra vez, Norberg-Shiulz, que “*ergue assim o Lugar e – no dizer de Paulo Pereira - atribui-lhe três qualidades (Identidade, Caracter e História)*”. A partir daqui - e este seria por exemplo o meu ponto de vista, que é a de um historiador da arquitetura -, não teremos apenas que confiar intuitivamente, intuitivamente, empiricamente, na nossa capacidade de intelecção: podemos, antes sim, convocar este método para conferir segurança ao que entendemos avaliar.” (Pereira, vol I, Idem, ibidem)

Atrevemos a produzir um idêntico esquema de análise para o Monte de Rio Seco, estabelecendo o eixo de simetria, as linhas de vista, a entrada principal e os esquemas (parciais) de circulação predominante dentro do conjunto:

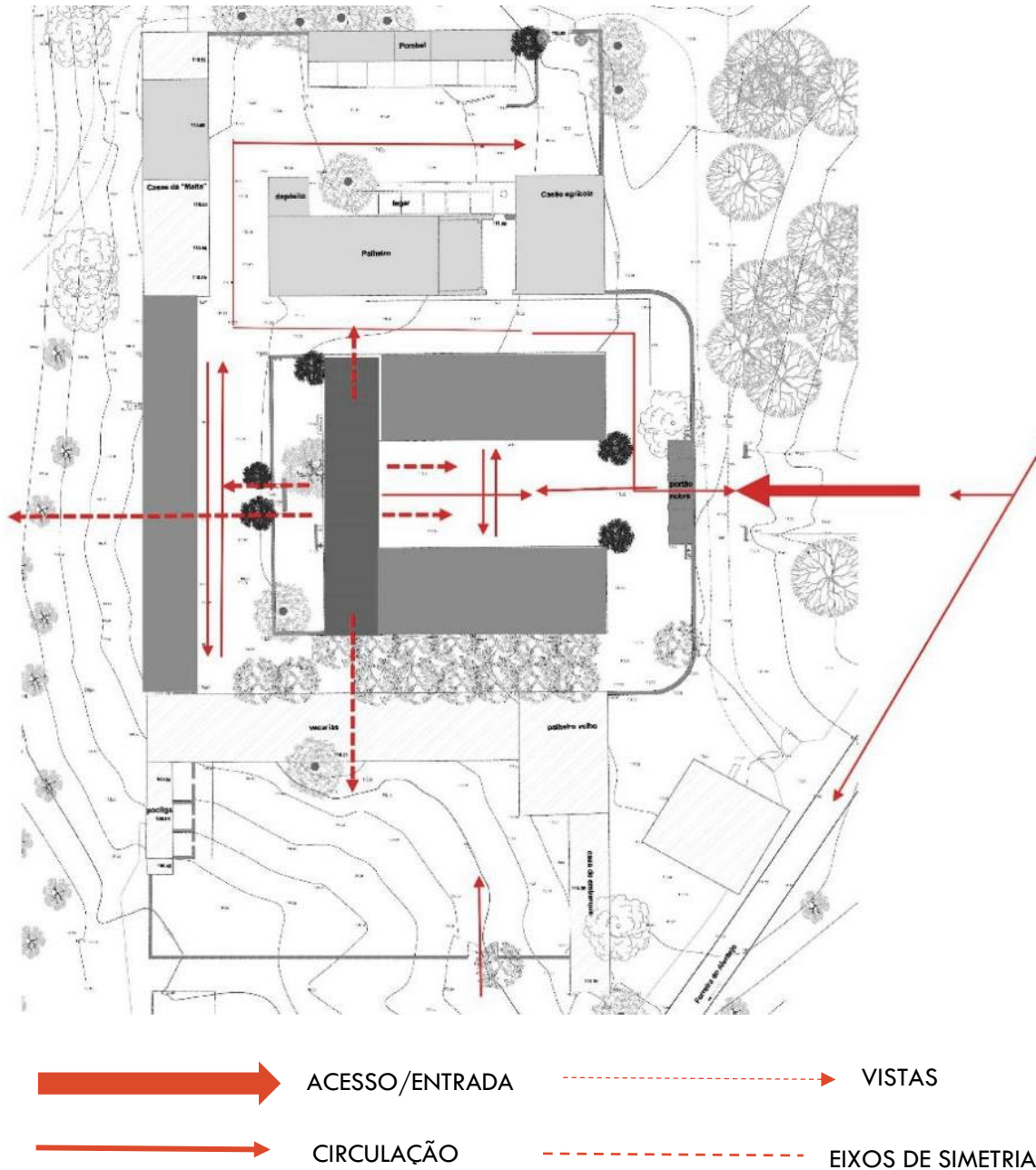


Figura 88: Esquema de "Hierarquia Espacial" do Monte do Rio Seco

Estabelecemos também uma “hierarquia espacial” em que o cinzento escuro corresponde à área residencial, o cinzento médio às áreas de enquadramento (a tardoz, com uma colunata/galeria) e a cinzento claro as funções produtivas. O traçado regista as linhas dominantes de geometria do conjunto (convergências/simetrias/linhas directoras).

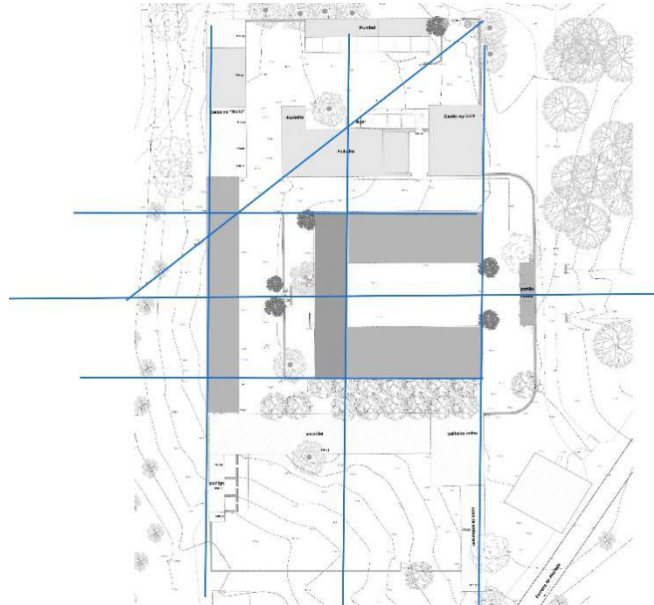


Figura 89: Esquema de "Hierarquia Espacial" do Monte do Rio Seco

O processo permite uma tentativa de aproximar o traçado director ou geometria base do edifício. Parece predominar como elemento gerador o quadrado (1:1) e, logo depois o retângulo, que resulta do rebatimento da diagonal do quadrado (ou de um quadrado), definindo com rigor métrico as restantes áreas, num esquema proporcional que, portanto se cinge, com grande simplicidade e meios ao predomínio do 1:1 e do 1+1 raiz de 2 que dará quatro retângulos V2.

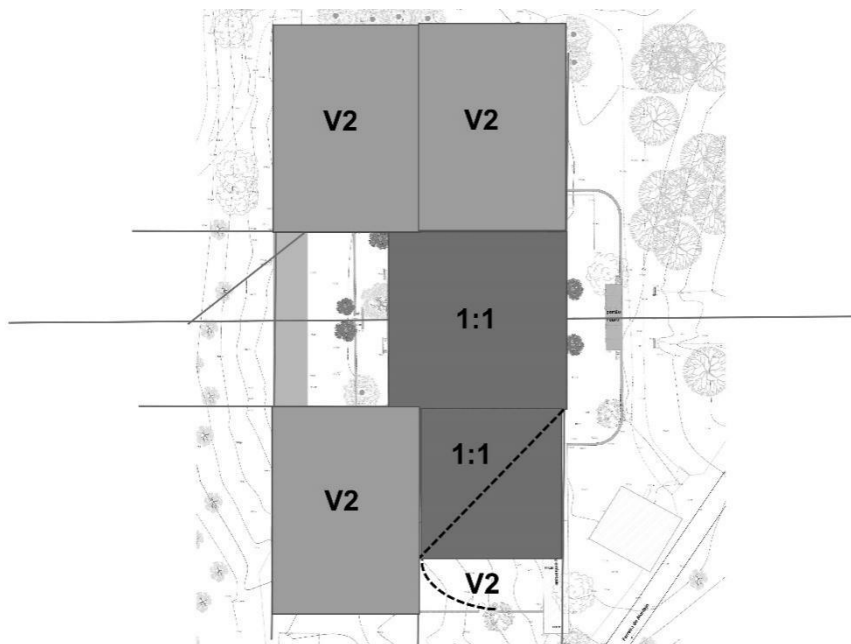


Figura 90: Esquema de "Hierarquia Espacial" do Monte do Rio Seco

De acordo com “Estudos da Paisagem- Contributos para o Desenvolvimento de um Sistema de Interpretação Integrada da Paisagem Centrado no Estudo do seu Lugar Arquitectónico.; Estudo de Caso do Parque Natural da Ria Formosa” de Ricardo Ribeiro, o Lugar não corresponde apenas à dimensão substancial do espaço que é habitado, mas a toda a conjuntura imaterial para que este seja continuamente habitada, ou seja prologado no tempo, que está directamente relacionado com a qualidade de tempo que este oferece no acto de habitar. “Por outras palavras, o lugar não só marca, mas também é marcado por quem habita, sendo a arquitectura a resultante do lugar e ao mesmo tempo o que dá a resultar o lugar na paisagem”. (RIBEIRO, Ricardo in Estudos de Paisagem, Volume IV)

Visto isto, há que perceber todas as qualidades arquitectónicas que este Monte tem para oferecer, que são inúmeras e, tentar assim, potencia-las, destaca-las e contornar os aspectos que ficaram menos bem resolvidos ou inacabados. Porque o edificado e o lugar pedem gestos e acções e para isso, basta estarmos atentos à sua codificação. Naturalmente a arquitectura fala connosco e exige o que é necessário fazer.



Figura 91: Imagem aérea captada por drone

03.03 | A MEDIAÇÃO CULTURAL NO MONTE DO RIO SECO

“Todas as pessoas têm o direito de se implicar e de participar na valorização do património cultural, segundo as suas escolhas, como modo de assegurar o direito a tomar parte livremente na vida cultural. Daí a importância da mediação cultural, ou seja, de promover e aprofundar a participação dos cidadãos na gestão e preservação do património” (Martins, 2020, pág. 16)

“Outro campo em que gostaríamos todos (eu pelo menos gostaria) de ver ampliados os resultados de trabalhos de grande nível produzidos até hoje, terá a ver com os jardins e a organização do entorno da casa rural, enquanto forma calibrada de transformação da natureza, a natureza naturante, numa natureza do labor e do trabalho, onde se encontram “obras de arte” (no sentido da engenharia ou da “pequena engenharia”) tais como poços, minas, muros, muretes, tanques, e aceiros – e a métrica e a agrimensura, e por aí fora.” (Paulo Pereira, 2019)

“Entre Herança Cultural - ou Património Cultural, ou Memória Coletiva - e Fruição Pública coloca-se consensualmente a Mediação Cultural, entendida globalmente como ato de apoio à interpretação. Mas “como”? Que temas mediar? Para que públicos? Com que estratégias?

“Que perfis devem ter os mediadores? E afinal, onde começa e onde acaba o que se pode designar por “Mediação Cultural”? Tem limites? Deve tê-los?” (Sebastian, 2020, pág. 6)

O Monte do Rio Seco na sua génese é composto com edificado que suportava as funções – Habitação e Armazenamento/Apoio Agrícola. De alguma forma estas foram suprimidas o que resultou no estado devoluto do seu suporte físico, o edificado.

Reabilitar o Monte do Rio Seco tem como objectivo adaptar estas funções e redescobrir um novo significado, garantindo que estas se mantêm actuais. Para isso junta-se agora uma nova “função”, a Mediação Cultural, que irá de certa forma apoiar e reforçar as próprias lógicas de uso e de certa forma garantir a gestão integrada do edificado.

De que forma se poderá materializar a componente Cultura, que irá ter a enorme responsabilidade de reerguer o Monte do Rio Seco, assim como toda a Herdade que o suporta e vice-versa?

03.03.01 | AGRICULTURA + HABITAÇÃO + CULTURA

A resposta não é, de todo, uma resposta simples com um programa simples e fechado, mas sim uma resposta complexa, com um programa polivalente e abrangente, que não torne limitadora e fechada a solução, para que, com o passar do tempo, se consiga transformar e acompanhar a evolução de todo o complexo, evitando que volte a estagnar por obsolescência, abandono ou esquecimento.

A Herdade, fruto da apropriação pelo Homem, é composta por Montado de Azinho e Sobro, Olival, Prados Permanentes, Culturas Temporários (azevém, cevada, aveia) e assim se pretende continuar a explorar estes usos, de forma ordenada, biológica e com uma preocupação de sustentabilidade, aliada à exploração de gado bovino, ovino, caprino e suíno de acordo com a regulamentação (Portaria nº42/2015, Diário da República nº 35/2015 série I 2015-02-19)² de cabeças por hectare. Esta apropriação terá uma relação directa com as funções pedagógicas e formativas do edificado assim como financeiras de rentabilização financeira e auto-sustento da herdade.

A Mediação Cultural materializar-se-ia assim, no resgate e recuperação de ofícios autóctones desta terra e desta região.



Figura 93: O Montado - Herdade do Rio Seco

Figura 92: Esquema de Ocupação e Exploração do Solo da Herdade do Rio Seco

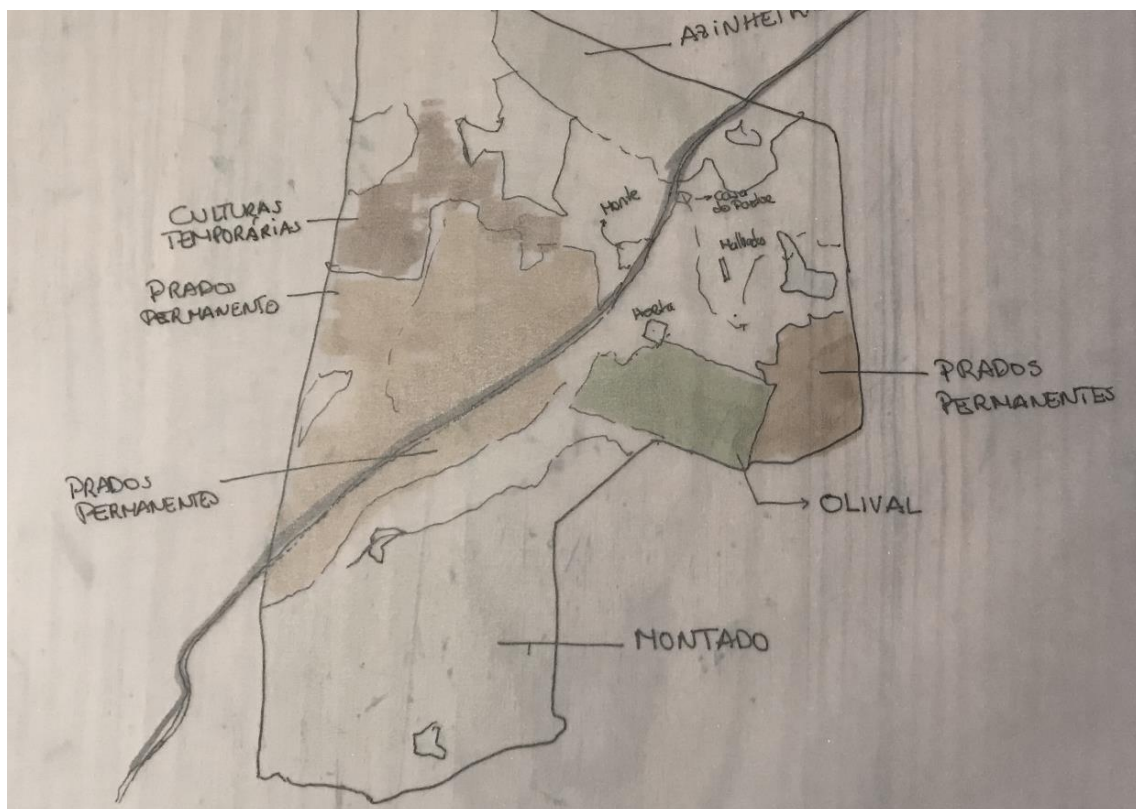




Figura 94: O Olival- Herdade do Rio Seco



Figura 96: Prados Permanentes- Herdade do Rio Seco



Figura 95: Montado de Azinho- Herdade do Rio Seco

03.03.02 | RECUPERAR OS OFÍCIOS AUTÓCTONES

Segundo a fonte “Tradição por Terras Dentro” (Fragoso & Fragoso, 2008) o conceito de tradição que deriva do latim “*tradere*”, significa trazer, ensinar e transmitir. Assim sendo e de acordo com o seu significado etimológico a tradição é a passagem de um saber, ou passagem de costumes de geração em geração. Ou até mais, o autor acrescenta que, a tradição pode se assumir como um conjunto de ideias, usos, memórias, recordações e símbolos legados pelos nossos antepassados. É isto que o Monte do Rio Seco procura alcançar, mais do que um lugar convencional onde se desenvolvem acções formativas e pedagógicas, procura ser o lugar onde de forma natural, se passa e, sobretudo se procura e encontra conhecimentos e saberes de ofícios e profissões que estão a cair em desuso e que são de extrema importância, a nível cultural. No sentido de rentabilizar a herdade e o que esta tem para oferecer e em simultâneo acrescentar esta componente pedagógico-cultural que lhe está associada. Segundo a fonte, o autor referido e citado Glaucus Saraiva que afirma que a tradição não é o passado, mas sim a continuidade, o passado é aquilo que fica para trás. Isto para dizer que muitos destes saberes, profissões e ofícios, tem a sua evolução que deve ser cuidada e pensada (e até repensada do ponto de vista da ecologia e da sustentabilidade), mas nunca poderá ser encarado como algo estagnado que não consegue evoluir.

Os mais conhecidos ofícios autóctones desta zona em específico do Alentejo:

- A cortiça e derivados da cortiça- Tiragem;
- A olaria- *barros*, sejam os a região eborense onde existem barreiros, sejam muito em especial os das regiões de Estremoz e Beja nos quais os barreiros são abundantes, ou têm sido, mas caindo, porém, em desuso e carente de exploração;
- A arte *chocalheira* constitui outro elemento, que, se lhe extraímos componente turística (Património Cultural Imaterial da Humanidade desde 2015, pode ser considerado um elemento fundamental para a actividade da pastorícia;
- A pastorícia, de gado ovino, bovino, caprino e suíno, associado à produção de:
 - queijo- produção
 - carne- produção
 - lã- tosquia e tratamento da lã
 - peles/couros (transformar em sapatos, malas, utensílios, artesanato).
- O vime, o buinho, as madeiras e as mobílias.



Figura 97: Série sobre a cortiça. Preparação da cortiça 1950 (Artur Pastor)



Figura 98: Alentejo. Olaria, décadas de 40/50- Artur Pastor



Figura 100: Ofício- trabalhar com barro (olaria)

Figura 99: Ofício- trabalhar com o barro (olaria- acabamento e pintura)



Figura 103: Série Profissões. Évora, década de 40 - Artur Pastor



Figura 102: Ofício- Chocalheiro



Figura 101: A arte de fazer chocalhos



Figura 104: Ofício- Pastor; Retratos de um Alentejo das décadas de 40 e 50- Artur Pastor



Figura 105: Ofício- Pastor (Produção Animal)



Figura 106: Ofício- Produção de queijo- Série Profissões. Cooperativa de Lactínios, décadas de 50/60- Artur Pastor



Figura 107: Ofício- Trabalhar o Couro (proveniente da produção animal) - Artes e Ofícios, décadas de 40_50 VII- Artur Pastor



Figura 108: Figura 104: Ofício- Trabalhar o Couro (proveniente da produção animal)- Artes e Ofícios, décadas de 40_50 VII- Artur Pastor



Figura 109: Ofício- Trabalhar com Vime, Buinho e Madeira (Mobiliário)- Série Profissões. Évora, década de 40- Artur Pastor



Figura 111: Ofício- Trabalhar o Vime



Figura 110: Ofício- Trabalhar o Buinho

A pastorícia, como ofício constitui, sem margem para dúvida uma das mais antigas actividades humanas no Alto e Baixo Alentejo. Passada a fase de recollecção que caracterizou a ocupação mesolítica, em que as comunidades humanas dependia exclusivamente da colheita, da caça e da pesca, quase sempre com estabelecimentos junto a rios caudalosos com um bom fornecimento de alimentos (peixes, bivalves, crustáceos) bem como com um interior rico em caça oportunista ou planeada – neste caso, coelhos, lebres, cabra montanhesa, aves e eventualmente um ou outro mamífero de maior porte.

Suportavam-se numa indústria artefactual de pedra lascada e micrólitos para raspadores e pontas de seta, a gradual introdução do neolítico levou a uma drástica alteração de hábitos alimentares e de ocupação territorial.

Não é ainda perceptível como esta transição ou rotura (se a houve) se fez, pelo que são os testemunhos do Neolítico (c. 4500-2500 a.C.) e especialmente do calcolítico (c. 2500-1500 a.C.), em que o fabrico de armas (e alguns utensílios em cobre se poderia consumir ou importar, ou mesmo extrair dada a riqueza cuprífera do Baixo Alentejo), que podem trazer algum entendimento das paisagens mis arcaicas.

Estas paisagens, porém, não deveriam ser muito diferentes das actuais em termos topográficos, apenas variando o coberto vegetal, e mesmo este com predomínio do sobro e a azinheira.

Mas foi a pastorícia e os produtos ditos “secundários” (leite, queijo, carne seca, peles, couros) a que deu origem que vai constituir, a par da introdução da cerâmica para armazenamento, consumo e processamento alimentar e do fabrico têxtil e de couros que vão modificar os pontos de estadia e a duração dessa estadia das comunidades até se tornarem plenamente sedentarizadas.

Os povoados neolíticos (sejam os do Neolítico Antigo sejam os do Neolítico Médio e do Neolítico Recente) são escassos e não oferecem pontos visíveis na paisagem. Já os monumentos funerários que estas comunidades contruíram, que na sua maior parte deveriam perdurar no tempo, constituem os sinais de um povoamento importante nesta sub-região e proximidades, num complexo arqueológico deveras importante.

Não foi ainda, no entanto, acrescido o conhecimento arqueológico pré-histórico e histórico desta região. A concentração de um processo sistemático de pesquisas arqueológicas promovida pela EDIA (Empresa De Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva Sa) quando da construção da Barragem do Alqueva, forneceu para o Alentejo Oriental em especial, e para a zona de reguengos e Évora meridional avançou com uma quantidade impressionante de dados novos para o conhecimento da paisagem antiga, monumental ou não, dessa zona. O Baixo Alentejo, apesar do grande incremento de projectos de investigação carece ainda de um processo que desvende a verdadeira riqueza informativa de tão vasta região.

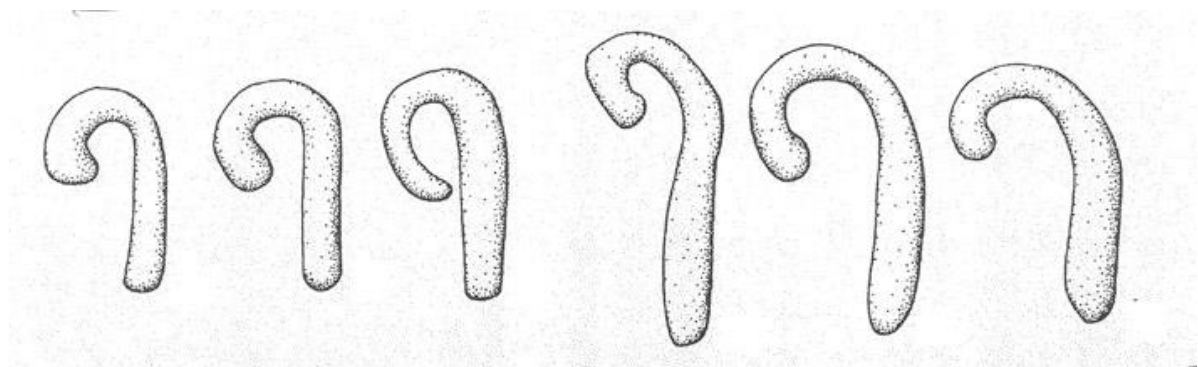


Figura 112: Báculos em relevo de megálitos portugueses (seg. Mário V. Gomes)

Um dos elementos mais claros de uma vida que persistiu na dependência da pastorícia são os próprios símbolos usados pelos homens do Neolítico Médio (ou até anteriormente), e esses símbolos encontram-se gravados com grande clareza nas faces de muitos menires alentejanos, uma das manifestações megalítica mais antigas da península Ibérica, e com uma especial incidência na zona de Monsaraz e Évora. Os recintos megalíticos com menires decorado como “cromeleque” Almendres, Vale Maria do Meio e Portela de Mogos, ou menires como o de Almendres (isolado), monte da Ribeira ou da Bulhoa, para dar apenas alguns exemplos são a este respeito muito

eloquentes. Observe-se neles o lugar de destaque que assume a gravação do “báculo”.



Figura 113: Báculo em relevo de menir do cromeleque dos Almendres (Évora)

Este símbolo assume uma importância superior a muitos outros símbolos até em termos de distribuição do motivo, muitas vezes em lugar de destaque junto ao topo do menir.



Figura 115: Menir da Bulhoa (Monsaraz)

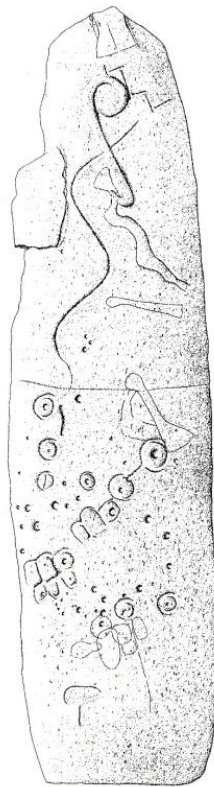


Figura 114: Menir do Monte Da Ribeira (Monsaraz)



Figura 116: Pormenor do báculo do menir do Monte da Ribeira

Um dos factos mais interessantes é que estes báculos também vão fazer parte do mobiliário das deposições funerária votivas nas antas alentejanas, e parece que o seu uso se circunscreva a esta região.

Foram descobertos nas escavações de antas alentejanas os chamados “báculos de xisto”. É em xisto, com uma figurando o cabo. É decorado por séries de triângulos gravados à semelhança dos triângulos que decoram as placas de xisto megalíticas.

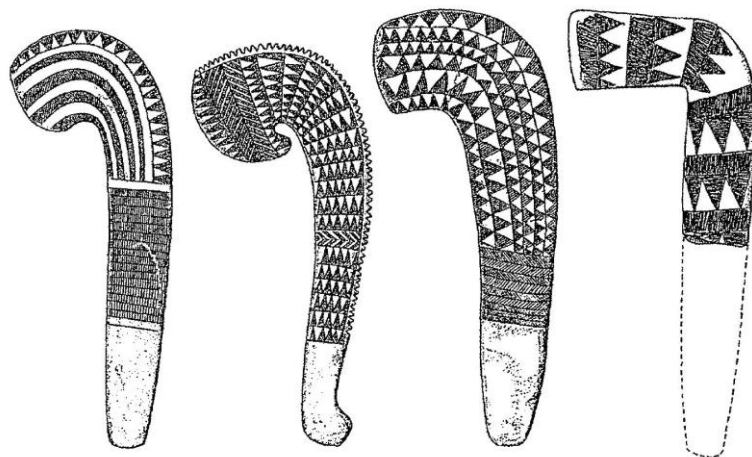


Figura 117: Báculos dos espólios de antas e contextos megalíticos do território português

Mas – afirma Paulo Pereira - “Contrariamente às placas de xisto, que são abundantes, os báculos aparecem com menos frequência, o que indica o seu estatuto de objecto de excepção. O báculo é igualmente um dos temas frequentes da arte megalítica, muito particularmente em Portugal e na Bretanha, assumindo formas de “gancho” e, por vezes, figurado repetidamente num só suporte. O seu simbolismo é indissociável do bastão, do cajado, da vara, do cetro, do chugo e do machado. Tratam-se, todos eles, de símbolos de poder e de símbolos axiais “orientados” –ou melhor, axialmente norteados- de forma a constituírem uma referência “central”: onde o seu portador se encontra, encontra-se também o “eixo do mundo” (axis mundi).



Figura 118: Báculo de dorso serrilhado da Herdade de das Antas, Montemor-o-Novo (MNA)

Gancho de pastorícia ou cajado, não restam dúvidas acerca do seu valor. No dizer os arqueólogos, que Paulo Pereira sintetiza: *“O báculo parece relacionar-se privilegiadamente com o poder espiritual, como o atesta a sua pervivência até aos nossos dias como crossa ou báculo, atributo dos bispos na religião católica. (...) De facto, o báculo megalítico (...) parece derivar do cajado tradicional recurvado em cima e em gancho, de forma a controlar o gado. Não parece constituir uma estilização do machado. (Paulo Pereira, Decifrar a Arte Portuguesa, vol. I “Artes Antigas, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, p. 56-57)*

Assim sendo. *“Coincide com o conceito de “pastor” —o Bom Pastor, condutor da comunidade, valor presente no báculo cristão e episcopal- e é como tal que deve ser entendido: enquanto signo de carácter sacerdotal, com um uso confinado aos “chefes” cujo poder lhes fora investido pela divindade (a Deusa-Mãe) e que durante o neolítico reuniram em si ambas as funções, temporal e espiritual.” (Pereira, idem, p. 57).*



Figura 119: Imagem relativa ao cajado



Figura 120: Imagem relativa ao Cajado

Ora esta cultura pré-histórica foi partilhada com o Baixo Alentejo. Nesta região, em especial a que escolhemos estudar, permite detectar um conjunto de práticas que se encontram intimamente ligadas a sociedades camponesas com uma bem definida economia agrária na qual a pecuária ou a criação de gado assumia certamente um papel de maior importância, se não fosse mesmo a actividade preponderante.

Sabemos que a natureza com raras excepções, dos monumentos funerários — que eram

simultaneamente centros rituais – do Baixo Alentejo e da zona em estudo não são do mesmo tipo das antas situadas mais a nascente, mas ainda haverá muito por conhecer nesta região. O certo é que a cultura megalítica que existia no Alentejo também se manifestou aqui, e os monumentos, sendo na sua maior parte constituídos pelos chamados “*tholoi*” – monumentos com corredor e câmaras circulares ou subcirculares revestidas a xisto e com cobertura de falsa cúpula (ou ode madeiramentos), possuem o mesmo tipo de planta das antas, seno até mais cuidados, e com variantes mais acentuadas.

Pela carga histórica e cultural que a pastorícia transporta, torna-se fundamental perpetuar esta profissão no tempo, formalizando a passagem do testemunho de geração em geração- O Monte do Rio Seco- pode assim oferecer uma estrutura de ensino e formação qualificada para quem procura perceber conhecimentos sobre o trabalho na sua vertente prática e também da gestão burocrática. Tanto em relação à pastorícia como em relação a profissões e ofícios complementares de carácter Agrícola.



04 | REABILITAR "SEM FERIR"

04.01 | A INTERVENÇÃO



Figura 121: Esquema dos Núcleos da Herdade

A intervenção do Projecto partiu da abordagem da herdade do geral para o particular- a Herdade como sistema que vai contaminar o edificado, e vice-versa - porque este a suporta e apoia. A ideia base da intervenção consiste em adicionar o elemento “Cultura - Tradição” e passar às próximas gerações as profissões e ofícios autóctones, como se fazia há uns tempos atrás de forma natural, mas agora irá ser formalizado este processo.

A herdade é constituída por quatro núcleos de edificado:

Núcleo 1: O Monte – que assumia as funções Habitação e Armazenamento Agrícola (Produção) e agora suportará as novas funções pedagógicas e culturais relacionadas com os ofícios autóctones, habitação temporária, e armazenamento (Produção + Habitação + Cultura)

Núcleo 2: Casa do Pastor- Armazenamento Agrícola que continua a suportar as mesmas funções e será palco de algumas aulas práticas.

Núcleo 3: Malhadas- Armazenamento Agrícola e Pecuário

Núcleo 4: Horta- Produção de Alimentos e Armazenamento (retomará as antigas funções)

Os quatro núcleos interagem entre si, suportam-se e completam-se.

Assim, a nossa proposta para a reabilitação do Monte do Rio Seco assentou, como se percebeu já, num conhecimento tão profundo quanto possível das condições materiais objectivas do conjunto edificado e do seu entorno. Mas passou também pela identificação dos aspectos de carácter cultural, e até efémeros e em alguns casos, tão só atmosféricos, que podiam impelir os traços fundamentais do trabalho que aqui se apresenta.

Porém, sabendo das limitações e constrangimentos de um projecto de cariz territorial com uma componente intervencionista e conservacionista, no sentido de um reencontro com saberes locais e a sua eventual recuperação e replicação em ambiente contemporâneo, há que ter em conta as exigências desta mesma contemporaneidade. Assim, não se afigura sustentável uma “visão idealista” – que por ser ideal seria mesma “a” ideal – de retoma de produção do monte, como se não tivesse passado século e meio de história e de mudanças sociais, geomorfológicas e climáticas.

Por isso, o nosso ponto de vista quanto às funções a desempenhar pelo Monte de Rio Seco, podem ser listadas em razão do alcance que pretendemos dar à sua reutilização. É esta definição da sua reutilização que por sua vez informou as opções de projecto, claro está.

Outro facto a ter em conta foi a necessidade premente de manter, ou melhor, de restaurar, não só o conjunto edificado que se encontra em estado de ruína, mas também a necessidade de *restaurar as potencialidades agrícolas da herdade*.

Há assim, no conjunto, o recurso a três funções principais:

A – **Habitação:** Função residencial: hospedaria e acolhimento de investigadores e formandos e até mesmo curiosos

B- **Cultura:**

Formação/Investigação: Função de estudo: *Observatório da Planície de Montado (OPM);*

Cultura / Mediação Cultural: Função didáctica, e de mediação cultural: ensino, aprendizagem, troca de experiências nas áreas da prática agro-pecuária associadas desde sempre à Planície de Montado, como parte integrante, mas complementar do OPM;

Cultura/ Tradição- passar às próximas gerações as profissões e ofícios autóctones

C- **Produção:** manutenção de segmentos produtivos (possíveis) característicos do monte da planície de montado

OBSERVATÓRIO DA PLANÍCIE DE MONTADO (OPM)

Se o nosso fim era uma abordagem sustentável, ou mais do que isso, realista e sem retórica, foi imperioso que se preparassem condições para a continuação das actividades de aproveitamento das culturas autóctones, na óptica de um Observatório (*Observatório da Planície de Montado (OPM)*), a saber:

A. Componente fitossanitária e de exploração controlada (OPM)

- i. exploração do sobreiro (*quercus suber*), cuja dádiva maior é a cortiça, mas sem esquecer a colheita da bolota/glande;
- ii. manutenção das azinheiras (*quercus ilex*) de grande porte e promover a recolha da respectiva bolota ou glande, fixando-as como elemento de preservação do ciclo hidrológico;
- iii. Reconstrução ou acondicionamento de áreas comprometidas pela actual ruína a adega e armazém de azeite
- iv. manutenção dos exemplares de carvalho-roble que cremos ainda existirem na propriedade para equilíbrio do ecossistema do montado;
- v. reconhecimento das zonas de crescimento das ervas aromáticas alentejanas e preparação da sua protecção para colheita e continuidade (coentros, poejo, anis ou erva-doce, manjerona, hortelã e hortelã da ribeira, louro, alecrim)
- vi. manutenção e registo da população arvense, arbustiva e espontânea através de

recenseamento e mapeamento; monitorização permanente

B. Componente didáctica e de aprendizagem: Mediação Cultural: a Biodiversidade

- vii. estabelecimento de um percurso de conhecimento das espécies arvenses do território da herdade, com destaque para os sobreiros e azinheiras – de maior porte – e do carvalho (quercus);
- viii. familiarização com as espécies arvenses, arbustivas e vegetais em geral presentes no território do Montado
- ix. Conhecimento e levantamento da avifauna presente no montado (falcão peneireiro, coruja-do-mato, cotovia-dos-bosques, pisco-de-peito-ruivo, mocho galego, picanço real, cegonhas-pretas, milhafres, abutres negros, piscos, tordos, tentilhões, pica-paus, garças-reais, pombas, abelharucos, cotovias, estorninhos, gaios, pegas, rouxinóis, felosas, toutinegras, chapins, trepadeiras, pardais e escrevedeiras)
- x. Conhecimento da fauna (sapo-corredor, sapo-de-unha-negra, sapo-parteiro, rã, rela, sardão, lagartixa comum, cobra comum; cobra-rateira (ven.); lebre, coelho, doninha, gineta, javali, veado.)
- xi. Conhecimento do ciclo de exploração do montado
- xii. Conhecimento dos modos de exploração pecuário, com relevo para as varas de procas, e pastorícia do montado do gado vacum e caprino
- xiii. Aprendizagem da pastorícia: história da pastorícia, terras pastoras, as grandes transumâncias ibéricas, as transumâncias do território português, transumâncias regionais
- xiv. Difusão do conhecimento da arqueologia do Baixo Alentejo Central – pré-história, romanização, as villae e a Idade Média
- xv. Preparação de percursos locais ou regionais para conhecimento da realidade patrimonial, edificada e paisagística do Baixo Alentejo Central



Figura 122: Fotografia da Herdade do Rio Seco

04.02 | O PROJECTO - INTERVENÇÃO NO MONTE DO RIO SECO

04.02.01 | O PROGRAMA

NÚCLEO PRINCIPAL: AS TRÊS QUADRAS

I. CONJUNTO CENTRAL

1) “Zona Nobre”

– a Norte: zona central do núcleo principal do monte: Antiga casa do proprietário e dependências que definem a quadra/terreiro de entrada; pelo peso da sua Memória passa a assumir as funções de:

- a) Administração
- b) Gabinetes de Gestão
- c) Sala de Reuniões
- d) Instalação sanitária de apoio
- e) Arquivo
- f) Zona de Estar/Espera

– a Poente: zona de antigo forno, lagar, arrumos:

- g) Pastelaria (tradicional alentejana e conventual)
- h) Esplanada
- i) Restaurante (comida típica e da época)

– a Nascente: zona que antes assumia as funções de casões, oficinas e cocheiras (com manjedouras):

- j) Sala de Refeições (Refeitório)
- i) Loja de Produtos Artesanais
- k) Loja de Produtos Naturais (produzidos na Herdade)
- l) Recepção de apoio a utentes e visitantes

II. CONJUNTO A SUL

1) “Zona Teórica” – as antigas naves com manjedouras que alimentavam o gado passam a assumir a função de:

- m) Zona de Aulas Teóricas e Formação

2) “Zona de Dormir” toda a ala onde se encontra os quartos (a maioria equipados por *kitchenette*) é uma ala nova (construída de raiz) que encerra o rectângulo que delimita o Monte, como se esse gesto fosse “quase obrigatório”; a sensação que se tem ao percorrer o Monte de Norte para Sul é de que esta ala estava incompleta, que lhe faltava um elemento, porque todos os elementos que compõem o edificado têm uma simetria e justa proporção entre si:

- n) 20 quartos (10 simples e 10 com *kitchenette*)

3) “Zona Polivalente”

No antigo celeiro e zona de expedição de animais (com balança):

- o) Sala Polivalente
- p) Lounge /sala de pequenos-almoços
- q) Recepção

III. CONJUNTO A NORTE

1) “Zona Prática”

Antigo Galinheiro e Pombal, Casa dos Caseiros, Casões Agrícolas:

- r) Zona de Aulas Teóricas
- s) Zona de Oficinas
- t) Arrumos
- u) Casa de Apoio para os Trabalhadores (Balneários, Vestiários, cacifos, Zonas de Estar, Copa)

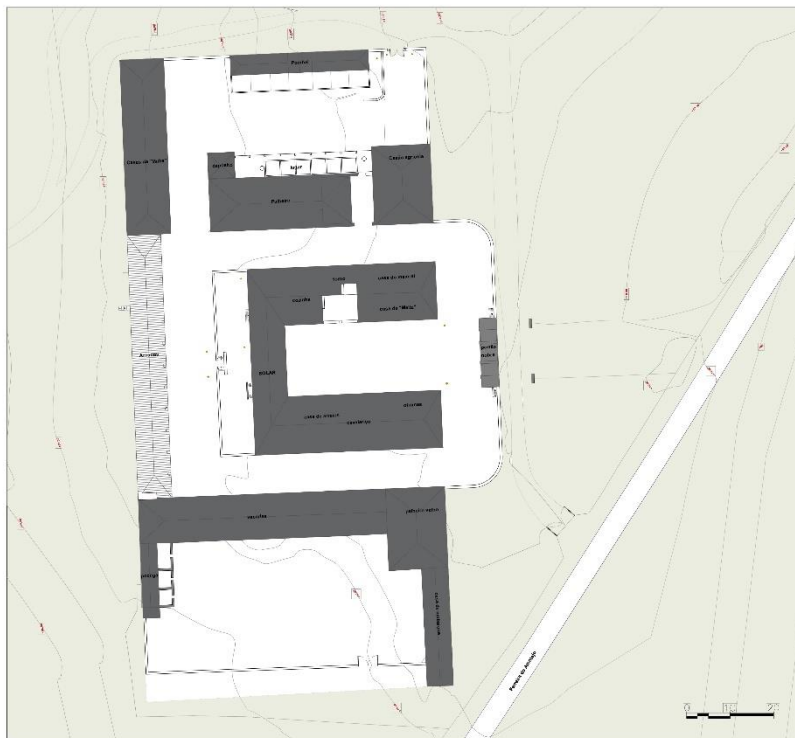


Figura 123: Planta da Estrutura antes da Intervenção - Monte do Rio Seco

O projecto resumiu-se, assim, a 3 gestos:

- 1 Manter a estrutura e o perfil do monte, sem alterações, de modo a preservar a sua relação com a paisagem;
- 2 Restaurar o que for passível de restauro e reconstruir (com modificações necessárias à refuncionalização pretendida) todo o edificado, utilizando tanto quanto possíveis métodos construtivos e materiais locais, mas sem prejuízo da introdução de novas técnicas e sistemas de infra-estruturas e especialidades compatíveis com o programa;
- 3 Utilizar uma linguagem arquitectónica que fosse um compromisso ponderado entre a arquitectura tradicional do monte alentejano e uma afirmação contemporânea nas partes construídas de raiz, respeitando, porém, as dinâmicas e as volumetrias pré-existentes, guiando-nos, aliás, por sistemas compositivos já existentes.

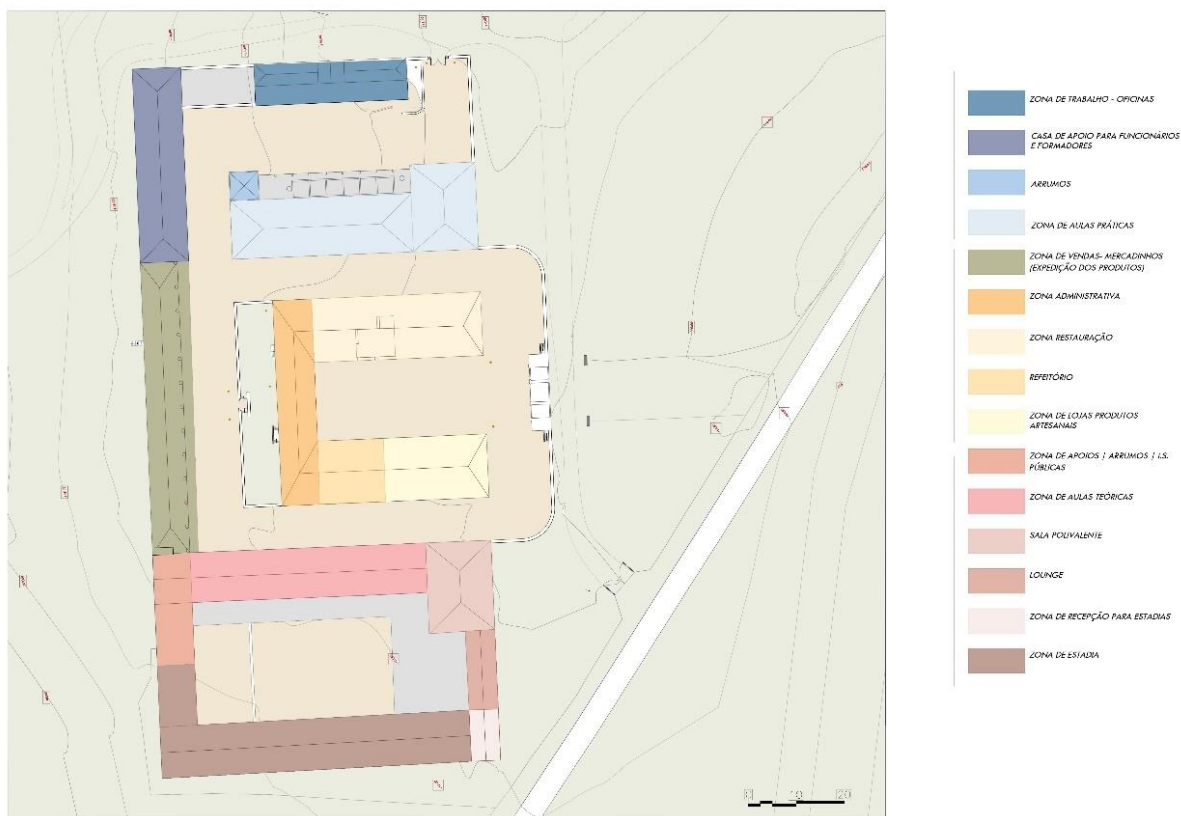


Figura 124: Esquema da Intervenção no Monte do Rio Seco

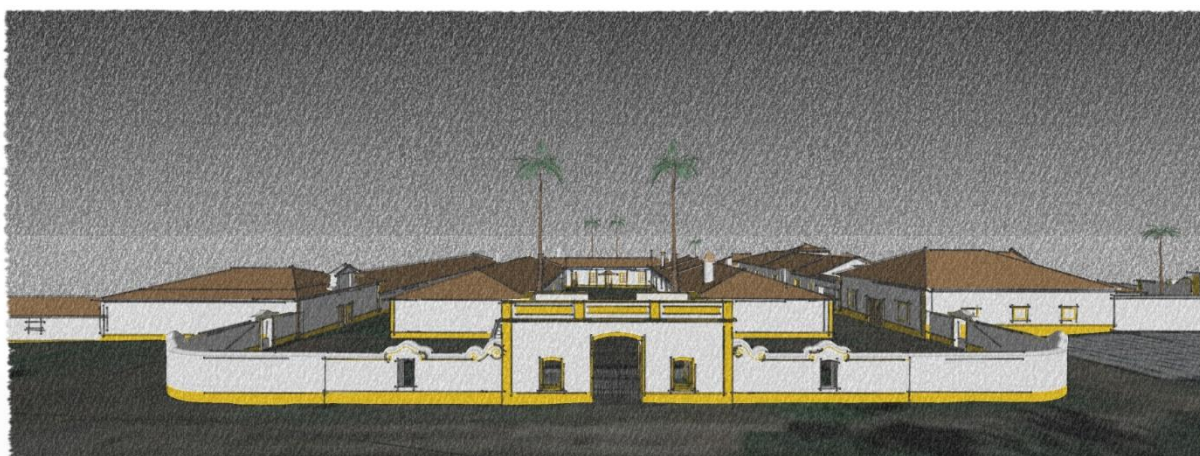


Figura 125: Modelo Tridimensional da Proposta de Reabilitação - Monte do Rio Seco

04.03 | MEMÓRIA DESCRITIVA

Do ponto de vista da metodologia de intervenção, optámos por admitir como perdidos muitos dos panos de parede destelhados, que dificilmente podiam ser recuperados parcial ou integralmente.

O estudo de patologias para um caso como o do Monte do Rio Seco seria de apresentação fastidiosa, pelo que resumimos o que de mais evidente ali se encontra, entre o pior e o melhor conservado:

– A *colunata/galeria/pórtico*, apresenta razoáveis condições de conservação: refira-se que as colunas conferem um “toque” erudito à edificação e ao conjunto, sendo -com o portal de entrada e o arranjo da entrada da residência principal- os segmentos mais qualificados do ponto de vista da sua cultura arquitectónica, certamente desenhados por um arquitecto e, por isso, fugindo à dominante vernacular da arquitectura do conjunto. As colunas foram construídas em cimento a partir de molde, e apresentam uma “ordem toscana” relativamente canónica tendo em conta que se trata de um recurso recente do século XIX numa toada que parece ser característica do ecletismo *fin-de-siècle*. Algo que acontece, igualmente com o portão nobre (“eclectico”, neo-maneirista) e com o remate do nucelo nascente (antigo “pombal”), que apresenta um eixo central alteado com empena triangular;

– O *portal de entrada* e as *estruturas de delimitação/muros* não apresentam patologias que comprometam a sua recuperação, pelo que a reconstrução pontual, picagem, aplicação de novo emboço e reboco com pintura seguem os trâmites do Monte na sua origem e versão conhecida desde 1960;

– A *residência principal* apresenta diversas patologias, podendo ser recuperada com a introdução de novos pavimentos e do refazimento ou reinstalação integral dos madeiramentos do tecto sempre que estes apresentem traços de degradação contaminante, optando pela sua remoção e substituição;

– no restante edificado, há a necessidade de ser efectuado o *refazimento de paredes*, o *lançamento de novos telhados* a *correção de cargas* em telhados ainda existentes (pombal, vacaria), bem como a *abertura de vãos* julgados necessários para a refuncionalização do conjunto tendo em vista as funções que lhes pretendemos atribuir, mas obedecendo às métricas originais: poucas alterações, meramente “cirúrgicas”, eram necessárias, e o recurso a uma linguagem mais nossa contemporânea pautou-se pelo que habitualmente chamamos “intervenção mínima”;

– Respeitámos os índices cromáticos que ainda servem de referência ao monte nos muros de delimitação (mais recentemente intervencionados), e os núcleos interiores com pintura de cor sangue-de-boi, por se julgar esta paleta consentânea com o espírito do lugar e com as pré-existências.

Em grande medida, a inspiração para este tipo de intervenção foi colhida da lição que depreendemos da obra por Eduardo Souto de Moura que escolhemos como referente projectual, no Monte de S. Lourenço do Barrocal.

Contudo, o nosso edificado, ao assumir novas funções, necessitava de áreas diferentes, na maioria dos casos mais amplas, o que significou a supressão de algumas divisões interiores (algumas delas já não mais existente actualmente, devido ao seu estado de degradação). A nova ala a Sul, proposta de raiz, foi pensada com a mesma materialidade do restante edificado, assim como uma semelhante linguagem arquitectónica à originária, reinterpretada à nossa contemporaneidade. Tal critério que se apreendeu do caso de referência – Casa Rural de Villalba de los Barros do casal de arquitectos Lucas y Hernandez-Gil, que transformaram com um enorme cuidado as pré-existências.

Do Observatório da Paisagem da Charneca, a referência para este projecto de reabilitação está associada à dimensão cultural deste exemplo. Em termos práticos, este caso de referência é um exemplo pelo peso conceptual que acarreta. É um edifício simples, discreto, humilde, com materiais locais e naturais mas conceptualmente tem a enorme responsabilidade de representar uma instituição que trata da gestão e da interação entre a sociedade e a natureza, que promove o conhecimento e investigação a paisagem da Charneca do Tejo, assim como actividades que permitem a participação e vivência na paisagem e património cultural, ainda tem o especial compromisso de desenvolver eventos que debatam e investiguem estes temas a nível técnico e científico.

O Caso de Referência- Torre Vã- com menos informação disponível, apresenta semelhanças em relação ao nível do programa e tira-se algumas lições relativamente à forma como se abordagem com a envolvente e com o próprio edificado- porque resulta, tal como tentámos seguir no Monte do Rio Seco- de uma apreensão e compreensão do contexto e das relações espaciais das pré-existências com a paisagem (com o meio envolvente).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Ruin is a road to Tranformation”
“Eat, Pray, Love” 2010 (Filme)*

A Ruína é mesmo um caminho para a Transformação, na medida em que se deve encarar como uma oportunidade - entender as suas potencialidades e, revelá-las. O caminho que sempre se procurou, foi no sentido de Reabilitar um edificado esquecido - O Monte do Rio Seco - no âmbito onde este se insere - a Herdade e todo o sistema complexo que esta representa de forma responsável e consciente, visto a Herdade e o edificado terem uma forte ligação e serem reflexo um do outro de modo a intervir com respeito pela Memória do Lugar, pelo seu passado, pelo seu meio, contudo intervir sempre que necessário sem receio.

Entender um tema de fundo como o é a Ruralidade, o contexto da Herdade e o Latifúndio no Alentejo, assim como o Monte Alentejano, fortificou os nossos conhecimentos e procura apresentar-se como paradigma significativa para a forma como se olha, analisa e intervém neste tipo de estrutura e no seu entorno, considerado mesmo nas suas mais amplas dimensões diacrónicas, da pré-história à actualidade. Conhecer a História e as *Estórias*, as passagens a que o lugar serviu de palco, traz consigo a enorme responsabilidade de honrar a Memória e o carinho que muitas pessoas lhe devotam e conservam enquanto lembrança activa/actuante quando se fala do “Monte do Rio Seco”.

Reabilitar o Monte do Rio Seco – optar por novas possibilidades de uso divergentes daquelas para a qual foi concebido – torna-se extremamente delicado, quando se estabelecem como premissas - respeitar a sua Memória a sua Dignidade. O sentido da reabilitação consistiu então em levar por diante uma intervenção mínima: aproveitando e repropoando o máximo possível das pré-existências sem as desvirtuar, mas também com a consciência que deve avaliar o que tem e não tem valor, o que faz e não faz sentido, sem receio de recorrer ao domínio instrumental da Arquitectura para inscrever uma possibilidade de futuro sobre tão estimável paisagem.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1988). *Arquitectura Popular em Portugal, volume III (zona 5: Alentejo, Zona 6: Algarve)*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.
- AA.VV. (1988). CHOAY, F. (2006). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- D'ABREU, A., CORREIA, T., OLIVEIRA, R. (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental – 5 vols.* Lisboa: Direção Geral de Ordenamento do Território.
- AMARAL, M. do. (1941). *O Alentejo na sua vida e na sua História*. [s.l.: s.n.].
- BACHELARD, G. (2008). *A poética do espaço* (2º ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- BAGANHA, J. (2016). *A Arquitectura Popular dos Povoados do Alentejo*. Lisboa: Edições 70.
- CASTANHEIRA, C. (2007). *Álvaro Siza: 22 projectos recentes*. Vila Nova de Gaia: Casa da Arquitectura.
- CASTELLS, M. (2003). *O Poder da Identidade* (Vol.2, 2.ª ed.). Lisboa: Gulbenkian Editora.
- CHOAY, F. (2006 [1999]). *A alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- CHOAY, F. (2015). *As Questões do Património: Antologia para um combate*. Lisboa: Edições
- COVAS & COVAS. (2012). *A caminho da 2ª ruralidade*. Lisboa: Edições Colibri.
- CRAVIDÃO, F. D., & Fernandes, J. L. (2003). Urbano e rural: a convergência de dois conceitos ou outros modos de “olhar” o território? *Revista Portuguesa de História*, 2(36), 417–429.
- RIBEIRO, R., “Contributos para o desenvolvimento de um Sistema de Interpretação Integrada da Paisagem centrado no estudo do seu Lugar Arquitectónico. Estudo de Caso do Parque Natural da Ria Formosa”. In P. FIDALGO (Coord.), *Estudos de Paisagem. Volume IV. I colóquio Ibérico de Paisagem - O estudo e a construção da Paisagem como problema metodológico*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea – NOVA FCSH. p. 177-195.
- FRAGOSO, F., & FRAGOSO, L. (2008). *Tradição por Terras Dentro*. Évora: Diana - Litográfica do Alentejo.
- FURINI, K. (2004). “(Re) Pensando o Conceito do Rural”. In *Revista Nera*, Ano 7 (4). pp. 20-28.
- GASPAR, C. (2017). *ARQUITECTURA EM TERRAS ERMAS CENÁRIOS NO LITORAL ALENTEJANO*. Universidade de Évora.
- HALBWACHS, M. (1990 [1925]). *A Memória Colectiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- JANEIRO, A. (2009). Ressalvando as Aparências: Apontamento sobre a Memória, a Imaginação e o Valor. In M. MEDEIROS, A. RAMOS (Ed.), *Memória e Artifício: A Matéria do Património II*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

- JORGE, J. G. (2007). *Lugares em Teoria* (1ª Edição). Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- JORGE, J. G. (2013). O Tempo da Cidade. In *Filosofia e Arquitectura da Paisagem. Intervenções*, 179-186, Lisboa: Centro de Filosofia.
- LEITE, A. S. (2015). *A Casa Romântica- Uma Matriz para a Contemporaneidade*. Lisboa: Caleidoscópio.
- LEITE, A., FELICIANO, A. (2016). *A Casa Senhorial como matriz da territorialidade*. Lisboa: Caleidoscópio.
- LINO, R. (1992) - Casas Portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples. 1.ª ed. Lisboa: Cotovia. ISBN 972-8028-14-8.
- LOPES, T. da C. (2010). *Reabilitação sustentável de edifícios de habitação*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de mestrado.
- MAGALHÃES, M. R. (2007). *Estrutura Ecológica da Paisagem: Conceitos e delimitação -escalas regional e municipal* (1ª ed.). Lisboa: ISAPress.
- MAGALHÃES, M. R. (Coord.) (2019). *Estrutura Ecológica Nacional - Uma Proposta de Delimitação e Regulamentação*. Lisboa: ISAPress.
- MARTINS, G. (2020). "Mediação Cultural". In *Mediação Cultural: Objetos, Modelos e Públicos* (Coleção Património a Norte (5)). pp. 10-17. Disponível online em: https://issuu.com/cultura.norte/docs/panorte_n_5_digital Acesso em: 7 Out. 2020.
- MASCARENHAS, J. M. de, BARATA, F. T., & CAPELO, S. (n.d.). *O Monte Alentejano na encruzilhada do tempo*.
- NEVES, C. (2017). *Reabilitação em contexto rural da arquitectura popular portuguesa e sua adaptação*.
- NORBERG-SCHULZ, C. (1980). *Genius loci: towards a phenomenology of architecture*. [s.l.]: Academy Editions.
- PEREIRA, P. (2015). *Decifrar a Arte em Portugal - Vol. I "Artes Antigas"*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PEREIRA, P. (2019). "Prefácio". In A. PIRES, I. FERNANDES (Ed.), *Quintas e Solares de Conceção Renascentista e Maneirista: Évora, Azeitão, Sintra*. Lisboa: Caleidoscópio.
- PINTO, J. C. (2007). *Arquitectura da planície - cinco situações de montes no Alentejo*. Lisboa: ACD+FAUTL.
- PIRES, A., FERNANDES, I. (Ed.). *Quintas e Solares de Conceção Renascentista e Maneirista: Évora, Azeitão, Sintra*. Lisboa: Caleidoscópio.
- REIS, M. C. (2000). *O Monte Alentejano: a transformação no século XX: o caso da Amoreira de Cima*. Lisboa: Associação de Estudos Rurais, Universidade Nova de Lisboa.

- RIBEIRO, O. (2011). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Letra Livre
- SÁ, M. (2004). *Rusticidade e recreio na Arquitectura das Quintas do concelho de Elvas. 1949–1951*.
- SANTA-RITA, G. (1992 [1982]). *Portugal: a expressão da paisagem*. Lisboa: Terra Livre
- SARAIVA, A. (2017). *Casas (pós-)rurais entre 1900 e 2015: expressões arquitetónicas e trajetórias identitárias*. Lisboa: Colibri.
- SEBASTIAN, L. (2020). “Editorial”. In *Mediação Cultural: Objetos, Modelos e Públicos (Coleção Património a Norte (5))*. pp. 6-7. Disponível online em:
https://issuu.com/cultura.norte/docs/panorte_n_5_digital Acesso em: 7 Out. 2020.
- SERRÃO, A. V. (Ed.) (1913). *Filosofia da Paisagem: Uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- TELES, S. (2013). *Habitar a paisagem alentejana: a particularidade do monte*. Évora: Universidade de Évora. Dissertação de mestrado.

ANEXOS

1- Documentos Históricos

Anexo 00

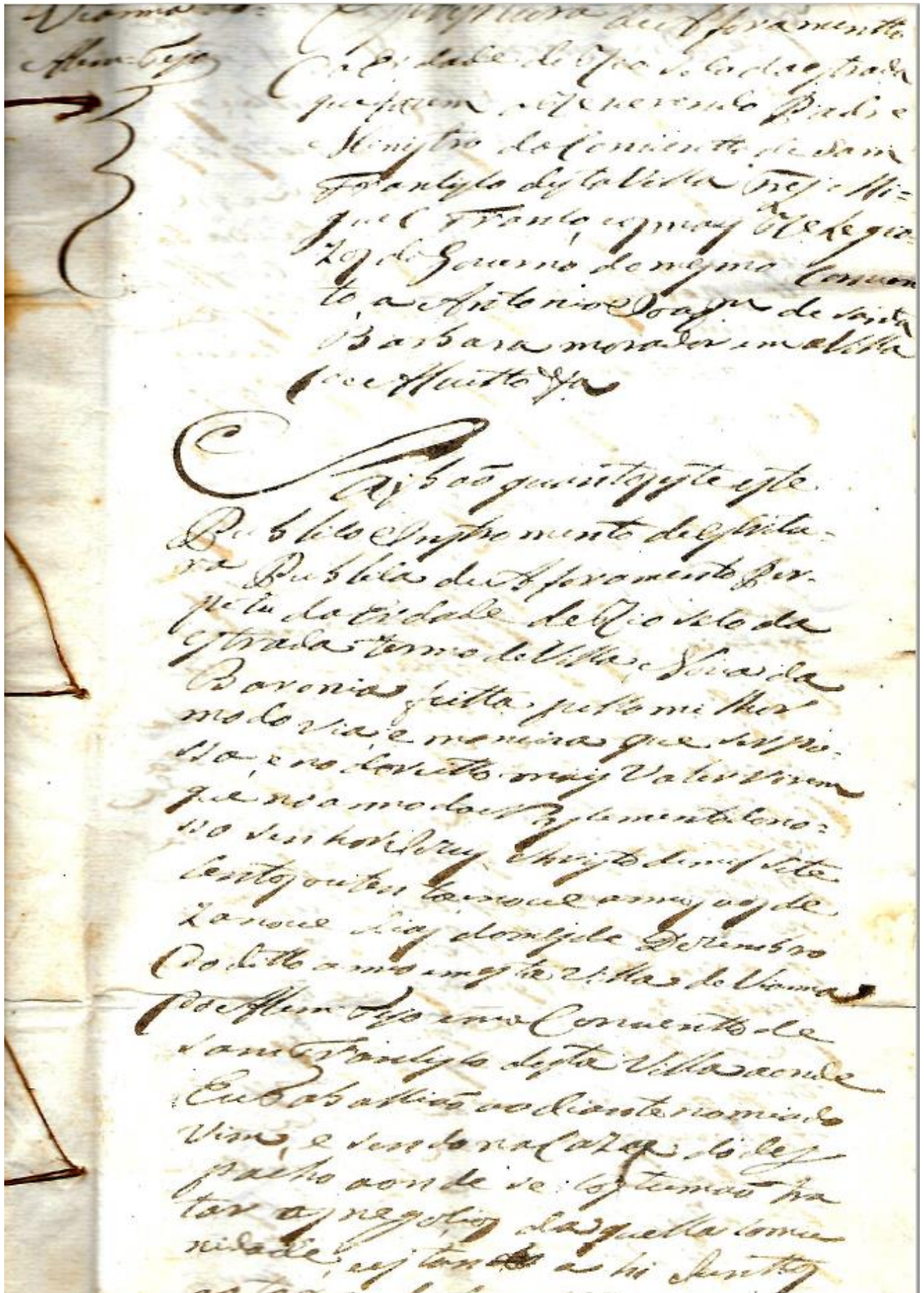
- Índice de Documentos Antigos do Rio Seco- fornecido pelos proprietários, algumas das datas estão incorrectas e foram corrigidas ao longo do documento.

DOCUMENTOS ANTIGOS DO RIO SECO

Docum.	Data	Assunto
1	1789	Escritura de Aforamento do Rio Seco pertencente ao Convento de S.Francisco de Viana a António Joaquim de Santa Bárbara morador em Alvito
2	1793	Carta de Firme Venda da posse da Herdade do Rio Seco, sita no termo da Vila Nova da Baronia, que faz António Joaquim de Santa Bárbara ao Capitão António José Fernandes lavrador na Herdade da Aboboda termo desta Cidade de Évora
3	1793	Pagamento de rendado foro do Rio Seco à comunidade de S.Francisco de Viana
4	1794	Laudémio da Compra do Rio Seco
5	1800	Declaração de Agostinho da Cunha da Venda do Monte Sobreda
6	1800	Procuração de Augusto da Cunha
7	1804	Escritura de compra e venda de 9 Alqueires de Trigo de renda na Herdade do Rio Seco. Vende Luiza Joaquina de Vila Nova da Baronia ao capitão José Augusto Fernandes
8	1841	Código de Posturas Municipais de Vila Nova da Baronia
9	1843	Auto de Prova da Remissão do Foro que pertenceu ao Convento de S.Francisco de Viana à Fazenda Nacional
10	1844	Matias José Fernandes toma posse do foro de 67 Alqueires de Trigo e 28 de Cevada remido ao Tesouro perante o Tribunal
11	1862	Matias José Fernandes senhorio e possuidor do Rio Seco compra quinhão de 9 Alqueires de Trigo no Rio Seco a Revº Padre Fernando António Sobrinho, Prior da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Vila Nova da Baronia
12	1871	Testamento de Matias José Fernandes
13	1873	Barão de Mesquita nomeia procurador para passar o Rio Seco e Vale Sobreiro que lhe está incorporada e outras propriedades pertencentes à esposa, Rosa Eleutheria de Gusmão Mexia Fernandes, também em seu nome
14	1891	Escritura de arrendamento da Herdade do Rio Seco que faz a Baronesa de Mesquita a José Augusto Gião por 6 anos
15	1907	Escritura de Doação ou Partilha que entr si fazem D.Maria Rosado Caeiro Correia, lavradora, viuva, e Dr-Joaquim Rojão e esposa Augusta Caeiro Correia Rojão, Francisco de sales Fernandes Gião e esposa D.Mariana Caeiro Correia Gião e Joaquim António Caeiro Correia solteiro de maior idade todos proprietários e residentes na Vilade Reguengos
16	1908	Contribuição predial do Rio Seco em nome da Baronesa de Mesquita
17	1938	Carta da Camara Municipal de Alvito à baronesa de Mesquita
18	1950	Declaração de Venda de Colmeias a Joaquim António Caeiro Correia
19	s/Data	Descrição do Rio Seco (Notas letra de Guilherme Gião)
20	s/Data	Nomes das pessoas que conhecem as extremas do Rio Seco
21	s/Data	Planta do Monte
22	s/Data	Esquema da planta do Rio Seco
23	s/Data	Confrontações do Rio Seco
24	1974	Registo antigo do Rio Seco


Anexo 01

-“Escritura de Aforamento da Herdade do Rio Seco que pertencia ao Convento de S. Francisco de Viana a António Joaquim de Santa Bárbara morador em Alvito”- 1789- fornecido pelos proprietários



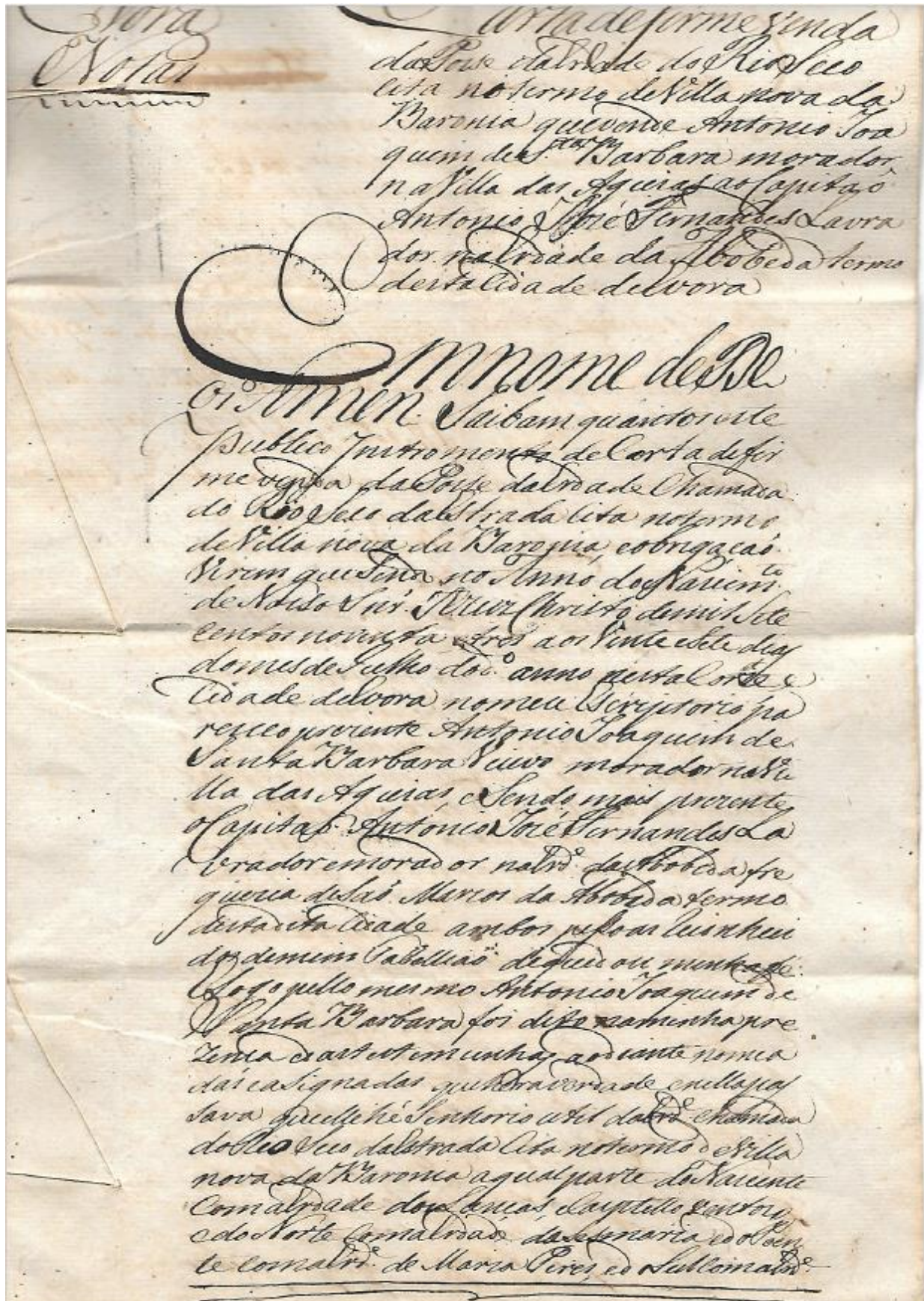
[illegible]

[illegible]



Anexo 02

- "Carta de Firme Venda da Posse da Herdade do Rio Seco, sita no termo da Vila Nova da Baronia, que faz António Joaquim de Santa Bárbara ao Capitão António José Joaquim lavrador na Herdade da Abobada termo desta Cidade de Évora"-1793- fornecido pelos proprietários



127

[illegible]

129

do theori formada seguinte e for.
Sete dias do mês de Junho de mil e
sete centos noventa e tres annos em
a villa nova da Paroquia da
Laz de Spengizoria d'Albuquerque
Mendes e Luis ordinaris este pre
sente anno em esta municipalidade
e seu termo sendo elle ahy dito Luiz
Comes Urivas de seu cargo paron
te elle parreco provent Antonio
Joaquim de Santa Barbara Comen
da petuaõ por curipito deitamos
me diu Antonio Jose Fernandes me
ra dor noturno da lida de de lora
da que co seu theor he o seguin
te e Doum Antonio Jose Fernan
des e Antonio Joaquim de Santa
Barbara que se tem contratado
avender aquelle a lida dos omes
nis utis da lida de do lido da
Utrada por porco certo de cento e
quarenta e quatro mil e quatro
para elle vender do que se peten
sem pagar a lora para a lora
orarscha de lora e de lora em
fem e lora de lora de lora de lora
amere de lora de lora de lora de lora
reiro da lora de lora de lora de lora
responente e assignando termo de
cupo pagamto o seguin de lora
da lora de lora de lora de lora de lora
fara e de lora de lora de lora de lora
de lora de lora de lora de lora de lora
de lora de lora de lora de lora de lora

131

Antonio de Vera de Caceres
 a Juan Proprietario de
 La Reduccion de
 San Juan

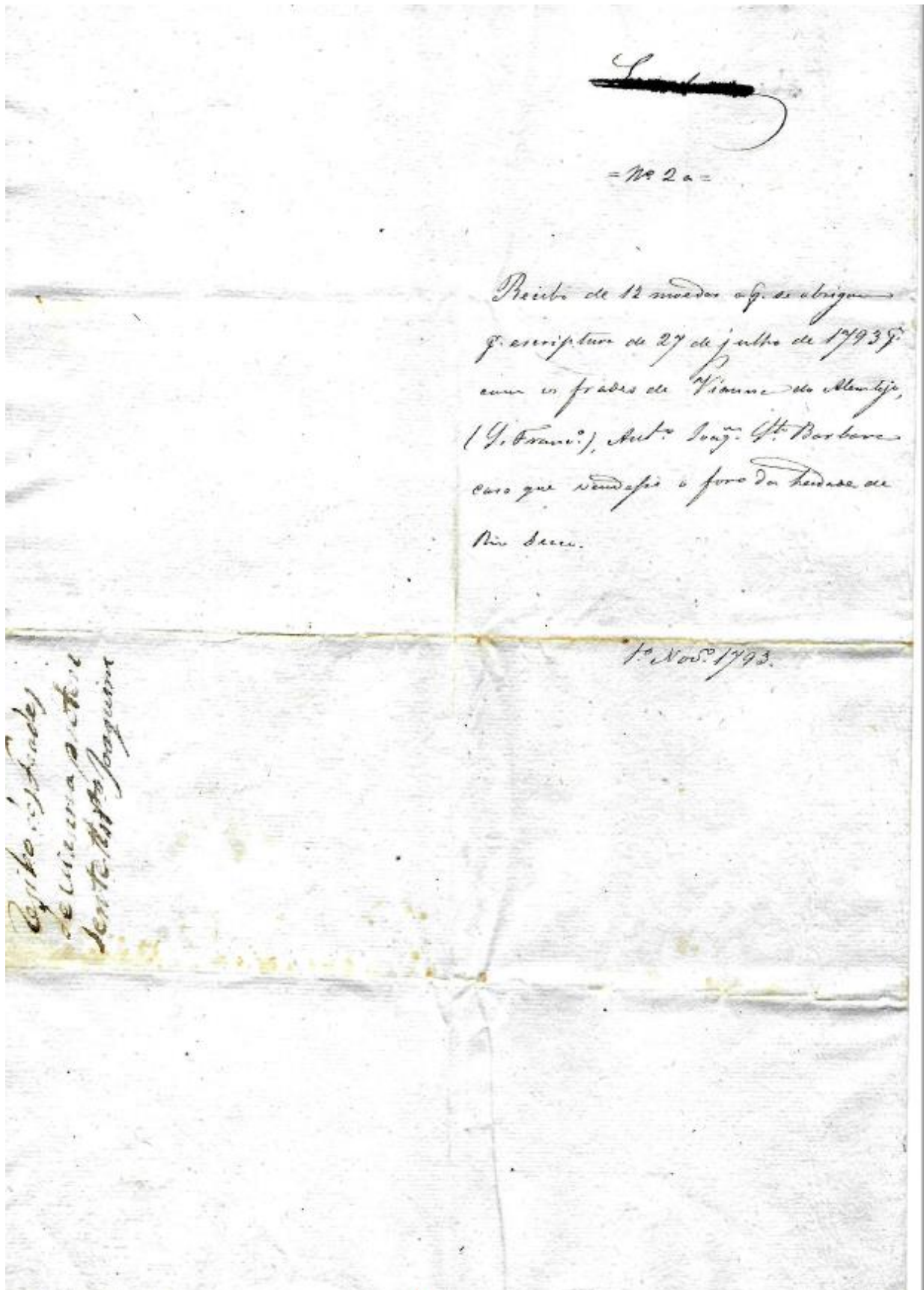
Anexo 03

-“Pagamento de rendado foro do Rio Seco à comunidade de S. Francisco de Viana”-1793-
fornecido pelos proprietários

Recebo a Comunidade de S. Francisco da Villa
de Vianna do Sr. Antonio Fernandes, Lavrador
da Cidade da Beira doze moedas de ouro por
conta do Sr. Antonio Joaquim Lavrador que foi
da nova Cidade do Rio Seco, em que se obrigou
a pagar quando fizesse venda de foro da dita
Cidade; por quanto devia dar os ditos dinheiros logo
na factura da Escritura do foro, que fez da dita
Cidade do Rio Seco, e por este motivo por des-
brigado da dita quantia assim declarada.
Eu Sr. Joaquim Carneiro Escrivão da Co-
munidade o recebi no 1.º de Novembro de-
1793.

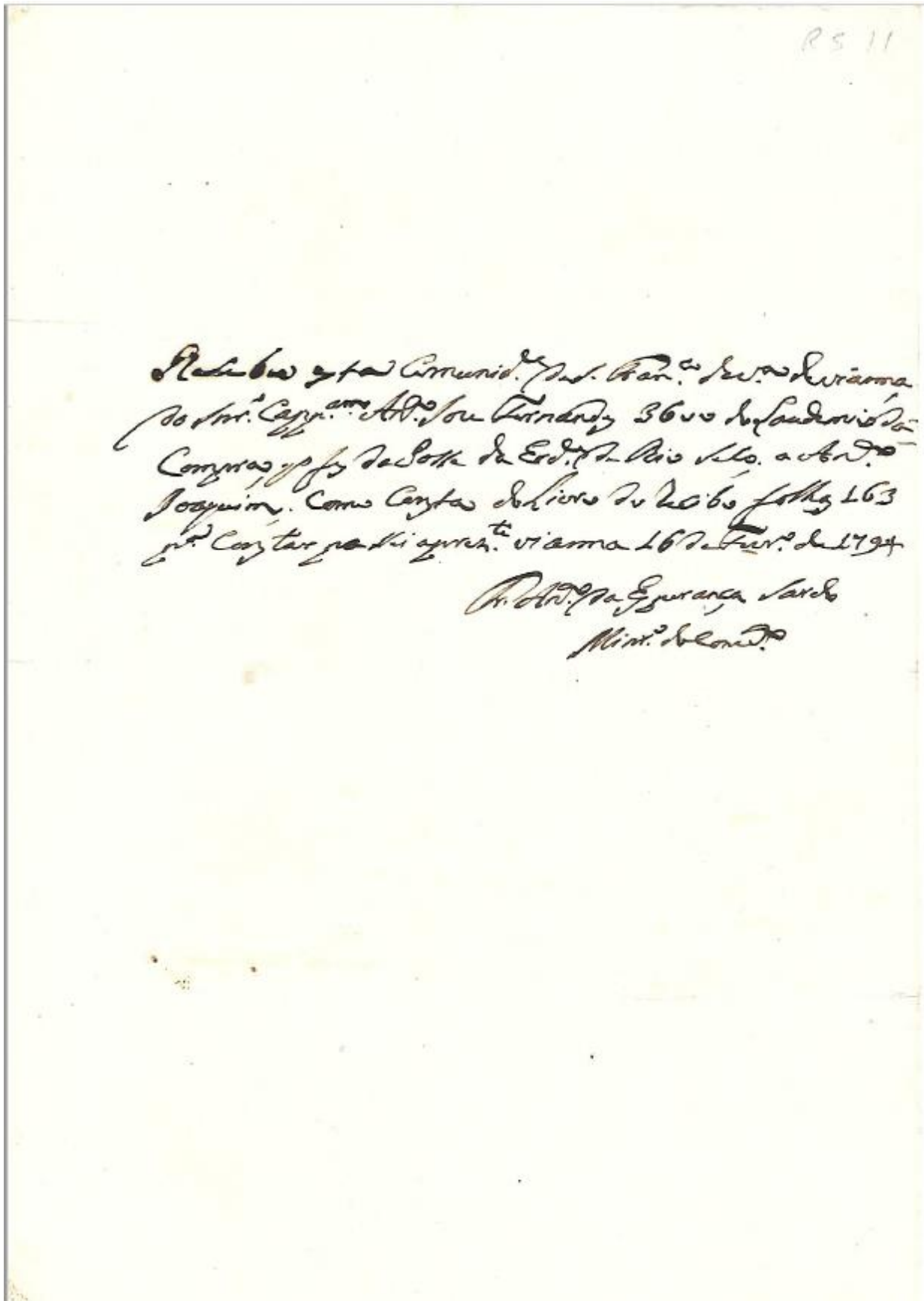
Ant. Antonio de S. José
Nepom. Cunha
Dy. cr. to.

Fr. Barilho de S. J. do D. J. de S. J.
Nim.
Fr. A. J. da Graça Sarda
Dy. cr. to.



Anexo 04

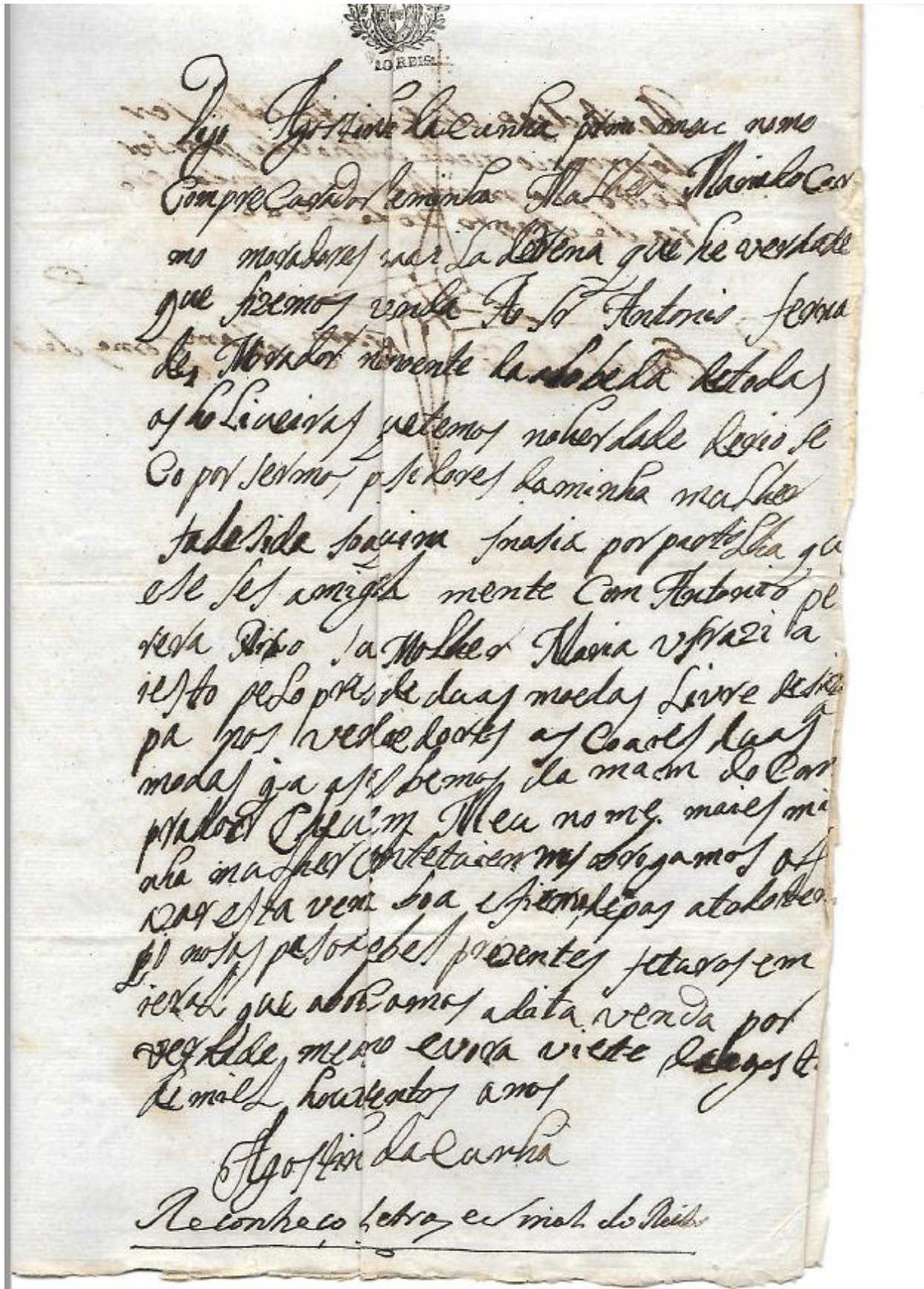
-“Laudémio da Compra do Rio Seco” 1794- fornecido pelos proprietários





Anexo 05

- "Declaração de Agostinho da Cunha da Venda do Monte da Sobreira" 1800- fornecido pelos proprietários



Anexo 06

- "Procuração de Augusto da Cunha" 1800- fornecido pelos proprietários

Deo aq[ue]ntes este publico
Instrumento de procuração b[ar]ton-
ta Visu[m] que f[oi] no anno do Ky-
camento de V[est]ros senhores Jo[se]ph
Christo de mil e cento e setenta e nove
aos vinte e tres dias do mes de Agosto
do dito anno em a fidede de
Jo[se]ph, Escriitor da mesma Real Audiencia
e por nos presentes Agostinho da
Cunha morador na villa de Be-
lissima, que se acha heito hemino
Belissima, e por hum fado no pre-
sente da d[ita] Real Audiencia nos fins
deste Instrumento nominaes
e assignadas, que constituhia
por seu filho, e de tanto Procu-
radores seu Cunha de Foz de S[an]ta
e de tanto a d[ita] Real Audiencia
Procurador, para que por elle e
por seu nome humo se presente
faze, e defenda por e para de
humo por procuração, que a
d[ita] Real Audiencia, e qual d[ita] Real Audiencia
pela Real Audiencia do Belissima foy
Gomes da d[ita] Real Audiencia, por e de
toda Real Audiencia assignar em

Assim em favor da dita
família de Sousa Coutinho
de Vinda de humas Olineiras,
que se apanha do rio de
Vernade, e os outros de
Serra, e a qual de si litigou
em lisboa da estrada de Serra
de Vella e Nova da Baronia, e
naquelle tempo todos os
que em Disputa se apanha
dos indole de humas e de
de se se fin de humas e de
Meliores, e a qual de se
proveniente por se se humas
João Antonio Loureiro de
legionas de se se de se se
e de se se de se se de se se
que todos os que se se de se se
de se se de se se de se se
e de se se de se se de se se

Em Lisboa
João Antonio Loureiro
Paulo da Conceição

Anexo 07

- "A Escritura de compra e venda de 9 Alqueires de Trigo de renda na Herdade do Rio Seco. Vende Luiza Joaquina de Vila Nova da Baronia ao capitão José Augusto Fernandes" 1844- fornecido pelos proprietários

Adm. do Com.
O
Arto
Reg. de For.
J. d'Adm.

Traslado d'Auto de pos-
se na forma q' abaixo
se declara

Anno do Negocimanto de Nôste Senhor Je-
sus Christo de mil oito centos quarenta
e quatro aos vinte e um dias do mes de
Novembro na Herdade denominada do
Rio da Entrada Freguesia de Villa Nova
da Baronia, onde sendo presente o Doutor
Francisco Jose Loureiro Sobra de Camar-
the Administrador do Concelho d'Alentejo
com uige deissem no seu cargo, em vir-
tude de despacho do Excmo. Sr. Gou-
vernador Civil do Districto de
Beja datado de trinta e um d'Outubro
ultimo, proferido em Negocimanto de
Matheus Jose Fernandes da Cidade de
Evora, sendo igualmente presente Fran-
cisco da Silva Romaneiro, Procu-
rator que mostrou ser do referido Ma-
theus Jose Fernandes, adito Adminis-
trador em cumprimento do mencio-
nado despacho, Circular numero
quatro centos quarenta e seis de 1844
de 1844 ultimo, e Carta d'Alvará,
fazem que apresentem, Me deu por

Tope com todos as formalidades legais
 se fôr se assenta este alquency alquency
 se de trigo e vinha e outo de Cerealia
 pinto na dita Herdade do Rio Seco,
 que parte do Norte com do Castello
 vinctos, do Sul com o Gamonal, do N.º
 com a Herdade dos Lances, do Po.
 com da Maria Pury: e por fôr
 foi vendido foi vendido perante o Tribu-
 nal do Thesouro no dia onze de Mar-
 ço ultimo pela quantia de quatro mil
 e cincoenta e cinco mil nove centos e
 quarenta e seis como consta da respec-
 ta Carta; e por isto elle Administrador
 pôr mandado praticado no Promotor
 do appellido todos os actos possessorios,
 a que emprehende se houverem este auto
 a que foram testemunhas presen-
 tes Antonio Maria Xavier, e Joa-
 quim Maria Caldeira, proprietarios
 moradores em Villa Nova da Ba-
 ronia, que todos assignaram, e no
 João Innocencio do Sacramento Escri-
 vaõ da Administracão o escre-
 vi e asseguerei = Administrador da
 Comella Francisco Lopo Lopo

Francisco José Ferreira Nobre de Car-
valho = Chefe da Administração João
Inocência de Aguiar = Anterior de-
putado = Joaquim Maria Cal-
deira Francisco de Silva Romaneiro

Encerramento

Esta conforme o original aqui me
reposito, e vai p. meu confido
e pelo encerramento desta Adv. em
Aviso em 24 de Novembro de
1844.

Presença da Adv.

João Sim. de Aguiar

Conf. p. meu Francisco Aguiar

Conf. p. meu Amannu

Silveira Soares

Costa

Ant. do Popo	180
Trabalh.	120
Par. do m.	160
Apst. e Cam. do Dom.	700
Al. no herança	195
Pop. S. M.	80

P. — 2035

Anexo 08

- "Código de Posturas Municipais para a Freguesia de Vila Nova da Baronia, Concelho de Alvito"-
incompleto [Lisboa: Na Imprensa Lusitana] 1841 - fornecido pelos proprietários



Ill.^{mos} Snr.^o

COMMISSÃO encarregada por V. S.^{sa} de apresentar um *Projeto de Posturas Municipaes* para a *Freguesia de Villa Nova*, onde fossem armonisadas as existentes com a legislação vigente, eliminando aquellas que estivessem em opposição, e augmentando outras que a experiencia, e a razão mostrassem ser necessarias; tomou com gosto tal tarefa, pois que está convencida, que o maior serviço que se pode prestar ao País, he auxiliar a sua agricultura, não importando em menos que hum grandissimo tributo, a falta de boas *Posturas Municipaes*, e que não ha melhoramento, por insignificante que em si pareça, feito á agricultura, que senão torne de grandissimo momento pela somma de vantagens parciaes que d'elle resultão. Persuadidos destas verdades, gostamos incetámos os trabalhos, por Vossas Senhorias a nós commissionados, não nos pou-pando a diligencia alguma afim de que o projecto sahisse digno do fim a que se dirige. Consultámos as pessoas mais experientes, e instruidas, revimos os antigos livros, e posturas Camararias, e de todas estas combinações resultou o *Projeto*, que junto temos a honra de offerecer a V. S.^{sa} em cumprimento das suas ordens.

Deos guarde a V. S.^{sa}, Salla das sessões da *Commissão*, nas casas da extincta *Camara*, 24 de Abril de 1841.

Ill.^{mos} Snr.^o *Presidente e Membros da Camara Municipal deste Conselho d'Alvito.*

Rafael Cactano da Silva Carvalho.

Antonio José Pinto.

Domingos José Fialho.

José da Costa Fialho.

José Bernardino Pinto de Mello.

— VI —

não houve duvida na posição dos marcos atrás contemplados por este lado do Nascente á vista do decimeto da antiga marcação feita por parte da Comenda da mesma Villa Nova da Baronia, ponderada a uniformidade da sobredita demarcação, houverão elle Ministro, e informadores por tombado o termo por este lado, e tudo como proprio dos limites deste mesmo termo o que assim declararão sem que se propozesse contradicção alguma, tendo precedido as competentes situações aos Confinantes do que dou fê a que fôrão testemunhas prezentes Joaquim José Nunes, e Jeronimo dos Santos lavradores, e moradores do termo desta Villa do que para constar mandou o dito Ministro fazer este auto que todos com elle assignarão, e eu Vicenta José Godinho Escrivão do Tombo o Escrevi e assignei = Lobo = Vicente José Godinho = Pedro Alvares Godinho = Do Procurador Noutel Soares, humra cruz de seu signal = de Manoel de Mira, humra cruz de seu signal = Joaquim Joze Nunes = de Jeronimo dos Santos, humra cruz de seu signal.



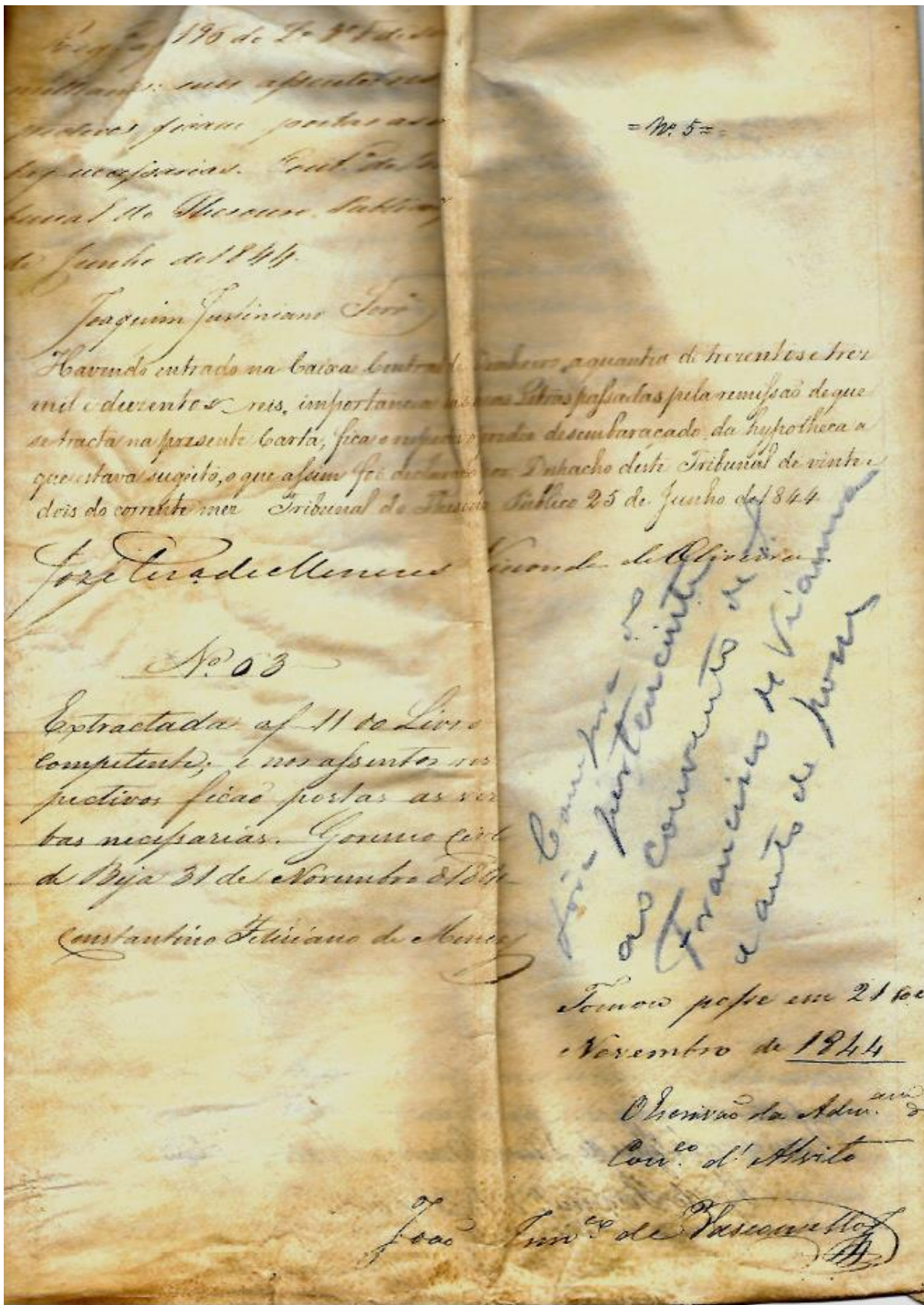
*Auto de tombamento do termo desta Villa, da parte que fica ao Sul, e Poente baixo confinan-
do com o termo do Torrão.*

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos e nove annos, aos onze dias do mez de Fevereiro do dito anno no termo desta Villa Nova da Baronia onde veio o Doutor João Lopes Cardeira Lobo Mendes, Juiz de Fóra, e dos bens do Concelho da mesma, comigo Escrivão de seu cargo, e do mencionada Tombo, e o actual Procurador do Concelho Noutel Soares com os louvados informadores, Manoel de Mira, e Pedro Alvares Godinho, este pela parte dos confinantes, e aquelle pela da Camara para effeito de se proceder ao Tombamento do termo desta mesma na parte que ultimamente se segue, do lado do Sul, Poente baixo, o que se praticou na maneira ao diante.

Virão elle Ministro Juiz do Tombo, e informadores, o termo por este lado, parte do Sul, e Poente baixo, e observarão que mesmo ao fundo da Orta sita na Erdade de Santa Agueda está hum marco, que he de pedra branca, e tem humra cruz de comenda da ordem de Christo, cujo fica proximo á ribeira de Odiveillas, em distancia de um tiro de espingarda, da parte do Poente, e sete varas desviado da Parede da referida Orta, da parte do Sul. Deste marco segue por humra chapada acima (ficando-lhe a dita Orta ao Nascente, que toda he no termo desta Villa), e vai direito a outro marco, que está junto á parede da Igreja demolida de Santa Agueda, da parte do Nascente sendo este marco bastantemente grande, e de pedra branca, quasi em figura quadrada, em cujo falta hum pedaço no simo delle, e este dito pedaço já está feito em dois, que ambos não terão menos de oito arrobas, e bem se vê ser tudo a mesma pedra; os quaes se achão ahí contiguos da banda debaixo na meia chapada, para a parte da dita ribeira de odiveillas, vendo-se que a Capella mór, e parte do corpo da Igreja tudo fica dentro do termo desta Villa, e vem confrontando por este lado do Sul com terrenos do termo da Villa do Torrão; proseguindo assim deste segundo marco; com caras ao Poente, trilhando por algumas terras planas, córregas, e meias chapadas encaminhando-se a humas alturas, ahí se achá hum grande marco de pedra branca, que tem de alto quatro palmos, e de largo palmo e meio fôlgado; cujo marco tem gravada humra cruz na face da bando do Norte de Comenda da Ordem de Christo, com humra inscripção que diz o algarismo = mil quinhentos oitenta e cinco = Sendo que esta estenção tudo são terras da chameca, e vem continuando a confrontação com o mesmo termo do Torrão, que fica ao Sul, e já dividindo neste sitio nos limites da Erdade do Gamonal, ficando o termo desta Villa Nova ao Norte. De cujo marco grande segue entre humas meias chapadas, e terras baixas, direito a val do ninho em direcção ao Poente alto indo já cortando, e dividindo os termos desta Villa, e do Torrão, pela Erdade do Rio Secco, e atraz já declarada da dita Villa do Torrão; e aquella no desta sobredita Villa Nova; seguindo o mesmo rumo atravessa a corrente das agoas em o sitio dos pégões; e entre o pégão do meio, e o debaixo ha memorias não só de presente mas de pessoas antigas que ali estivera posto hum marco, da divizão destes referidos termos da Villa Nova, e Torrão; cujo não existe, nem se sabe de seu caminho. Deste dito sitio dos pégões, e lugar onde consta estivera o marco se vai ainda com caras no dito Poente alto, e na confinação deste termo, com a do Torrão até chegar á estrada do lado junto a huma alagoasinha, ao lado do Sul, e ahí está hum marco que albaliza a demarcação da Erdade de Maria Pires (sita inteiramente neste termo) na confinação do termo do Torrão. E daqui vai proseguindo pela extrema da mesma Erdade de Maria Pires, na devizão desta Erdade com a da Soverena, e junto á estrada que se dirige tambem para o Sado da parte do Sul, proximo a humra

Anexo 09

- "Auto de Prova da Remissão do Foro que pertenceu ao Convento de S. Francisco à Fazenda Nacional" 25 de Junho de 1844 - fornecido pelos proprietários



Anexo 10

"Matias José Fernandes toma posse do foro de 67 Alqueires de Trigo e 28 de Cevada remido ao Tesouro perante o Tribunal" 16 de Março de 1844 - - fornecido pelos proprietários

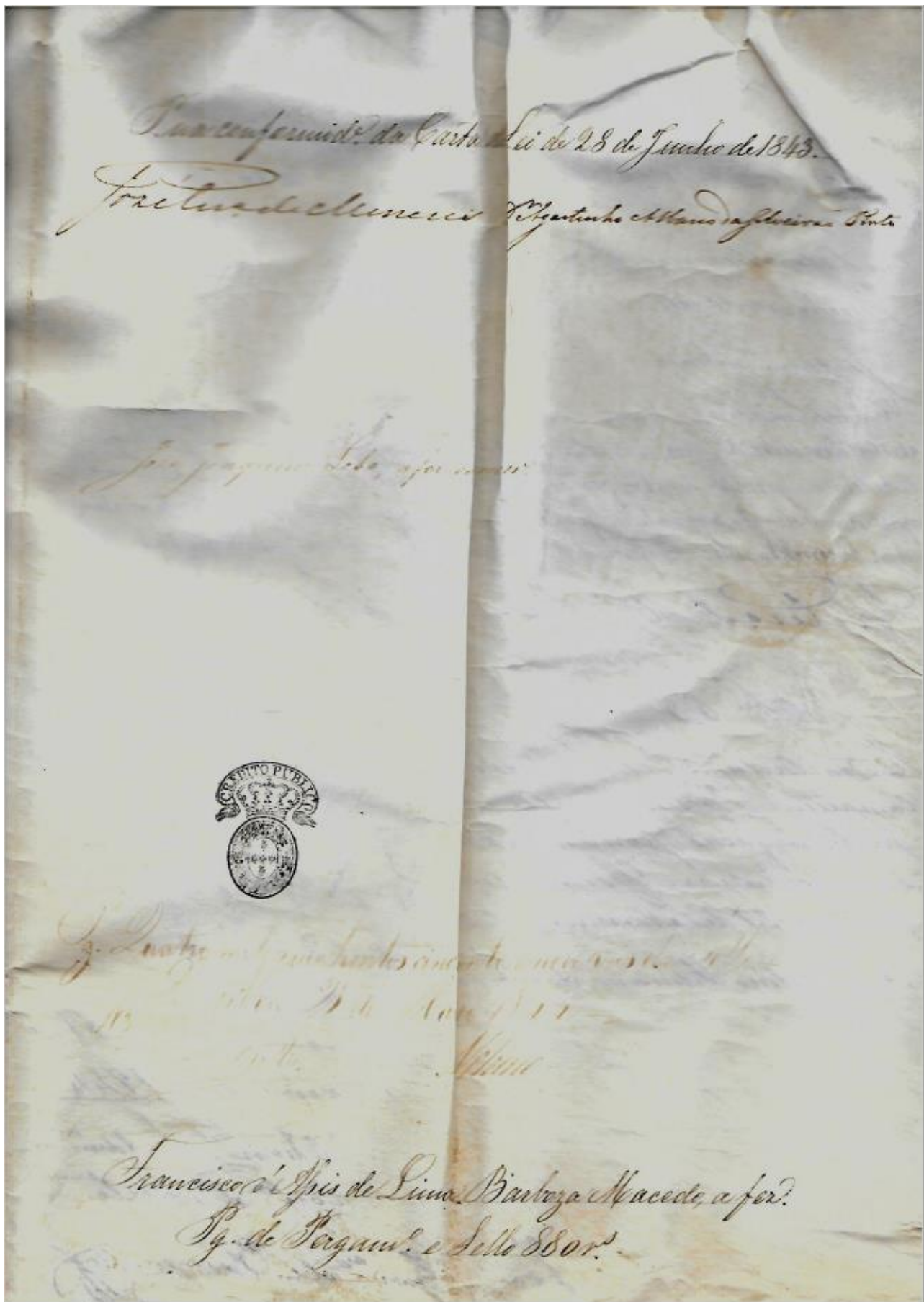
Dona Maria por Graça de Deos, Rainha de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'aquem Mar em Africa, &c. Toço saber aos que esta Carta de remissão e condicção de dominio virem, que sendo Me presente requierimento em que Matias Jose Fernandes, expõe de ser Emphiteuta da Herdade denominada de Rio Seco da Estrada, sita no termo de Villa Nova da Baronia; a qual parte do nascente com a Herdade das Lencas, e Castello Veloz, do Norte com a da Sismaria, poente com a de Maria Fins, submoa do Gansual, e a de Santa. Agueda, e com todas as suas mais divididas afrontações, e demarcações; a qual herdade de Rio Seco, era fidejussora da Fazenda Nacional, pela extinção do Convento de São Francisco de Villa do Alentejo, em setenta e sete alqueires de trigo, e vinte ditos de cevada; Me pedia por isso o Condepe por bem permitir-lhe a remissão de dito foro em conformidade do artigo primeiro da Carta de Lei de vinte e oito de Junho de mil oitocentos quarenta e tres, e havendo-se de pois d'elles as necessarias informações, mandado por despacho do Tribunal do Thesouro Publico de sete de Fevereiro do corrente anno, recebe prego desta remissão, em virtude do qual referido Emphiteuta assignar nas Caixas Centrais do mesmo Thesouro, no dia deze de Março de dito anno a quantia de quatrocentos e cinquenta e cinco mil novecentos e quarenta reis, sendo um terço logo, um terço a seis mezes, e outro um anno, para o que assignou duas letras, até ao pagamento das quaes fica a mesma herdade hypothecada, o que consta do respectivo termo: Foi por bem confirmar a mencionada remissão pura e inergavel, ficando assim consolidados ambos os dominios na pessoa d'elle possuidor, seus herdeiros e successores, para d'aqui em diante possuir em e disfrutar em e mesmo predio como livre allodial e desentrançado do referido encargo; e desta remissão não se pague sisa nem Laudemio, por assim se achar determinado para as de semelhante natureza. Pelo que, Mando a todos os Ministros, Justicas, e mais pessoas, a quem o conhecimento della haja de pertencer, que sendo por Mim assignada, e referendada, se conservem e guardem os ditos de Matias Jose Fernandes da Fazenda, a cum-

foram, guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar commet-
ta se couber, sem prejuizo ou emargo algum; ficando-n em sua con-
formidade, nos apêntes respectos as rubricas que necessarias forem,
para em todo o tempo constar a remissão e consolidação de domi-
nio do referido Trigo, que por esta Determinação, a qual irá registada
onde conveniente for: e Mando o Governador Civil do Districto de
Beja, que em seu cumprimento se faça dar a competente posse do
mencionado foro de que se trata no respectivo Auto. Lisboa, pozis
de Março de mil oitocentos quarenta e quatro.

A. Ramalho M. v.

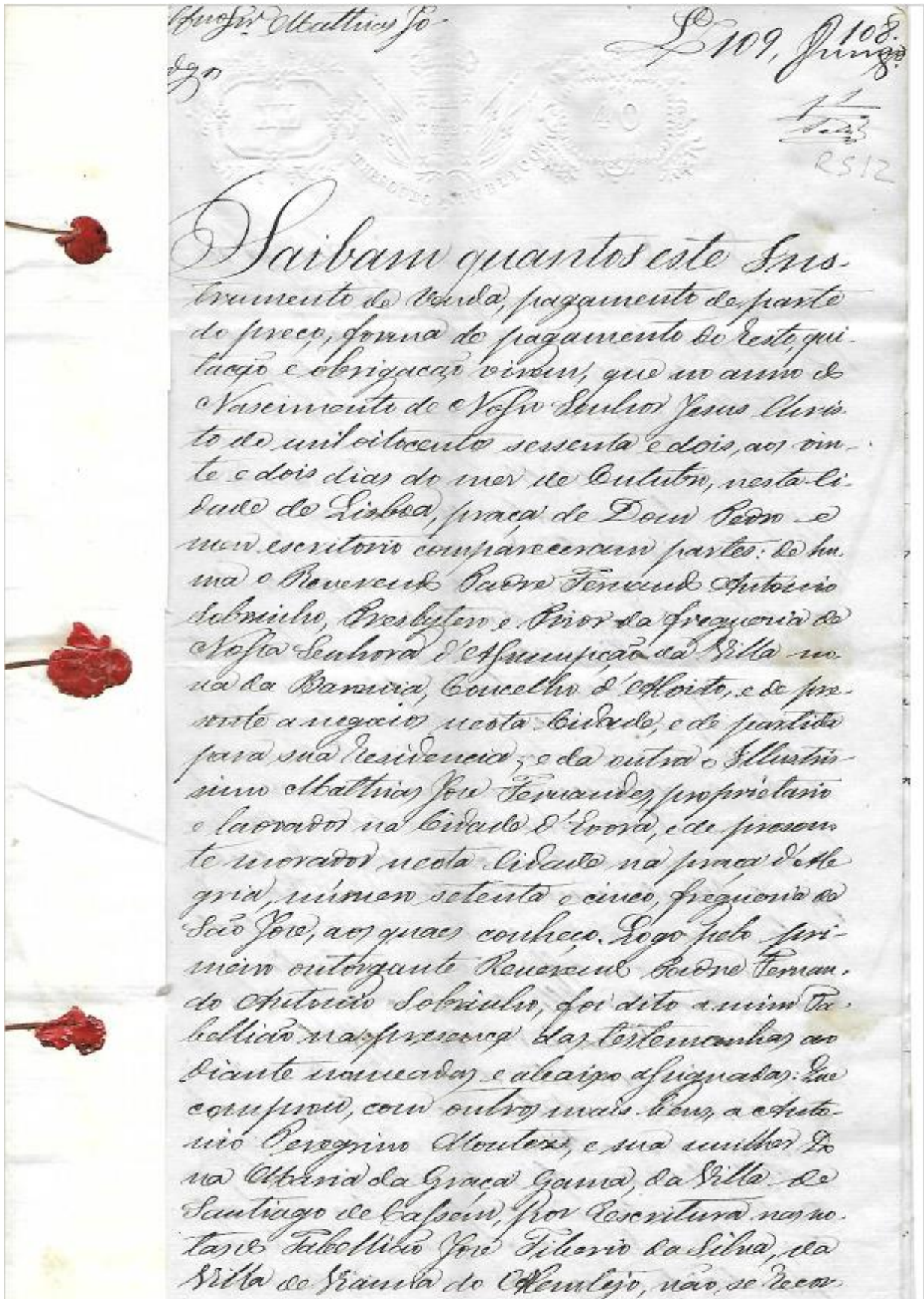
Fernando Teófilo

Carta de remissão do foro de 57 alqueires de Trigo, e 20 ditos de cevada
imp. na Herdade do Rio Seco, da Estrada, sita na V. da Baronía que
conferiu a dita Lei, revivio e restituiu Jose Fernandes, perante o
Tribunal do Marquês Publico, no dia 11 de Março de 1844, pela quant.
de 455 \$940 r. tudo como na mesma Carta se declara.



Anexo 11

"Matias José Fernandes senhorio e possuidor do Rio Seco compra quinhão de nove Alqueires de Trigo no Rio Seco ao Reverendo Padre Fernando Sobrinho, Prior da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Vila Nova da Baronia"- 1862 - fornecido pelos proprietários



Recordando da data, mas foi já no
presente anno, hum quinhão de novoa
queiroz de trigo imposto na herdade do
Rio Seco da Colmeia, situada na freguesia
de Villa Nova da Baronia, de que e' se-
nhorrio e possuidor o segund outorgante
Illustrissimmo Althias Joze Fernandes, de
cujo quinhão se achã de novoa e paci-
fica posse, não tendo nelle em alguns
devida ou outro encargo, como por certo se
certificão de registro das hypothecas, passa-
da na respectiva Administracão do Concelho,
que me foi apresentada e fica em meu
cartorio para ser copiada no traslado d-
esta. Convencionou noudes alto Choverem
do Prior edito seu quinhão de novoa al-
queiroz de trigo imposto na declarada her-
dade do meuo Senhorio, segund outor-
gante, Illustrissimmo Althias Joze Fernandes,
pelo preço de cem mil reis, cujo contrato
leu-se agora a effeito, e para se firm pa-
gar neste acto o Illustrissimmo comprador
ao Reverendo recudado, como effectivamente
te pagou a quantia de cincuenta mil reis,
em moedas metallas comentes, que recoda,
contou e por estar certa a sublegra, segue
o Tabelião sou de, e de dizer que d'esta quan-
tia lhe presta quitacão para lhe não repe-
tir, penada Lei; e em quanto a' este
quantia de cincuenta mil reis, he clausu-

cláusula entre ambos acordada, que sera' paga a' pessoa que fôr o entre-
ga da coisa d'aquella escritura da sua
compra, com o competente recibo nella
passado, que lhe servirá de quitação do
voto de precepo como se fôr passado neste
acto. Estabelecida esta forma do pagamento
to, disse elle Reverendo Fernando Antonio
Sobrinho, acudo ao seguinte outorgante Il-
lustrissimo Mathias Jose Fernandes, e pa-
ra seus herdeiros, o referido quintão de mo-
ue alguns de trigo de que a herdade fica
liore e isenta de hoje para sempre, do
qual podera' tomar fôrse já ou quando
quizer, e se ainda tomar ella há' por dada
e transferida pela cláusula constituinte,
obrigando-se fôrta e viceço de direito can-
tonia, comparecendo perante os Juizes a
que chamados fôr. E pelo seguinte outor-
gante Illustrissimo Mathias Jose Fernan-
des, fôr aceita esta escritura e por ella se
compra o quintão de que se trata, qui-
tação de precepo da forma estabelecida, e obri-
gação da forma exposta; e em apren-
ten o conhecimento do pagamento ao
direito do teor seguinte: Vimen vin-
te. = Districto administrativo do Beja.
Concelho d'Alvito. Receita eventual. Im-
posto de registro seis mil reis. Sinte por
cento mil e duzentos. Total sete mil e du-

e dno cento. Pagou o Senhor Ma-
tthias Joze Fernandes, da cidade d'Evo-
ra, a quantia de sete mil e dno cento reis,
provenientes do imposto do Registo, e vin-
te por cento para viação, pela transcrip-
ção por compra que fez de quinhão de
noventa e quatro alqueires de trigo imposto na herda-
de do Rio Seco da estrada, situada na
freguesia de Villa nova da Baronnia d'Es-
te Lancellu, ao Padre Fernando Antonio So-
brinho, pela quantia de cem mil reis, a
qual fica lançada no livro competente a
folhas nove. Recebimento do Conselho d'Alti-
to de renome de outubro de mil e novecentos
sessenta e dois. O Escrivão de foral, J. O.
Lares. O Recebido do R. B. Sobrinho. E qual
no Reporto e fica em novo cartorio. Com
testemunho de menado assim outorgaram,
pediram e accitaram, sendo a este acto tes-
temunhos presentes Joze da Costa Almond-
rade Figueiredo, e Joze Lino da Silva, men-
daunonjes e aqui residentes, que assignam
nesta com os outorgantes, depois de lida por
mim Chitório, Pedro Baptista de Salcamba,
Tabelião e escrevi. Desta e quitação mil
e seiscentos reis. — O Padre Fernando Chito-
rio Sobrinho. — Matthias Joze Fernandes.
Joze da Costa Almondrade Figueiredo. —
Joze Lino da Silva. # Segue-se o documen-
to de que se faz menção. — Multissimum

40

2523

Illustrissimo Senhor Audi-
tor do Conselho d'Alto. = D. Ma-
tias Jose Fernandes, da Cidade d'Evora,
que elle pretende para bem de sua justi-
ca se lhe certifique em face do registro das
hypotheas, o seguinte: Se esta hypothea
do, e aquem, hum quintalão de nome alguai-
res, e trigo, importante na herdade do Rio Se-
co, ou estrada, sita na freguesia de Vil-
la nova da Baronia, deste mesmo Con-
celho, e pertencente a Fernando Antonio So-
brinho. Requer por tanto a Vossa Senho-
ria mande passar a dita certidão em for-
ma que fica se'. = Cede a Vossa Senhoria
lhe devida. = Encubra' m'ced. = Alto de
vencio d'Outubro de mil oitocentos, sessenta
e dois. Althias Jose Fernandes. = Despa-
cho. = Cede & que constar. Alto de vencio
de Setembro, alias de Outubro de mil oitocen-
tos, sessenta e dois. = Confirma. = Certidão.
Jose Ignacio Godinho de Maranhão, Tabel-
lão do registro das hypotheas, neste Con-
celho d'Alto, por sua Abogastade Fidel-
lissima que Deus guarde, etcetera. certi-
fico e posto por se', que venho os livros &
registros das hypotheas deste Concelho, an-
clivados na administração do mesmo Con-
celho, não achei que o fôr de que se trata
esteja hypotheacado a alguma dívida ou con-
trato. E para constar passo a presente, que

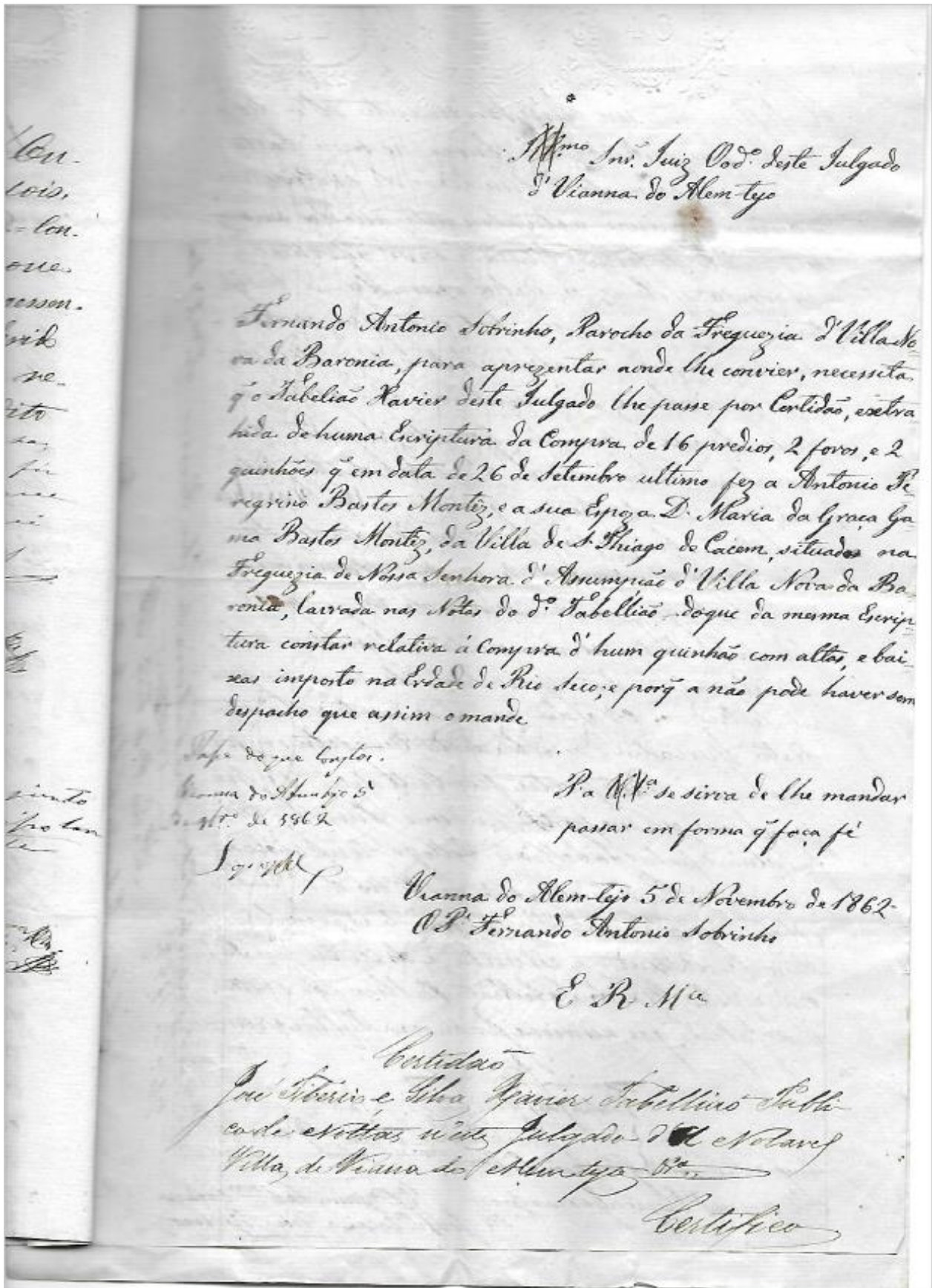
que assigno. Orito de reseta d'En.
tubn de mil. oitocento sessenta e dois.
Joze Ignacio Godinho de Barahona. con.
ta. = Desta cento e vinte. = Musca nove.
cento reis. = l- sessenta reis. = Mil e sessen.
ta reis. Conforte. = Traslada o referido
documento fica o femprio, aque me re.
porto, em meu cartorio. E eu sobredito
Antonio Pedro Barreto de Taba.
e seu Herdeiro, etc. Instrumento fir.
copiado de meu Livro de Taba, aque
me reporto, com, etc. e assigno
em femprio. MM. MM. MM.
Em M. de V. 1867.

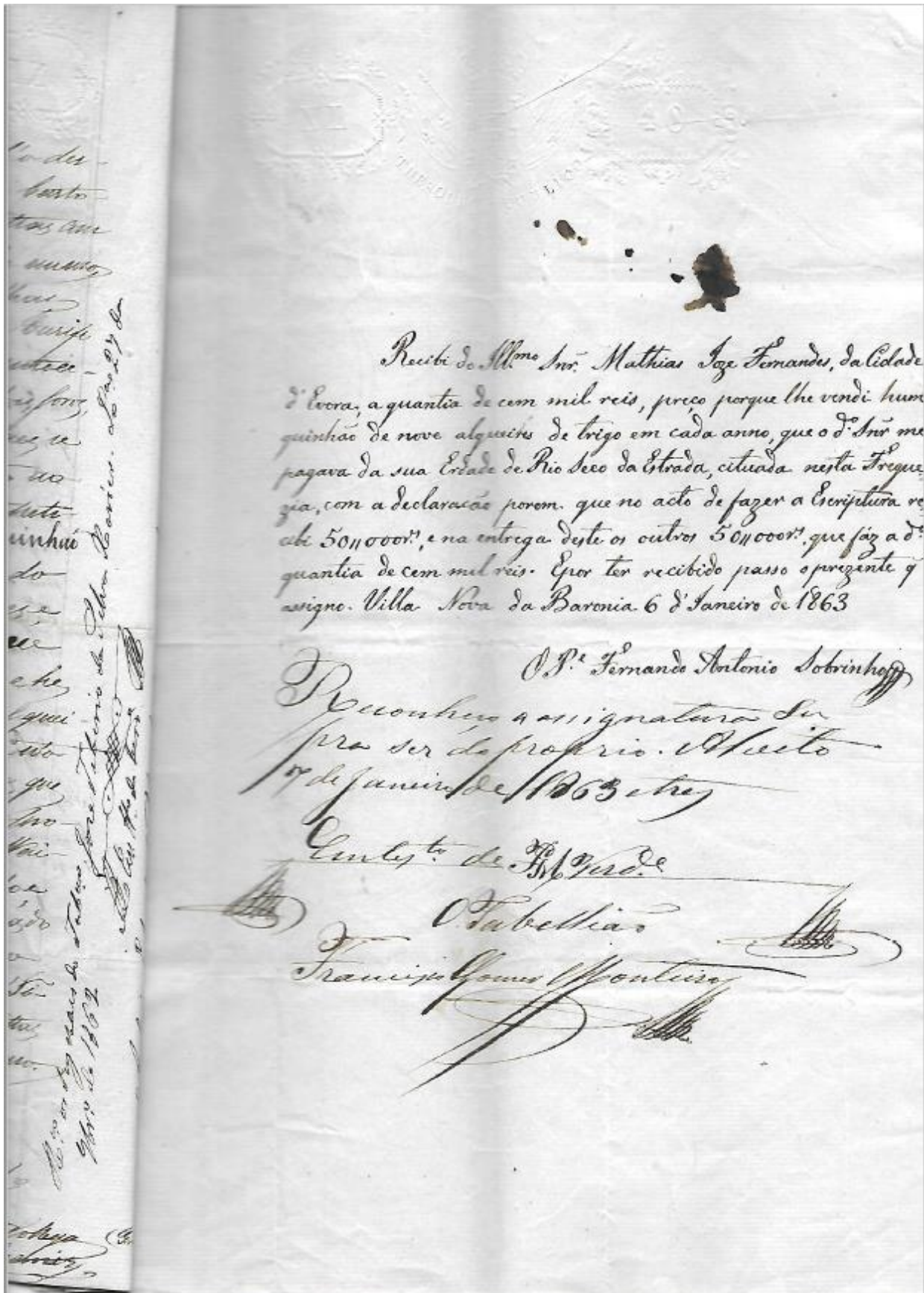
Antonio Pedro Barreto de Taba.

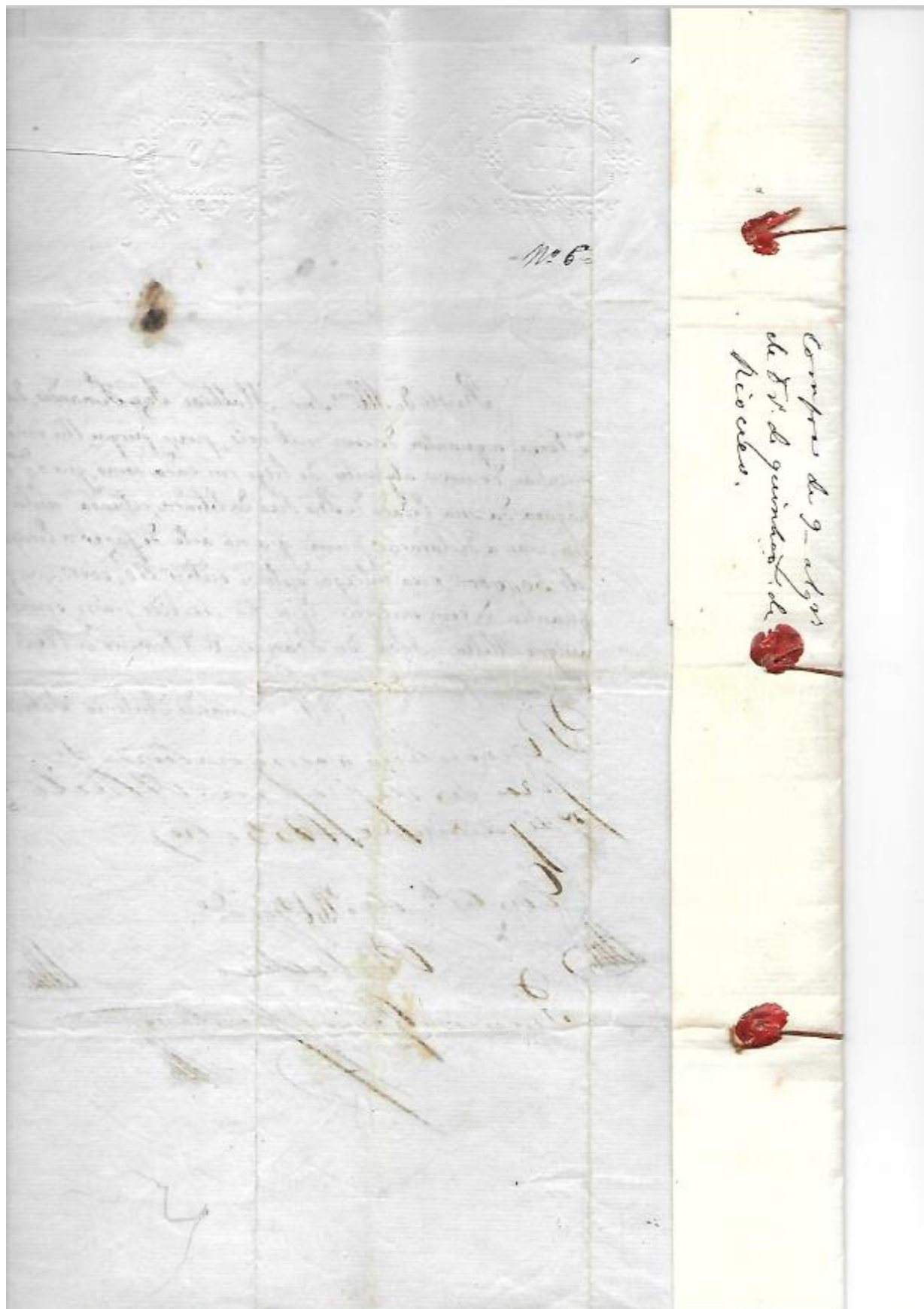
260-760
1867-1720. P.
240
260

com a representacao do referido pinto
fi com grafia e emenda e por femprio
em no d. de V. com femprio
No. 19 de M. de 1867.

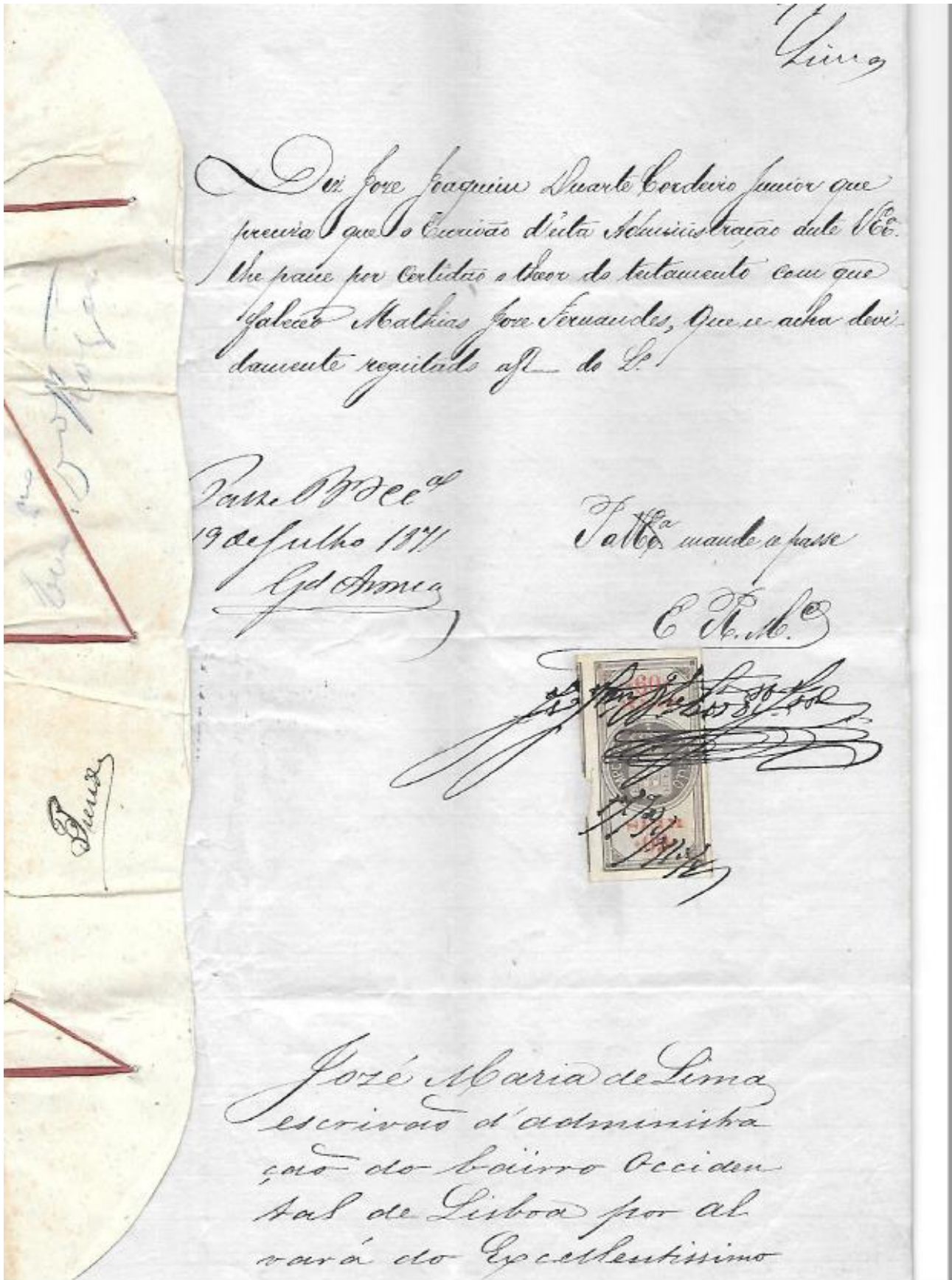
Antonio Pedro Barreto de Taba.







Anexo 12 "Testamento de Matias Fernandes" 1871 - - fornecido pelos proprietários

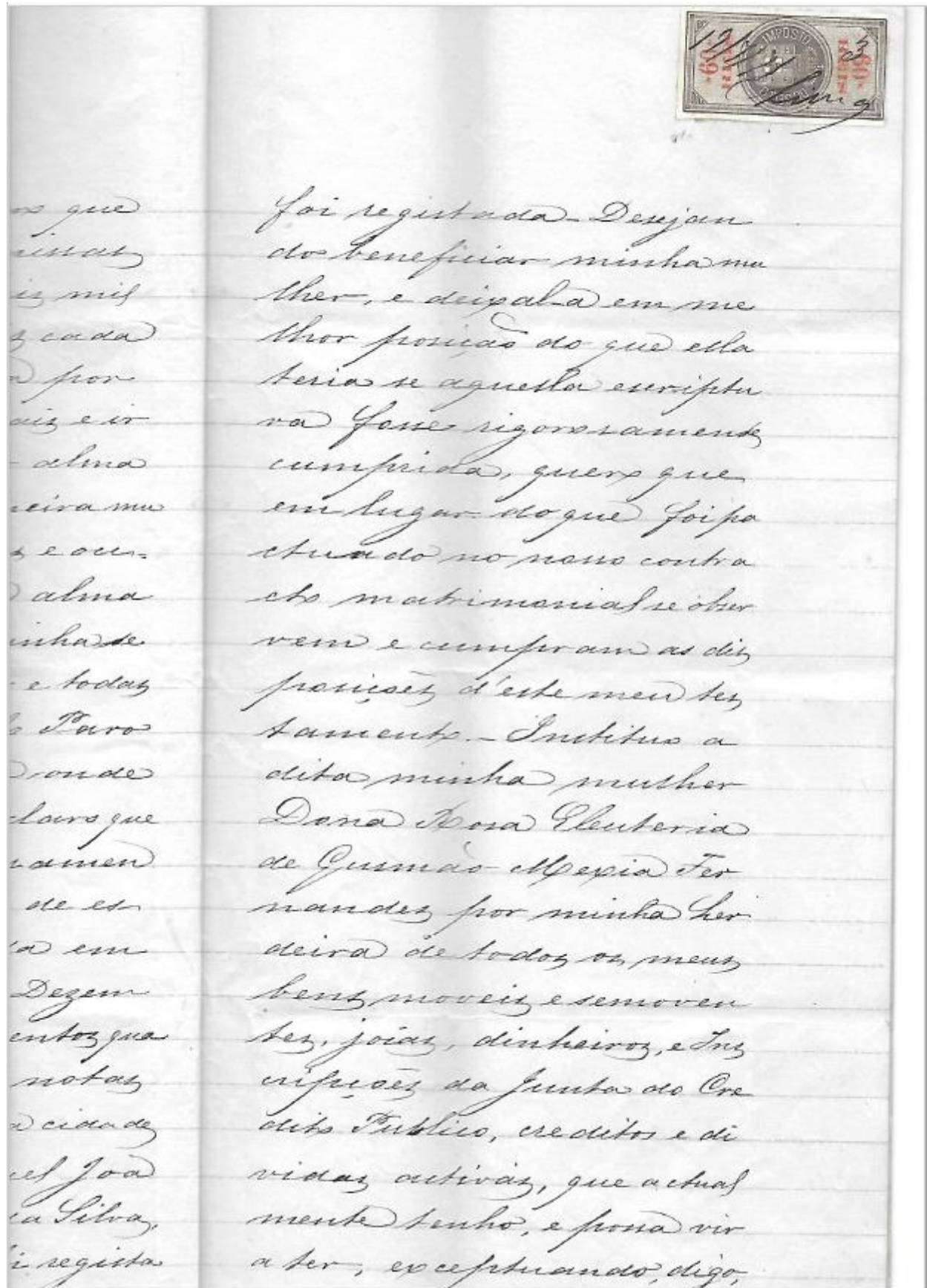


Excelentissimo Senhor
Governador Civil d'este
districto. — " — " — "


Certifico que examinando os livros de registo dos
testamentos da fregue-
ria das Mercês, em vir-
tude do despacho re-
tro, a folha trinta e
um do Livro segundo
encontrei registados os tes-
tamentos pedidos por cer-
tidas, cuja teor e forma
é o seguinte: — " — " — "

— " — " Testam. de 31 do L. 2.º — "

Testamento de Mathias
Joé Fernandes — Sob' es-
cripto. — Testamento do Il-
lusterrissimo Mathias Joé
Fernandes, approvado
em Lisboa aos cinco de
Abril de mil oitocentos se-
tenta e um, perante mim
Tabethião Francisco Rei-
ra da Silva Barradas



deigo, a ser, exceptuada
uma Inscripção de que
adiante dispori; e bem
assim lhe deigo todas
as propriedades que pos
suo na freguezia de São
Christovão, no concelho
de Montemor-o-Novo,
no Districto d'Evora. Tam
bem deigo á dita mi
nhã mulher esta pro
priedade de casas, em que
moro na travessa do
Abarracamento de Peni
che com seu jardim,
cocheiras e cavallariças
e mais pertencas, e bem
assim a outra proprie
dade de casas, da rua
dos Carraes de Jesus, nu
meros, deiz, e oito, a qual
confina com o jardim,
e cavallariça e terrazo
d'esta propriedade em
que vivo. Deigo á dita



nada
 de que
 e bem
 todas,
 que por
 de São
 celho
 novo,
 terra. Tam
 ta mis
 sta pro
 as, em que
 do do
 de Peni
 or dim,
 Mariaz
 as, e tem
 proprie
 da sua
 tem, nu
 a, a qual
 or dim,
 terras
 ade em
 o á dita

dita minha mulher
 e usufruto vitalicio de to
 dos os outros meus bens,
 de raiz presentes e futu
 ros. Deixo os bens de raiz
 de que, minha mulher
 é usufructuaria em oito
 quintos iguaes. Um pa
 ra meu sobrinho Miguel;
 outros para meu sobri
 nho Francisco; outros pa
 ra meu sobrinho Joa
 quim; outros para meu
 sobrinho Mathias, filha
 de meu irmão Joaquim;
 outros para os filhos de
 meu sobrinho Antonio
 Jacintho filho do dito meu
 irmão Joaquim; outros
 para minha sobrinha
 Maria Jacintho; outros
 para meu sobrinho Joa
 quim Romão, filha e fi
 lho de minha irmã
 Maria; e outros finalmente

11
 12
 13
 14
 15
 16
 17
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100



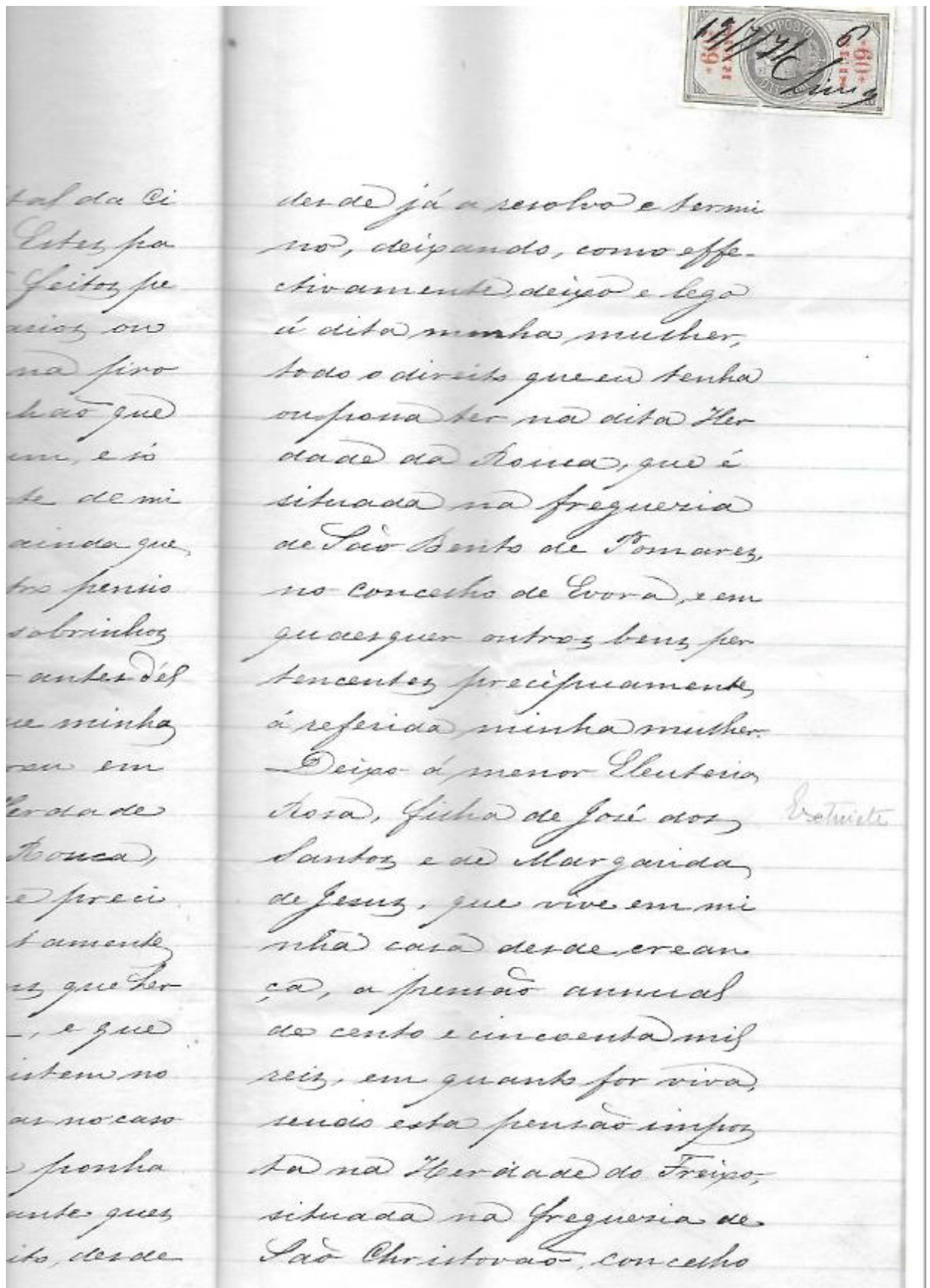
a os fi
sobrinha,
o. filha
Miguel.
Catarinoz,
de qual
Lalleca
para
em tal
respecti
vho a
rem a
l de du
fectivos,
meus, so
quim, e
ho e filha
Joaquim,
anca
meus
de minha
quanto
tribuinido
velles lega
herdeiros

herdeiros para o paga
mento d'estas pensões,
na proporção da quota
que a cada um tocar,
e depois de findo o curso
fructo que deixo a minha
muther. Por morte do
primeiro d'estes, pensio
nistas, os ditos meus lega
tarios ou seus herdeiros,
pagarão a quantia de
dois contos de reis, que dei
xo ao Hospital de Villa
Nova de Reguengos; por
morte do pensionista que
falecer em segundo lugar,
pagarão igual quantia
de dois contos de reis, que
deixo ao Hospital de Mon
te mor-o Novo; e final
mente por morte do pen
sionista que falecer em
terceiro lugar, pagarão
outra igual quantia de
dois contos de reis que deixo

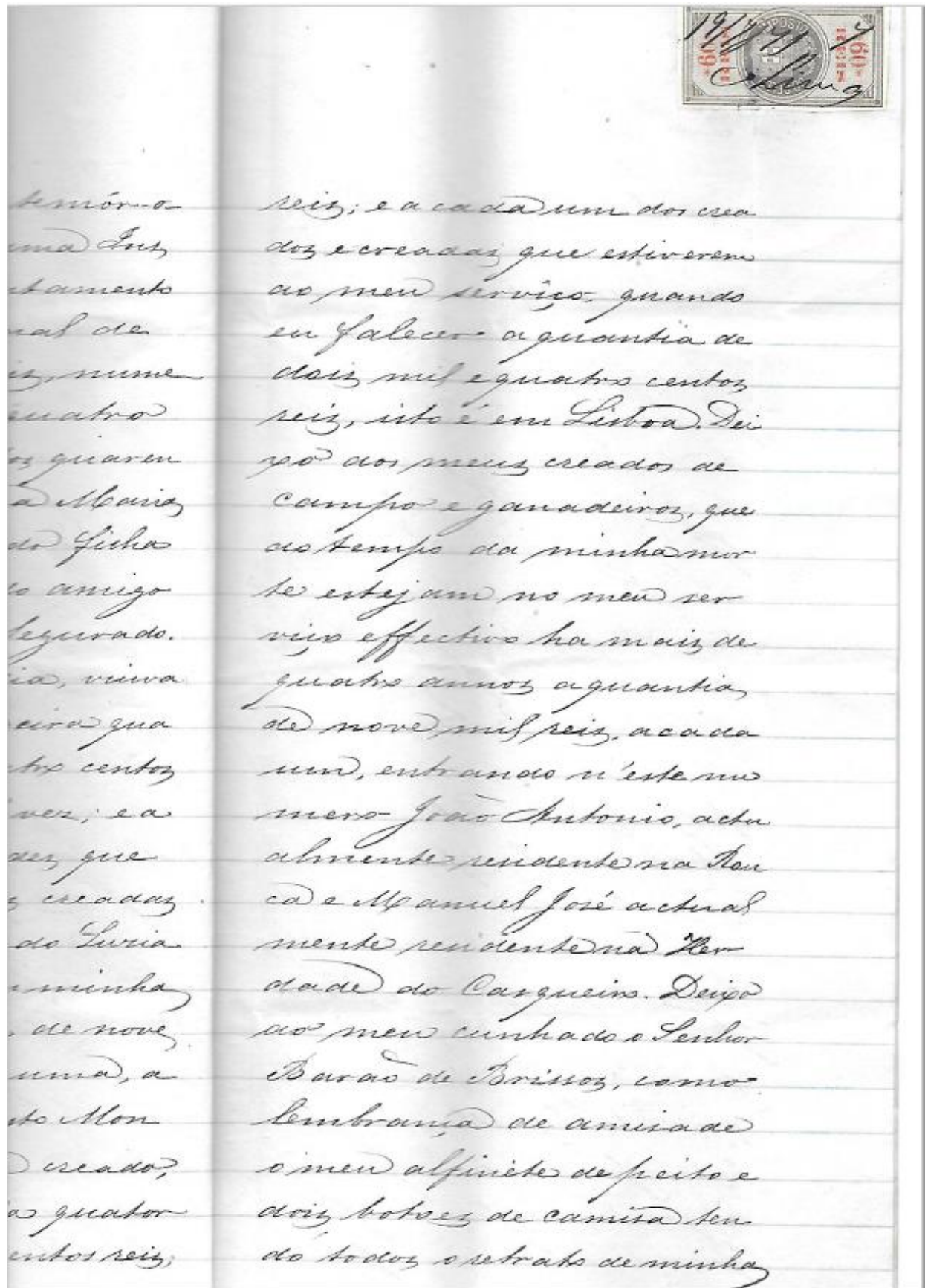
Imp. 60

70

depois do Hospital da Ci-
dade d'Evora. Estes pa-
gamentos serão feitos pe-
los meus legatarios ou
seus herdeiros na pro-
porção do quinhão que
tocar a cada um, e só
depois da morte de mi-
nha mulher ainda que
algun dos quatro filhos
muitos, meus sobrinhos
seja falecido antes d'el-
la. Declaro que minha
mulher comprou em
seu nome a Herdade
chamada da Bouca,
que lhe pertence preci-
osamente juntamente
com outras bens que her-
dou de seu pai, e que
actualmente existem no
nosso Casal; mas no caso
em que algum fôr
duvida, ou levante ques-
tão a este respeito, desde



concelho de Montemor-o-
Novo. Deixo uma Ins-
cripção de assentamento
do valor nominal de
um conto de reis, nume-
ro quarenta e quatro
mil quatrocentos quaren-
ta e dois a Dona Maria,
Theresea Segurado filha
do meu falecido amigo
Bento Maria Segurado.
Deixo a Custodia, viúva
de Antonio Cruzgeira qua-
torze mil e quatrocentos
reis por uma só vez; e a
Lúcia e Gertrudes, que
foram minhas criadas
em Évora, estando Lúcia
actualmente em minha
casa, a quantia de nove
mil reis, a cada uma, a
Domingos Augusto Mon-
teiro que foi meu criado,
e hoje é da policia quator-
ze mil e quatrocentos reis;



minha mulher. Deixo
ao meu amigo Barão
de Espesquita, como lem-
brança de amizade o
meu joão e baia de
prata para uso de bar-
ba. Mandando que se en-
tregue ao Parocho da
freguezia de São Pedro
da Cidade d'Evora a quan-
tia de vinte e quatro mil
reis para ser repartida
pelos doze pobres mais
necessitados da mesma
freguezia. Nomeio mi-
nha mulher para mi-
nha testamenteira e li-
vre administradora dos
bens do meu casal, des-
pensando, como a des-
penso de prestar causas
quanto áquelles de que
é usufructuaria para que
os goze e desfrute paci-
ficamente sem ser pertur-

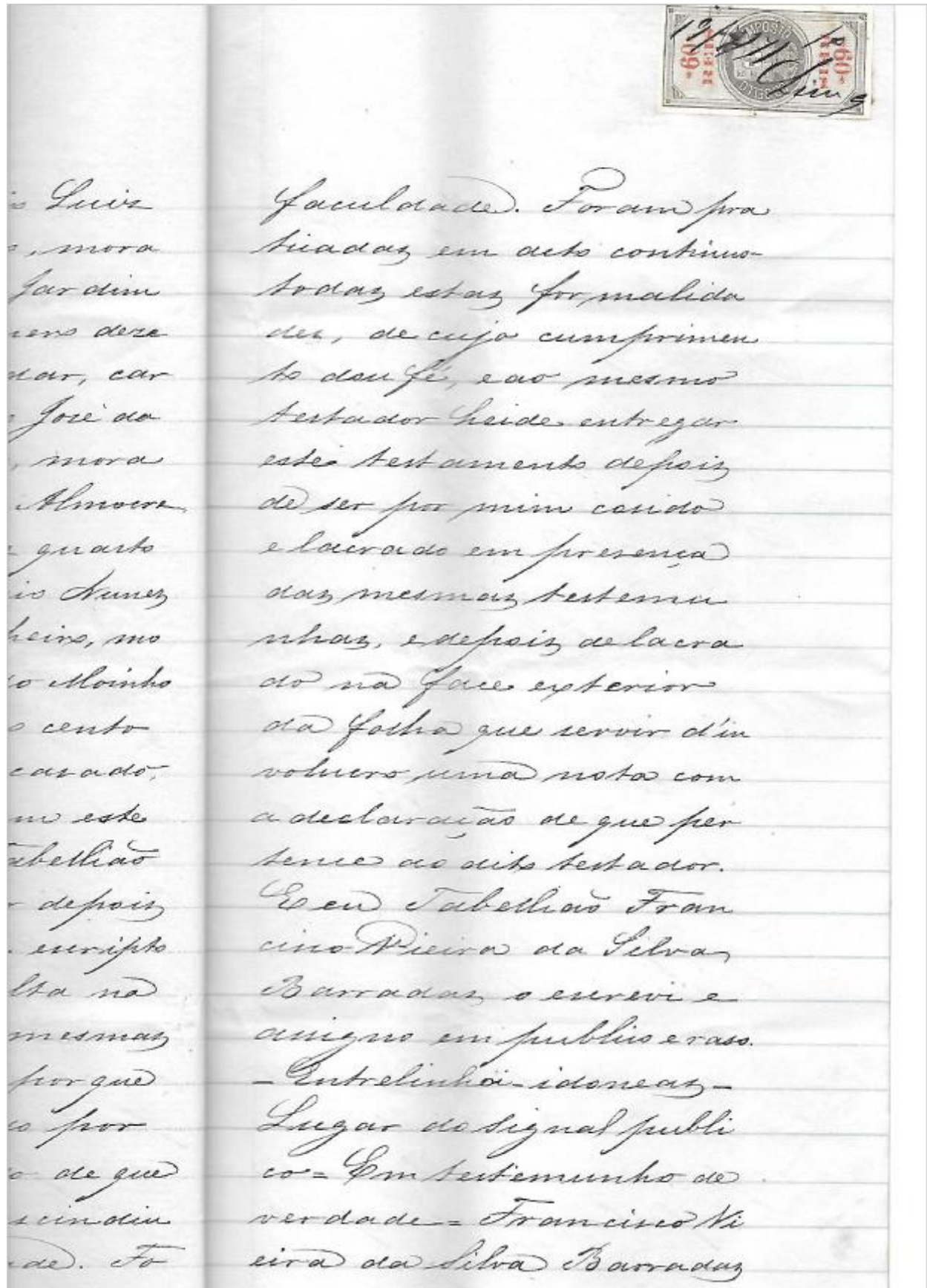
travessa do Abarraca-
mento de Peniche, nu-
mero vinte e nove, fre-
guesia das Mercês, aon-
de eu Tabellião vim, aqui
perante mim Tabellião,
e as cinco testemunhas,
voluntarias adiante nomea-
das e assignadas, compa-
receu Mathias José Ter-
ranhães, casado, propri-
etário, morador n'esta
sua casa, a quem conhe-
cemos pelo proprio, e
que nos certificamos es-
tar em seu perfeito ju-
izo e livre de toda e qual-
quer coacção. E por elle
me foi apresentado em
presença das mesmas
testemunhas este testa-
mento e disposição, de-
clarando como ella é
a sua ultima vonta-
de, o qual testamento,



larraca
iche nu
oue, fre
erçis, con
virm, aqui
tabelleas
numhas
nte nomea
az compa
e José Fer
do, propri
dor n'esta
nem conhe
o proprio, e
ficamas es
perfeito jui
toda e qual
E por elle
entado em
s, mesmas
este testa
mão, de
no ella é
a vonta
tamento,

testamento, que eu vi,
sem o ler, é escripto por
outrem, assignado e ru
bricado pelo testador,
contem cinco paginas
e partes d'outra, e não
tem borrao algum, en
trelinha, emenda ou no
ta marginal. E em tes
temunhos de verdade se
louvei este auto que prin
cipei logo em seguida
a assignatura do testa
mento, e o continuei sem
interrupção, sendo tes
temunhas attudo pre
sentes desde o principio
até o fim João Maria,
da Matta, morador na
rua da Madre de Deus
numeros setenta e sete,
primeiro andar, Can
dido Joaquin, morador
na rua Nova d'Alegria,
numeros treze, casado,

casado, Porfiris Luiz
dos Santos, viúvo, mora-
dor na rua do Jardim
do Regedor, numero de se-
sete, terceiro andar, car-
pinteiro, Tiago José da
Silva, pedreiro, mora-
dor na rua dos Almoe-
res, numero dez quarto
andar, e Antonio Nunes
Hebeiro, serrateiro, mo-
rador na rua do Molinho
de Vento numero cento
quarenta e seis, casado,
os quaes assignam este
auto comigo Tabelião
e com o testador depois
de ser por mim scripto
e lido em voz alta na
presença das mesmas
testemunhas, porque
o testador sendo por
mim advertido de que
o podia ler, prescindiu
d'esta faculdade. Fo



Barradas - Mathias Jose
Fernandes - Joao Maria
da Matta - Candido
Joaquim - Porfirio Luiz
dos Santos - Sidro Jose
da Silva - Antonio
Vunes Ribeiro - Lu-
gar do Sello Causa Pu-
blica. Pagon daiz mil
e quatrocentos, reis de sellos
de quatro meias folhas.
Livro trinta e um
de Maio de mil oito
centos setenta e um -
Numero sete - Santo-Ro-
cha - Nada mais con-
tem o dito testamento
que foi aberto n'esta
Administração no dia
vinte e cinco de Maio
de mil oito centos setenta
e um como consta do res-
pectivo auto lavrado
a folhas trinta e quatro
verso do Livro quarto do



do registo dos autos d'a
herdeira e publicações
dos testamentos, curados,
e que fielmente aqui
fizer registar, sem alte-
ração de palavra, ortho-
grafia ou pontuação,
e depois de conferido com
o Administrador d'este
bairro e Doutor Jose Go-
mes Araujo, abaixo ~~mi~~
gnado e restitui ao ap-
resentante com a nota
lançada nos termos
do artigo mil nove cen-
tos trinta e cinco do Co-
digo Civil. Administra-
ção do bairro Occiden-
tal de Lisboa em trinta
e um de Maio de mil oi-
to centos setenta e um.
Sen José Maria de Li-
ma escrivão d'Adminis-
tração, e eu rei subre-
vi e assigno. - Jose Gomez

Gomez Aranca - Barão
de Mesquita - Joazeira
ria de Lima. " " "

Auto de abertura e publicação do Testamen-
to de Mathias José Fer-
nandes, - Anno do Na-
cimento de Nosso Senhor
Jesus Christo de mil oito
centos setenta e um aos
vinte e cinco dias do mez
de Maio do dito anno,
n'esta Administração
do bairro Occidental de
Lisboa aonde se achava,
o respectivo Administra-
dor o Doutor José Gomes
Arouca, comigo escrevem
de seu cargo, ali com-
pareceu Domingos An-
gusto Monteiro, Guarda
Civil, e morador na Rua
das Taipas, numero ses-
enta e sete, freguesia
de São João, e apresentou

afroen
to corr
leem
co do c
hora
vena
de Pi
de e
Mper
Tex
men
lio
ahii
Ado
ban
guc
pro
ble
Sa
va
se
en
v
b
a



apresentou o testamen
to cerrado com que Gal
leu no dia vinte e cin
co do corrente mes d'uma
hora da tarde, na tra
vena do Abarraamento
de Pinche numero vin
te e nove. Freqüencia das
especies Apollinas José
Fernandes, cujo testa
mento se achou no expis
to do mesmo Fallecido;
ahi na presença d'elle
Administrador, apresen
tante e testemunhas
que comigo amigam,
procedi á abertura e pu
blicação do mesmo tes
tamento, lendo-o em
voz alta, e estar eucripto,
sem emenda, sacada ou
entrelinha, e ser appro
vado pelo Tabelião Pu
blico de Notas d'esta ci
dade Francisco Vieira

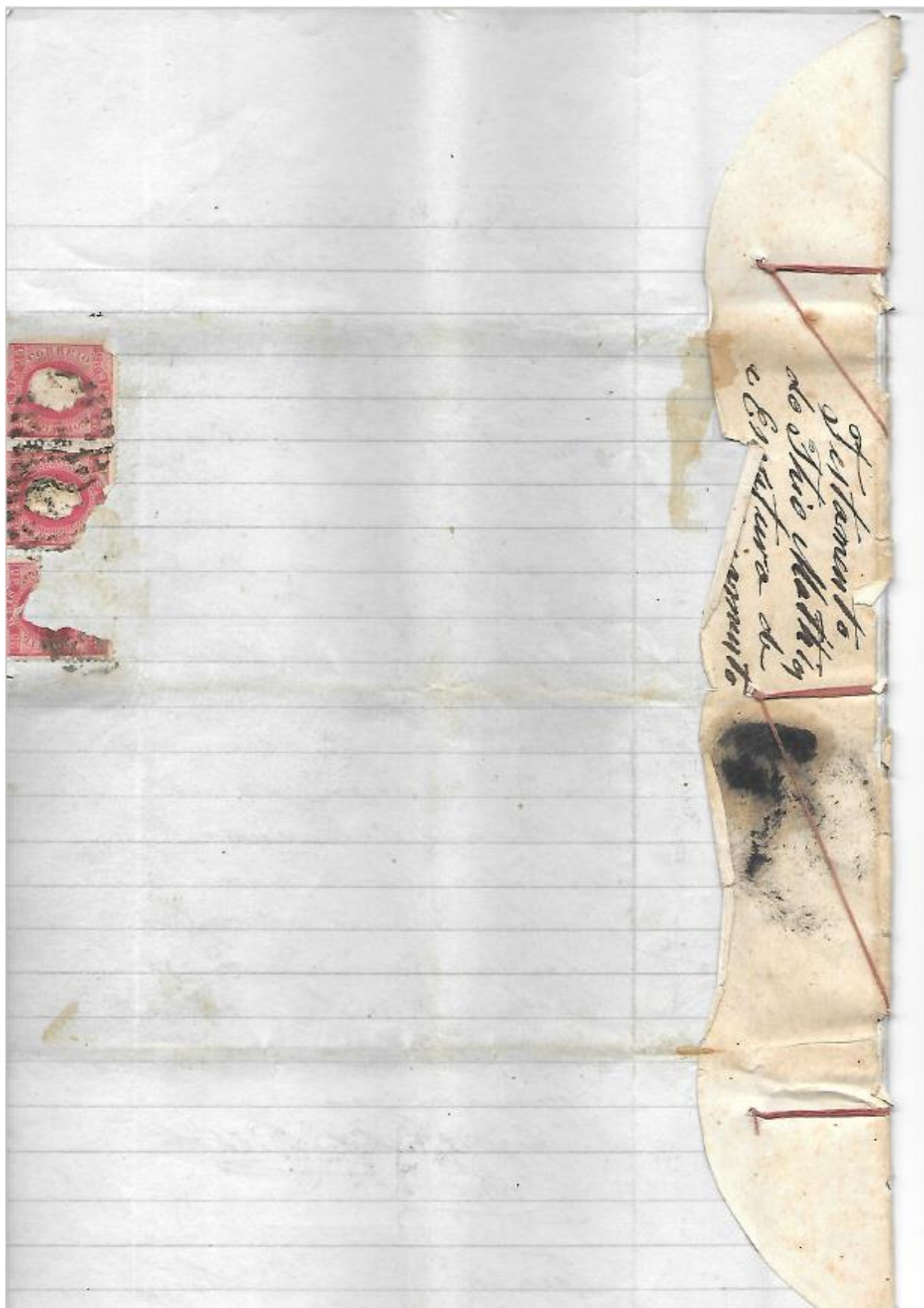
Nieiro da Silva Barra-
das, em cinco de Abril de
mil e cento e setenta
e um. E para constar
mandei lavrar o pre-
sente auto, que depois
de lido foi assignado
pelo dito Administra-
dor, apresentante e tes-
temunhas presentes
a este auto. Antonio Fran-
cisco Pereira e Sebas-
tião Affonso Terra
empregados n'esta
Administração. E eu
José Maria de Lima
escrivão d'Administra-
ção que o subcrevi e assi-
gno. — José Gomes Branca
— Domingos Augusto
Monteiro — Sebastião Af-
fonso Terra — Antonio
Francisco Pereira — José
Maria de Lima —
Não continha mais

mas
Ar an
seta
abe
na
fis
dõ
rege
do
a
ma
o
Ar
do
do
de
J
se
P
do
do

13

mais cousas algumas
transcriptos Registo de
testamentos e auto de
abertura, que bem e
na verdade para aqui
fiz passar por certidão
dos proprios livros de
registros a que me referi
to com o qual conferi
a presente com o Admi-
nistrador d'este Bairro
o Doutor José Gomes
Arouca atempo assigna-
do. Administracao
do Bairro Occidental
de Lisboa vinte e um de
Julho de mil oitocentos
setenta e um. E eu
João Maria de Lima escrivão
Administrador, a escrever
Subscrição assigna-
do. C. G. P. de 21546
João Maria de Lima



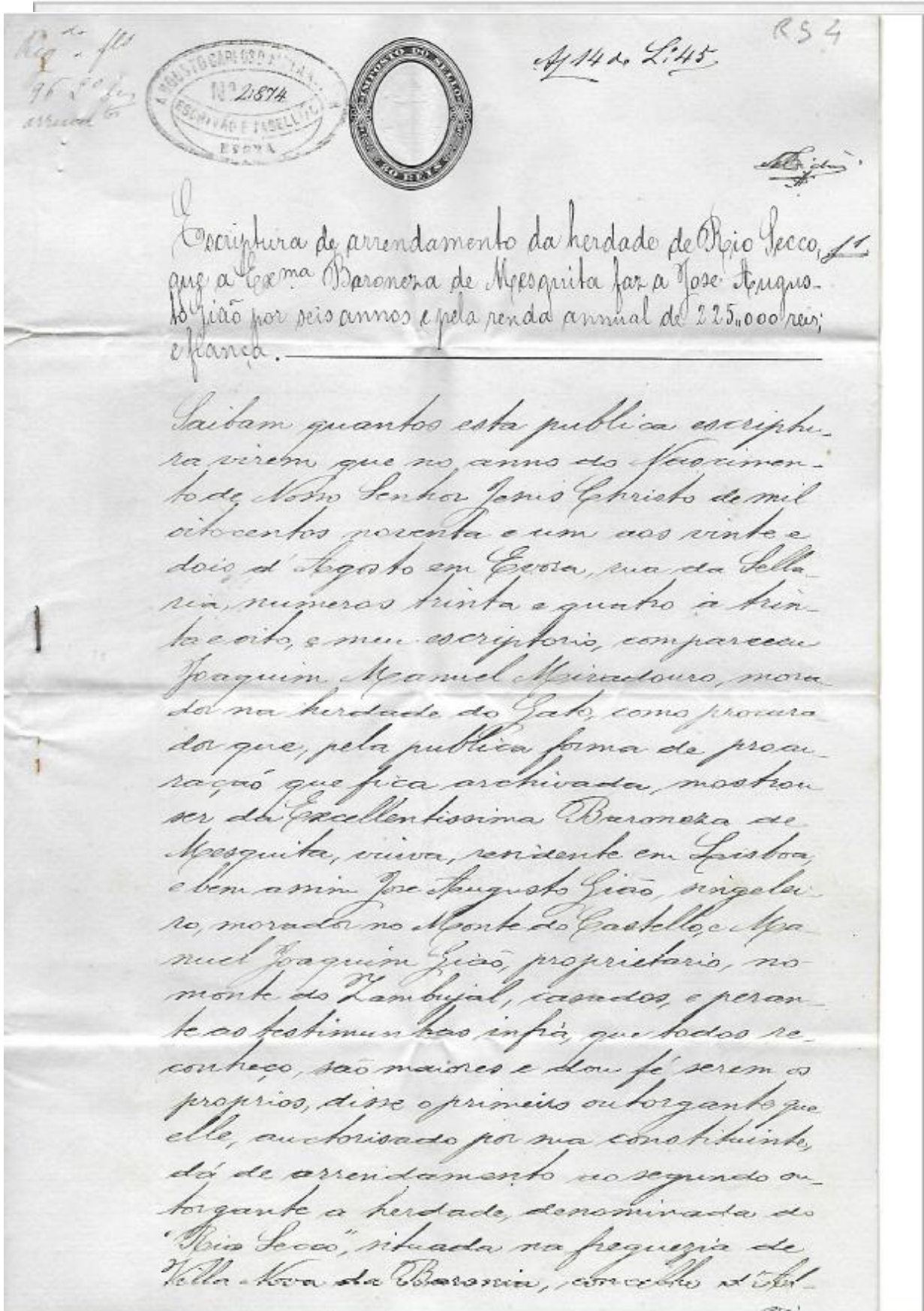


Anexo 13

"Barão de Mesquita nomeia procurador para passar o Rio Seco e Vale Sobreiro que lhe está incorporada e outras propriedades pertencentes à esposa, Rosa Eleutheria de Gusmão Mexia Fernandes, também em seu nome" 1873 - - fornecido pelos proprietários

Eu abaixo assignado Barão de Mesquita,
maior e casado, morador na Travessa do Abano,
canto de Camê D. 29, Freguesia das Moer-
cu.
Probleto meu bastante procurador ao Sr. Dr.
João Baptista Sobrinho, residente na Villa d'Al-
vito, a quem deu todos os poderes e os direitos neces-
sarios para em meu nome como se presente
fizer, requerer na Repartição competente, para
que na matm. judicial aonde se acham han-
cadas as herdeas de Rio Seco da Estrada, e a
de Val do Sobreiro que lhe está incorporada,
situadas na Freguesia de Villa Nova da Baro-
nia, foyelles d'Alvito, Districto de Beja,
em nome de minha esposa a Ex.^{ma} D.
Rosa Eleutheria de Gusmão Mexia Fernan-
des, hoje Baronesa de Mesquita, se pas-
se a incorporar as referidas propriedades co-
m a mesma Ex.^{ma} Baronesa, e mi-
nhas, fazendo as necessarias declaracoes
que comprehendem o novo casamento, ap-
resentando todos os proprios documentos
e tornando a saber os que não devem
ficar arquivados, requerendo certidões e
tudo o mais que for preciso, assignan-
do e praticando para os Actos foyes tudo
quanto necessario for, podendo mais este
substituir, e que haerei por valido,
nos testemunhas Henrique Cabral
Leal e Constantino José Moreira.

Anexo 14""Escritura de arrendamento da Herdade do Rio Seco que faz a Baronesa de



Mesquita a José Gião por seis anos" 1891 - fornecido pelos proprietários

vito, que confronta do Nascente com as
herdades da Olinda e dos Lancas;
do Sul com a do Jambol, do Poente com
a de Maria Tiro, e do Norte com as
dos Cabeiros e Castello; sendo condi-
ções as seguintes. = Primeira. = Que este ar-
rendamento é por seis annos, que come-
çaram em quinze do corrente mez e
hão de findar em quatorze d'Agosto
de mil oitocentos noventa e sete. = Segunda. =
Que a renda annual é de duzentos
exinte e cinco mil reis, paga em ouro
ou prata, moeda corrente e corrente,
n'este reino, nos seus vencimentos em
Lisboa, em casa da Excellentissima
Senhoria. = Terceira. = Que o rendeiro é obri-
gado a bem cultivar a herdade, não
podendo cortar arvore alguma sem
que seja assignada pelo fidalgo da Se-
nhoria, ou por quem esta determinar,
não podendo fazer cortes que estrague
o arvoredo. = Quarta. = Que o rendeiro não
podrá sublocar este arrendamento
sem licença por escripto da Senhoria,
nem pedir indemnisação por benfei-
tozas ou outro qualquer titulo, quer
se despeça, seja despedido ou deman-
dado, respondendo por todos os prejuizos
que causar na herdade arrendada. =
Quinta. = Que findo o prazo d'este arren-
da-

damento, e o rendeiro ou a senhoria qui²
serem continuar por mais annos, avisa-
rão mutuamente por escripto com a
antecipação de seis meses pelo menos. =
Sexta. = Que é fiador e principal paga-
dor do rendeiro o terceiro outorgante, e com
elle solidariamente responsavel pelas
obrigações aqui contrahidas. = Setima. =
Que, deixando o rendeiro de rigorosamen-
te cumprir qualquer d'estas condições,
estando a senhoria de recorrer aos meios
judiciaes, rendeiro e fiador responderão
por todas as despesas judicias e extra-
judicias que a mesma senhoria fizer,
renunciando rendeiro e fiador ao foro do
seu domicilio, para serem demandados no
foro judicial do domicilio da senhoria. =
Oitava. = Finalmente, que o rendeiro é obri-
gado a reparar e conservar em bom estado
e habitado o monte. - Em seguida dis-
seram rendeiro e fiador que acceptam es-
te contracto com todas as suas condições.
Estando conformes, me pediram e lhes
lavoura presente, que lhes foi por mim li-
da e por elles ratificada, e assignada
com os predichos testemunhas, Francis-
co Marques, morador na rua de Dona
Isabel, e Antonio Jose Botelho de Brito,
na rua da Espada, fazendo-o a rogo do
rendeiro, promão, e do terceiro, José Joa-



quim Ramos, morador na rua de Gato-
me-flores e a cargo do fiado, pelo mesmo
motivo, Joaquim Jose Porada Corêa, na tra-
vesa da Coraça, proprietários. Augusto
Carlos d'Almida Didier a escrevi e as-
signo. Joaquim Manuel Aspiradouro. =
A cargo do rendeiro por não saber escrever,
Jose Joaquim Ramos. = A cargo do fiado
por não saber escrever, - Joaquim Jose
Porada Corêa. = Francisco Marques. = An-
tonio Jose Botelho de Brito. (Lugar do si-
qual publico.) Em testemunho de verda-
de. = Estampilha com o sel-
lo de quinhentos reis, inutilizada com
as seguintes assignatura e data. = Au-
gusto Carlos d'Almida Didier. = Vinte
e dois. Agosto - mil oitocentos noventa
e um - e um. = (Imposto do sello. oitenta
reis). Publica forma. = (Imposto do sello. oi-
tenta reis). Curatela assignada, Para
neta de Chaciquita, viuva do Barão do
mesmo título, moradora na minha casa
da travessa do Tabernaamento do Pe-
niche, numero vinte e nove, nesta ci-
dade de Lisboa. Constatado por meu
procurador o meu feitor Joaquim Ma-
nuel Aspiradouro, morador na herda-
de do Gato, e cancelho de Montemor-o-
Novo, e lhe dou poderes para em meu
nome fazer arrendamentos de quassquer
das



venta com Augusto Carlos d'Almeida
Didier a subscrivi e assigno: (Lugar do
signal publico.) Em testemunho de verda-
de. Estellias, Augusto Carlos d'Al-
meida Didier. e Joaquim Manuel
Miraes.

Co que contém as originaes.
Em 22 de Agosto de 1891. Augusto Carlos
d'Almeida Didier o subscrivi e assigno.

Em test. de de v. m.
Habit?
Augusto Carlos Almeida Didier.

Anexo 15

“Escritura de Doação ou Partilha entre D. Maria Rosado Caeiro Correia, lavradora, viúva e o Dr. Joaquim Rojão e esposa Augusta Caeiro Correia Rojão, Francisco Sales Fernandes Gião e esposa D. Mariana Caeiro Correia Gião e ainda Joaquim António Caeiro Correia solteiro e maior de idade, proprietários e residentes na Vila de Reguengos” 1907 - fornecido pelos proprietários

Escritura de doação ou partilha entre a Sr.^{ma} D. Maria Rosado Caeiro
la Caeiro, viúva, D. Joaquim Rojão e esposa D.
Augusta Caeiro Correia Rojão, Francisco
Sales Fernandes Gião e esposa D. Mariana
Caeiro Correia Gião e Joaquim António Caeiro
Correia solteiro, de remição e venda todos seus
prediários e moradias sita na villa de Reguengos
go.
Lisboa, a 22 de fevereiro de 1907, em que
nos annos do Assumpto de Santo Lázaro, foy Christa
de mil nove centos e setenta e sete. ... Alameda mag
de ... villa de Reguengos, uma nova e ma
rada da Sr.^{ma} D. Maria Rosado Caeiro Correia,
presente mim notario da Torre do Vigor, com
nos compareceram como firmes e outorgantes
a Sr.^{ma} D. Maria Rosado Caeiro Correia, viúva,
proprietaria, residente na casa e como regem
dos outorgantes doados a Sr.^{ma} D. Joazequillo
João e esposa D. Joazequillo Caeiro Correia
Francisco Sales Fernandes Gião e esposa D. Ma
riana Caeiro Correia Gião e Joaquim António
Caeiro Correia solteiro, de remição e venda, todos
proprietários e moradores sita na villa de
Reguengos e seus contornos e foy firmes

191

Elle outorgante vive com todos os seus e com
tes noventa e seis annos e em sua casa de Lisboa em
primeiro lugar na legião de seu filho outor
gante Joazeiro Antonio Barão de São Paulo. Em to
dos os bens que foram e de que faz doação a seus
ditos filhos e genros os adquirem em favor de
venda de sua casa de Lisboa e outros por compra
que d'elle se fez em dito quapido e de que se fez
as respectivas contribuições de registo por
tudo os seus, como com todos os respectivos es
crutinios de compra e por isso d'elle nada
deve a fazenda Nacional. Em todos os seus
filhos e genros transfere todos os domínios di
ritos e heranças que ali agora tem a os seus
doados. E por tanto outorgante e os seus
filhos e genros e por tanto Barão de São Paulo,
Francisco de São Paulo e outros por tanto
nos Barão de São Paulo e Joazeiro Antonio Barão
de São Paulo foi dito que deitaram agradecidos
a doação que sua mãe e sogra e a d. Maria
Joazeiro Barão de São Paulo e os seus por esta escritura
e a respectiva afirmação e a menção de
a indicação firmada em Lisboa e que d'elle
foi havendo feito a escritura tanto dos bens
doados como dos mecos de seu filho e

[illegible]

Anexo 16

"Contribuição Predial em nome da Baronesa de Mesquita" 1908 - fornecido pelos proprietários

Modelo n.º 34 (Artigo 331.º de regulamento da contribuição predial)

Aviso n.º _____

Distrito de Beta

O Sr. Baronesa de Mesquita morador Ch. 27 freguesia d _____ fica avisado de que, por deliberação da junta fiscal das matrizes para o serviço da contribuição predial do anno de 1908, vai ser aumentado o rendimento collectavel dos seguintes predios, que o mesmo senhor possui neste concelho; a saber:

(b) Cada sítio ao termo da comunidade Rio Seco freguesia de Vila Nova da Baronia, averbada na respectiva matriz sob cont. 905 em o rendimento collectavel de 425\$492 o qual se aumentado em 100\$4208 ficando o rendimento total de quinhentos mil reis

Dentro do prazo de quinze dias, a contar de amanhã, deverá declarar perante a mesma junta se se conforma ou não com os aumentos indicados; e, quando se não conforme, poderá reclamar até o dia 14 de Janeiro. A reclamação será resolvida pela junta até o dia 15 de Abril, e da sua decisão haverá os recursos estabelecidos nos artigos 152.º §§ 1.º e 2.º, 155.º §§ 2.º e 3.º, 157.º §§ 1.º e 3.º, e 158.º do regulamento de 25 de agosto de 1881, cujas disposições vão transcritas no verso d'este aviso. Se no mencionado prazo de quinze dias não fizer declaração alguma, entender-se-ha que se conforma com os aumentos de que se lhe dá conhecimento.

Ch. 27, em 12 de Dezembro de 1908

(a) Concelho ou bairro.
(b) Aqui deve declarar-se a matriz, o artigo em que o predio está inscrito, e natureza do predio, sua denominação e situação, o rendimento collectavel fixado na matriz e aquelle a que vai ser elevado.

O Secretario da Junta Fiscal,
Luís Cunha

Anexo 17

"Contribuição Predial em nome da Baronesa de Mesquita" 1938 - fornecido pelos proprietários

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVITO

Serviço da Republica

Exmo. Senhora Baronesa de Mesquita

54

Não tendo comparecido á reunião realizada nesta Câmara Municipal no dia 27 do mes de Agosto findo, proprietarios rusticos que representassem metade, pelo menos, do valor matricial das respectivas freguesias deste Concelho, e em cuja reunião havia sido deliberado proceder-se ao lançamento da derrama autorizada pelo Decreto-Lei nº 28.914 de 13 do dito mes, venho, para o mesmo fim e nos termos da circular nº 4.6/10-L.º 85-A de 3 do corrente mes, da Direcção geral de Administração Politica e Civil do Ministério do Interior, convocar V. Exa para uma segunda reunião que terá lugar na Sala das Sessões desta Câmara no dia 16 do corrente mes, pelas 13 horas.

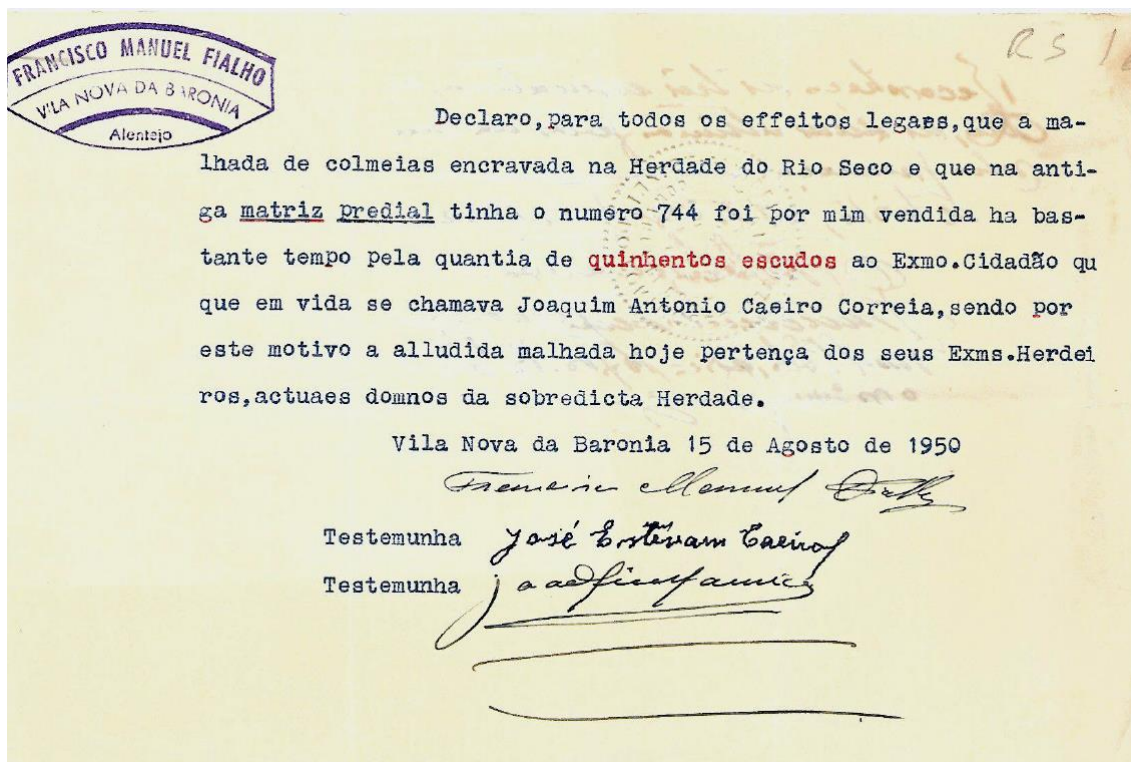
Cumpra-me elucidar V. Exa que, nesta segunda reunião, as deliberações tomadas serão válidas seja qual for o numero de proprietarios presentes e qualquer que seja o valor matricial que representem.

A Bem da Nação
Alvito 8 de Setembro de 1938.

O Presidente da Câmara Municipal
Alcides Lima

Anexo 18

“Declaração de Venda de Colmeias a Joaquim Caeiro Correia” 1950 - fornecido pelos proprietários



Anexo 19 "Descrição da Herdade Rio Seco e da Herdade das Aldeias Pequenas" Notas de
Guilherme Gião - s/data - fornecido pelos proprietários

Herdade do Rio Seco - situada na freguesia de
Villanova da Baronia, concelho de Alentejo,
Distrito de Beja. Com a superfície de
1.469 Hectares, repêta ao Regime Florestal
e a reserva de caça concedida este
ano. - Compõe-se de terras de sequeiro
e pastagens, tendo montado de azinhei-
ras que pode engordar 200 porcos e man-
tado de sobre em grande aumento e
crescimento com tirapem em 1964,
calculada em 13 mil anêbas.
Oliveiras dispersas e um grande
olival num total de 14.000 pés.
Grandes e luxuosas instalações
agrícolas e casa de habitação.
Malhada para porcos e para
criação de porcos. Grande
quantidade de água, porcos e
chafariz com água de pé.
Local escolhido para uma barragem
incluída no 2º plano de fomento
(fácil e barata de construção) para
regar 200 Hectares de varzeas. Magníficas
condições para plantação de chouros e
cristal.

Herdade do "Rio Seco" e "Vale de Sobreiro"
freguesia de Vila Nova da Baronia, concelho
de Alentejo, a 148 Kilómetros de Lisboa e a 32
de herdades do "Vale das Duradas". Superfície
total 1.467 Hectares. Bartanli montado
de aguiúlo, montado de sobreiro em exuber-
ante crescimento com uma só tira-
gem em 1963 a volta de 14.000 arrobas.
de cortiça muito boa e alta. - 15.000 olivei-
ras em produção, 50 Hectares preparados
para meter já este outono de 1962 de
eucaliptos. Munita água, chafarizes de
água corrente, hortas e pomares de laran-
geiras. 100 Hectares de varzeas e óptimas
condições para fazer uma barragem.
Magníficas instalações para malha-
das, estabulos, celeiros, oficinas e casas
de máquinas. Monte fechado com
dois portões, águas e esgotos canaliza-
dos. Casa de habitação acabada
de reparar com 10 quartos, três salas
e três varas de banho acabadas de fazer.
Residências para feitor e pessoal. 1000
Hectares contados há dois anos sem
cortar e com munitas perdizes. —
Todas as instalações desta herdade
estão acabadas de reparar e con-
venientemente impecáveis.

Herdade das "Aldeias Pequenas" e Anexas - freguesia de Pedregal do Alentejo, concelho de Vidigueira. A 200 Kilómetros de Lisboa e a 23 da Herdade do Vale das Duvidas. Superfície total 1000 Hectares sendo 300 Hect. de terra de barro muito bom. Magnifico olival (não bem frutífero o numero de frs) em plena producao, a volta de 80.000 kps. de azeitona. Horta e 650 Hectares de optima terra de seara, montado de azinhal e bontagem. Este grupo de propriedades e' limitado a nascente sul e poente pelos rios "Quadiana" e "Odiares". A horta contada são 800 Hectares cheia de prodizes. — Monte com patio fechado e casa de habitação bonita e prestando-se mesmo a ser arranjada para ficar muito bonita. Grandes instalações para bestas, estabulos, celeiros, arrecadações, malhadas, casas de aspinhas, etc, tudo em bom estado de conservação.

Anexo 20

"Nomes das pessoas que conhecem as extremas do Rio Seco" – s/data- - fornecido pelos proprietários

Nomes das indústrias que anda-
ram no campo matto em Rio
Seco.

Mariano Eugénio Madeira (Luz)
José Claudino
Joaquim Manuel
Rui Porfano
Manuel Tapico
João Farias
Matheus da Camarão Baptista (Cagido)

Nomes dos Homens que tentaram
impedir a roça das aldeias.

Manuel Canas (V. Nova)
e Paula Rampa (Budinellas)
Ant.º Joaquim Carneira, casado V. Nova

Nomes das freguesias as
quais que conhecem a ex-
tremas do rio Seco e em
Rio Seco.

Um homem de 80 annos
chamado Luiz dos Reis e
reside no Monte das Pa-
ranas do Meio, vive ha
mais de 30 annos ab-
ta a extremas d'aquelle
das herdades desde a
Pegão até proximamente
a guazita e d'ahi pela direita
para a esquerda deia a proximidade
do mato do tempo do d'ahi segue
Rio Seco e termina no campo
matto e a guazita. Diz-me
que um Domingos Balabio e
do que foi a guazita do tempo
d'ahi segue e a guazita e a guazita
seguintes a cerca do mato
do Rio Seco porque a guazita aqui se
acham no tempo de Matheus, Farias
e Balabio. Este homem deve o nome
se foi na cidade de Beja.

O pai do Ant.º Joaquim
Carneira residente em
Vila Nova chamado
calheiro em
diz que aprendeu as ex-
tremas do Rio Seco em
Luiz dos Reis e que a extre-
ma herdade em a Sa-
al parte dos pegões e
em direcção a guazita
xando a a direita e d'as
em direcção a mato do
tempo de Balabio e a guazita
a guazita e a guazita e a guazita
e a guazita e a guazita e a guazita

João Manuel
Luiz Pórfano
Manoel Tapico
João Farias
Mathews da Conceição Baptista (Carpenteiro)

Muros dos Homens que tentam
impedir a roça das aldeias.

Manoel Canavim (V. Nova)

« Laura Gouveia (Budinellas)

Aut.º Joaquim Carneiro, em 18.º de V.º

chamado Luiz dos Reis e res-
dente no Monte das Gal-
vanas do Meio, viu ha
mais de 30 annos ab-
ta a extremidade d'aquella
das herdades desde as
Pegões até proximo da
água da e d'ahi pela direc-
ção da estrada devia apporximado
a mares do tempo e d'ahi seguir
pelo rio e extremidade da estrada
com uma estrada e puzeram
que um damasco de lã e de
do que foi com a filha de Francisco
Melia e puzeram e puzeram
negocios a cerca da estrada.
do Rio Seco propriamente e puzeram
antes no tempo de Mathews, 18.º
negocios. Este homem deve ser conhecido
se hoje na cidade de Lisboa.

O Pai do ext.º Joaquim
Carneiro residente em
Villa Nova chamado

calceiro em
diz que aprendeu as extre-
mas de Rio Seco com
Luiz dos Reis e que a extre-
ma herdade com o Gal-
al frente das pegões e va-
em direcção a água da e
xando - a a direita e d'ahi
em direcção a mares do
tempo deixando este um fe-
a água da e onde na e de
prolongando - e sempre
por esta extremidade em direc-
ção a mares

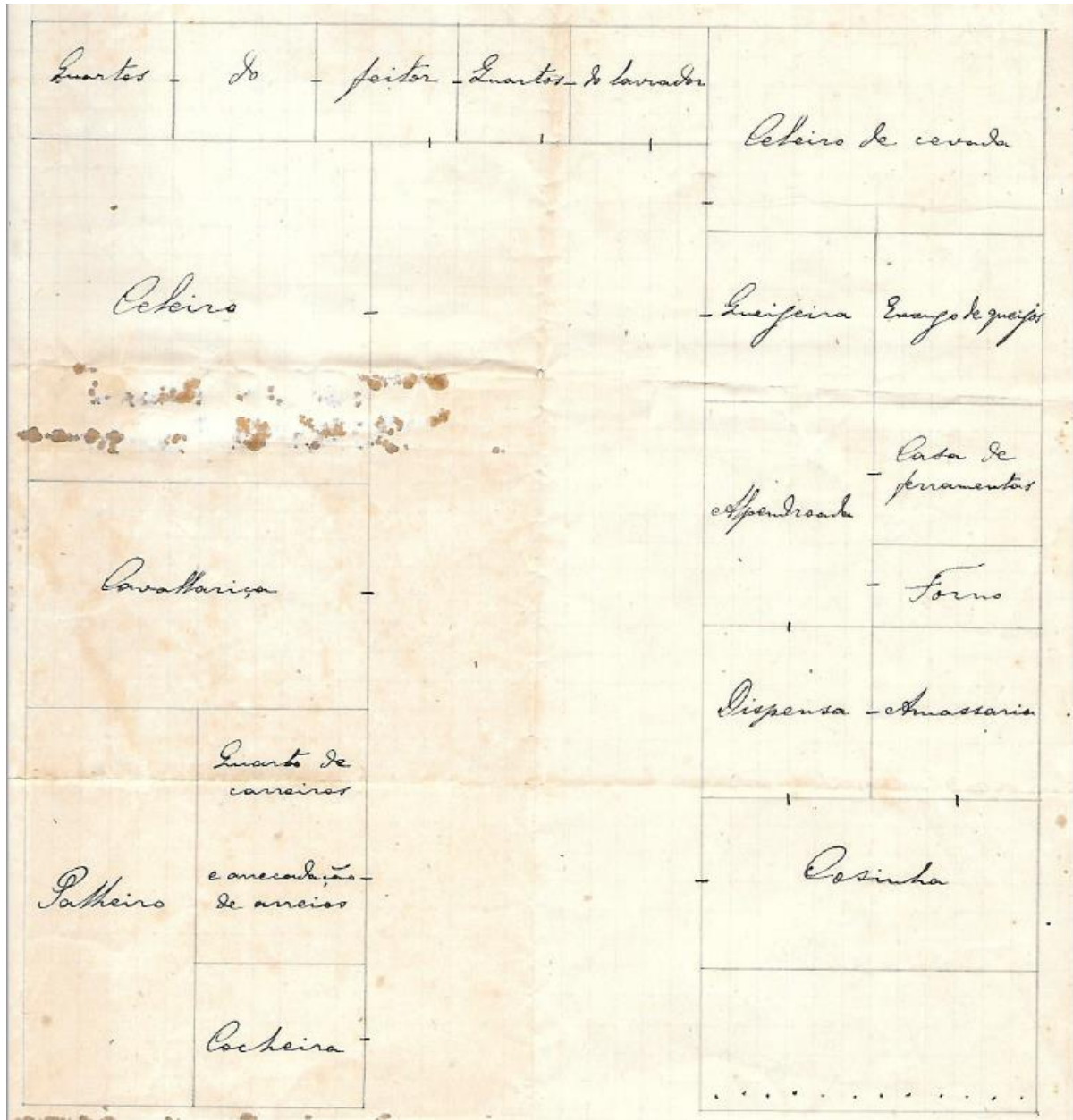
Um homem de 70 annos,
irquiño nas Salinas
e cima, diz que a estreme
é Rio Seco com o farral
tanto do marco do terreno
nos Rios e que nesta direcção
encontrou um marco assente
no cuido d'um poço a quem
por alli lhe ensinam as
estremas que naquella direcção
estava estado outro marcos ainda.

O Relevo das Salinas de
cima chamado frode referis-
se que dice a freguesia da
mesma freguesia.

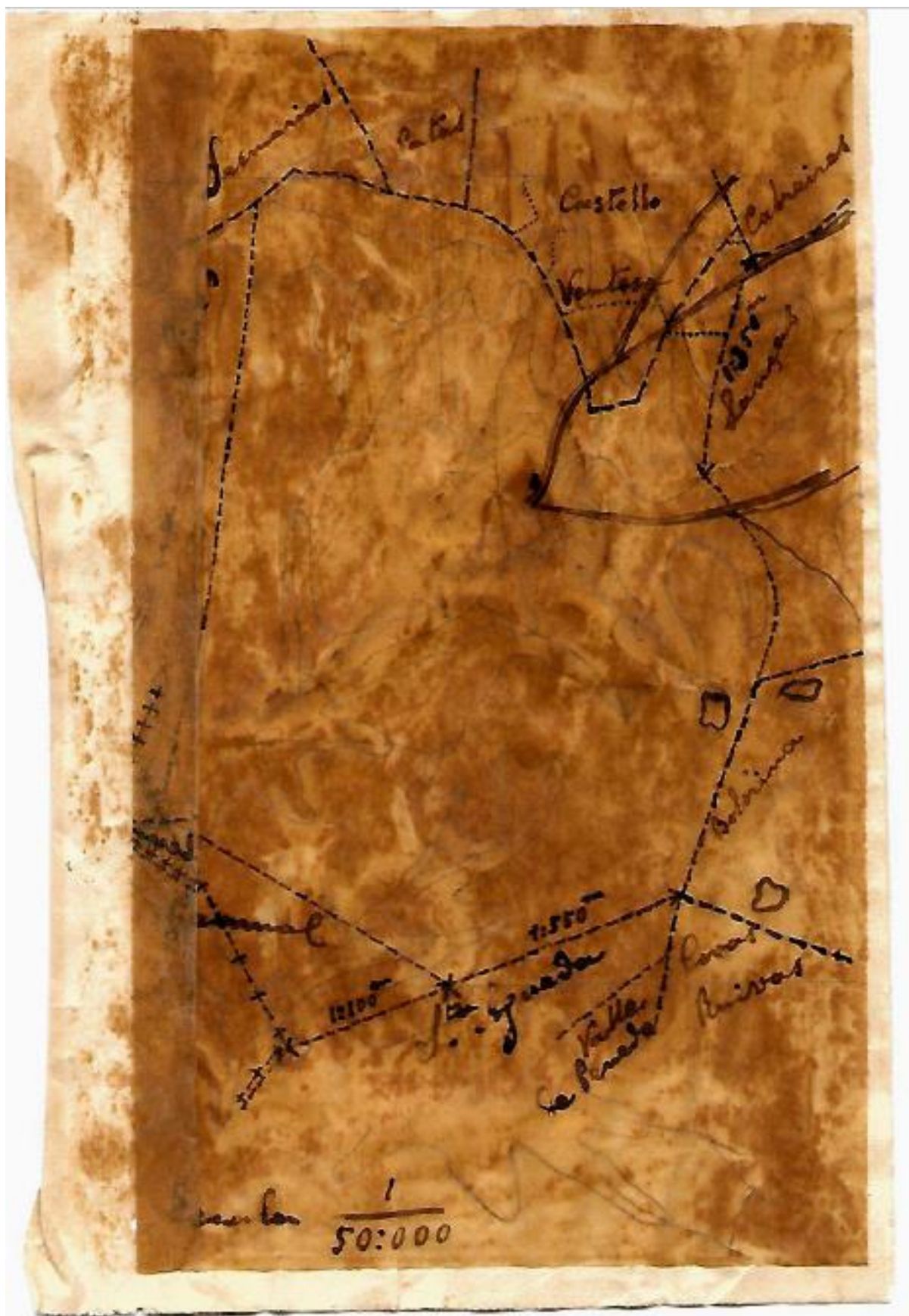
O actual quando das Fátas
é chamado
que foi calveiro em Rio Seco
foi quem ensinou as actuaes
calveiros Hermenegildo Ribeiro
quando este veio para aqui,
as estremas spectra brevidade
com o farral, deo que
era quando esse tempo.

Anexo 21

“Planta do Monte” – s/data- - fornecido pelos proprietários



Anexo 22 "Esquema da Herdade" – s/data- - fornecido pelos proprietários



Anexo 23

"Confrontações do Monte" - s/data - - fornecido pelos proprietários

confrontações de Rio Seco
em conformidade com a carta
agrácola -

Ponte - Maria Pires

Paul - Gamonal, ^{com os Quirins} Sta. Agueda e

Nascente - Balosim, Lameas, ^{Ventoso} Calveiros e Carillo.

Norte - Carillo Ventoso, Patos e Seimarias.

Carta de venda da foz da herda
de de Rio Seco no termo de Villa
Nova da Baronia que vende o Int.
João - Santa Barbara ao Capri-
tão Int. José Fernandes.

Ponte - Maria Pires

Paul - Gamonal e Santa Agueda.

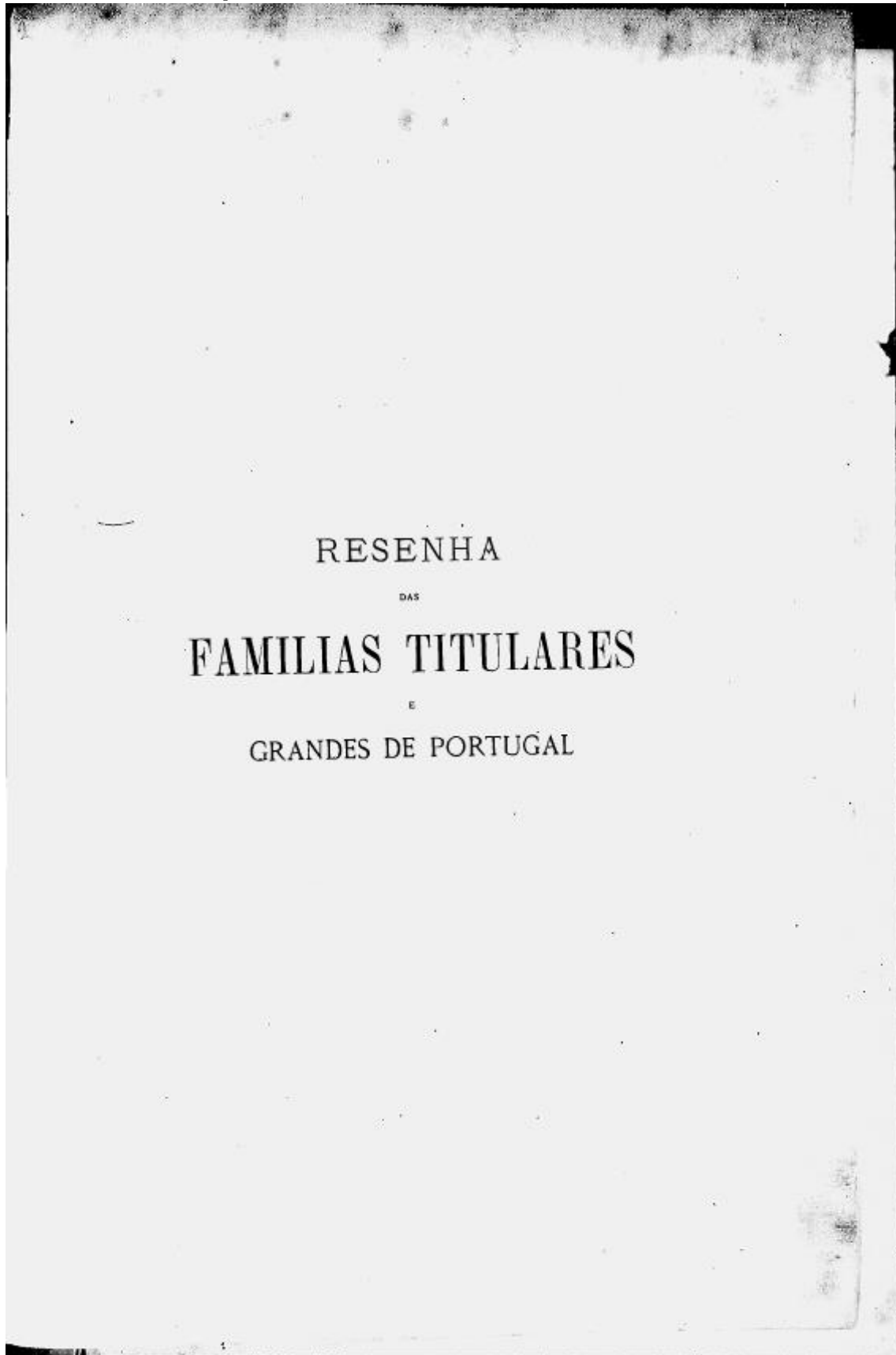
Nascente - Lameas e Carillo Ventoso

Norte, Seimarias

Carta de arrematação passada
em nome de D. Maria 2.^a em 16 de
Março de 1844, as mesmas confron-
tações de que as anteriores.

Anexo 24

“Resenha das Famílias Títulares e Grandes de Portugal- 1885 [documento fornecido pelo Professor Paulo Pereira]



O auctor preencheu todas as formalidades legais, para lhe ser garantido o direito de propriedade, conforme as disposições da lei de 8 de julho de 1851.

MEC-DAC **Biblioteca Nacional** Rio de Janeiro - Brasil
SERVIÇO DE REPRODUÇÃO
15cm

RESENHA
DAS
FAMILIAS TITULARES
GRANDES DE PORTUGAL

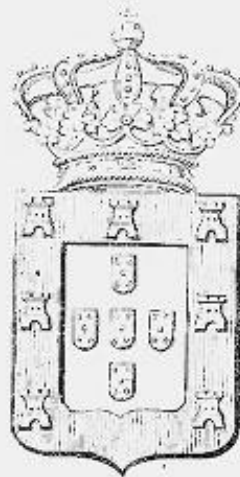
DE
ALBANO DA SILVEIRA PINTO

Guarda-naga da Grã-ma de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Luiz I.
Mestre Palatino e da Real Casa: Cavalleiro das Ordens de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa,
e da Santa Antiga e Velha Ordem da Torre Esquerda do Valor, Lealdade e Heroísmo
Comendador das Ordens de S. Gregorio Magno de Roma, e de Leopoldo de Belgica; comendador de honras ex: ordinarias
de Carlos III de Hespanha, e da Ordem religiosa de Santo Sepulchro de Jerusalem:
Cavalleiro da 1.ª Classe da Ordem dos Guelfos do Hanover, e Cavalleiro da Legião de Honra de França, etc.

DEDICADA A SUA MAGESTADE FIDELISSIMA EL-REI O SENHOR D. LUIZ I

DESENHOS DE ANTONIO JANUARIO CORREIA, GRAVURAS DE D. JOSE SEVERINI

TOMO II



EMPRESA EDITORA DE FRANCISCO ARTHUR DA SILVA

RUA DOS DOURADORES, 72

LISBOA



MESQUITA (Barão).— Miguel Corrêa de Mesquita Pimentel, 2.º Barão de Mesquita. Nasc. a 27 de Dezembro de 1827; Commendador da Ordem de Christo; Cavalleiro das de Aviz, Santiago, e da Conceição; Tenente Coronel reformado; casou em 1872 com D. Rosa Eleuteria de Gusmão Mexia Fernandes Lobo Corte Real, que era já viuva em primeiras nupcias, e nasceu a 11 de Fevereiro de 1826. — *Sem geração.*

SEUS PAES

Miguel Corrêa de Mesquita Pimentel, 1.º Barão de Mesquita; Tenente-General; Commendador das Ordens da Torre e Espada, e de S. Bento de Aviz; Gran Cruz da de Isabel a Catholica, de Hespanha, etc., etc., casado com D. Luiza Bitá de Freitas; ambos já fallecidos.

FILHOS

1.º MIGUEL CORRÊA. — O 2.º Barão de Mesquita. (V. *o mesmo*).

2.º FILIPPE. — Capitão do Estado-Maior do Exército; Cavalleiro das Ordens de Aviz, e Christo

CREAÇÃO DO TITULO

Barão — Decreto de 17 de Janeiro de 1848.

Verificação na 2.ª villa — Decreto de 25 de Outubro de 1855.



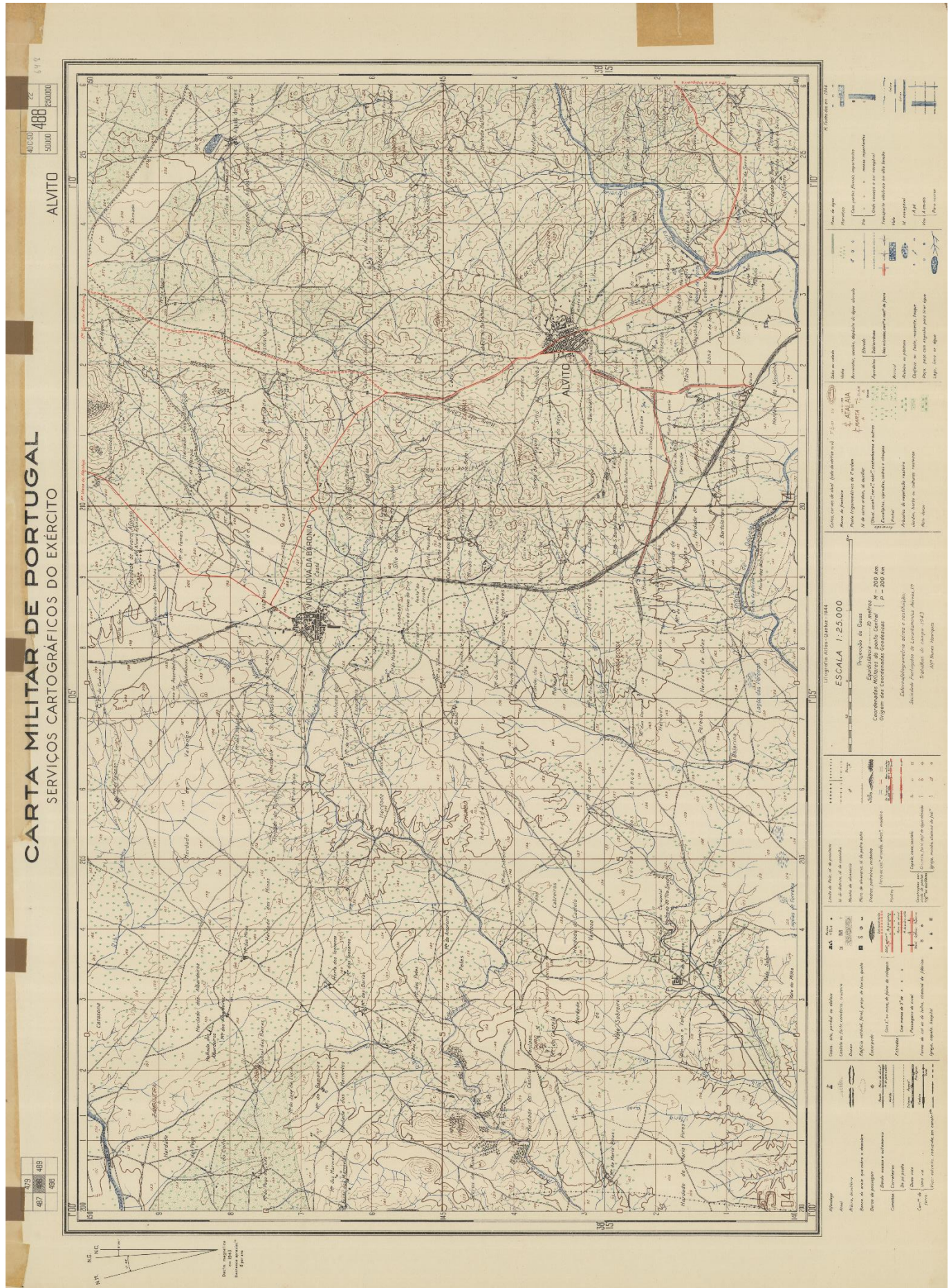
MESQUITELLA (Conde).— Dom João Affonso da Costa e Sousa Macedo e Vasconcellos. Nasc. a 11 de Fevereiro de 1815: actual 1.º Conde, e 3.º Visconde de Mesquitella; 5.º Barão da Ilha Grande de Joannes; 6.º Barão de Mullingar no condado Ouesl Meath, na Irlanda; Par d'Inglaterra; ultimamente Duque de Albuquerque. (V. *supplemento a esta obra — Albuquerque*).

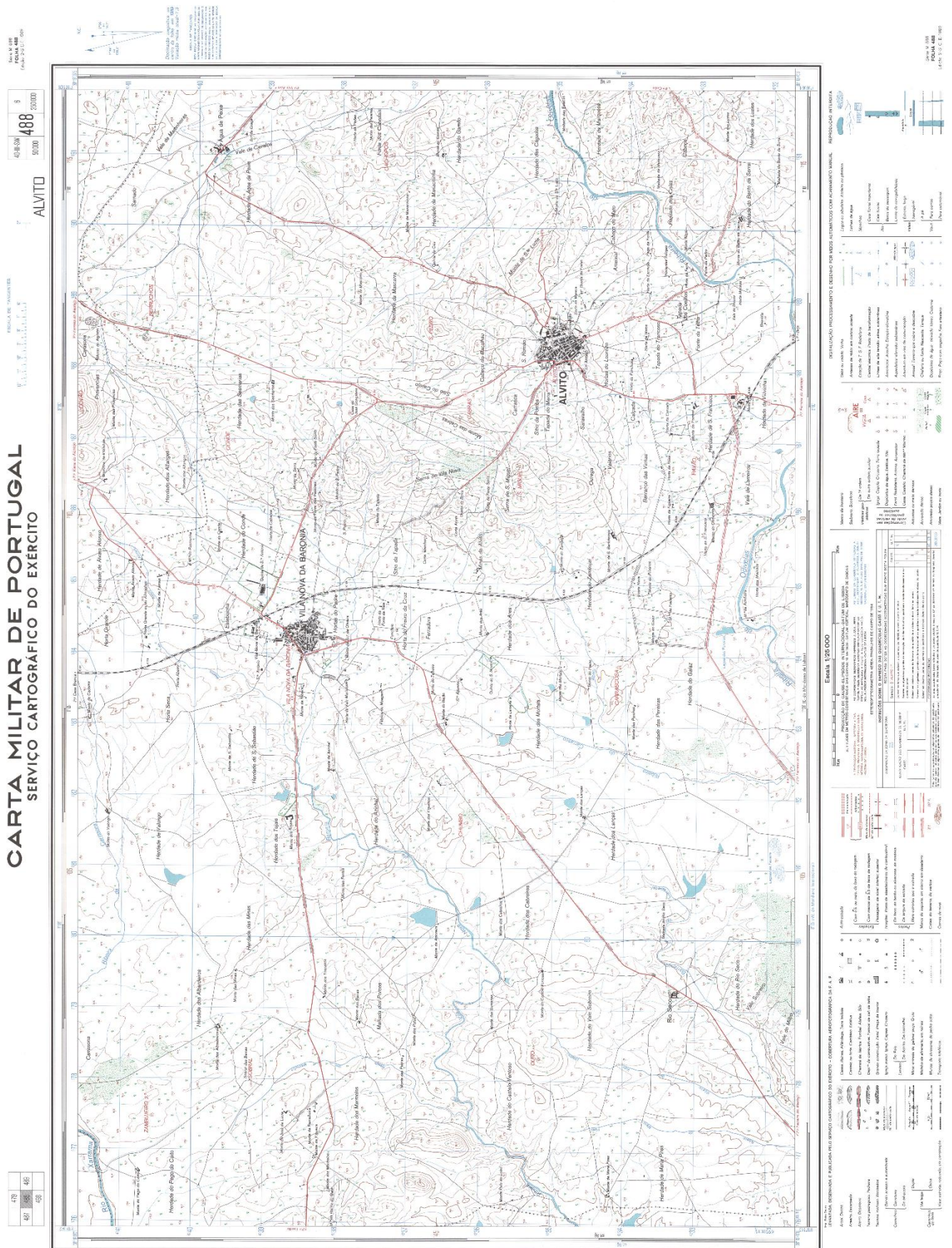
No supplemento que terá de sahir em seguida a este 2.º volume, tencionamos detidamente tratar d'este cavalheiro.

Não podemos contudo deixar de notar, desde já, a duvida que se nos offerece com respeito ao baronato de Mullingar e Pariato na Inglaterra, á vista da seguinte carta do Sr. Conde de Rivas:

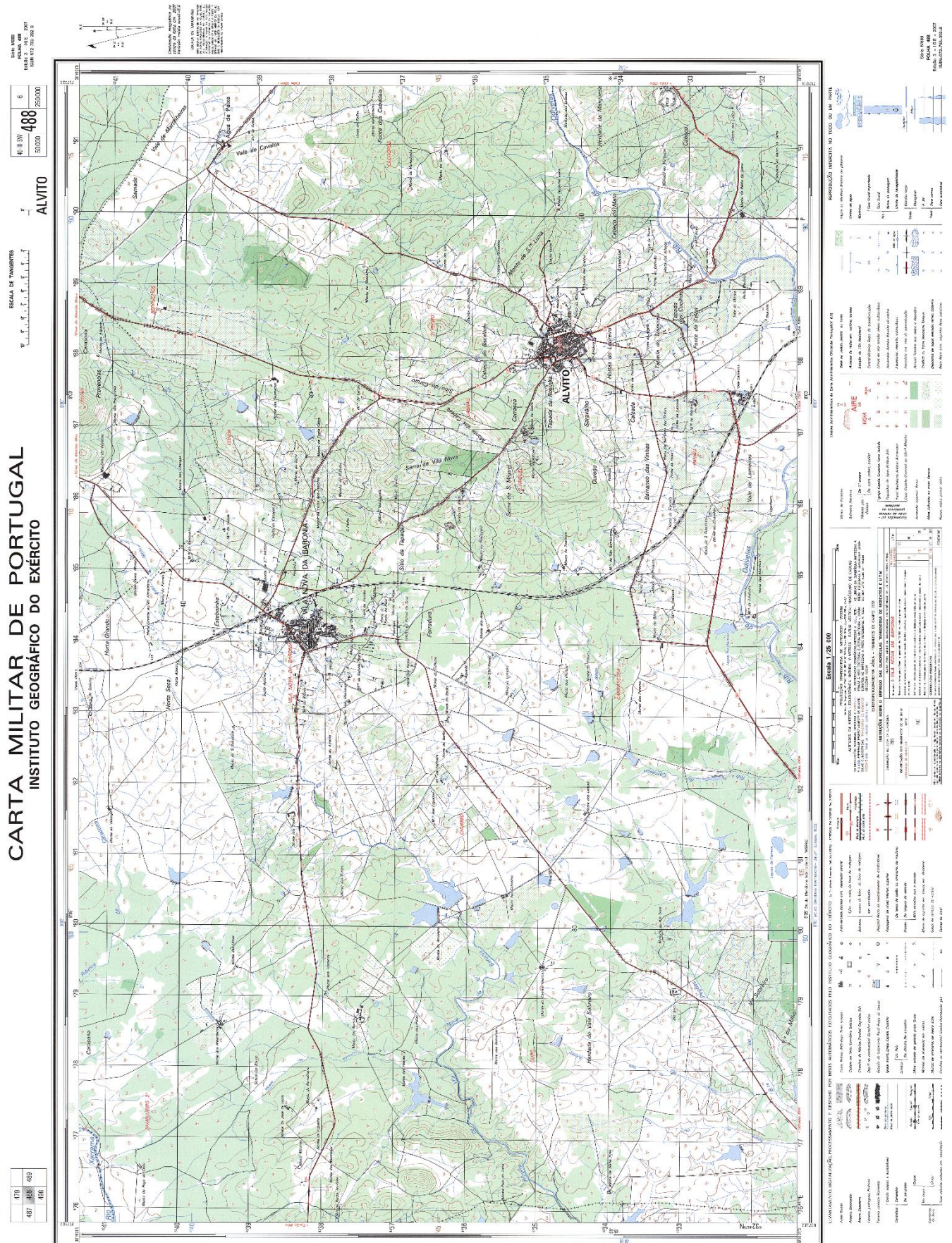
Anexo 25

Carta Militar De Portugal- Serviços Cartográficos do Exército- número 488- de 1944





Carta Militar De Portugal- Serviços Cartográficos do Exército- número 488- de 2007



2- Levantamento Fotográfico

Núcleo I- Monte































































2- Levantamento Fotográfico

Núcleo II- Casa do Pastor













2- Levantamento Fotográfico

Núcleo III- Malhadas







2- Levantamento Fotográfico

Núcleo IV- Horta

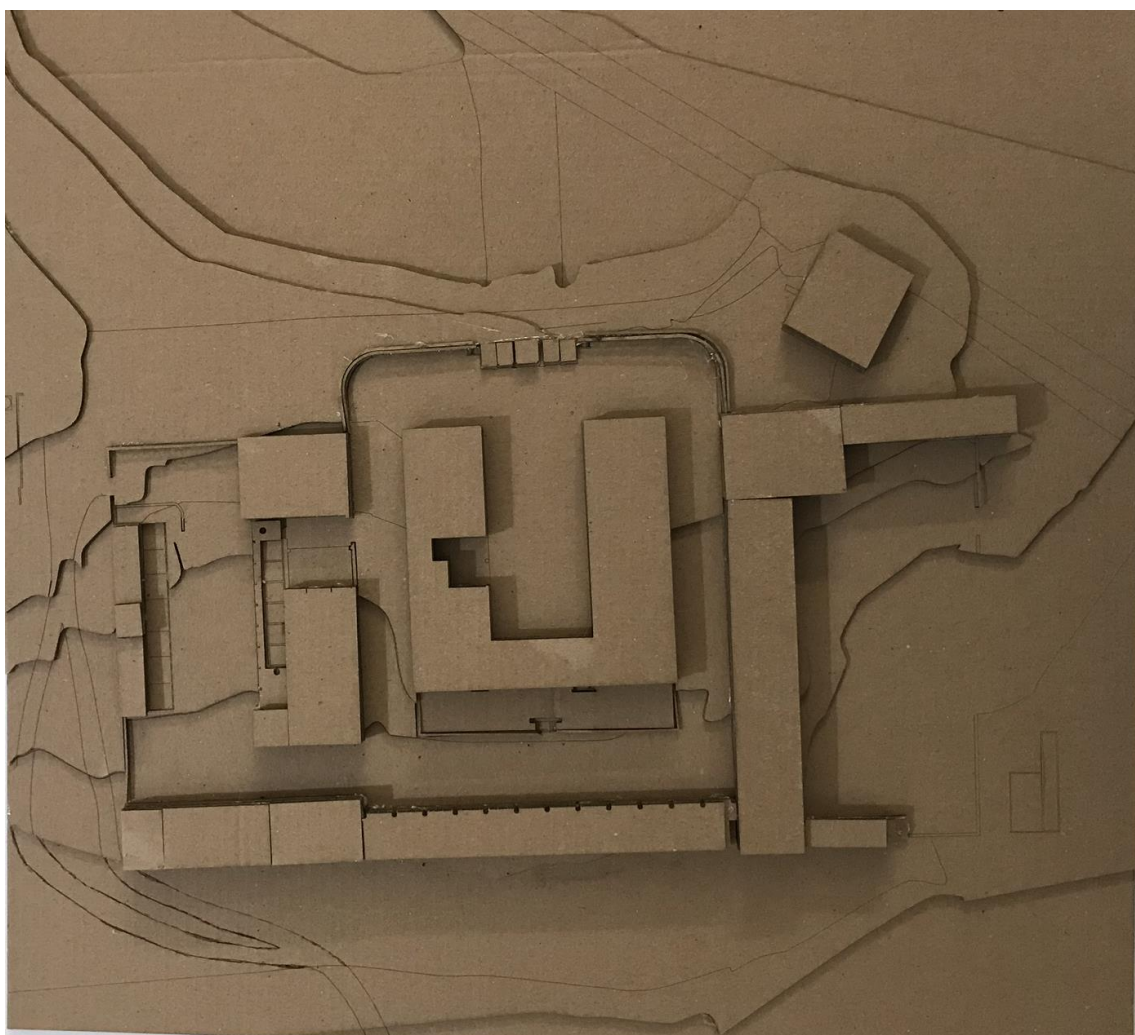


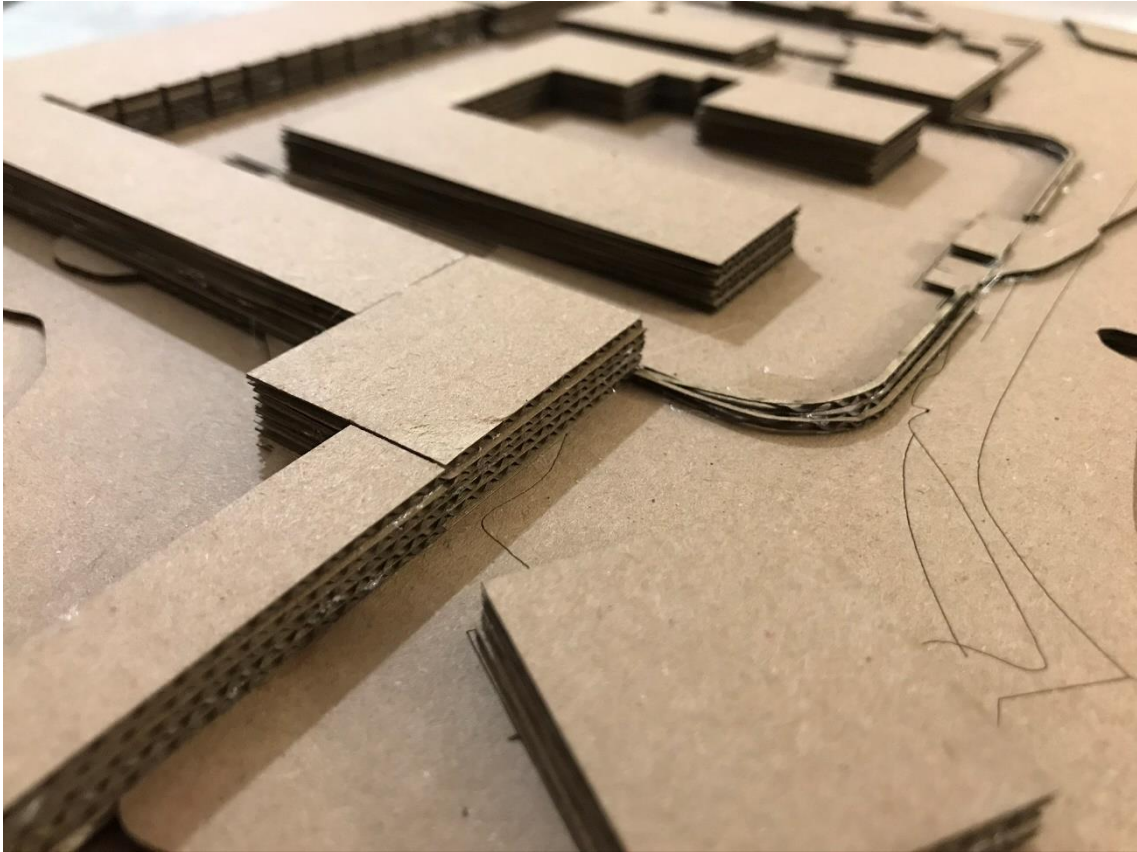


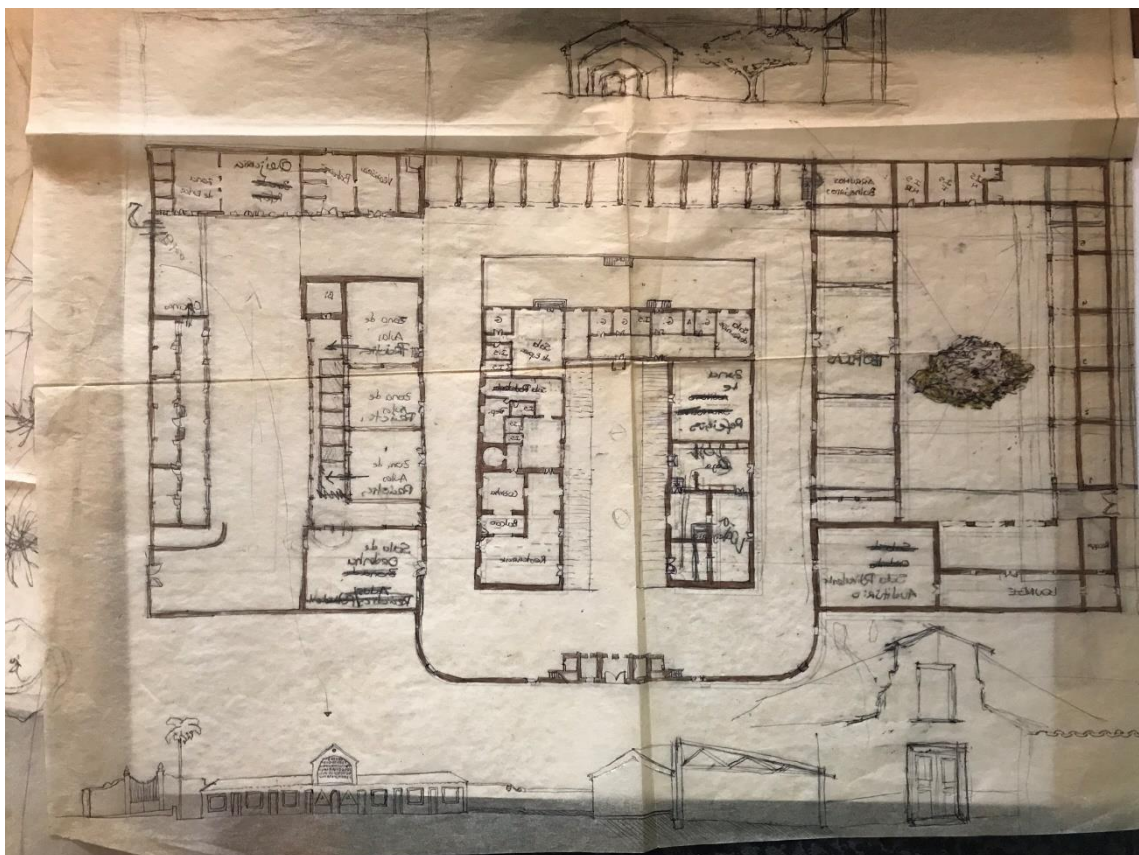


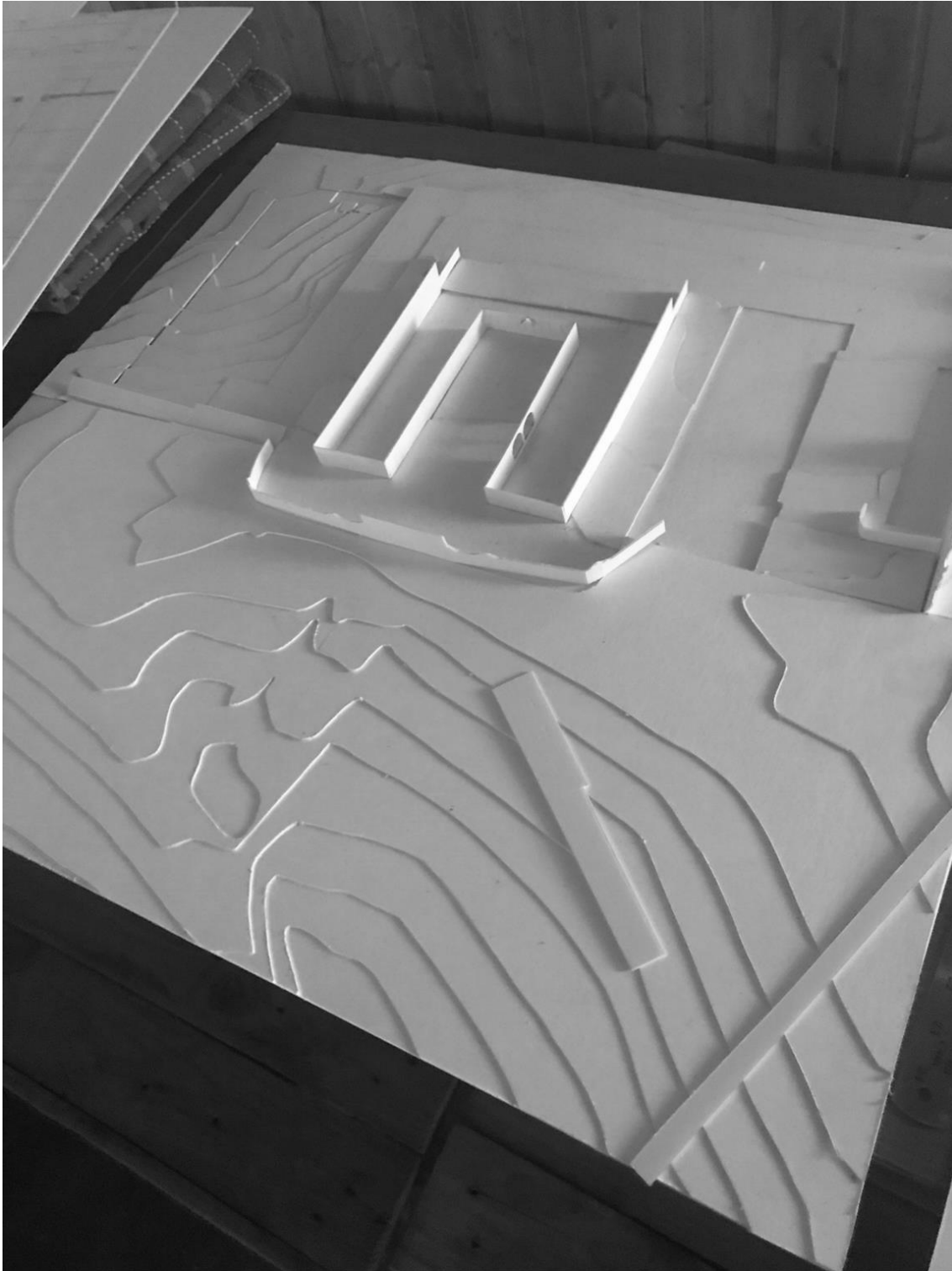


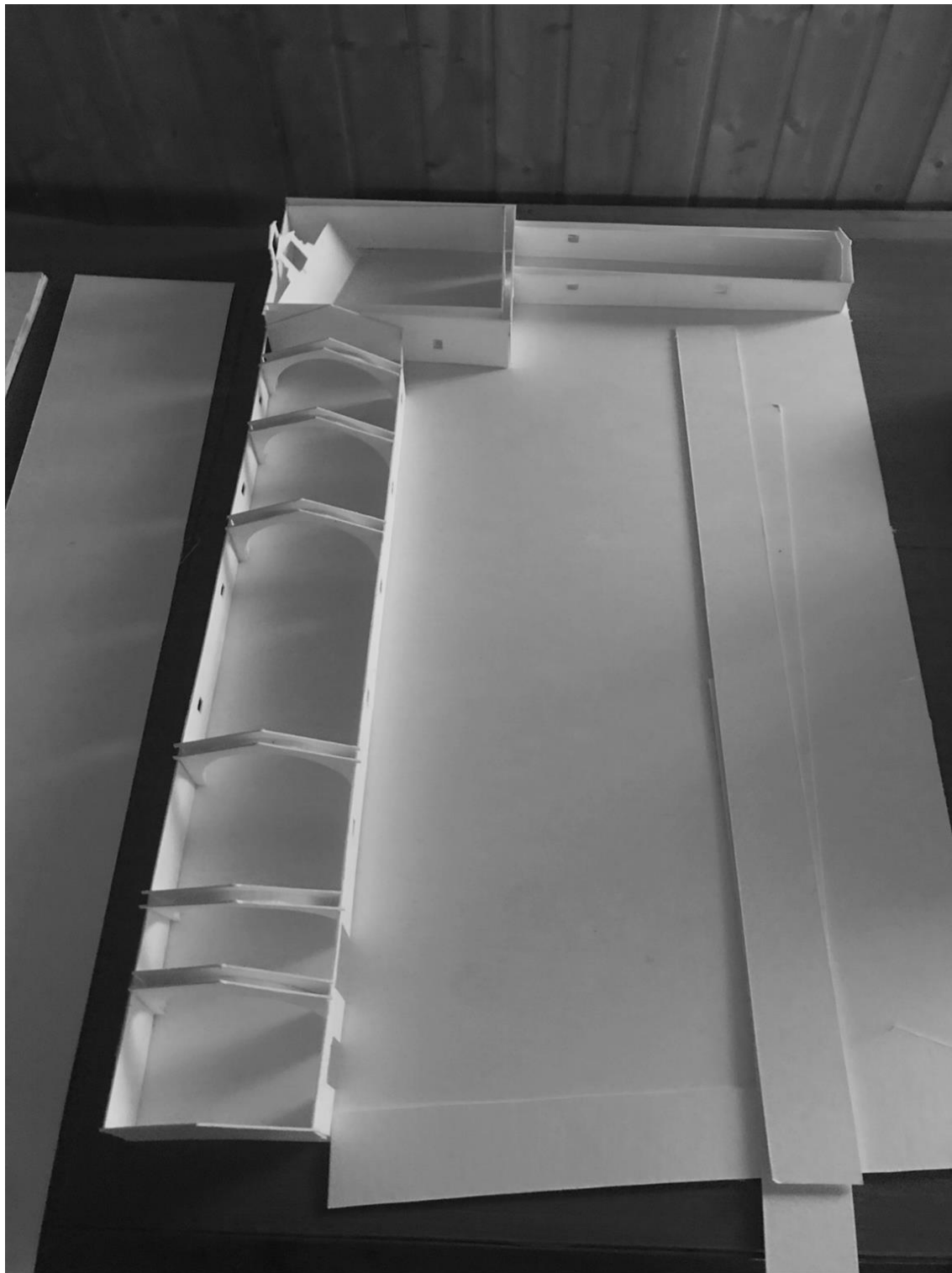
3- Esboços e Maquetes

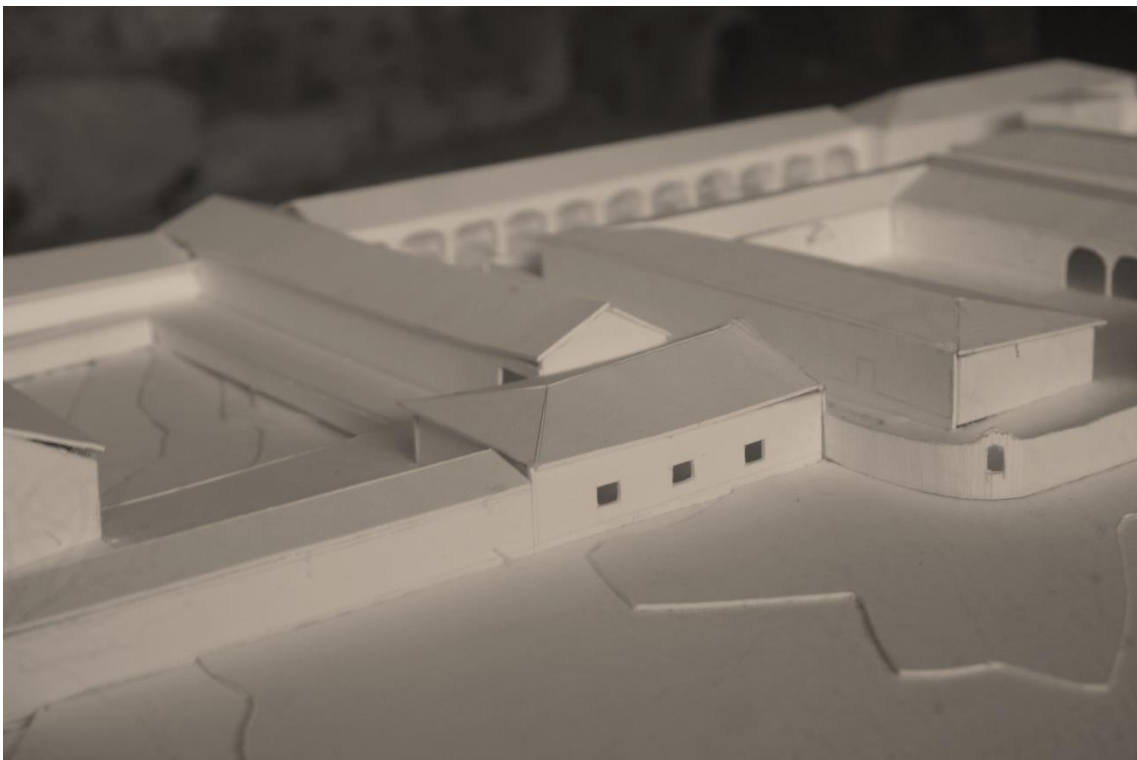
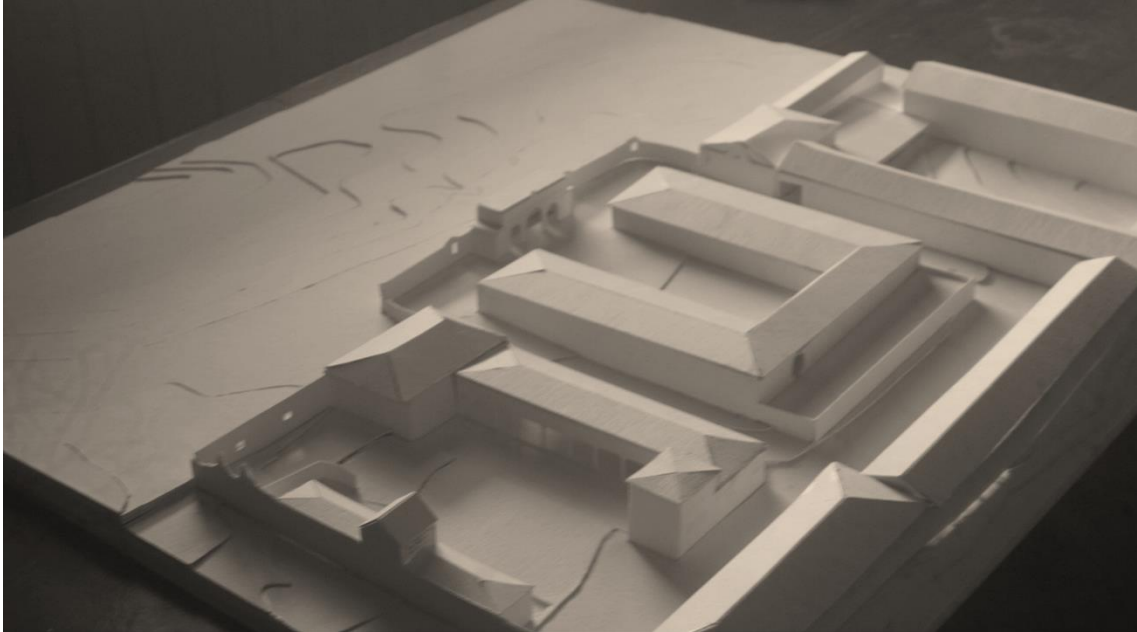


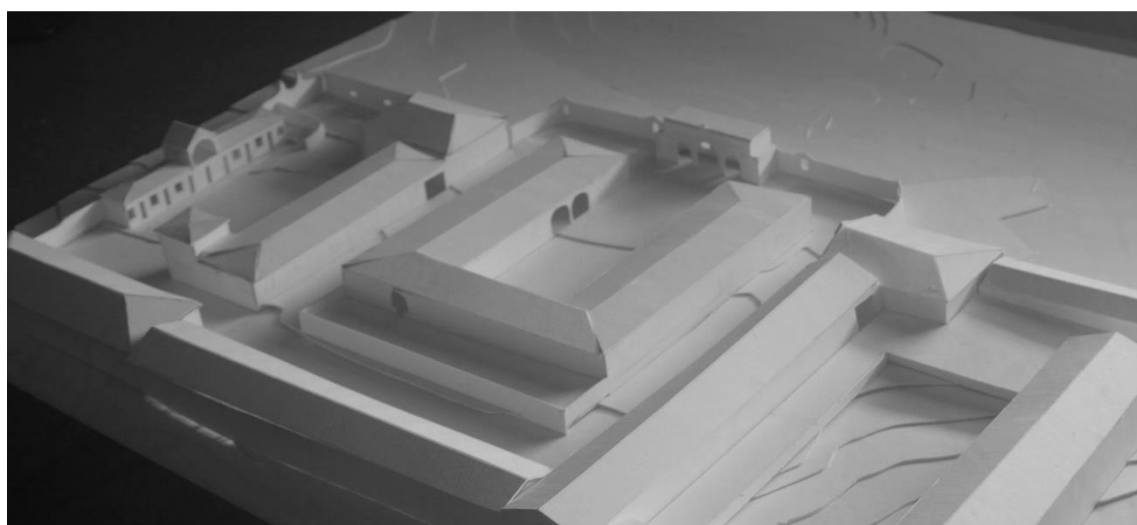
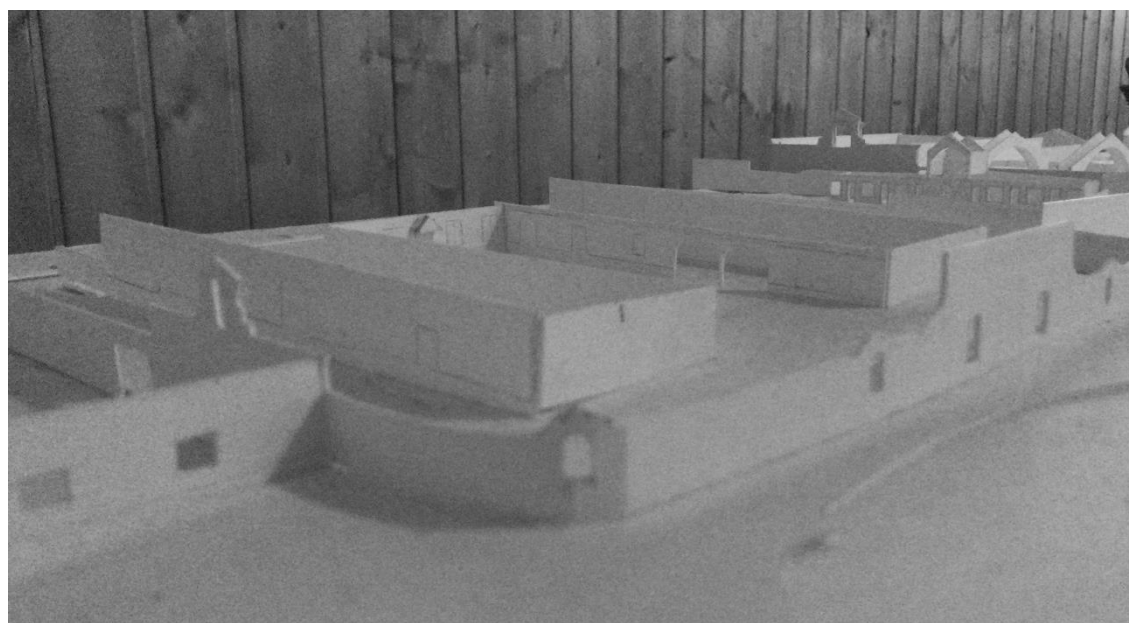
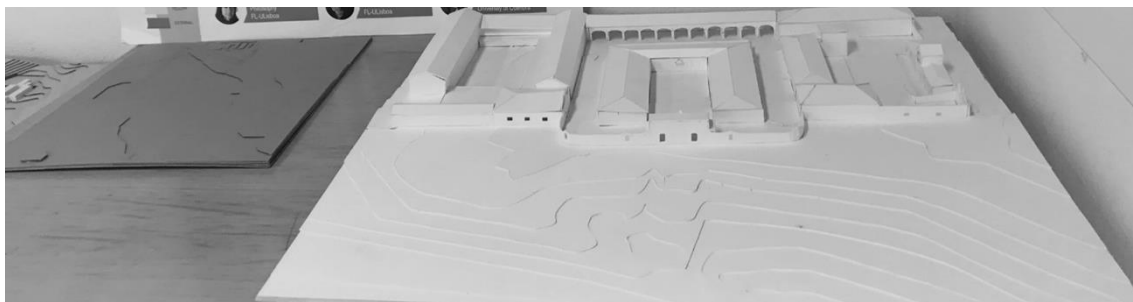


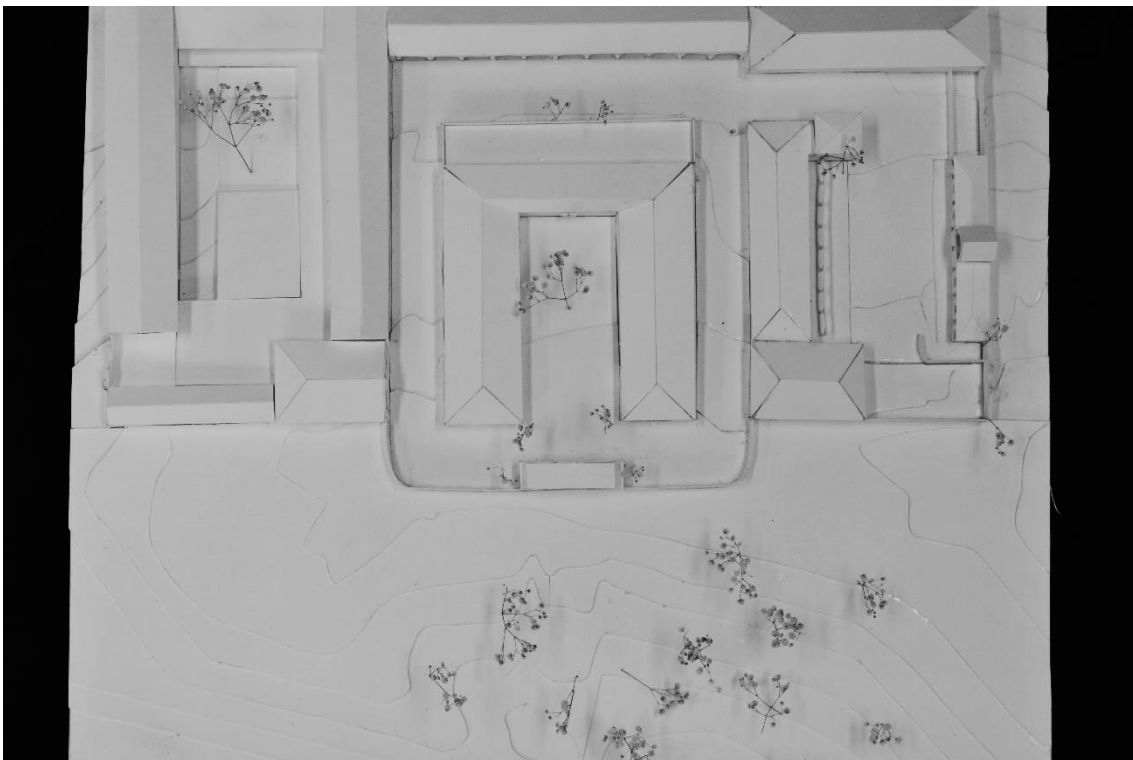




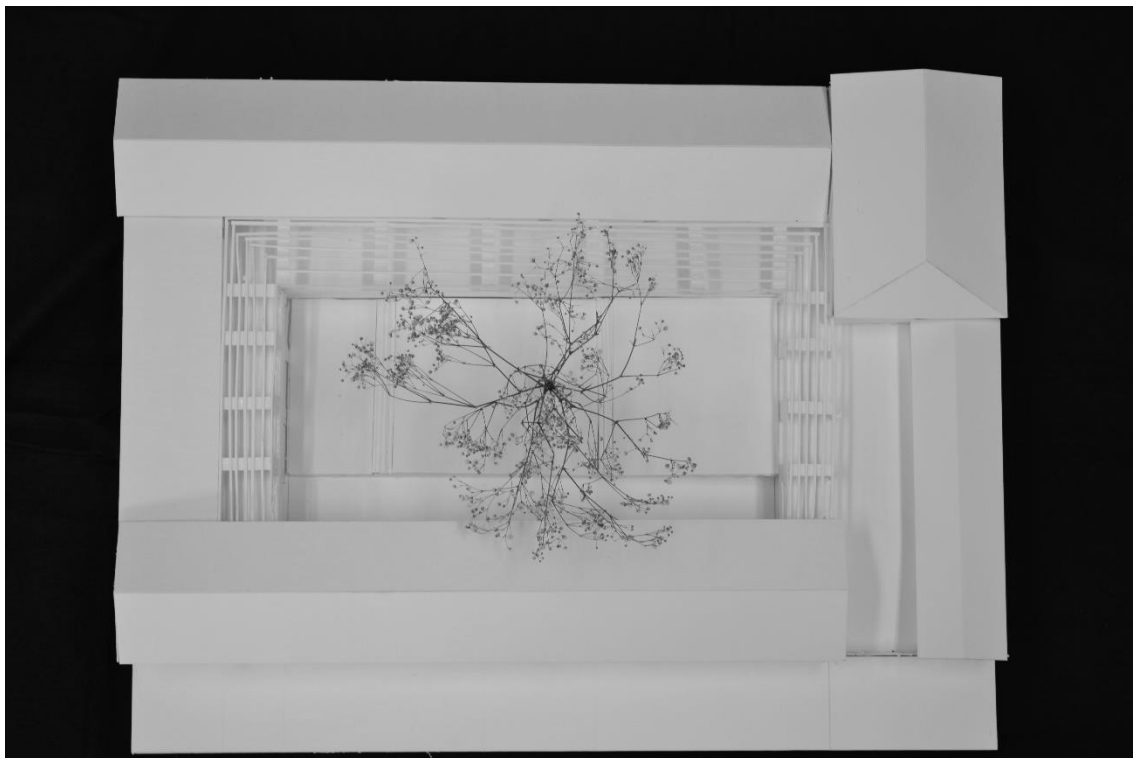


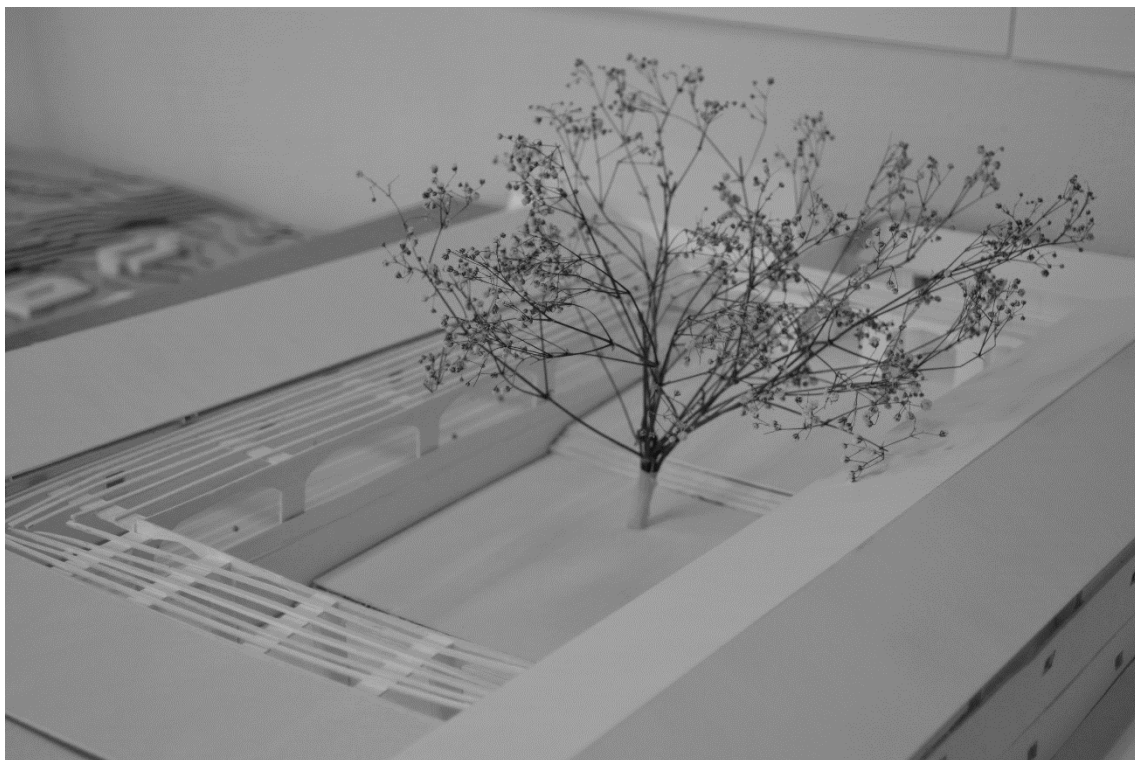


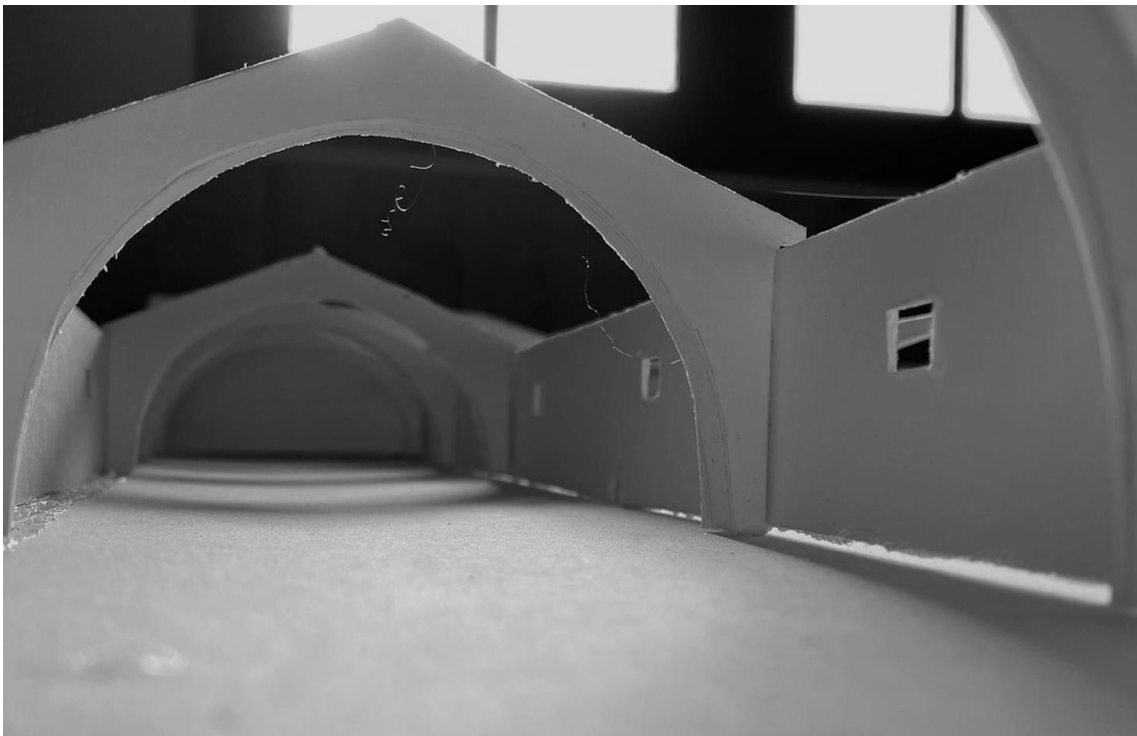












4- Painéis finais